J. Alveirinho Dias

Repositório do Conhecimento Inútil

2020

Algumas outras obras do autor

- Portugal e o Mar: Importância da Oceanografia para Portugal (2003)

- A Análise Sedimentar e o Conhecimentos dos Sistemas Marinhos: uma introdução à Oceanografia Geológica (2004)

- A Conquista do Planeta Azul: o início do reconhecimento do oceano e do mundo (2004)

- Venturas e Desventuras do Litoral no País dos Portugueses (2014)

- Mundividências projectadas: o início das representações do espaço geográfico. I - O reconhecimento espacial e as suas representações (2015)

- Mundividências projectadas: o início das representações do espaço geográfico. II - Representações do espaço na Pré-História (2015)

- E o Azul se fez Homem. Parte I - A Génese do Ambiente (2015)

- "Todo o mundo é composto de mudança". Considerações sobre o clima e a sua história. I - O Sistema Climático Terrestre (2016)

- "Todo o mundo é composto de mudança": Considerações sobre o clima e a sua história. II - Factores Astronómicos (2016)

- Malpica seiscentista: demografia histórica e temas correlatos (2019)

- De cá para lá e de lá para cá. Diferenças lexicais (e outras) entre Português do Brasil e Português de Portugal (2019)

J. Alveirinho Dias

Repositório do Conhecimento Inútil

2020

Título: *Repositório do Conhecimento Inútil*

Autor: João M. Alveirinho Dias (jdias@ualg.pt)

Copyright: 2020

CIMA (Centro de Investigação Marinha e Ambiental)
Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Edifício 7
Campus Universitário de Gambelas
8005-139 Faro
Portugal

É autorizada a cópia e compartilha de partes deste trabalho, desde que a obra original seja devidamente referenciada

Por opção do autor, este texto não respeita as normas do acordo ortográfico de 1990.

Publicado como *e-book* em Julho de 2020

Índice

Preâmbulo ..... *i*
‘À grande e à francesa’ 1
‘A olhos vistos’ 4
‘À toa’ [andar; falar; rir] 6
‘Bandeiras despregadas’ 10
‘Cai o Carmo e a Trindade’ 15
‘Caldo entornado’ 22
‘Casa da mãe Joana’, ‘é o da Joana’ 24
‘Ceca e Meca’ [correr] 25
‘Cheio de nove horas’ 28
‘Coisas do arco-da-velha’ 31
‘Cu do Conde’ 34
‘Custar os olhos da cara’ 36
‘Dar às de Vila Diogo’ 39
‘Dinheiro para os alfinetes’ 41
‘Do tempo da Maria Cachucha’ 43
‘Dourar a pílula’ 47
‘Embandeirar em arco’ 49
‘Emprenhar pelos ouvidos’. 52
‘Erro crasso’ 54
‘Estar de candeias às avessas’ 57
‘Estar nas suas sete quintas’ 61
‘Fazer de (alguém) gato-sapato’ 65
‘Ficar a ver navios’ 68
‘Filho da mãe’ 71
‘Ir para o maneta’ 73
‘Lua-de-mel’ 75

‘Mal e porcamente’ 77
‘Meter o Rossio na rua da Betesga’..... 79
‘Não por pé em ramo verde’ 88
‘Ok’ (Okay)..... 91
‘Pagar com língua de palmo’ 96
‘Para inglês ver’ 98
‘Perder a Tramontana’ 105
‘Perder as estribeiras’ 108
‘Quiproquó’ 110
‘Resvés Campo de Ourique’ 113
‘Sangue Azul’ 115
‘São favas contadas’ 121
‘São mais as vozes que as nozes’ 123
‘Sem eira, nem beira’ 125
‘Tarde piáste!’ 130
‘Traz água no bico’ 133
‘Troche-moche’ 134
‘Tudo como dantes no quartel d'Abrantes’..... 138
Origem das figuras 140
Referências bibliográficas 141

Preâmbulo

Sempre gostei do "conhecimento inútil", aquele que, aparentemente, não tem utilidade prática, que não serve para nada. Qual a importância de conhecer a etimologia de determinadas palavras ou origem de determinadas expressões de que todos conhecem o significado? Numa primeira abordagem, pode parecer que nenhuma! Porém, e sem entrar por outros campos, bastará referir que somos, em muito, o que de nós a língua vai fazendo: existe, em cada um de nós, uma miscigenação entre a estrutura da língua e a estrutura mental, de modo que tal influencia, designadamente, a forma como pensamos.

Dizia Fernando Pessoa (1888-1935) / Bernardo Soares, no 'Livro do Desassossego', que *Minha pátria é a língua portuguesa*[204:17]. Com efeito, e não entrando por análises interpretativas mais profundas, mais especulativas e mais complexas, a noção de pátria advém, em muito, da utilização comum da língua, do sentimento de pertença que ela nos inculca. Os falantes de uma língua comunicam entre si através de códigos / palavras, mas é necessário dominar muito bem essa língua para poder entender as mensagens codificadas intrínsecas aos anexins, frases feitas, locuções e aforismos dessa linguagem.

Sempre tive prazer em adquirir conhecimentos sobre a origem dessas frases feitas. Era uma forma de conhecer melhor o mundo que me rodeia e em que estou inserido, o qual me caracteriza como ser vivente. Era, todavia, simples curiosidade. Curiosidade que me compeliu, enquanto percorria a linha do tempo, a ir tomando notas, de forma dispersa, do que fui aprendendo.

Os textos que agora divulgo são despretensiosos. E não poderia ser de outra forma: não sendo especialista na matéria, tendo plena consciência das minhas limitações em temas linguísticos: a minha postura foi sempre a de curiosidade interessada. Tendo dedicado a minha vida ao estudo do mar e das zonas costeiras, e das suas interacções com o Homem, desde cedo aprendi a vencer os receios de sair da minha zona de conforto, cônscio de que só assim poderia compreender melhor o meu objecto de estudo. Daí as minhas incursões pela climatologia, pela história, pela antropologia cultural e por várias outras áreas. Portanto, o salto para a origem e história da utilização das locuções, não é completamente inusitado.

Como disse Virgílio Ferreira (1916-1986) em Bruxelas, em 1991, na cerimónia em que lhe foi atribuído o prémio Europália, *Uma língua é o lugar donde se vê o Mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir. Da minha língua vê-se o mar. Da minha língua ouve-se o seu rumor, como da de outros se ouvirá o da floresta ou o silêncio do deserto. Por isso a voz do mar foi a da nossa inquietação*[130:93-4]. Tendo desde nascença, como é óbvio, a língua como factor estruturante, foi com essa *minha língua* que, desde os tempos de Faculdade, comecei a ver o mar e a ouvir *o seu rumor*, de modo que, ao longo da vida, *a voz do mar foi a da* minha *inquietação*. Foi através dessa dicotomia língua-mar que abordei os processos físicos marinhos e, por causa deles, que debrucei sobre os processos humanos a ele ligados. E foi com o mesmo interesse entusiasmado com que

tentava melhor entender o mar e os homens que dele dependem, que me deixei seduzir pelos diferentes linguajares das comunidades piscatórias e pelos provérbios que utilizavam, geralmente, como referi, tomando notas avulsas.

Consegui agora compilar e complementar várias das notas que foi tomando sobre algumas locuções que caracterizam a língua portuguesa. Porquê estas e não outras? Não o sei bem. Talvez porque sobre estas tinha anotações mais completas ou porque foi com estas que me deparei no processo de compilação. Muitas outras permaneceram no recolhimento das gavetas pessoais. Quem sabe? Talvez um dia as venha a recuperar ...

--- x --- O --- x ---

Tenho ideia de que, talvez no início da década de 80 do século passado, foi publicado um livro com o título de 'Repositório do Conhecimento Inútil'. Eram, para mim, tempos diferentes, com crianças pequenas, em que não abundavam as disponibilidades financeiras. Assim, em visitas quase diárias a livrarias, acabei por ler o livro inteiro, tomando algumas notas de memória quando chegava a casa e a tranquilidade da noite me permitia encontrar-me comigo mesmo.

Porém, passadas décadas, tentei empenhadamente encontrar tal livro, mas sem sucesso. Procurei na internet, em bibliotecas e em alfarrabistas, mas não consegui vislumbrar sombra sequer de tal obra. À medida que vamos passando pelos anos, a memória vai começando a pregar-nos partidas, por vezes remetendo para o campo das lembranças episódios que aparentam ser factuais, mas que advêm da mistura de recordações, ou da combinação dessas memórias com a imaginação ou com o sonho. Perante o meu insucesso na busca do livro aludido, pergunto-me a mim mesmo se o verdadeiro título seria mesmo aquele, ou se foram os processos mentais, aliados à acção do tempo, que me fizeram deturpar o título original.

De qualquer modo, considero que 'Repositório do Conhecimento Inútil' expressa bem a minha intenção ao coligir as notas que agora apresento. Um conhecimento aparentemente inútil, mas que faz parte intrínseca dos códigos através dos quais comunicamos. Se a memória não me pregou mais uma partida, apresento desde já as minhas desculpas aos autores e editores.

--- x --- O --- x ---

Como já referi, é este um trabalho despretensioso e, tendo sido produzido por um não especialista, tem por certo vários erros, inexatidões e omissões. Assim, ficarei bastante agradecido se, quem detectar essas incorrecções, tiver a amabilidade disso me dar conhecimento.

JAD

'À grande e à francesa'

Significado: Viver com luxo e ostentação; com abundância; com pompa; de forma luxuosa. Equivalente a 'viver à larga', viver como em rei'.

Origem: A locução é uma alusão aos modos faustosos do general Junot e seus acompanhantes que, aquando da primeira invasão francesa a Portugal, viviam em Lisboa de forma luxuosa e ostensiva.

As invasões francesas foram de tal modo marcantes que muitas expressões delas derivadas perduram ainda no nosso vocabulário corrente. É o caso, entre outras, de 'ir para o maneta', 'ficar a ver navios' e deste 'viver à grande e à francesa'. A locução 'viver à grande' já existia há muito na linguagem portuguesa, tendo sido já contemplada no 'Vocabulário' de Raphael Bluteau sob a forma 'Viver com grandeza', para a qual dá como equivalente latino *Magnificè vivere*[72:536].

No 'Thesouro da Lingua Portugueza' Domingos Vieira é mais explícito: no verbete 'Grande' incluiu: *Viver à grande, loc. adv., á maneira dos grandes senhores. – Passar, viver á grande; levar vida regalada, gozar todas as commodidades da vida*[269:906].

Entre os dicionários posteriores que incluíram esta locução referimos, como exemplo, o de Caldas Aulete, de 1881, em que no verbete 'Grande' foi incluído: *Á grande (loc. adv.), como os grandes, ostentosamente, á regalada: Gosta de viver á grande*[50:875]. Assim, a população, vendo a vida ostensiva que o marechal Junot e outros elementos do seu exército levavam em Lisboa, reforçou a ideia inclusa na locução 'à grande' acrescentando-lhe 'e à francesa', assim traduzindo também a ideia, de certo modo intrínseca, de que era um tipo de vida não inteiramente merecida.

Como é sabido, Napoleão decretou o Bloqueio Continental a toda a Europa continental como forma de debilitar o poderio econômico e militar do Reino Unido. Porém, Portugal não podia cumprir com tal bloqueio, pois que, por um lado, tal era incompatível com a Aliança Luso-Britânica (a mais antiga aliança diplomática do mundo ainda em vigor, assinada em 1373), e, por outro, porque era essa Aliança que garantia o seu acesso aos domínios ultramarinos, fundamentais para a manutenção economia portuguesa. Assim, restava uma solução a Napoleão: invadir Portugal e impor o Bloqueio pela força. Numa primeira tentativa, as tropas comandadas pelo general Jean-Andoche Junot (1771-1813), constituídas por cerca de 25 000 homens reforçadas por mais 9 500 sob o comando do general espanhol Caraffa, penetraram pelo vale do Tejo, pois este era o eixo de progressão mais curto e que atravessava as regiões onde era previsível que a resistência fosse menor. O grande objectivo era chegar rapidamente a Lisboa e aprisionar a família real portuguesa, pelo que as tropas progrediam em marcha acelerada, não obstante o mau tempo que dificultava o avanço.

As tropas foram chegando a Castelo Branco e daí a Abrantes entre os dias 23 e 26 de Novembro de 1807. Nesta cidade, Junot, avisado de que a família real estava prestes a embarcar para o Brasil, reuniu apressadamente uma pequena força (não mais de 1 500 homens) e partiu para Lisboa onde chegou no dia 30 de Novembro de manhã[244:22]. Tendo sido informado de que a corte já embarcara, mas que, como não soprava vento favorável, talvez os navios ainda estivessem na zona da Barra, apressou-se a ir até à margem do Tejo. Sem parar, atravessou Lisboa com as reduzidas tropas que tinham conseguido acompanhá-lo, dirigindo-se directamente para Belém onde ainda encontrou

quatro navios que tinham acabado de zarpar, sobre os quais mandou disparar: três pararam, mas um escapou[55:371]. Quanto aos restantes, já iam mais longe e não podiam ser capturados, ou seja, 'ficou a ver navios'.

Nos dias seguintes foram chegando as restantes forças. Junot, tendo visto gorado o principal objectivo, passou a tomar posse do país. Rapidamente, os súbditos britânicos que ainda residiam em Portugal foram presos e os seus bens foram confiscados, tal como o foram os bens das pessoas que tinham acompanhado o Príncipe Regente para o Brasil. Também rapidamente começaram as requisições de mantimentos, de vestuários e de toda a espécie de bens necessários ao depauperado exército ocupante. O Conselho de Regência criado pelo Príncipe Regente quando partiu para o Brasil foi, obviamente, suprimido[147]. Por ordem de Napoleão, exigiu-se um tributo de 100 milhões de francos, quantia impossível de satisfazer pois que recursos económicos do País estavam esgotados. Como contrapartida, Junot ordenou que fosse entregue na Casa da Moeda todo o ouro e prata das igrejas e confrarias de Lisboa e arredores. A estas exigências acrescentava-se a rapina indiscriminada efectuada pelos elementos do exército.

Figura 1 – "Junot Protegendo a Cidade de Lisboa", pintura a óleo efectuada em 1808 por Domingos Sequeira (1768-1837), existente no Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto.

O general Junot estabeleceu residência e quartel-general no palácio do Barão de Quintela, um dos mais abastados comerciantes de Lisboa, sito na rua do Alecrim, no Chiado, bem dentro da cidade e perto da sua zona mais nobre. Os seus oficiais tinham-se instalado em casas de nobres e da burguesia de Lisboa, que eram obrigados a fornecer-lhes cama, mesa e roupa lavada. Estavam num país vencido e ocupado, pelo que se passeavam pelas ruas da capital como dominadores,

envergando os seus uniformes de gala, frequentando o teatro de S. Carlos, convivendo com as damas de alta sociedade e disfrutando do melhor que a cidade tinha para lhes podia oferecer. Embora parte destas mordomias fizessem parte das exigências directas feitas aos vencidos, o dinheiro para as estravagâncias não faltava. Junot recebia uma gratificação mensal de 12 000 cruzadas que o Senado da Câmara de Lisboa lhe pagava para as suas despesas particulares[55:372], uma quantia milionária que lhe permitia realmente "viver à grande e à francesa".

A locução tem sido utilizada, com alguma frequência, a literatura. Daremos apenas o exemplo de Alice Sampaio (1927-1983) que, em 'A Cidade sem espaço', de 1961, em que Isabel, em diálogo com o primo, diz:

> *— Não estou a brincar a coisa nenhuma, faço simplesmente o que me apetece, sou senhora de mim. Digo-te mais: sinto-me irresistível* [...].
> *— Vejam só, a tipa agora convenceu-se de que é 'miss' Universo. Um estafermo, nem mais. — Depois olhou a imagem no espelho, a sorrir, maldosa, e pareceu-lhe atrevidamente bonita.*
> *— Ficas agora a saber que vou ao baile divertir-me à grande e à francesa!*
> *— Então não gostas do Eduardo; se vais namorar outros, está visto que não gostas ...*
> *— Ninguém tem nada com isso!*[233:255]

‘A olhos vistos’

Significado: visivelmente; com toda a evidência; claramente; de modo que todos vêem; de modo considerável.

Origem: trocadilho entre olhos que vêm e a acção de ver.

É expressão muito antiga, aparecendo já no ‘Dictionarium ex Lusitanico in Latinum’ de Jerónimo Cardoso (1508-1569), onde consta: *A olhos vistos. Evidenter*[90:f10v].

A expressão é um tanto questionável. ‘A olhos vistos’ parece indicar que são os olhos que são vistos, quando, na realidade, se pretende indicar o contrário, ou seja, qualquer coisa facilmente vista com os olhos. Existirá, assim, falta de concordância, sendo o correcto dizer ‘a olhos visto / vista’ consoante o que se vê é do género masculino ou feminino, ou ‘a olhos vistos / vistas’ se o que se observa é plural.

O padre Rafael Bluteau (1638-1734), no ‘Vocabulário Português & Latino’, de 1720, incluiu esta expressão no verbete ‘Olho’, referindo que *A olhos vistos vale o mesmo que claramente, evidentemente.* E a seguir exemplifica com um ‘romance’ de António da Fonseca Soares (1631-1682), mais conhecido por Frei António das Chagas, em que se diz:

> *Ninguém culpe sem velos*
> *Meus desvarios,*
> *Porque o siso é perdido*
> *A olhos vistos*.[70:68].

Aliás, num outro ‘romance’, intitulado ‘A uma dama’, do mesmo António da Fonseca Soares, recentemente recuperado, lê-se:

> *Chego a contemplar nos olhos*
> *e conheço a olhos vistos*
> *que as estrelas nada valem*
> *aonde o Sol fica abatido*[157].

No entanto, em 1789, no ‘Diccionario da Lingua Portugueza’, que tem por base o de Rafael Bluteau, mas foi reformado e acrescentado por António de Morais Silva, do verbete ‘Olho’ consta: *Olho.* (...) *Ver alguma coisa a olhos vista, vimos os milagres a olhos vistos; queria ver a olhos vistas as maravilhas*; *nestas frases concorda o particip. visto com a coisa, ou coisas, que assim queremos ver; e não diremos: «ver as maravilhas a olhos vistos» como diz o vulgo*[174:131].

Esta é também a abordagem de Júlio Moreira (1854-1911) que, nas suas “Notas Filológicas” de 1909, começa por dizer que a locução frequente *«a olhos vistos» significa «evidentemente», «claramente», e «de modo considerável»,* acrescentando que em *castelhano corresponde-lhe, com o mesmo sentido, a expressão «á ojos vistas», tendo a palavra «vistas» uma forma feminina.* Mais à frente refere que (...) *É possível que, primitivamente, em lugar da frase feita «a olhos vistos», e «á ojos vistas», se empregasse o participio «visto» a concordar com um determinado substantivo (a olhos visto, a olhos vistos, a olhos vista, a olhos vistas), o que não é de estranhar, atenta a maior*

liberdade de colocação das palavras no antigo português. Depois as locuções em que entra o substantivo «vistas», como «á vistas de ojos», fariam confundir com este o adjectivo, que passaria a ser considerado como substantivo, como ficou sendo em castelhano «á ojos vista». Esta frase poderia ter actuado na construção da nossa, com a diferença, porém, que entre nós se considerou «vistas» como adjectivo, que por isso ficou sempre a concordar o substantivo olhos."[177:229].

Na literatura encontram-se bastos casos das duas interpretações aludidas, ou seja, da utilização 'visto' concordando com o observado, e com 'olhos'. Por exemplo, na comédia 'Ulysippo', de Jorge Ferreira de Vasconcelos (*c.*1525-1585), originalmente publicada em 1561, na cena 6ª do acto terceiro, Florença pergunta a Parasito *E vós, quereis-lhe bem?*, ao que este responde *Quem, eu? como trinta. Bebo os ventos por ela assim a olhos vistas*[262:161v] (por erro tipográfico na 2ª edição está "asno" em vez de "a olhos").

Também Júlio de Castilho (1840-1919), em 'A Ribeira de Lisboa', publicado em 1893, invocando um episódio de D. Manuel I passado em 1517, escreveu:

> (...) *desejoso el-Rei, nalguma hora ociosa, de averiguar por seus olhos o que afirmavam naturalistas, e que ao douto Virey parece fabula (vá dito de passagem) do odio inconciliável entre rinocerontes e elefantes, planeou uma justa sui generis, como diversão á Corte, e (quem sabe?) como distração à Rainha, que definhava a olhos vista, minada de um mal que lhe ficara desde o nascimento do ultimo filho*[105:270-1].

Outro exemplo entre muitos possíveis. Numa das lições do 'Curso de Economia Agrícola' publicada pelo Jornal 'A Época' (n.º 40) em 1849, o autor, A. J. Figueiredo, escreveu:

> *A nossa agricultura definha a olhos vista; em vão clama por leis que a protejam*[132:199].

Porém, a forma talvez mais frequente é 'a olhos vistos'. Daremos apenas dois exemplos. Numa notícia da 'Gazeta de Lisboa' (n.º 120) de 1816, em que se fala da Imperatriz da Áustria, nascida em Milão, diz-se a certa altura que

> *Teve ainda a Princesa a felicidade de ver triunfar a causa dos Soberanos e da legitimidade, e de ver à sua família restituídos os seus Estados na Itália; mas declinava a olhos vistos a sua saúde. Insistiu em fazer viagem à Itália, esperando que o clima lha restabeleceria; mas, ah! o seu mal era incurável*[12]."

Também Eça de Queirós, em 'O Primo Basílio', no capítulo X, diz a certa altura:

> *Todavia Jorge um domingo disse ao jantar, rindo:*
> *— Esta Juliana anda uma janota! Prospera a olhos vistos*[211:415].

Pode deduzir-se que, com o tempo, se verificou progressiva cristalização da expressão 'a olhos vistos', com perda de autonomia do particípio; a sua concordância deixa de se fazer com o antecedente do sujeito do constituinte apositivo para passar a fazer-se com o nome que o precede.

Actualmente, as expressões "a olhos visto / vista / vistas" parece terem deixado de ser utilizadas, reduzindo-se todas, certa ou erradamente, a uma única forma: "a olhos vistos".

'À toa' [andar; falar; rir]

Significado: sem destino, sem motivo, ao acaso, à deriva, sem preocupação.

Origem: A "toa", em marinharia, é o cabo que se estende de uma embarcação para outra, para a rebocar. A embarcação que vai à toa, isto é, rebocada, não se governa, não traça o rumo, apenas vai para onde a puxam. Ir à toa é, portanto, ir para onde a levam, sem vontade própria.

Na linguagem comum, este procedimento marítimo há muito que adquiriu um sentido figurado, sendo a locução "à toa" aplicada a situações em que não existe uma justificação ou um objectivo coerente. Foi desta forma que surgiram expressões como "andar à toa" (sem destino definido), "rir à toa" (sem saber de quê) "falar à toa" (sem conhecimento) e outras semelhantes. A literatura portuguesa parece expressar bem a evolução que a expressão teve, desde a estrita aplicação náutica até à utilização figurada empregada na linguagem popular.

O 'levar à toa', no sentido literal, ou seja como expressão da marinharia, está bastamente comprovada a literatura portuguesa antiga. Disso damos, apenas, alguns exemplos. Por volta de 1450, Fernão Lopes (*c.*1380-*c.*1460), na "Crónica de Dom João I", diz a certa altura que:

> (...) *a frota d'el-rei de Castela, que era de quarenta naus e treze galés, como foi manhã as naus todas meteram as vergas altas e forneceram-se de muitas e boas gentes. E porque a maré vazava e o vento era de calma, levavam as galés as naus grandes à toa, e as outras mais pequenas os batéis por diante. E foram-se todas a Restelo-o-Velho, que era dali uma pequena légua, contra onde a frota* [portuguesa] *havia de vir*[128:88].

É igualmente com este sentido literal que João dos Santos (???-1622) escrevia em 1609, na "Etiópia Oriental e varia historia de cousas notáveis do Oriente", relatando a luta contra os holandeses em Mombaça:

> *Os holandeses, vendo o grande dano que recebiam de nossa artilharia, determinaram de se desviar dela. Para o qual efeito tomaram uma ancora da sua nau mais pequena numa lancha, e foram-na lançando avante das suas naus. E atoando-se pela sua amarra [a] pouco e pouco, indo uma nau detrás da outra à toa, até que se foram atravessar diante da proa da nossa nau, onde lhe não podia fazer mal a nossa artilharia* (...)[237:f119v].

Muitos outros exemplos se poderiam dar, mas referiremos apenas ainda o de Fernão Mendes Pinto (1509-1583), que na 'Peregrinação' diz a certa altura:

> (...) [vimos] u*ma embarcação pequena, & parecendo-nos que era de pescadores, a fomos demandar para nos informarmos deles da paragem em que estávamos, & que léguas haveria dali a Tanauçarim, & passando por junto dela lhe bradámos, porém ninguém ·nos respondeu 1 pelo que foi forçado mandar lá o batel bem apercebido de gente, 'para constranger os que achasse a virem a bordo. O nosso batel chegou com muita pressa à embarcação que tínhamos visto, e sem nenhuma dificuldade a trouxe à toa, a qual em chegando a nós me· meteu em assaz confusão, porque era um batel em que vinham cinco portugueses, dois mortos e três ainda vivos* (...).

Não admira, portanto, que a expressão, no sentido literal, cedo tenha sido consignada nos dicionários. Por exemplo, no 'Dictionarium latino lusitanicum', de Jerónimo Cardoso (1508-1569), publicado em 1570, na parte latim-português encontra-se (*sic*): *promulco, as, aui. Levar a barca á toa. promulcus. i. Ho levar a nao á toa*[90:f177]. E mais à frente: *Remulco, as, aui. Levar a nao á toa, ou á sirga. Remulcus, i. Ho levar á toa*[90:f191].

Em 1721, no 'Vocabulário Português e Latino' o Padre Raphael Bluteau (1638-1734) incluiu o verbete 'toa', em que diz (*sic*): *Tôa. Ir o barco à toa, he quando sem leme, nem véla, anda o barco, ou outra embarcação, segundo a água o leva*, embora inclua também o outro significado: *Ir hũa embarcação à toa de outra, a que está preza com corda*. Porém, acrescenta ainda o sentido figurado: *Toa. No sentido moral. Deixa-se levar à toa dos costumes do mundo*, referindo a este propósito os 'Diálogos' de Frei Heitor Pinto (*c.*1528-1584) na passagem em que se diz: *Deixando-se levar do mundo à Toa de suas falsas esperanças*. Curiosamente, incorpora ainda outra acepção: *Toa. Certo grito náutico para abalar & encaminhar hum navio*[72:181]. Curiosamente, no primeiro volume, dedicado a palavras começados com 'A' e publicado em 1712, Bluteau tinha já incluído os termos 'Atoado', *Levado à toa*. (...) *Dar um cabo à nau e trazê-la atoada*, e 'Atoar', *Levado à toa, trazer à toa*, sem lhes dar, portanto, o sentido figurado[65:637].

Na realidade, outro significado de 'à toa' é andar à deriva (literalmente), sendo com frequência utilizado também com esta acepção na literatura. Daremos apenas dois exemplos. José Freire de Monterroyo Mascarenhas (1670-1760), relatando as consequências de um temporal que em 1717 atingiu a Holanda, escreveu:

> *Rompeu-se outro Dique junto a Helder, não havendo homens que se acordem* [recordem] *de ver nunca tão altas as águas. Muitos navios, escaciadas* [partidas] *as amarras com a força da tormenta, andaram à toa, outros encalharam nas areias*[161:20].

Também num folheto com o título 'Relação do monstruoso peixe que nas praias do Tejo apareceu em 16 de Maio (...) de 1748', ao falar de baleias e descrevendo sua a pesca na Bahia, diz-se:

> [...] *como uma bala por uma peça despedida, e da actividade da pólvora obrigada; e correndo grande espaço daquele falso elemento, tingindo-o com o muito sangue que de si vai lançando, pára, ou cansada, ou enfraquecida. Neste tempo os da canoa se vão chegando a ela, e com uns grandes ferros em umas varas metidos, e para este ministério preparados, pelas partes mais sensitivas a vão picando, até que, derramado muito sangue, e por falta dele debilitadas as forças, a Baleia [fica] à toa sobre a agua, e vendo-se que está morta, chegam os barcos, e lhe passam um cabo, pelo qual a conduzem ao porto*[43].

Como referimos, a expressão 'à toa' cedo foi incluída nos dicionários, primeiro no sentido literal, mas depois (século XVIII?) também no sentido figurado. Apenas como mais um exemplo, referimos o 'Tesouro da Língua Portuguesa' de Domingos Vieira (1775-1857), em que a locução está inclusa na letra 'A', com ambos os sentidos (literal e figurado), dizendo-se aí (o.a.): *À toa* (...) *A reboque, á sirga, a rastos; figuradamente, ir sem saber para onde é levado, obrar impensadamente*. Estão, também, os termos 'atoado' e 'atoagem' (em sentido literal), bem como 'atoar', em que foi também incluído o sentido figurado: *Atoar (da locução adverbial). À toa* (...). *Entontecer, estontear, desatinar, perder o governo de si mesmo; ficar imóvel e emperrado nalgum sítio. Usado em linguagem rústica com relação aos animais*[267:642]. Está também presente na letra 'T', onde, no

verbete 'Toa', se diz: *Termo de marinha. A sirga, cabo, ou corda, que a embarcação maior dá à menor para a levar a reboque; cabo, corda atada da proa ou popa de um navio a um ponto fixo, ou a outra embarcação, para se alarem por ela os de dentro do navio*. E acrescenta a locução 'à toa' com o significado de *a esmo, sem leme, nem governo*, bem como *Figuradamente: Andar à toa; andar sem conselho, sem governo*. Inclui ainda *Passar os cavalos à toa: tirados por uma corda para atravessar o rio,* e também *Andar à toa de alguém, ou ser levado à toa dele ou de alguma coisa: seguir as suas direcções, o andar como preso a elas e aos seus conselhos, proceder por arbítrio alheio*[270:738].

Foi com a acepção metafórica de andar à deriva que, em 1966, Chico Buarque de Hollanda, em "A Banda", cantou que

> *Estava à toa na vida*
> *O meu amor me chamou*
> *Pra ver a banda passar*
> *Cantando coisas de amor.*

Mais recentemente, em 2015, Gal Costa lançou o single "Ilusão à toa".

Figura 2 – Capas dos discos 'A banda', de Chico Buarque de Hollanda, e 'Ilusão à toa', de Gal Costa.

É de mencionar que, em 1759, Manuel José de Paiva, nas "Infermidades da Língua (...)", referindo *Entre as inumeráveis palavras que a ignorância tem introduzido, e em que a língua tem degenerado*, e dizendo que *Fará nisto* [o leitor] *o que quiser: mas por meu voto, se quiser não ter borbulhas, evite as palavras seguintes,* estando aí incluídas as locuções *à toa*[195:105], *devagar e entoado*[195:117] e *falar à toa*[195:126]".

A etimologia da palavra 'toa' não está bem estabelecida. Na 'Ortografia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa', de 1734, João de Morais Madureira Feijó (1688-1741), depois de definir o verbo 'Atoar' como *levar alguma coisa à toa*[125:211]", diz sobre 'toa': *palavra introduzida para significar coisa que se governa, ou deixa levar sem ciência nem indústria: v.g. ir o*

navio à toa é ir para onde o leva a água. Ir à toa, ir sem saber para onde. Parece-me palavra diminutiva de toada, ou derivada de tom, tomada a metáfora do músico que não sabe, mas segue o tom que ouve[125:514].

Na edição de 1830 de 'Vestígios da Língua Arábica em Portugal', que tem por base a de João de Sousa (1735-1812), de 1789, de mas foi corrigida e ampliada por José de Santo António Moura (1770-1840), tenta-se estabelecer a etimologia árabe. Diz-se aí: *Toa, 'Tuha'. Perturbação. Deriva-se do verbo* [árabe] *'Taha'. Andar errante, vagando. Ir à toa, i. e. sem saber por onde se vai, talvez conduzido por outro; andar à toa, i. e. sem saber por onde anda, sem saber o que faz; levar o navio à toa, i. e. guiar e puxar com uma corda o navio, que não governa*[253193].

Na realidade, a correcta etimologia do vocábulo 'toa' e da locução 'à toa' permanece envolta em mistério. Se, como aludimos, a origem árabe é uma possibilidade, outros autores defendem as mais variadas proveniências. Por exemplo, Cândido de Figueiredo, na primeira edição (1899) do seu 'Dicionário', recorre a Pereira Caldas para afirmar que vem do hebreu[86:618]; porém, na edição de 1913, diz-se enfaticamente que deriva do inglês *tow*[88:1980]. Por outro lado, António Augusto Cortesão, nos 'Subsídios para um Diccionário Completo (...)', de 1900, declara que é vocábulo espanhol[112:139]. Já José Pedro Machado, no 'Dicionário Etimológico', refere que é um derivado regressivo de toar, verbo este que vem do francês antigo *toer*, que, por sua vez, provém do antigo escandinavo *toga*, que era *tirar de algo*[225:47]. Seria caso para dizer que andamos à toa com a etimologia desta locução.

‘Bandeiras despregadas’

Significado: rir às gargalhadas, abertamente, ruidosamente, sem moderação.

Origem: utilização figurada da antiga expressão ‘bandeiras despregadas’, isto é, desfraldadas.

Diz-nos Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) sobre a origem da expressão ‘rir a bandeiras despregadas’:

> *É uma reminiscência das praxes militares de outrora, a partir de finais do séc. XV. A guarnição que defendera com heroísmo uma fortaleza, castelo, cidade fortificada, ao render-se tinha as honras de guerra, nas prévias capitulações. Deixava a praça em formatura regular, tambores rufando, cartucho na boca, murrão aceso, bandeiras tendidas, isto é, soltas, despregadas, drapejando ao vento, mostrando suas cores. Não amarradas, enrolada à haste. Os oficiais conservavam as espadas e o regimento a bandeira. Não era a rendição incondicional, humilhante. Por associação lógica, rir às bandeiras despregadas será o riso liberto de qualquer coação, limitado pela própria deliberação, na plenitude da reacção hilariante, assim como a bandeira, erguida pela valentia de sua guarda, estalava no ar a integridade de suas dimensões*[93:132].

Emprego literal

Com efeito, expressões como ‘despregar as bandeiras’ ou ‘com as bandeiras despregadas’ são bastante antigas na língua portuguesa. Por exemplo, Luís Vaz de Camões (*c.*1524-1580), no poema que escreveu sobra ‘A setta qve o Papa mandou a el Rey Dom Sebastião’, diz a certa altura (*sic*):

> *Quando vossas <u>bandeiras despregava</u>*
> *Albuquerque fortíssimo com gloria,*
> *Pelas praias da Pérsia, e alcançava*
> *De nações tão remotas a victoria*[82:f.91]

Também Duarte Nunes de Leão (*c.*1530-1608), na ‘Chronica del Rei Dom Fernando’, falando das guerras com Castela e da ajuda prestada pelos ingleses, estando as forças contendoras nas imediações da fronteira do Caia, escreveu (*sic*):

> [...] *el Rei de Castella ajuntou suas gentes, & as mandou caminhar do estremo de Portugal. Porq̃ sabia, que como os Ingreses fossẽ encaualgados, havião de entrar per seu reino.* [...].*Nesta ordem & com as <u>bandeiras despregadas</u> stiuerão grande spaço, ate despois do meo dia, sperando que el Rei de Castella viesse aa batalha. E vendo q̃ não queria, se tornou el Rei Dom Fernando a Eluas & o Conde a seu arraial* [...][149:f226v-7].

Como exemplo mais recente da aplicação da locução, no século XVIII, podemos referir João Baptista de Castro (1700-1775) que, no ‘Mappa de Portugal Antigo Moderno’, ao falar da povoação de Várzea, no Brasil, e da guerra com os holandeses, refere que é (*sic*):

> *Villa celebre em Pernambuco, na qual ficaram os Portuguezes victoriosos em 17 de Agosto de 1645 das armas Hollandezas. Haviaõ-se estas apoderado violentamente daquella rica povoacaõ* [...]. *Aqui se accendeo vigorofamente no coraçaõ dos Portuguezes a ira de Marte:*

> *avançaraõ sem mais demora, e com tal efficacia, que os inimigos em breves minutos se viraõ desbaratados, e cativos, rendendo mais de oitocentos as vidas aos fios das nossas espadas. Seguio-se a esta victoria huma pomposa, e magnifica Procissaõ triunfal. Precediaõ os soldados vencedores com as bandeiras despregadas, caminhando a passo lento ao toque das caixas, pifanos, trombetas, e clarins, que fazendo bello prospecto aos olhos , e harmonia aos ouvidos, enchiaõ de alegria os corações.* [...][107:254-5].

Um outro exemplo entre os muitos possíveis, este do século XIX, é uma notícia da 'Gazeta do Rio de Janeiro', de 2 de Novembro de 1808, em que se relatam as lutas contra os invasores franceses empreendidas em Julho:

> *Tendo-se em o dia 23 pela manhã distribuído polvora, e balla,* [...] *e chegado á nossa noticia, que Lamego era saqueada, determina-se o embarque, e hir soccorrer os nossos Compatriotas* [...]. *Chega-se a Lamego: a valerosa Columna de Villa Real formada a 3, com Bandeiras despregadas, e ao som de caixas batentes, e seguidas das outras, fazem declarar a esta Cidade, resoar nas suas ruas alegres vozes de viva o PRINCIPE REGENTE, viva Portugal, morrão os seus inimigos*[2].

Se, na literatura, a locução é antiga, também há muito que está dicionarizada. Por exemplo, Bento Pereira (1605-1681), em 'Florilégio dos modos de falar (...)' (1655), registou a expressão *Acometer os inimigos a bandeiras despregadas*[197:2], com seu equivalente latino proverbial, bem como *Pregar as bandeiras*[197:9]. Nesses tempos, em que a guerra era praticada por homens e não por máquinas, as bandeiras eram símbolos importantes que identificavam a nacionalidade ou o senhor a que pertencia o grupo armado que as exibiam. Em tempos de paz, de não confronto ou de não exaltação do grupo armado, as bandeiras eram pregadas, ou seja, estavam enroladas e atadas; em batalhas e em tempos de festa as bandeiras eram despregadas, isto é, eram desatadas, soltas e desfraldadas. Ao conquistar uma praça, colocava-se a bandeira despregada no ponto mais alto, como sinal vitória e de alegria. No regresso de uma batalha ou de uma guerra, quando as tropas voltavam com as bandeiras despregadas, tal significava vitória; se voltavam com as bandeiras pregadas, era porque tinham sido derrotadas.

Em 1712, o 'Vocabulario Portuguez e Latino' de Raphael Bluteau (1638-1734) pouco mais informativo é: limita-se, no verbete 'Despregar', a registar a expressão com seu equivalente latino, dando um exemplo da sua aplicação: *Despregar as bandeiras. 'Vexilla expãdere, (do, di, sum) Atollere signa. Plaut.' § Com bandeiras despregadas. 'Expansis vexillis'. Appareceo com esta Armada 'Despregadas as bandeiras, que nella trazia. Lemos, Cercos de Malaca, pag. 46.verf.*[67:D170].

Já o 'Diccionário' de Bluteau reformado e acrescentado por António de Morais Silva (1755-1824) é um pouco mais explícito: no verbete 'Despregar' inclui *Desfraldar v. g. 'despregar as bandeiras', 'sahir da praça com as bandeiras despregadas', i. e. tendidas.*[...]. *As bandeiras despregadas, sem moderação*[173:425]. Porém, na edição de 1813, Morais Silva é mais informativo. Na entrada 'Bandeira' incluiu *'Ás bandeiras despregadas': fr. fig. aberta, decobertamente, como quem sai de Praça rendida, e se lhe concede levar a bandeira tendida, ou desferida, despregada*[170:258], e em 'Despregar' tem também como sinónimo *Desfraldar: v. g. despregar 'as bandeiras'; 'sair da Praça com as bandeiras' despregadas, i. é, tendidas*, acrescentando ainda *'Ás bandeiras despregadas'; sem moderação*[173:599]. Portanto, a locução transcende aqui o seu sentido literal, pendo figuradamente o sentido de imoderadamente.

Curiosamente, em 1860, Luís Ribeiro, no 'Dicionário de Galicismos (...)', refere o seguinte: *A Bandeiras Despregadas ('à bannières déployées'). É frase que não temos, e que nunca será usada por homem instruído na língua portuguesa*, e acrescenta, dando exemplos literários, *'Rir a bandeiras despregadas'; rir muito, perdidamente, loucamente, ás gargalhadas*, bem como *'Fugir a bandeiras despregadas'; fugir em debandada, confusamente, de roldão, a toda a brida*[224].

Emprego figurado

Como referimos, desde pelo menos o início do século XIX que os dicionários consigam o uso da locução de modo figurado. Tal é bem explícito no 'Thesouro da Lingua Portugueza', de Domingos Vieira (1775-1857), que em vários locais inclui a expressão, tanto no sentido literal, como no metafórico. Por exemplo, no verbete 'Bandeira' incluiu-se — *'Rir a bandeiras despregadas', rir escancaradamente, sem rebuço, tirado do antigo uso de levar a bandeira tendida ao sair de uma praça que se entregou*[267:718]; na entrada 'Desatar' está também — *Desatar as bandeiras, despregal-as*[268:811]; em 'Desfraldar' encontra-se também — *Despregar, soltar. 'Desfraldar as bandeiras'*[268:886]; no verbete 'Despregar' está incluso — *Desenrolar; desfraldar, desferir, soltar, largar. — 'Despregar as bandeiras'. — 'Despregar o panno', as vélas*[268:938]; curiosamente, está também na entrada 'Ilharga', onde consta — *'Rir até rebentar pelas' ilhargas; rir muito, rir a bandeiras despregadas*[269:1016]. E, em sentido literal, encontra-se ainda no verbete 'Tendido', *part. pass. de Tender. — 'Bandeiras' tendidas'; bandeiras despregadas*[270:699].

Outros dicionários da mesma época ou posteriores incluem, da mesma forma, a expressão em sentido figurado. É disso exemplo o 'Diccionario Contemporaneo' (1881), iniciado por Francisco Júlio de Caldas Aulete (1823-1878), que no verbete 'Rir' incluiu *Rir a bandeiras despregadas, rir á farta, rir até rebentarem as ilhargas, rir sem tom nem som, rir como um doido ou como um possesso, rir á tripa forra, rir-se com exagero, dar grandes gargalhadas*[51:1562].

Como é evidente, esta expressão no sentido figurado tem sido abundantemente utilizada na literatura. Apenas um par de exemplos: Júlio Dinis (1839-1871), em 'As Pupilas do Sr. Reitor' (1867), descreve, a certa altura, uma conversa entre Daniel e Guida seguida de um beijo, tudo escutado pelo Reitor, que estava escondido próximo (*sic*):

> *Ao chegar a seus attonitos ouvidos a vibração sonora do beijo, que terminou o dialogo, o padre estremeceu* [...]*, e não pôde reprimir uma interjeição desapprovadora, bastante audivel,* [...] *já o cão se havia levantado e ladrava furiosamente na direcção do logar onde o reitor estava escondido*. [...]. *O Gigante galgou de um salto o estreito caminho, que o separava do campo, onde o reitor cada vez suava mais com a imminencia do perigo, e, rompendo por entre o centeio, veio pousar triumphantemente as patas dianteiras sobre os hombros do pobre velho, que julgou vêr a morte na figura d'este monstruoso cão.* [...]. *A pequena Margarida é que salvou a situação* [chamando o cão]. *O reitor estava salvo, mas ainda não senhor seu, e deveras chufado com as circumstancias ridiculas, que acompanharam a sua descoberta. Ora, como sempre acontece, estas circumstancias inhabilitavam-o para assumir o caracter severo, grave e pedagogico, necessario a quem se propõe a dar uma reprehensão, ou a fazer uma prática de moral. Com muito bom senso renunciou, pois, o reitor a este projecto, e, sem dar palavra, virou costas e abandonou o logar* [...]. *Daniel, passados alguns momentos mais de silencioso pasmo, desatou a rir, a rir, a rir,* [...]. *Esqueceu o que para ele havia de estranho e sério em tudo aquillo, e as consequencias que poderia ter, para só se lembrar da carantonha que fazia o reitor, a gritar que lhe acudissem, do susto que apanhára, do aspecto sorumbatico que levava ao partir, e por isso tudo ria a bandeiras despregadas*[119:25-6].

Outro exemplo, escolhido quase que aleatoriamente, é o de Machado de Assis (1839-1908), no conto 'Linha Recta e Linha Curva', integrado nos 'Contos Fluminenses' (1870). É a história de Ernesto Azevedo e Adelaide, recém-casados, moradores de Petrópolis, que recebem com frequência a visita de amigos, entre os quais Tito, solteirão convicto que acaba de chegar de uma longa viagem, e que aí encontra a jovem viúva Emília, amiga de Adelaide, começando entre ambos um jogo de sedução. A certa altura escreveu o autor (*sic*):

> *Adelaide appareceu á porta da sala de jantar. A conversa cessou entre os dous rapazes.*
> *— Trago-lhe uma noticia.*
> *— Que noticia? perguntaram-lhe os dous.*
> *— Recebi um bilhete de Emilia... Pede-nos que vamos lá amanhã, porque...*
> *— Porque? perguntou Azevedo.*
> *— Talvez dentro de oite dias se retire para a cidade.*
> [...]
> *Dahi a meia hora Tito subiu para o gabinete em que Azevedo tinha os livros. Ia, dizia, ler as 'Confissões de Santo Agostinho'.*
> *— Que repentina viagem é esta? perguntou Azevedo á sua mulher.*
> *— Tens muito empenho em saber?*
> *— Tenho.*
> *— Pois bem. Olha que é segredo. Eu não sei positivamente, mas creio que é uma estrategia.*
> *— Estrategia? Não entendo.*
> *— Eu te digo. Trata-se de prender o Tito.*
> *— Prender?*
> *— Estás hoje tão bronco! Prender pelos laços do amor...*
> *— Ah!*
> *— Emilia julgou que deve fazel-o. É só para brincar. No dia em que elle se declarar vencido fica ella vingada do que elle disse contra o sexo.*
> *— Não está máo... E tu entras nesta estrategia...*
> *— Como conselheira.*
> *— Trama-se então contra um amigo, um 'alter ego'.*
> *— Tá, tá, tá. Cala a boca. Não vás fazer abortar o plano.*
> *Azevedo <u>rio-se a bandeiras despregadas</u>. No fundo achava engraçada a punição premeditada ao pobre Tito*[47:268-9].

Embora 'bandeiras despregadas', em sentido figurado, seja geralmente aplicado em associação com o verbo 'rir', tem, na realidade, a acepção de 'sem moderação', pelo que pode ser utilizado como complemento de qualquer acção. Há disso bastos exemplos na literatura lusófona. Continuando com Machado de Assis, no conto 'Primas de Sapucaia!', escreveu:

> *Era uma senhora, que passára rentesinha com a egreja, vagarosa, cabisbaixa, apoiando-se no chapellinho de sol; ia pela rua da Misericordia acima. Para explicar a minha commoção, é preciso dizer que era a segunda vez que a via. A primeira foi no Prado Fluminense, dous mezes antes, com um homem que, pelos modos, era seu marido, mas tanto podia ser marido como pai. Estava então um pouco de espavento, vestida de escarlate, com grandes enfeites vistosos, e umas argolas demasiado grossas nas orelhas; mas os olhos e a bocca resgatavam o resto. <u>Namorámos ás bandeiras despregadas</u>. Se disser que sahi d'alli apaixonado, não metto a minha alma no inferno, porque é a verdade pura. Sahi tonto, mas sahi tambem desapontado,*

> *perdia-a de vista na multidão. Nunca mais pude dar com ella, nem ninguem me soube dizer quem fosse*[49:133].

Ainda de Machado de Assis, logo no início do conto 'Médico é Remédio' (1883), escreveu o autor:

> *Em que diabo conversam estas duas moças metidas na alcova? Conversam do Miranda, um rapaz engenheiro, que vai casar com uma amiga delas. Este Miranda é um noivo como qualquer outro, e não inventou o quadrado da hipotenusa; é bonito, mas não é um Apolo. Também não é rico. Tem mocidade, alguma instrução e um bom emprego. São vantagens, mas não explicam que as duas moças se fechem na alcova para falar dele, e muito menos que uma delas, a Julieta, chore às bandeiras despregadas. Para compreender ambas as coisas, e principalmente a segunda, é preciso saber que o nosso Miranda e Julieta amaram-se algum tempo* [...][48].

Um último exemplo, este do jornal satírico 'Pontos nos ii', dirigido por Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905). Em Junho de 1885, num artigo intitulado 'Nas Caldas', dizia-se (*sic*):

> *Os dias de .festa correram desoladamente tristes nas Caldas da Rainha!* [...]
> *Indigenas e forasteiros atravessavam as ruas e povoavam os largos, abatidos, merencorios e tristonhos; as musicas do arraial desafinavam marchas funebres; o cebo da illuminação derretia-se em lagrimas pesarosas sobre os carapuços de quem passava, e o proprio ceu acabou por chorar a bandeiras despregadas sobre o rico fogo de artificio!*
> *Ninguem comprehendia a causa de tão acrisolada melancolia, quando o sr. Hintze Ribeiro assomou, a uma janella!...*
> *Fez-se luz no mysterio! Era a tristeza do s. ex.ª que tinha fugido de casa e andava espalhada pela villa!* [...][27].

'Cai o Carmo e a Trindade'

Significado: que provoca grande confusão ou surpresa; que desencadeia grande discussão.

Origem: A expressão remete para o terramoto de 1755, em que ruíram os conventos do Carmo e da Trindade.

Várias das locuções ainda actualmente usadas radicam em dois episódios muito marcantes da história portuguesa: as invasões francesas e o terramoto de 1755. A expressão 'cai o Carmo e a Trindade', tal como 'resvés Campo de Ourique', remetem para o trágico acontecimento do 1.º de Novembro de 1755. Antes desse nefasto dia, os conventos do Carmo e da Trindade eram dos principais existentes em Lisboa. Tal como parte significativa da cidade, estes majestosos edifícios sofreram bastante com o abalo telúrico, e o incêndio que se lhe seguiu acabou por deixá-los em ruínas.

Entre a variada documentação que descreve o estado ruinoso em que ficou parte da cidade, apontamos como exemplo o 'Comentário sobre o terremoto e incendio de Lisboa', de 1756, de António Pereira de Figueiredo (1725-1797), que numa determinada passagem refere (*sic*):

> *Os edificios mais nobres, que cahiraõ com os primeiros terremotos, pela mayor parte saõ os que se seguem. No bairro Alto o Convento e Igreja de S. Pedro de Alcantara: parte da Casa professa de S. Roque dos Padres Jesuitas, com a torre e frontispicio da Igreja: O convento e magnifico templo dos Franciscanos: Os conventos e magnificos templos da Trindade, e Carmo, com as suas torres: as Igrejas do Santissimo Sacramento, nossa Senhora dos Martyres, nossa Senhora das Chagas, Santa Catharina*[133:f12v].

A tragédia que atingiu Portugal teve, na altura, grande repercussão na Europa. Por exemplo, em Maio de 1756, o 'The Gentleman's Magazine' de Londres publicava a carta 'escrita por um grande homem naquela cidade para outra em Londres, datada de 10 de fevereiro de 1756', em que se apresenta 'o relato autêntico do atual estado de Lisboa, que se opõe às falsidades e deturpações até então publicadas'. Sobre os templos arruinados diz-se aí (*sic*):

> *The churches which, having first suffer'd by the tremor, were destroyed by fire, are, Loyos, S. Maria mayor, Madalena, Conceycao nova e velha, Misericordia, S. Justa, S. Nicolao, S. Juliao, Victoria, S. Domingos, Patriarcal, Boa Morte, Spirito Santo, Martyres, S. Francisco, Corpo Santo, Sacramento, Carmo, Trindade, Loretto, Igreja nova, Chagas, and S. Paolo. The churches which fell entirely were, S. Vicente, S. Clara, S. Monica. N. S. do Monte, N. S. da Penna de Franca, and the church of that parish; S. Pedro de Alcantara, S. Anna, Calvario, and S. Antonio dos Capuxos*[3:255].

Foi, realmente, uma tragédia que muito marcou a população, pelo que não surpreende que as vivências desse dia tenham sido perpetuadas na voz do povo. Todavia, não encontrámos muitas utilizações desta expressão na literatura impressa até finais do século XIX. Acabou por ser dicionarizada em meados deste século, no 'Tesouro da Língua Portuguesa', de Domingos Vieira (1775-1857), curiosamente no verbete 'cair', onde se diz (*sic*): *Cair n'alguma parte o Carmo e a Trindade, haver mosquitos por cordas, cousas do arco da velha, haver grandes ralhos*[268:32].

A locução foi também referida em 1856 por Francisco de Pina Manique no 'Ensaio Fraseológico', no verbete: *Cahir. «* – [cair] *no somno. «* – [cair] *no engano.* *Cahiu o Carmo e a Trindade.* – [cair] *na ratoeira. Não lhe cahiu no chão o dicto*. – [cair] *em si.* – [cair] *na razão*[158:26]. Apesar disso, de modo um tanto curioso, os dicionários de referência do século XIX, como o de Morais Silva nas suas várias edições, o de Caldas Aulete (de 1881), e o de Cândido de Figueiredo (de 1899), não integram esta expressão.

Estes dois importantes conventos dominavam a paisagem desta parte de Lisboa, e pertenciam à paróquia da Trindade, a qual foi criada em1584, abrangendo uma área que antes pertencia à paróquia de São Nicolau, passando a sede da freguesia, em 1666, para a Igreja do Sacramento, tendo ficado então com este nome, designação que se manteve até à reorganização administrativa de 2012, altura em que foi integrada juntamente com outras na nova freguesia de Santa Maria Maior. Os antigos conventos, reconstruídos após o terramoto, estão actualmente adstritos a funções laicas.

Convento da Trindade

Conta-nos Jerónimo de San José (1719-1809) que os trinitários (da Ordem da Santíssima Trindade do Resgate dos Cativos) chegaram a Portugal de forma quase milagrosa, numa época em que grupos de cruzados em viagem para a Palestina faziam escala Portugal, aproveitando, muitos deles, para ajudarem os reis peninsulares na luta contra os sarracenos. Em Setembro de 1207, partiu de Ruão uma pequena armada com destino à Terra Santa, em que iam oito religiosos da Ordem da Trindade. Porém, ao largo de Portugal, apanharam um grande temporal, ao qual só escapou a embarcação em que estavam os trinitários, a qual, *lutando igualmente com a morte , e com a sepultura, se isentou do horrível naufrágio.* Foi assim que, *destroçada, sem mastros, sem leme, sem velas, e sem pronto remédio para navegar, fugindo aos perigos do mar, e passando pelos muitos da nossa barra de Lisboa,* entrou no Tejo aos 14 dias do referido mês[238:119-20]. Enquanto o navio era concertado, tanto o governador de Lisboa, como o bispo, tentaram convencê-los a permanecerem em terras lusas e a aqui fundarem um convento, o que os frades recusaram, pois que os seus superiores *os não mandavam fundar conventos, mas sim confortar, e livrar do cativeiro dos Turcos os Cristãos da Palestina, pela lamentável desgraça que tinha sucedido na Terra Santa, de passar ao poder dos inimigos da Fé.* Porém, após terem embarcado, o navio, apesar do vento ser favorável, não se movia, mesmo quando outras embarcações vieram para o ajudar a zarpar. Perante o sucedido, determinou-se que os religiosos desembarcassem outra vez.

Apenas puseram os pés em terra, *ficou logo boiante a embarcação ; e não obstante ser contra maré , sem governo, nem mais preparos, voou como aguia , e como se tivesse entendimento, fugiu pela barra fora*[238:120]. Como referia Pedro López de Altuna em 1637, isso foi um sinal de que *queria Deus deixá-los naquela terra*. O governador de Lisboa enviou-os a Santarém, onde estava a corte, tendo D. Sancho I hospedado os frades no seu próprio palácio. Depois, *edificou-lhes o bom rei um convento* [...] *não muito longe do seu palácio* [...], *o primeiro que houve em Santarém* [...] *e nele tomaram o hábito muitos santos e nobilíssimos varões*[38:153]. Aí começaram logo a desenvolver a sua actividade, a qual era financiada por doações várias e por esmolas, as quais serviam *para livrarem com elas da crueldade, e tirania dos Mouros os cativos; se curarem os enfermos do seu Hospital; se sustentarem os peregrinos que nele se recolhiam, e outras mais obras de piedade*[238:170]. Com efeito, o primeiro resgate verificou-se logo em 1208 no Reino de Granada e Sevilha, tendo sido libertados 150 cativos,

seguindo-se em 2010 o resgate, em Moura, 116 prisioneiros, e, em 2012, o de mais 56 que estavam cativos em Beja.

Alguns trinitários de Santarém, que pelas suas missões de resgate sabiam do que se passava em Alcácer do Sal, influenciaram Soeiro Viegas, bispo de Lisboa, para que este intentasse a conquista daquela cidade. A ocasião surgiu em 1217, aquando da passagem por Lisboa de uma frota de cruzados. Após um cerco de dois meses, Alcácer foi definitivamente conquistada a 18 de Outubro. D. Soeiro, agradecido aos trinitários *por serem a causa de tanta ventura , tratou logo de lhes diligenciar a fundação deste Convento* [da Trindade, em Lisboa] *, pedindo ao ínclito Rei D. Afonso II a Ermida de Santa Catarina, e seu território do Bairro Alto , que então estava extra muros da Cidade, e de que o mesmo Rei era Padroeiro. Com benignidade a concedeu, para que tivessem os resgates maior expedição*. Em Fevereiro de 2018 tomaram os frades posse da ermida e terrenos anexos, *fazendo mais algumas acomodações, um pequeno Hospital para enfermos, e peregrinos; e igualmente um limitado Albergue (como então se chamava) para hospedarem os cativos*[238:174]*.* Embora as instalações fossem modestas, o convento prosperou, de modo que, em menos de um século, as instalações já não bastavam para albergar o povo que de todos os lados ali concorria. Por isso, D.ª Isabel, conhecida como a Rainha Santa, mulher de D. Dinis, neto do rei fundador do pequeno mosteiro, reedificou por volta de 1289, sobre a velha ermida, um templo ampliado, condigno com a majestade do culto e o florescente nome do Convento da Trindade[101:164].

Quando D. Fernando I, em 1373, mandou cercar a cidade de Lisboa de novos muros e torres, a chamada 'Cerca (ou Muralha) Fernandina', que ampliava a 'cerca velha', que remanescia de tempos remotos e estava muito degradada, a nova estrutura defensiva passava pelo Convento da Trindade. Com esta muralha, o convento e terrenos anexos ficaram dentro de muros (vindo esse olival a ser urbanizado em inícios do século XVI). Outra propriedade, denominada de 'Herdade de São Roque', ficou fora de muros (e viria mais tarde a ser urbanizada em meados do século XVI). O objectivo da nova muralha era dotar a cidade de fortificação adequada, rodeando inclusivamente parte da urbe que tinha crescido extra muros. Com esta intervenção, *ficou o mesmo convento pertença da cidade. Ora como a cortina da cerca lhe passava rente, apossaram-se os frades do lanço e das torres com que entestavam; do que se originaram com a câmara de Lisboa tais demandas, que só em tempo d'el-rei D. João III e D. Sebastião terminaram, por composição entre as partes*[101:165]*.*

A cerca fernandina e os frades trinitários tiveram grande relevância quando, por morte de D. Fernando, em 1383, o país mergulhou na 'crise de 1383-1385'. O defunto rei só tinha uma filha, D. Beatriz, que estava casada com o rei de Castela. Porém, muitos nobres e o povo não estavam de acordo com essa perde de independência, e, como é sabido, D. João, o Mestre de Avis (meio-irmão de D. Fernando), encabeçou, em Dezembro de 1383, uma revolta na sequência da qual foi aclamado como 'Regedor e Defensor do Reino' (viria a ser eleito nas cortes de Coimbra, em Abril de 1385). Na sequência dos acontecimentos, o rei de Castela decidiu invadir Portugal no começo de 1384, fazendo o cerco a Lisboa por terra e por mar durante quase cinco meses. Como nos conta Fernão Lopes, *Não guardavam ali a decretal: 'Eclesiastici arma portantes': os quais segundo direito, não curam tomar armas, posto que seja por defensa da terra, mas clérigos e frades, especialmente da Trindade, eram logo nos muros com as melhores armas que haver podiam*[126:130]*.* Na apreciação de Júlio de Castilho, nessa altura, *Aceitaram os clérigos e frades, como então a igreja admitia nestes casos extremos, o duro ofício de defensores da cidade; a armadura revestiu a estamenha; e as dextras que usavam suster o cálice da Eucaristia ergueram sem tremer o montante*[101:165]. Terminado o cerco, diz-nos Fernão Lopes que *ordenaram logo uma grande e devota procissão, na*

qual todos fossem descalços ao mosteiro da Trindade, que é dos muros adentro[127:66], escolhido por ter sido o local das pelejas mais sangrentas.

Em 1461, perante acusações de desvio do dinheiro das esmolas obtidas destinadas à redenção dos cativos, D. Afonso V atribuiu esta missão ao 'Tribunal da Redenção dos Cativos', pois *que a ele só devessem seus vassalos , que se achavam cativos, o grande benefício da Redenção, julgando com ardente zelo que entrando eles no cativeiro por sua causa, devia o poder invicto, e a fortaleza do seu braço ser o que, abrindo com Real piedade os cárceres de Berberia, restituir-se a todos a antiga posse da sua liberdade*[238:292]. Em 1498, no reinado de D. Sebastião, a Ordem viria a retomar os seus direitos, embora a administração régia tenha mantido o controlo sobre o dinheiro da Ordem e sobre a sua aplicação na redenção dos cativos.

Em 1561, ameaçando ruína, o convento voltou a ser novamente reedificado e ampliado. Como era natural nesses tempos, o convento, ao longo da sua história, padeceu de vários incêndios. Um deles ocorreu pela meia noite do dia 2 de Setembro de 1708, no qual pereceu muita gente, *ficando só isenta a Igreja, a Livraria, algumas oficinas, a quem as abóbadas defenderam, e o dormitório* [...]; *porém,* [ficou] *tão danificado, que pouco mais dano faria o fogo se o queimasse* [na totalidade]. *Em breves anos se reparou pela Providência Divina, ficando não só restituído ao seu antigo ser, mas com avantajada perfeição*. Mas o novo edifício reconstruído não duraria muito. *O mesmo infausto sucesso experimentou na Época de 1755 com o formidável Terremoto , e incêndio que padeceu toda a Cidade. Causou maior dano o elemento do fogo, que o da terra. Principiou pelos dormitórios, reduzindo-os a cinzas, e saltando à Igreja, acabou de destruir tudo*[238:189].

Não obstante um segundo incêndio em 1756, quando o edifício estava já praticamente reconstruído, o convento voltou a ser edificado e os trinitários continuaram a desempenhar as suas funções. Porém, em 1834, foi emanado um Decreto que, no seu artigo primeiro, estipulou que *Ficam desde já extintos em Portugal,* [...] *todos os Conventos, Mosteiros, Colégios, Hospícios, e quaisquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto, ou regra*, declarando, no artigo segundo, que os bens dessas instituições *ficam incorporados nos próprios da Fazenda Nacional*[16:70]. Desaparecida a função conventual, parte do espaço acabou por ser comprado, em 1836, pelo industrial galego Manuel Moreira Garcia, que ali instala a Fábrica de Cerveja da Trindade, a primeira em Portugal, com venda directa de cerveja a copo, ali perdurando até hoje como cervejaria e mariscaria, sendo famoso o seu 'Bife à Trindade'..

Convento do Carmo

Após a Batalha de Aljubarrota, em 14 de Agosto de 1385, que consolidou D. João I como rei de Portugal, o condestável Nuno Alvares Pereira (1360-1431) fez o voto de construir em Lisboa um templo consagrado à Virgem Santa. Escolheu, para esse fim, o monte do Carmo, outrora povoado de oliveiras, e que ficava sobranceiro ao vale vastíssimo chamado Valverde, pela sua vegetação luxuriante. O monte do Carmo, pela sua elevação, apresentava um panorama maravilhoso tanto para Sul, avistando-se o Tejo até à barra, como para o Norte, divisando-se os campos verdejantes, que circundavam a cidade. Esse terreno pertencia, na maior parte (o olival existente na encosta sobranceira ao Rossio), aos frades do adjacente Convento da Trindade, que Nuno Álvares comprou. O restante (casa, instalações anexas e área adjacente) era de seu cunhado, o almirante Carlos Peçaño (Pessanha), tendo-a o condestável obtido por troca com outra que possuía noutra localidade[200:762]. As obras de construção iniciaram-se em 1389.

Alexandre Herculano (1810-1977), em 'O Monge de Cister' (1848), cuja acção decorre no reinado de D. João I, em pleno período de convulsões políticas, ao relatar a procissão do Corpo de Cristo, descreve bem como seria a paisagem e a situação na altura em que começou a construção do convento:

> *Era, pois, o dia da procissão de 'Corpus'. As ruas por onde esta havia de passar estavam desde a véspera varridas e cobertas de junco e espadanas.* [...].*O terreiro, que se poderia comparar ao eixo de um compasso aberto cujas pernas fossem os dois vales, chamava-se ainda Valverde, abrangendo o terreno da praça que depois se denominou o 'Rossio', quando esta palavra deixou de ser em Lisboa a designação absolutamente genérica de quaisquer terrenos comuns ou logradouros dos concelhos. As ruas que ligavam este recinto com a extremidade Ocidental da Rua Nova, costeiando as alturas do Carmo e de S. Francisco, vieram a ser origem da celebre rua do Ouro* [...]. *No cimo do cerro que campeava sobre o vale via-se, já meio demolido, para se edificar o convento do Carmo, o palácio da nobre família dos almirantes Pessanha* [...]. *O bairro da Pedreira ou do Almirante, coutado por pertencer aos chefes daquela célebre linhagem, era um objecto de terror e de ódio para o concelho de Lisboa, por ser um covil de malfeitores, onde as justiças municipais não podiam penetrar. Na verdade, D. Fernando descoutara esse bairro; mas D. João I, indulgente sempre com os crimes políticos, ainda daquelas famílias que menos afeiçoadas lhe ficaram sendo, restituíra á dos Pessanhas os antigos privilégios. Além da vastidão da praça de Valverde, patente a todos, a encosta íngreme da Pedreira oferecia aos seus moradores uma espécie de anfiteatro para gozarem mais ou menos distintamente as cenas transitórias da procissão sem saírem de casa*[145:63-6].

O texto de Herculano merece alguns esclarecimentos. Lisboa estava então dividida em 'Bairros', distritos criminais existentes para melhor policiamento e mais fácil administração da justiça, cada um dos quais estava policial e judicialmente sob a alçada de um julgador do crime, um corregedor ou simples juiz do crime. Porém, havia também os 'coutos' ou 'bairros coutados' que eram certas propriedades cujos moradores gozavam do privilégio de isenção do serviço real, das contribuições, e das penas, lugares vedados por lei à própria acção da lei, e onde as justiças d'el-rei não tinham entrada[187:491]. Tais barros transformavam-se, muitas vezes, em lugares de asilo de malfeitores e proscritos. O Bairro do Almirante, também designado por 'da pedreira' por ali se fazer exploração de pedra para a construção, era um deles. Compreende-se melhor, assim, a afirmação de Herculano de que *era um objecto de terror e de ódio para o concelho de Lisboa, por ser um covil de malfeitores, onde as justiças municipais não podiam penetrar.* A instalação, ali, do convento veio sanear, de certa forma, esta situação.

Como referimos, a edificação do convento iniciou-se em 1389, só tendo terminado em 1423, isto é, 34 anos depois. Na construção do edifício verificaram-se vários percalços. Por exemplo, a capela-mor abateu duas vezes antes das obras concluídas, sendo preciso da terceira vez abrirem-se os caboucos para assentar os aliceces abaixo do nível do vale, onde hoje é a praça de D. Pedro, só assim se conseguindo a solidez dos seus altos e robustos muros (que haviam de resistir ao terramoto). Ainda na fase de construção, para ali trouxe Nuno Álvares, em 1397, alguns frades do Convento de Nossa Senhora do Carmo, de Moura, para começarem desde logo a estabelecer a comunidade religiosa. A igreja viria a ser sagrada em Junho de 1423[200:764].

Parece que Nuno Álvares Pereira sempre teve vocação religiosa. Sendo filho ilegítimo de Álvaro Gonçalves Pereira (*c.*1300-*c.*1379), prior da Ordem do Hospital, que tinha sede no Castelo do Crato, e de Iria Gonçalves do Carvalhal (1320-1385), foi legitimado por decreto real um ano após o seu

nascimento, podendo assim receber a educação cavalheiresca típica dos filhos das famílias nobres do seu tempo. Não sendo filho primogénito, segundo os costumes da época tinha duas opções para a sua vida: seguir a carreira das armas ou a vida eclesiástica. Segundo parece, era esta última que Nuno Álvares pretendia seguir. Porém, seu pai impôs-lhe, em 1376, com apenas dezasseis anos, o casamento com uma jovem viúva do Minho quatro anos velha, Leonor de Alvim (*c.*1356-1388), o que o impediu, como é óbvio, de seguir a vida eclesiástica. Como é sabido, viria a adquirir grande prestígio como militar, o que, juntamente com a amizade que tinha com o Mestre de Avis, lhe proporcionou grandes proventos. Porém, a vocação religiosa manteve-se sempre presente. Por exemplo, altura da crise de 1383-1385, foi confiscada uma herdade em Camarate, pertencente ao Judeu David Negro, almoxarife das alfândegas reais no reinado de D. Fernando I, a qual foi prontamente doado por D. João I a Nuno Álvares, que nela edificou uma ermida chamada de Nossa Senhora do Socorro. A essa à qual quinta e ermida, ia ele muitas vezes no ano e levava consigo sua mãe, que nela viveu por algum tempo[113:618]. Não surpreende muito, portanto, que em 1404 tivesse doado os seus bens ao convento que mandara construir, e que aí viesse a professar em 1423 como frei Nuno de Santa Maria.

Como se diz na 'Crónica do Condestável', redigida provavelmente em data não posterior a 1440, *Sendo o condestável em idade de 62 anos, e sentindo já que a fraqueza se assenhorava dele, e em como a Deus graças el-Rei tinha sua terra em bom sossego, e que seus filhos eram em tais idades para todo bem fazer,* [...] *apartou-se a servir Deus em estado de pobre em S. Maria do Carmo da cidade de Lisboa, que ele mandara fazer*[41:f71]*.* Aí viveu os últimos oito anos de sua vida. Supõe-se que a cela onde humildemente viveu frei Nuno de Santa Maria ficava do lado da calçada do Carmo junto à actual entrada do quartel, á direita. Faleceu no primeiro de Novembro de 1431, tendo sido enterrado no meio da capela-mor da igreja do convento, em sepultura rasa. Porém, o túmulo viria a ser modificado, pois que sua quarta neta, a duquesa de Borgonha, enviou de França um talhado em jaspe, que na frente tinha a estátua do Condestável armado de armas brancas e, deitada sobre a campa, outra estátua representava D. Nuno com o hábito carmelitano[200:763-4]. Viria a ser beatificado em 1918, tendo sido depois canonizado, em 2009.

Era um convento magnífico. A descrição efectuada por Carvalho da Costa (1650-1715) em 1712, expressa a sua imponência, alguns anos antes do terramoto:

> [...] *o Real Convento de N. Senhora do Monte do Carmo, de Religiosos Carmelitas Calçados, que fundou o Condestável Dom Nuno Alvares Pereira no ano de 1422.* [...]. *A sua Igreja é de três naves, e das melhores de Espanha, toda de abobada, com duas portas, a principal para o Poente, e outra para o Sul: tem bom cruzeiro, a Capela-mor é das melhores da Corte, com excelente tribuna, toda dourada, como também é o retábulo, e todo o corpo da mesma Capela, que adornam excelentes pinturas, com dois Santuários sobre as cadeiras do coro, onde estão notáveis Relíquias* [...]. *Da parte do Evangelho, junto ao Altar-mor, está um magnífico tumulo de jaspe, onde está sepultado o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, e ao pé dele sua mãe D. Iria Gonçalves*. [...]. *Tem bons dormitórios com deliciosa vista para o Rossio e para o Norte, e um espaçoso claustro quase todo azulejado, com sete capelas curiosamente adornadas* [...]. *Residem neste Convento cento e trinta Frades*[113:471-3].

O terramoto do 1.º de Novembro de 1755 e subsequente incêndio destruíram boa parte da igreja e do convento, consumindo-lhe o recheio. Na ocasião dessa terrível catástrofe, os frades fugiram todos para o Campo Grande com a imagem da Senhora do Carmo, e improvisaram barracas onde viveram até à véspera do Natal, passando então para uma ermida que tinham mandado construir

às Amoreiras, perto dos Arcos das Águas Livres. Na sequência do grande sismo, o túmulo do condestável ficou soterrado, mas parece que os frades conseguiram salvar as ossadas, e encerrando-os num féretro de madeira, depositaram-nas na igreja da S. Vicente[200:764]. Voltariam mais tarde para o convento e, em 1951, aquando da inauguração do templo a ele dedicado, a Igreja do Santo Condestável, em Campo de Ourique, para aí foram trasladados.

No reinado de D.ª Maria I iniciaram-se as obras de reconstrução de uma ala do convento, já em estilo neogótico, e os frades para ali voltaram, mas o templo ficou sempre em ruínas. Tal como aconteceu com as outras instituições deste tipo, as funções terminaram em 1834, com o Decreto de Extinção das Ordens Religiosas[16:70]. Os edifícios e bens da ordem reverteram para o estado.

No convento viria a ser instalada a Guarda Municipal de Lisboa, criada por decreto de 3 de Julho de 1834, depois da implantação da república incorporada da Guarda Nacional Republicana, tendo as celas passado a casernas. O antigo convento perdeu então todo o seu aspecto, tanto interior, como exterior, devido às obras de adaptação às novas funções. Aí, no dia 25 de Abril de 1974, viria a cair a ditadura. Quanto à igreja, as ruínas serão atribuídas, em 1863, à Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, onde viria a ser criado o Museu Arqueológico do Carmo.

'Caldo entornado'

Significado: contratempo, transtorno, insucesso, desavença, estrago.

Origem: A origem não é clara. Por outro lado, a locução é em si evidente (entornar o caldo é, com efeito, um contratempo, um transtorno). Porém, para alguns autores, derivaria da expressão medieval 'carro entornado'.

Diz-nos João Ribeiro em 'Frases Feitas' (1908), que se *diz comumente o caldo entornado, mas é frase já deturpada e a razoável e mais inteligível é a do carro entornado ou carro virado e não caldo virado*. Diz ainda que *A aproximação do caldo e carro proveio naturalmente de outro modismo peninsular, 'mexer o caldo' (esp. 'revolver el caldo', ò' el ajo'), isto é, renovar contos e histórias antigas e esquecidas para mover disputas novas*[223:57].

Como o autor chama a atenção, é assim que foi expresso por vários autores antigos. Com efeito, Sá de Miranda (1481-1558), na 'Écloga II', escreveu:

> *Que nunca ouvi um rifão*
> *Mais corrente, mais usado*
> *Que darem todos de mão*
> *Se jaz o carro entornado.*
> *Quantos vêm e quantos vão*[169:177].

Também Jorge Ferreira de Vasconcelos (*c.*1525-1585), na 'Comédia Eufrosina' (1555), põe Filotimo a dizer na cena X do acto 5 (*sic*):

> *Com fauor todos fomos justos, ẽ quãto a justiça não vem por nossa casa. Mas como nos visitão com qualquer conhecença da vida, logo ho carro he entornado, e ja Deos he escasso ou esquecido, e com dizermos quem boa dita tẽ a Deos a agradeça, como nos esquacea, perdesse a obrigação do bem passado, cõ a queixa do mal presente, & lançamos nossas culpas aa desauentura que nola não tem*[261].

É desta forma que a expressão aparece dicionarizada nos dicionários mais antigos, como o 'Dictionarium Lusitanico Latinum' de 1611, de Agostinho Barbosa (1589-1649), em que está expresso: *A carro entornado todos dão de mão. Tempora si fuerint nubila, solus eris*[54:c201].

É assim que se encontra listada em Espanha, no 'Refranes o proverbios en romance' (1619), de Hernan Núñez (*sic*): *Carro entornado, todos lle dão de mano. El português. Al carro que està trastornado, ò caydo, todos le dan de mano*[186:f20v]. (a alusão a 'El português' significaria que o dito foi importado de Portugal?).

Foi também desta forma que Raphael Bluteau (1638-1734) a incluiu no seu 'Vocabulário', no verbete 'carro', nos 'adágios portugueses do carro' (*A carro entornado, todos dão de mãõ*[66:c165]). É ainda assim que Francisco Rolland a contemplou nos 'Adágios, Provérbios, Rifãos e Anexins', de 1780[122:60]. Todavia, no século XIX, a expressão parece começar a desaparecer dos dicionários.

Não sabemos se João Ribeiro estava certo ao deduzir que 'caldo entornado' foi uma deturpação de 'carro entornado'. É possível que fossem locuções não relacionadas, até porque o sentido em que

são utilizadas não é exactamente o mesmo: como vimos, o provérbio completo era 'A carro entornado todos dão de mão', ou seja, depois do carro estar virado todos dão palpites, quando algo dá errado, todos apresentam soluções que poderiam ter sido tomadas anteriormente; já em 'está o caldo entornado' a acepção é a de que a situação se degradou, de que surgiu um problema.

De qualquer modo, a partir do século XVIII, 'carro entornado' parece começar a desaparecer daa obras literárias e dos dicionários, começando a surgir 'caldo entornado'. Por exemplo, Perestrelo da Câmara, na 'Colecção de provérbios, adágios, rifãos, anexins (...)', de 1848, já não incluiu 'carro entornado'; apena *Temos o caldo entornado! (O negócio mexido, aguado)*[79:260]. O mesmo se verifica no 'Tesouro da Língua Portuguesa', que no verbete 'Caldo' incluiu - *Loc.: Derramar o caldo entornar o caldo, atrapalhar um negócio, deitar os negócios, as cousas a perder*[268:46], e na entrada 'Entornado' diz: *part. pass. de Entornar. – Caldo entornado, negócio deitado*[269:179]. Porém, em 'Carro', mantém o adágio *A carro entornado todos dão mão*[268:124].

Porém, na literatura, 'entornar o caldo' parece ter entrado antes, o que é natural. Por exemplo, em 1723, nas 'Orações Académicas', Simão de Santa Catarina (por alcunha o Torto de Belém), escreveu na 'Oração VII. De Secretario para se abrir a Academia dos Estudantes no Real Mosteiro de Belém o anno de 1714':

> *Muito bem, senhora Musa,*
> *dê-me você mil abraços,*
> *se quiser, e quando não,*
> *vá peneirar saramagos.*
> *Ai que se enfada!*
> *tá, tá, temos o caldo entornado!*
> *vem cá, bugia, que eu quero*
> *ser dos teus esperdiçados*[235:237-8].

Também no 'Auto de Santa Genoveva' (1758), de Baltasar Luiz da Fonseca, perto do fim da 'Jornada primeira' se utiliza a expressão. Num diálogo entre Golo, o mordomo, e dois criados, pode lêr-se:

> Gol. (...) *Sabereis pois-que nossa ama* (...)
> *Pois anda com o cozinheiro*
> *com tais segredos , e tratos,*
> *que as conversas sãõ carinhos,*
> *suas acções são afagos* (...)
> Cr.1 *Agora meu cozinheiro,*
> *de todo entornou-se o caldo*[135].

Progressivamente, a locução 'carro entornado' vai desaparecendo, tornando-se mais frequente 'caldo entornado'. Porém, durante algum tempo os dicionários registavam ambas as expressões, até que a primeira acabou por desaparecer. Por exemplo, o 'Dicionário' de Caldas Aulete, de 1881, já só tem uma destas formas. No verbete 'Caldo' incluiu: *temos o caldo entornado (fig.), temos desavença entre amigos, ou transtorno de negócio*[50:265]. Tem, também, a entrada *Entornado, adj. derramado, espalhado. (Fig.) Perdido; alterado; atrapalhado. [Usa-se somente na loc. pop.: Está ou temos o caldo entornado. V. Caldo.]* [50:629].

‘Casa da mãe Joana’, ‘é o da Joana’

Significado: local onde reina a confusão, a balbúrdia e a desorganização; aquilo que se julga ser propriedade de todos ou de que todos se podem servir livremente; onde todos mandam e fazem o que bem entendem.

Origem: Como em muitas expressões portuguesas, há dúvidas sobre a origem desta expressão. Têm sido formuladas duas hipóteses: uma que postula que derivou de uma palavra árabe; outra que a radica em acontecimentos históricos.

O filólogo brasileiro João Ribeiro (1860-1934), no seu livro “Frazes Feitas”, publicado em 1908, refere que *Esta pobre da Mãe Joana é o simples vocábulo árabe ‘gancham’ que significa garrafão, e como verbo, meter uma coisa em outra, e é dedução perfeita porque os garrafões servem para que se lance neles alguma coisa e sempre são por sua vez metidos em palhas ou gigos abertos e protectores. De ‘damchan’ o espanhol fez ‘damajuana’, e o francês com ‘dame-jeanne’, também a tem com o mesmo sentido de vaso grande de cristal ou garrafão*[222:163].

Porém, Teófilo Braga (1843-1924), em ‘O povo portuguez nos seus costumes (...)’, de 1885, aponta uma outra origem para esta locução, a qual é, actualmente, a mais aceite pelos filólogos. Diz o autor que

> *A prostituição como forma cultual deixou de existir, mas ainda se conservou por muito tempo com o carácter de instituição, como a Mancebia* (...), *e certas locuções populares se referem também a isso, como o* <u>*Paço da Mãe Joana*</u>*, com que se designa a casa que está aberta para toda a gente*. E em nota de rodapé acrescenta: *Nuns estatutos sobre bordéis de Avignon, atribuídos a Joana, rainha de Nápoles e condessa de Provença, com data de 1347, estabelece-se que «tenha uma porta por onde todos possam entrar (et que siegs une porto ... dou todas las gens intrarom)» (De la Prost. en Europe, fl. F.). Nos Açores é muito usual para dizer que uma porta está escancarada: É como o* <u>*paço da Mãe Joana*</u>[76:69].

Com efeito, Joana I (1326-1382), rainha de Nápoles e condessa da Provença, teve uma vida atribulada e, em 1346, talvez porque se envolveu, em Nápoles, numa conspiração que resultou na morte de seu marido André, ou porque foi exilada pela Igreja por levar uma vida bastante permissiva, mudou-se para França, para Avinhão (Avignon). Aí, em 1347, com apenas 21 anos, Joana regulamentou os bordéis da cidade, criando regras tendentes a impedir que alguns frequentadores agredissem as meretrizes ou saíssem sem pagar. Para as prostitutas, Joana passou a ser como uma mãe e, por isso, os bordéis eram conhecidos como "casas da mãe Joana". A expressão ter-se-ia disseminado por França (*maison de mère Joana*), por Espanha (*casa de la madre Joan*) e, claro, por Portugal e países lusófonos.

Em Portugal é cada vez mais utilizada a simplificação da expressão ‘é a casa / o paço da mãe Joana’, reduzindo-a para apenas ‘é o da Joana’.

‘Ceca e Meca’ [correr]

Significado: andar por muitos lugares, viajar muito, procurar em todo o lado

Origem: a locução é uma alusão a lugares distantes, um dos quais seria Meca.

A expressão ‘Ceca e Meca’, que em Portugal é frequentemente complementada com o complemento métrico não essencial ‘e olivais de Santarém’ e em Espanha com ‘y Canavaretes’ levanta várias questões, a primeira das quais é a forma de escrever. Com frequência aparece com minúsculas, embora, tratando-se de localidades, a forma correcta deva ser, em princípio, grafada com maiúsculas. Por outro lado, por vezes, aparece grafada como ‘Seca e Meca’. Curiosamente, há algumas décadas foram publicados dois livros que têm como título esta locução nas duas formas: um foi dado à estampa em 1946 e tem como autor o advogado e cronista brasileiro Gustavo Barroso (1888-1959), sendo o seu título ‘Seca e Meca e Olivais de Santarém’[61] (Seca com ‘S’); outro, impresso em 1958, é do também advogado brasileiro Waldemar Ferreira (1885-1964), mas o título é ‘Por Ceca e Meca e Olivais de Santarém’[131] (Ceca com ‘C’). Como veremos, a forma ‘Ceca’ parece ser a que etimologicamente está mais correcta.

Outra questão prende-se com a identificação das localidades. Em 1728, no Suplemento ao seu ‘Vocabulário’, Raphael Bluteau incluiu o verbete ‘Ceca e Meca’, em que diz: *De quem correo muitas terras, costumamos dizer:* Correo Seca, e Meca, e Olivaes de Santarém. *Seca, he hum paul, pouco distante de Santarem, tambem na mesma visinhança deve de haver algum pedaço de terra, chamado Meca*. E depois exemplifica com um extracto literário: *Debalde fostes cançarvos / Em correres Seca, e Meca, / Pois tudo achaveis melhor / Sem sahir da vossa cella. Oraçaõ (Triunfal de Fr. Simão, fol. 194)*[74:202]. Todavia, a identificação efectuada pelo ilustre linguista parece não estar correcta, tanto mais que a expressão é utilizada em toda a Península Ibérica: ‘Ceca e Meca’ em português, ‘Ceca y Meca’ ou ‘Ceca a la Meca’ em castelhano, ‘Ceca para a Meca’ em galego, e ‘Seca y Meca’ em catalão, em que muitas vezes acrescentam ‘i la vall d'Andorra’. Portanto, Meca parece poder ser directamente reconhecida como a cidade sagrada dos muçulmanos. No entanto, a identificação de ‘Ceca’ não tão óbvia.

Diz-nos Covarrubias, no seu ‘Tesoro de la Lengua Castellana’, de 1611, que ‘Ceca’ era *cierta casa de devociõ en Cordova, a do los Moros veniã en Romeria de alli se dixo andar de Ceca en Meca*[117:266v]. Ficamos assim a saber que ‘Ceca’ seria o nome que era dado à mesquita de Córdova, a mais ocidental, na altura do mundo islâmico. Era, a partir do século X, importante centro de peregrinação, até porque Córdova, sob o governo do emir Abderramão III (912-961), se tinha tornado uma das cidades mais importantes da Europa e todo o mundo islâmico. É essa também a hipótese defendida por António de Morais Silva (1755-1824) no seu ‘Diccionário’, em que, no verbete ‘Sécca’ incluiu: *Correr séca e Meca, ou antes Céca e Meca (porque Céca era huma casa de Romaria dos Mouros em Córdova), andar todas as partidas, vagar muito*[171:674].

Principalmente para os muçulmanos do Ocidente, ir em peregrinação a Ceca (à mesquita de Córdova) seria mais simples, mas os deveres religiosos impunham que, desde que tivessem saúde e possibilidades económicas, os fiéis deveriam fazer pelo menos uma vez na vida a *hadj* (peregrinação a Meca que deve ser concretizada entre o oitavo e o décimo terceiro dia do mês de *Dhu al-Hijja*, o

último mês do calendário islâmico). Tal significava, na altura, para os islamitas ocidentais, fazer uma viagem longa e difícil, atravessando a maior parte do mundo então conhecido, pelo que não surpreende a referência a Meca numa expressão que pretende sublinhar a dificuldade de alcançar alguma coisa.

Provavelmente, 'ir de Ceca a Meca' ou 'correr Ceca e Meca' seria uma locução já existente durante a dominação muçulmana peninsular. Com a conquista, pelos cristãos, de Córdova, em 1236 (em que a mesquita foi convertida em catedral católica), a expressão teria passado naturalmente para os cristãos de Andaluzia, onde o domínio muçulmano fora mais profundo e duradouro, acabando por se propagar por toda a Península.

Porém, segundo o arabista Federico Corriente (1940-...), o termo *sákka* em árabe peninsular, *sikkah* em árabe clássico, significa troquel, ou seja, prensa para cunhar moeda. Com base nisso, este autor formulou a hipótese dos andaluzes terem criado a expressão referindo-se à casa da moeda de Córdova, acrescentando Meca por causa da rima, embora acrescente que a locução não está documentada antes do castelhano[124]. Neste caso, a locução expressaria a enorme distância que existe entre as duas cidades e, simultaneamente, a também enorme distância que existe entre o sagrado (Meca) e o profano (Casa da Moeda / dinheiro).

Sobre o assunto, o filólogo brasileiro Manuel Said Ali (1861-1953), que usa o 'séca' com 's' minúsculo e acento agudo, refere no seu 'Meios de Expressão e Alterações Semânticas', de 1930, que Meca parece ser a cidade da Arábia, mas que *Séca é um enigma. Logicamente deveria designar outra cidade. Pouco importa saber da origem deste vocábulo. Basta que sirva de rima antecipada a meca, com o que se fica entendendo que a pessoa viaja muito, percorrendo grandes regiões em todos os sentidos*[37:22].

Por outro lado, no livro 'Repertorio de Modismos Andaluces', de 1991, do ensaísta espanhol Manuel Barrios (1924-2012), está o seguinte: *De la Ceca a la Meca. Como dice Clemencin, "Ceca" es la palabra arábiga que significa casa de la moneda. Los cristianos de la Península dieron, no se sabe por qué, este mismo nombre a la mezquita grande de Córdoba, que era uno de los lugares de más devoción para los mahometanos. los cuales la frecuentaban en sus romerías y peregrinaciones: y como hacían lo mismo con la Meca (lugar del nacimiento de Mahoma), de esto, de la casual consonancia entre Ceca y Meca, y de lo distantes que están entre sí la Meca y Córdoba, hubo de resultar en el uso común esta expresión para señalar grandes recorridos o distancias, pero en particular cuando la inutilidad es el resultado de tal ir y venir*[56:60].

Seja qual for a correspondência de 'Ceca', o que é certo é que a expressão é muito antiga, estando dicionarizada pelo desde 1611 em Espanha e 1728 em Portugal. Porém, está atestada na literatura antes disso. Por exemplo, no 'Don Quixote de La Mancha', de Miguel Cervantes (1547-1616), cuja primeira parte foi publicada em 1605, o autor, depois de descrever as aventuras ocorridas numa venda de beira de estrada, põe na boca não do aristocrata D. Quixote, mas na do seu rústico companheiro Sancho Pança (como convinha), a seguinte declaração (capítulo XVIII da Parte I):

> *Y Io que seria mejor y más acertado, según mi pocco entendimiento, fuera el volvernos à nuestro lugar, ahora que es tiempo de Ia siega y de entender en Ia hacienda, dexandonos de andar de ceca en meca, y de zoca en colodra, como dicen*[108:f41].

É curiosa, no 'Don Quixote', a complementação com a frase coloquial 'de zoca en colodra', que não temos em Portugal, também usada em Espanha no masculino (de zocos en colodros) e no plural

(andar de zocas en colodras), que significa 'ir de mal a pior'. 'Zoco' (soca) era um sapato de madeira, e 'colodra' era uma vasilha funda utilizada para ordenhar cabras, ovelhas e vacas[117:f224v].

Também na literatura portuguesa a expressão 'Ceca e Meca', por vezes grafada como 'Seca e Meca', tem sido recorrente. Por exemplo, no tomo II da 'Academia dos Singulares de Lisboa', de 1668, uma glosa de António Serrão de Castro (c.1610-c.1683) inicia-se com:

> Ypomenes aqui vem magro
> mais que húa faneca,
> pois que correo Seca, & Meca,
> & olivais de Santarém[1:f197].

Também Camilo Castelo Branco (1825-1890), no conto 'Laura' [a mulher amada do poeta Petrarca(1304-1374)], integrado nas 'Cenas Inocentes da Comédia Humana', de 1863, refere que

> *Não acho muito compativel, em boa moral, a dignidade ecclesiastica com a vida airada que elle viveu por Seca e Meca*[97:86].

Quanto aos autores contemporâneos, podemos exemplificar com o poema 'Amar sem ser amado, ora pinhões!', de Mário de Andrade (1893-1945), integrado no livro 'Remate de males' de 1930, em se diz:

> *Moralidade, lei seca, vá-se*
> *Embora! Vá por Seca e Meca!*
> *Darei Seca, Meca e Baía*
> *Por mais este amor, sim, mais um,*
> *Porque enfim é amante de poeta*
> *Toda e qualquer mulher que passe!*[x40].

Outro exemplo é de Manuel Alegre (1936-...), que, no romance 'Rafael', passado na altura da crise académica nos tempos da ditadura, diz a certa altura:

> *A sua obsessão é Júlia, avisá-la, dizer-lhe o que há muito deveria ter sido dito. Celebra-se a Queima da Firas, agora Rafael é Simão, o do Amor de Perdição, vai à Verbena, ao Jardim Botânico, ao Bar das Letras, ao Teatro Avenida, à sede da Associação Académica, corre seca e meca mas não a vê, acabam por lhe dizer que ela foi para o Norte*[36:72].

'Cheio de nove horas'

Significado: cerimonioso, vaidoso, presunçoso, petulante, complicado, meticuloso, emproado

Origem: possivelmente porque as nove horas constituíam um limite para as visitas sociais ou porque era a essa hora que começavam os espectáculos frequentados pelas elites.

As nove horas foram, durante muito tempo, a hora de recolher, principalmente no Inverno, quando anoitece mais cedo. Isso está bem expresso nas Ordenações Filipinas, de 1586, onde, no título LXV, § 14, se diz:

> *Nos lugares onde se costumou tanger sino de recolher, os Juízes o mandarão tanger pelos Alcaides, onde não houver pessoa ordenada para isso, e nas Cidades, e Vilas notáveis se tangerá o sino uma hora inteira. E começarão a tanger desde o princípio de Outubro até fim de Março às oito horas da noite, e tangerão até às nove, e do princípio de Abril até fim de Setembro começarão às nove horas, e acabarão às dez. E nas outras Vilas, e lugares bastará tanger meia hora. E acabarão sempre de tanger às nove horas no Inverno, e às dez no Verão*[8:280].

A importância das nove horas da noite como reguladora das acções da vida pelo menos desde o século XVII, está também expressa num dos 'Apólogos Dialogais' de Francisco Manuel de Melo (1608-1666) intitulado 'Relógios Falantes' (que viria a ser apenas publicado postumamente, em 1721), em que o autor põe a conversar dois relógios de igreja, um da cidade e outro da aldeia, como forma de evidenciar que em todos os locais, seja no campo, seja nas grandes urbes, os homens têm comportamentos frívolos e hipócritas. A certa altura diz o relógio da cidade:

> (...) *porque fiados no relógio, que não dera ainda, ou sim dera, os fazia recolher por chuvas, neves e ventos, mortos, acatarrados, e fora de horas, cheios de sono e vazios de dinheiro: enfim procurava de os mandar pelas ruas á vergonha, que posto que este vicio não tem pena pelas leis, (ou se lhe não executam) ao menos eu lhe queria dar aquela que podia; pois como eu soubesse que homem casado com mulher brava e ciosa, anoitecia fora de casa na conversação escusada ou ilícita, então era o meu repouso, dormia como carapeta: eles confiados em que o relógio da corte não dera as <u>nove horas</u>, que é a taxa de todo o cativo do matrimonio, se deixavam estar repartindo outras nove horas; eram já as doze quando eu despedia as nove*[166:56].

Porém, se estes textos evidenciam que as nove horas eram, mais ou menos, a hora estabelecida para o recolhimento, tal não explica o sentido do epíteto de 'cheio de nove horas' atribuído a uma pessoa cheio de idiossincrasias, de manias, de salamaleques.

Como acontece com muitas locuções existentes na linguagem popular, também para a origem do 'cheio de nove horas' existem diferentes versões. Segundo o historiador e jornalista brasileiro Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), *Criou-se no século XIX a figura sestrosa, cerimoniática, meticulosa, do "Cheio de Nove Horas", criatura infalível em citar regras, restrições, limites às alegrias dos outros, memorialista dos pecados alheios, fiel lembrete aos códigos e regulamentações, imperativas e dispensáveis, complicando as cousas simples*, referindo ainda que *Às nove horas caía o pano sobre*

a representação do quotidiano. Apenas os boêmios, notívagos impenitentes, teimavam em afrontar os perigos da noite, da polícia, dos ladrões e capoeiras esfaimados[93:41-3]. Sendo antigamente o jantar bastante cedo, por volta das 18 horas, de modo a aproveitar ao máximo a luz do dia, as normas da boa educação impunham que, quando se ia a casa de alguém, aí não se permanecesse até depois das nove horas. Como refere Cascudo, era *a hora clássica do século XIX, regulando o final das visitas, ditando o momento das despedidas*. É credível que a quem fazia questão de cumprir escrupulosamente as regras sociais, designadamente o limite das nove horas, fosse atribuído o epíteto de 'cheio de nove horas'.

Figura 3– Torre sineira da Sé do Funchal marcando as nove horas.

Porém, há outra possibilidade para a origem da expressão. Com frequência, era às nove horas que se iniciavam os espectáculos (ópera, teatro e mais tarde o cinema) e outros acontecimentos sociais nocturnos (bailes, festas), para os quais os frequentadores se vestiam a rigor. Ao verem que damas e cavalheiros passavam, a essa hora, ricamente vestidos e com modos a condizer, o povo teria começado a dizer que iam 'cheios de nove horas', ou seja, com aspecto de que iam à ópera, ao teatro, ao baile ou a uma festa. Aliás, essa bem poderia ter sido, também, a origem de outra locução, a 'dar-se ares', já que essas pessoas tinham aspecto (ares) de quem ia a um evento social.

Na literatura, a expressão 'cheio de nove horas' não tem sido muito utilizada. Todavia, de forma esporádica, os textos referem-na. É, por exemplo, o caso de Vergílio Ferreira (1916-1996), que no seu romance 'Vagão J', de 1946 (censurado durante o Estado Novo), diz quase no início que (...) *Manuel esfaqueara o rufia do Bogas que andava pràli todo cheio de nove horas*[129:26], deste modo criando o ambiente de refrega que caracteriza esta história da família Borralho, representativa do patamar mais baixo da escala social, numa vila rural no princípio do século XX.

Há casos em que a expressão é transmutada para 'noves-fora', como acontece no romance 'Pedra Bonita' que o escritor nordestino José Lins do Rego (1901-1957) publicou em 1937, o primeiro do seu ciclo do misticismo e do cangaço, em que aborda a realidade do Nordeste brasileiro, impregnado de fanatismo religioso e de cangaceiros. Em determinada passagem pode ler-se:

> [...] *Bento levantou-se e foi conversar com a negra Maximina. Queria saber de todas as novidades da terra. A maior de todas era a história de D. Fausta com o Sargento Lourenço da força. O homem era casado no Recife. Mas estava vivendo com a filha do Major.*
>
> *— O engraçado, menino, é que ele acabou com a gritaria. Tudo era marmota da sem-vergonha. Queria era homem pra dormir com ela. O novo juiz é até um bom homem. Logo que a gente chegou aqui, ele procurou o Padre Amâncio. D. Eufrásia ficou em Goiana. Ela vem depois.* [...]. *Nunca vi mulher mais cheia de noves fora. Passei três meses em Goiana na casa dele pra nunca mais botar os pés lá. Aquilo é lá gente! O marido é um banana, um leseira. E a mulher gritando com todo o mundo. Só gostei dela lá uma vez. Tinha visita na casa e o marido deu pra falar do padre. Ele dizia que o padre tinha perdido a carreira querendo ser bom demais. A mulher deu neles uns gritos. A visita baixou a cabeça e o marido veio pra o alpendre endireitar as gaiolas de passarinho. O bicho é doido por passarinho.* [...][219:268].

‘Coisas do arco-da-velha’

Significado: Coisas inacreditáveis, absurdas, espantosas, inverosímeis, prodigiosas.

Origem: A expressão traduz as coisas impressionantes associadas, no imaginário popular, ao arco-íris que, em linguagem coloquial, era designado por arco-da-velha.

A designação de arco-da-velha parece ter derivado do Antigo Testamento, sendo uma simplificação de ‘Arco da Lei Velha’, referência à Lei Divina, o que está bem expresso no Génesis (9:12-16): *E Deus disse: Eis o sinal da aliança, que faço entre mim e vós, e com todos os animais viventes, que estão convosco por todas as gerações futuras. Porei o meu arco nas nuvens, e ele será o sinal da aliança entre mim e a terra. E quando eu tiver coberto o céu de nuvens, o meu arco aparecerá nas nuvens; E me lembrarei da minha aliança convosco e com toda a alma vivente que anima a carne, e não voltarão as águas do dilúvio a exterminar toda a carne [que vive]. E o arco estará nas nuvens, e eu o verei, e me lembrarei da aliança eterna que foi feita entre Deus e todas as almas viventes de toda a carne que existe sobre a terra*[250:15].

Arco-da-velha como termo dicionarizado aparece logo nos primeiros dicionários portugueses, como o ‘Dictionarium latino lusitanicum’, de Jerónimo Cardoso (1508-1569), publicado em 1570, onde consta tanto na parte latim-português (*Arcus cœlestis. O arco da velha*[90:19]), como na inversa (*Arco da velha. Arcus cœlestis.* [90:12]). Consta também do dicionário com o mesmo título, de Agostinho Barbosa (1589-1649), de 1611: *Arco da velha. Íris, íris, vel Íris, iridis* (...)”[54:c104].

Como veremos, o nome vulgarmente utilizado para designar o arco-íris era, com efeito, arco-da-velha. Só a população mais culta dizia arco-íris ou simplesmente íris, ou arco celeste, o qual, presumivelmente, permitia prever o estado do tempo. Tal está expresso bem expresso na ‘Chronographia ou Reportorio dos Tempos (...)”, de André de Avelar (*c.*1546-*c.*1623), originalmente publicada em 1585, onde o livro terceiro é dedicado ao ‘prognóstico da mudança do ar’, e em que estão várias indicações para prever o tempo através do arco-da-velha:

> *Sol, se deitar peara a terra umas como raias, ou listas estando ele perto do horizonte, por meio de alguma nuvem aberta com diversas cores como o arco da velha, é sinal de grandes chuvas*[52:115v]. [...] *Arco da velha pela manhã, denota chuva à tarde com vento. Arco da velha se* [a]*parecer mais que um, denotam chuvas. Arco da velha ao meio dia , denota chuvas depois do meio dia, chuvas mansas, miúdas, & bonança de tempo*. [52:117v] [...]. *Se pela manhã aparecer o arco da velha a Ocidente, é sinal de serenidade & algumas vezes de pequena chuva. Se estando o Sol sobre o horizonte, em tempo de tempestade, aparecer o arco da velha para Poente, denota serenidade, & ao Oriente, é coisa duvidosa*[52:121v]. [...]. *Arco da velha pela manhã, denota vento à tarde. Arco da velha em tempo sereno, denota vento invernoso*[52:128].

A origem bíblica do termo ‘arco-da-velha’ está bem expressa na ‘Segunda parte dos diálogos da Imagem da Vida Cristã’, de Frei Heitor Pinto (*c.*1528-*c.*1584), publicada em 1572. Diz-se aí:

> *O arco de céu faz-se da repercussão e reverberação dos raios do Sol na húmida nuvem prenhe de água. A madalena foi uma nuvem resolvida em lágrimas, pois diz o Evangelho de Cristo que com elas lhe lavou os pés, & foi ferida & ilustrada com os divinos raios do Sol da justiça, cheia*

> *da sua graça & amor, porque diz o Evangelho que lhe foram perdoados pecados muitos, porque amou muito. Daqui se gerou um arco celestial, como o que chamam das velhas, pelo qual é significada a esperança da divina misericórdia*. (...). *Este é o arco de que Deus diz no Génesis que é o pacto de concerto & amizade entre ele & o género humano*[209:3v-4].

O padre Raphael Bluteau, no seu "Diccionario Portuguez e Latino", de 1712, ao referir-se ao "Arco celeste", no verbete "Arco", alude a este texto: *Arco celeste ou, como diz o vulgo, Arco da velha. Diz Fr. Hector Pinto que os Portugueses lhes deram este nome porque, na Lei velha, disse Deus que nas nuvens poria este Arco por sinal de paz entre si & os homens. Os cultos lhe chamam Íris*[65:477].

Desta origem discorda o filólogo João Ribeiro (1860-1934), pois que *não parece que deva subentender-se em Arco da velha a velha lei, isto é, a que chamavam outrora a lei cansada, a lei mosaica. Queria-o assim Bluteau, e a sugestão é engenhosa. A verdade é que tanto se diz Arco da velha como a velha do arco (vieja de l'arco), e desde há muito se apegou a expressão bem ou mal à história de uma velha feiticeira na linguagem e no folclore peninsular*. Para este investigador, *A ideia de velha reunida a arco provém da corcova ou corcunda que é própria tanto do arco como da velha.* (...). *Esta analogia tenho para mim que é a fonte mais segura.* (...). *Os velhos sabem naturalmente por experiência, prever e anunciar as chuvas e não só por isto, mas por seus humores mais sensíveis ao meio atmosférico e ainda pela necessidade e prudência neles muito maior de se resguardarem. E ainda melhor as velhas, por mais débeis e fracas e não calarem os seus prenúncios. É tão verdade o que aí está escrito, que alguns provérbios atestam que aquela previdência e resguardo por parte das velhas não passou despercebida ao povo*[222:151-154].

O arco-da-velha é referido em muitos textos da altura, como, por exemplo, nas "Prodigiosas Appariçoens & Successos Espantosos vistos no presente anno de 1716", em que se dá conta de um fenómeno ocorrido na Europa:

> *Prussia. Pelas oito horas da noite de terça-feira 17 de Março deste ano, se viu em Koninsberg, Pillau, & outros lugares deste Reino, para a parte do Norte, uma luz em forma de meia Lua, mas de maior corpo, a qual um quarto de hora depois de aparecer, começou a lançar uns grandes raios de cor variada, como a do Íris, a que vulgarmente chamamos Arco da Velha"*[44:7].

No entanto, Manuel José de Paiva (1706-*c.*1785), nas suas 'Infermidades de Língua', de 1759, inclui o termo nas *inumeráveis palavras, que a ignorância tem introduzido* (...), dizendo que o leitor *Fará nisto o que quiser: mas por meu voto, se quiser não ter borbulhas, evite as palavras* que elenca a seguir, entre as quais se encontra *Arco da velha*[195:102-6].

Praticamente todos os dicionários incluem o termo arco-da-velha. É disso mero exemplo o 'Diccionario da Língua Portugueza', de António de Morais Silva, publicado em 1789, que tem por base o de Raphael Bluteau, em que no verbete 'Arco' se inclui *Arco íris, celeste, ou da velha, o arco de várias cores, que se vê nos ares em tempo chuvoso*[173:109], e no termo 'prisma' se refere: *Na Física, prisma triangular de vidro que posto a um raio de luz o divide, separando as 7 cores de per si, como as que se vêm no Íris ou arco da velha*[174:246].

Porém, não encontrámos a expressão "coisas do arco-da-velha" em textos anteriores ao século XIX, pelo que se deduz que, possivelmente, apenas começou a ser utilizada nesta altura ou, pelo menos, a divulgar-se, talvez com maior incidência nos periódicos, tipo de literatura que teve grande expansão nesta época. Apresentamos, a título exemplificativo, alguns exemplos. Em 1837, em 'O Eco, Jornal Crítico, Literário e Político', num artigo com o título "Marcha da Revolução", publicado em Novembro (n.º 210), diz-se a certa altura que

> (...) *teve lugar o debate acerca do tempo que devia durar cada legislatura, e do dia em que devia ser a Sessão Real. Sobre o primeiro quesito disse o Sr. Leonel* <u>*coisas do arco da velha*</u> (...)[18:3495].

Em 1847, o jornal 'A Matraca, Periódico Moral e Político' publicava, no n.º 6, de 11 de Setembro, uma presuntiva carta de B. Paparrotos (um pseudónimo) a sua irmã, em que se pode ler:

> *Dizem cá os nossos patuscos que no recenseamento os agentes do Governo fizeram* <u>*coisas do arco da velha*</u>*; mas isto é assunto que não mexeria quem tivesse uma sombra de vergonha* (...)"[201:22].

Ainda outro exemplo, entre os muitos que poderiam ser referidos, é o do jornal 'A Época, jornal de industria, sciencias, litteratura, e bellas-artes', que em 1848, no n.º 27, numa crónica assinada pelo Barão de Alfenim (pseudónimo de António da Silva Túlio), refere-se que

> *A literatura portuguesa vai com vento em popa: publicam-se dois dicionários da língua; - anuncia-se um poema em três cantos,* [...]; *- anuncia-se mais, um jornal com o título de 'Fiel Portuguez'; - outro denominado o 'Iris' (se disser* <u>*coisas do arco da velha*</u> *pode justifica-las com o seu nome)* [...].[53].

No imaginário popular, o arco-íris (ou arco-da-velha) sempre esteve associado a fenómenos atmosféricos por vezes inusitados e, por associação, a acontecimentos extraordinários. Assim, é bem possível que esta associação se fosse progressivamente expandindo, acabando por abranger ocorrências inacreditáveis, absurdas, espantosas, inverosímeis ou prodigiosas, isto é, 'coisas do arco-da-velha'.

‘Cu do Conde’

Significado: local distante ou de difícil acesso. Equivalente a ‘cu de Judas’, ‘onde Judas perdeu as botas’.

Origem: obscura.

Nas obras consultadas, não encontrámos qualquer alusão à possível origem desta locução. Só na internet conseguimos descobrir uma presumível explicação, embora não a pudéssemos confirmar de modo algum:

> *Cú do Conde é uma expressão originada no século XVIII, em 1757 mais precisamente, aquando de uma conversa de amigos, o bem humorado Marquês de Alpiarça, bêbado inveterado mas na altura a tentar a reabilitação, a disse perante a insistência e curiosidade, por vezes até desagradável, de um membro do clero de identidade, por mim, desconhecida, em querer saber onde se encontrava a garrafa de vinho que tinha desparecido da sacristia. Nessa conversa em que estava também presente o Conde d'Avintes, o tal padre nervoso com o desaparecimento de mais uma garrafa (a 3ª numa semana) confrontou o Marquês "Onde a escondeste? Onde? Onde??" e o Marquês quiçá movido pelo espírito da piada fácil, através da rima, mesmo não sabendo onde a garrafa se encontrava, apontando para o Conde, respondeu, com o seu ar mais malandro: "No cú do Conde!!".*
> *Desde então à insistente pergunta "onde? onde?" mata-se a curiosidade do interrogador com a estocada "No cú do Conde!"*[63].

Também não conseguimos encontrar a locução dicionarizada (excepto em dicionários recentes, principalmente alguns disponíveis na internet).

De igual modo, raramente encontrámos esta expressão popular na literatura. Um dos poucos casos é o do médico e escritor brasileiro Pedro da Silva Nava (1903-1984), que no seu livro de memórias ‘Chão de Ferro’ (1976) a inclui numa determinada passagem em que descreve os seus tempos de colégio

> [...] *uma palavra sobre o que eram nossos permanentes. Emprestávamos esse nome a um colarinho postiço, em pé, que o regulamento considerava indispensável para se falar ao Quintino, para os exercícios militares, para o cerimonial das refeições. Dávamos o cavaco com a obrigatoriedade do incómodo detalhe do vestuário e nosso protesto era usar sempre o mesmo, do início ao fim do ano. Ele ia perdendo a goma, amolecia, amarelava, ficava pardo, nele se escreviam quadrinhas indecentes como a do peru, peru, peru; a do porra-patrão; a das moças de toucado; a do Bocage no Campo de Santana e outras coisas do cu do conde. Pensamentos eróticos. Notas de mensuração antropológica ignoradas por Topinard, como aquela que começava no queixo e que descia: um palmo, dois palmos, três palmos, quatro dedos, um quilate, um pepino e dois tomates. No dia de mudar, amarrotávamos o colarinho limpo, atirávamo-lo na roupa suja e mantínhamos o permanente imundo, dobrado em quatro no bolso e logo posto por dentro da gola da farda, quando a etiqueta o exigia*[181].

Porém, é locução que o povo usa há muito. Em 1845, o periódico 'A Carranca' incluía 'Huma das Scenas do Bumba' onde se lê:

Minha caiporinha,
Onde está meu frade ?
Dize-me onde está,
Que estou com saudade.
Cavallo marinho,
Se o frade se esconde.
Ou está no Poço,
Ou no cú do Conde.
Dize-me, oh Matheus!
O frade onde está?
Comerá caju,
Ou come cajá?
(...)
Ah ! tanto prazer
Quão preste findou:
Deos asthma no frade,
E tudo acabou.
Corra-se o panno,
(Gritou o Chichorro)
Ó frade replica,
Gritando: ai que morro[20].

‘Custar os olhos da cara’

Significado: custar muito caro, ter um preço muito alto; equivalente de ‘custar couro e cabelo’, ‘custar um dinheirão’ e 'custar cara a brincadeira'.

Origem: é provável que a locução seja uma alusão ao costume bárbaro de arrancar os olhos aos prisioneiros de guerra.

Diz-nos o filólogo João Ribeiro (1860-1934), no seu livro ‘Frazes Feitas’, de 1908, que (o.a.) *A pena ou vingança costumeira só dos tempos e de povos bárbaros de castigar arrancando os olhos aos prisioneiros de guerra, deixou este suavizado vestígio que ainda se encontra nos mais antigos documentos*[222:178].

Furar ou mesmo arrancar os olhos de inimigos, era um costume bárbaro antigamente praticado por governantes após batalhas ou golpes políticos: privados da visão, tais inimigos tornavam-se inofensivos ou menos perigosos, aumentando as probabilidades de venceram a guerra ou de se manterem no poder. Pagar com a perda dos olhos era um custo excessivo, que ninguém queria pagar. Não surpreende, portanto, que na voz popular, tal expressão tivesse passado a ser sinónimo de custo excessivo. Refira-se que tal prática de arrancar os olhos aos inimigos veio, pelo menos, até ao século XIX. Por exemplo, uma notícia da ‘Gazeta de Lisboa’, de 1825, dava conta, num despacho de Marselha de 1 de Setembro (extraído) do ‘Journal des Debats’, dos acontecimentos passados no Médio Oriente:

> (sic) *O Emir-Bechir tomou huma vingança muito mais cruel dos Principes da sua familia que· havião seguido o partido do Cheik-Bechir; pois a estes mandou <u>arrancar os olhos</u> e cortar a lingoa na sua mesma presença para prolongar o seu supplicio e humiliação*[13:945].

De facto, sem olhos, a pessoa fica altamente diminuída, praticamente incapaz. Como bem reconheceu o insigne filólogo Leite de Vasconcelos (1858-1941):

> *Os olhos são sem dúvida a parte do corpo que mais chama a atenção de quem observa um indivíduo, e ao mesmo tempo o mais querido dos órgãos dos sentidos. Já os Romanos empregavam a palavra ‘oculus’ no sentido de «preciosidade», e chamavam ternamente a uma pessoa ‘ocellus’. Nós dizemos: ‘quero-te como aos olhos da cara’, e também: ‘levou-me os olhos da cara’, por ‘levou-me o que eu tinha mais valioso’*[260:771]. E noutro ‘Opúsculo’: *Os olhos tidos na Literatura como tipo de valor e preciosidade: «ni te plus oculis meis amarem» (Catulo). Cfr. em português: «custou os olhos da cara»*[258:190].

Em vários textos pretende-se que esta alocução surgiu na sequência das campanhas de Francisco Pizarro (1476-1541). Após escutar lendas sobre um povo que comia e bebia em vasilhas de ouro na América do Sul, Pizarro formou, em 1524, uma aliança com Diego de Almagro (1479-1538) para conquistar essas terras. Essas notícias agradaram a Carlos I de Espanha, que ansiava por encontrar ouro e prata nas colónias sul-americanas que pudessem salvar a economia do país, pelo que Pizarro foi autorizado a conquistar o Peru, nomeando-o governador e capitão geral do território. Se na primeira expedição apenas conseguiu chegar ao actual Equador, na segunda, iniciada em 1526, acabou por atingir o Império Inca, que acabou por conquistar. Numa das refregas que então

aconteceram, ao tentar invadir uma fortaleza inca Almagro acabou por perder um olho. Posteriormente, ao apresentar-se ao imperador espanhol Carlos I, teria afirmado: "Defender os interesses da Coroa espanhola me custou um olho da cara", afirmação essa que continuou espalhando para quem quisesse ouvir, por forma a enaltecer os seus feitos. De tão repetida, a frase acabou por se tornar voz popular, e daí ter-se-ia originado a expressão 'custar os olhos da cara'. Todavia, a origem da locução parece ser aquela a que acima aludimos, muito mais antiga do que este pretenso episódio. Dada a antiguidade da expressão, parece não ter razão Ladislau Batalha (1856-1939) quando nela vê reminiscências dos tormentos da Inquisição[62:67].

Com efeito, como foi referido por Leite de Vasconcelos, já o poeta romano Catulo a utilizou. De certo modo, está também expressa em 'El Cantar de Mio Cid', um poema épico espanhol sobre Rodrigo Díaz, el Cid ou el Campeador, escrito provavelmente no século XII, mas apenas conhecido através de uma cópia manuscrita feita em 1207 pelo monge castelhano Per Abat (ou Pedro Abad). Embora não se consiga perceber se a expressão é aplicada de forma figurada ou literal, diz-se aí, logo na parte inicial (em castelhano moderno):

> La noche pasada a Burgos llevaron una real carta
> con severas prevenciones y fuertemente sellada
> mandando que a Mío Cid nadie le diese posada,
> que si alguno se la da sepa lo que le esperaba:
> sus haberes perdería, <u>más los ojos de la cara</u>,
> y además se perdería salvación de cuerpo y alma[34:(2)].

Em Portugal, como foi anotado por João Ribeiro, já Jorge Ferreira de Vasconcelos (c.1525-1585), em 1555, usava esta expressão na 'Comédia Eufrosina'. No início da cena 2 do 1.º acto, Filtra, a alcoviteira, comenta (*sic*):

> [...] *q̃ cousa he o mundo: como trestorna tudo para pior* [...], a*gora ja a q̃le* [aquele] *tem por mais discreto que milhor poupa hũ real. Velos amealhar, parece que em darẽ hũ ceytil la lhe vã <u>os olhos da cara</u>, e dizẽvos* [dizem-vos] *logo mercar homẽ he grã riq̃za* [riqueza]*, mal cõprar nã é frãqueza*[131].

Mais à frente, no início da cena 8 do 4.º acto, o cortesão Cariófilo diz:

> [...] *Ja* [nas] *alcouiteyras não se pode crer q̃ que maa rele he, nunca dellas fazeis amigas, porq̃ tem por ley o prouerbio Quem daa, e não daa sempre, quanto daa tãto perde. Que lhe tenhais <u>dado os olhos da cara</u>, tanto q̃ sentem a bolsa seca, morto he o afilhado, porq̃ tínhamos ho cõpadrado*[131].

Interessante nesta expressão é o seu carácter de certo modo pleonástico. Os olhos estão, obviamente, na cara, pelo que não seria necessário referi-lo. Porém, esse reforço é frequente na literatura, principalmente em frases em que se opõem os sentidos literal e figurado, por exemplo, quando se contrastam os 'olhos da cara' com os 'olhos do coração', os 'olhos da alma', ou os 'olhos da sabedoria'. Apenas como exemplo, seleccionámos um 'romance' de autor anónimo incluso no cancioneiro seiscentista a 'Fénix Renascida', em que se pode ler:

> *Destes olhos, a que eu dera*
> *A vida com os olhos d'alma,*
> *A mais breve vista de olhos*
> *Me custa os olhos da cara*[248:391].

É possível que, como foi reconhecido por João Ribeiro, na expressão 'custou os olhos da cara', o aspecto pleonástico derive da miscigenação do duplo sentido: 'cara' como 'rosto' e 'cara' como 'de elevado preço'.

A locução cedo foi registada em obras portuguesas da especialidade. Por exemplo, Bento Pereira (1605-1681) incluiu-a nos seus 'Florilégios dos modos de falar e adágios', de 1655: *Deve os olhos da cara. Animam debes*[197:102].

Curiosa é a referência que se faz a esta expressão na 'Feira de Anexins', de Francisco Manuel de Melo (1608-1666). No §6, dedicada a metáforas de olhos, diz-se (o.a.):

> *— Isso de olho traseiro, não me cheira; por que os malvistos têm cinco olhos; e os que enxergam bem, com os olhos que têm na cara, terão três: mas ter no traseiro um olho, e outro no rosto, é ser Polifemo a torto e a direito.*
> *— Digo-lhe que já me custa os olhos da cara ouvir esta metáfora, mais cheia de olhos, que um colete de ilhoses*[163:13].

A expressão 'custa os olhos da cara' existe também noutras línguas, como o castelhano (costa los ojos de la cara), o francês (coûte les yeux de la tête) e o italiano (costi un occhio della testa). Em inglês, o equivalente é 'cost an arm and a leg'.

'Dar às de Vila Diogo'

Significado: fugir precipitadamente.

Origem: É possível que esta expressão tenha origem castelhana e se tenha divulgado em Portugal, talvez através das zonas raianas, nos tempos em que essa língua era bastante utilizada em Portugal. Actualmente já é muito pouco utilizada.

Diz-se que o rei Fernando III (1201 – 1252), monarca de Castela desde 1217 e de Leão a partir de 1230, concedeu aos judeus de Villadiego, situada a 38 km a noroeste de Burgos, o direito de não serem perseguidos, na condição, porém, de terem de usar calças para os distinguir dos cristãos que, conforme o costume da época, usavam calções. Assim, por forma a garantirem os seus privilégios, os judeus da localidade nunca abandonavam as suas calças. Porém, os judeus de Burgos ou de Toledo não tinham esse privilégio, pelo que, quando se viam perseguidos, fugiam para Villadiego, onde lhes davam umas calças, permitindo deste modo que escapassem aos perseguidores. Eram, portanto, obrigados a continuar com "as calças na mão" para o resto da vida. Embora o fundamento histórico não esteja confirmado, atribui-se-lhe a origem da expressão "dar às de Vila Diogo" como sinónimo de fugir precipitadamente, que tem como equivalente castelhano "Tomar las de Villadiego".

Parece ser certo que os judeus tinham, na altura, que usar vestes distintivas. Em 1611, Sebastián de Covarrubias Orozco (1539 – 1613), no 'Tesoro da La Lengua Castellana, o Española', na entrada "Judío" diz, a certa altura (em tradução livre para português): *No tempo do rei Dom Henrique, perto dos anos de 1370, nas cortes que se realizaram em Toro, ordenou-se que os judeus que viviam no Reino, misturados com os cristãos, trouxessem um certo sinal com que eram conhecidos e diferenciados dos demais. Estes foram chamados judeus de sinal. E no ano de 1405 foi ordenado e executado que os judeus trouxessem por sinal um pedaço de pano vermelho de forma redonda* no ombro direito[117:f492v]. Assim, não seria de admirar que a história das calças dos judeus de Vila Diogo tivesse realmente algum fundamento.

Todavia, o escritor espanhol Ramón de Mesonero Romanos (1803 - 1882), no 'Manual histórico-topográfico (...) de Madrid', aventa outra hipótese, que nos parece ser menos credível. Diz o autor [em tradução para português], referindo-se a Agustin de Rojas Villandrando, nascido em 1577, que:

> *O seu avô, Diego de Villandrando, natural do vale de Rivadeo, por certa briga que teve, que resultou no assassinato de um vizinho, fugiu daquela cidade e passou para Villadiego, a sete léguas de Burgos, trocando então o seu sobrenome pelo daquela de vila, o que, sem dúvida, está na origem dessa expressão de «tomar os de Villa-Diego*.[226:59]

O certo é que a expressão é muito antiga, estando incluída, em Espanha, no 'Diccionario muy copioso de la lengua española (…)", de Jean Pallet, de 1606, em que se diz: *Fuir. Huyr, escapar, descabullir, afufar, tomar las viñas, tomar las de Villadiego*[196].

Em Portugal, a expressão aparece já num texto do Padre António Vieira (possivelmente um pseudónimo), intitulado "Dos que furtam com unhas agudas" e incluído na obra "Arte de furtar, espelho de enganos, ...", publicado em 1652, em que a certa altura se conta:

> *Mais agudo andou outro, que vendo entrar pela ponte da mesma cidade de Coimbra um forasteiro bem vestido, armou de lhe furtar o fato* (...) *o esperou no bocal de um poço, que está na estrada por onde devia passar* (...) *chorando sua desgraça, e que lhe caíra naquele instante uma cadeia de ouro dentro no poço, e que daria um dobrão, a quem lho tirasse. Moveu-se a compaixão ao passageiro, que devia de ser homem de bem,* (…) *despiu-se, sem se despedir do vestido, que logo se despediu dele, porque o matalote da cadeia* [corrente de ouro], *tanto que o viu debaixo da água, tomou as de Vila Diogo com todo o fato, e cabana, deixando a seu dono como sua mãe o pariu, sem lhe deixar rasto*, (...)[265:281-2].

Também Bento Pereira, no seu 'Florilégio dos modos de falar e adágios', publicado em 1655, inclui esta expressão: *Tomai o panete. Tomai as de Vila Diogo. «maturate fugam»* [fugir depressa][197:123]". Pelo menos a partir dessa altura a expressão consta dos dicionários e é frequentemente utilizado pelos escritores portugueses. Apontam-se, como meros exemplos, dois artigos de 1867, da colaboração de Eça de Queirós (1845-1900) com o jornal 'Distrito de Évora'. Num deles (do n.º 14, de 24 de Fevereiro), sobre 'as misérias de Londres', escreveu o autor:

> *Sara Mason, [...]. Aos três anos ficou logo órfã de pai e mãe quase ao mesmo tempo, com mais dois irmãos. Um policeman veio e viu una noite estes três desgraçados entes assentados à porta da casa que fora sua. O polícia levou os pequenos para a workhouse mais próxima. Só o nome deste asilo de caridade fez logo dar às de vila-diogo o irmão mais velho de Sara, tal é a popularidade destes estabelecimentos*[212:169].

Noutra crónica (do n.º 42, de 2 de Junho), sobre o arcebispo de Mitilene, que, segundo o autor, *há muitos anos padece de desarranjo mental,* escreveu Eça:

> *Também por outra vez foi à igreja matriz, fazendo-se acompanhar de um carpinteiro, ao qual ordenou pregasse todas as portas do templo, para evitar a entrada nele aos falsos cristãos; não se prestando o artista a este serviço, teve que dar às de vila-diogo, para não experimentar o peso da grossa e comprida bengala de que Sua Excelência estava munido*[212:195].

A expressão parece ter caído actualmente em desuso, o mesmo se verificando com outra a que é atribuída a mesma origem: "ser apanhado com as calças na mão".

‘Dinheiro para os alfinetes’

Significado: Dinheiro para pequenas despesas, mesada

Origem: A expressão deriva dos contratos matrimoniais da Idade Média que determinavam que o marido tinha de dar à esposa uma quantia para os seus gastos próprios, designada por 'dinheiro para alfinetes'.

No passado, os alfinetes usados para prender as roupas tornaram-se também objectos de adorno das mulheres, de tal modo que, com frequência, acabaram por perder a sua função principal, tornando-se peças de exibição. Nalguns casos, eram objectos dispendiosos, por vezes de ouro e cravejados de diamantes, mas, em geral, os alfinetes mais vulgares não eram caros. Eram sujeitos a intenso comércio, de tal forma que são especificamente nomeados no Foral Manuelino da Cidade de Lisboa, de D. Manuel I, assinado a 7 de Agosto de 1500. Diz-se aí (o.a.): *E de toda carga de papel, pergaminho, alfinetes, alforjes, escovas, vassouras de alimpar vestido,* [...] [paguem-se] *vinte e sete reis per carga maior, e pela menor treze reis e meio,* [...][9:36-7]. Eram de tal forma comerciados e apreciados, que deram origem a vários adágios, um dos quais, incluído nas ‘Frases Portuguesas’ de Bento Pereira (1605-1681), publicado originalmente em 1634, dizia: *Cada bofarinheiro louva seus alfinetes*[198:61].

No ‘Vocabulario Portuguez e Latino’ de Raphael Bluteau (1712), ‘alfinete’ é definido como (o.a.) *um bocadinho de ferro, com ponta & cabeça. Serve de prender o em que se prega*[65:245]. Nesse mesmo verbete, além de referir as ‘Arrecadas de Alfinetes’ (*São as que têm ganchos, que se metem nos buracos das Orelhas, & se não fecham*), refere também que À*s suas mulheres dão maridos ricos* [um] *tanto cada mês para alfinetes*, e alude ainda à expressão ‘andar uma moça de 24 alfinetes’ que significava *andar bem alinhada, & com todos os seus atavios*. A locução ‘andar de 24 alfinetes’ expressa bem a importância que era dada a essas peças ornamentais. Tal é também evidente na literatura. Por exemplo, na colectânea ‘Divinos e Humanos Versos’ de Francisco de Portugal (1585-1632), publicada apenas vinte anos após a sua morte, o autor diz no Romance XXI:

> *De vinte e quatro alfinetes*
> *(como dizem) foi à festa.*
> *Que muito que pique a muitos*
> *quem tanto alfinete leva?*[210:78].

Estas expressões perduraram durante séculos. Em 1813, Moraes Silva (1755-1824), no seu ‘Diccionario da Lingua Portugueza’, define ‘Alfinete’ como *Púa com cabeça de ferro, prata ou outro metal, com que se pregam os vestidos*[170:91], aí referindo que a expressão *Picaram os alfinetes a alguém* significa, no sentido figurado, *morderem-no os ciúmes, invejas, emulações*, e que a frase popular *Pôr-se, ir, estar de vinte e quatro alfinetes* é *muito atilado, muito enfeitado e completo em asseio e adornos*.

Como é evidente, os alfinetes custavam dinheiro, pelo que as mulheres deveriam ter alguma verba com que os pudessem comprar, bem como outros atavios e pequenas coisas, pelo que ‘alfinetes’ passou a significar, também, essa pequena verba. Isso mesmo está expresso no volume da letra ‘A’

(o único publicado) do 'Diccionario da Lingoa Portugueza' da Academia Real das Sciencias de Lisboa, de 1793. Define-se aí 'alfinete' como um *pedacinho pelo comum de arame, latão, ferro e às vezes de prata e ouro, do feitio de uma agulha e com a mesma ponta, com a diferença porém de ter cabeça na oposta extremidade. Serve para prender e segurar qualquer coisa em que se prega, e particularmente os vestidos e toucados das mulheres.* Um pouco adiante define 'alfinetes' (no plural) como *certa porção de dinheiro que se sinala e dá às Senhoras de qualidade, quando casadas, para suas despesas particulares ou adorno de suas pessoas*[35:209]. Aliás, é aí também incluída a acima aludida expressão 'de vinte e quatro alfinetes', dizendo que *serve para mostrar o sumo asseio, tanto de jóias como de vestidos, com que alguém aparece, sem lhe faltar coisa alguma em seu adorno e compostura, e particularmente se aplica às mulheres*.

Aliás, a expressão 'dinheiro para os alfinetes' foi mesmo consignada no Código Civil Português de 1867, que no artigo 1104.º estipulava que:

> *A mulher não pode privar o marido, por convenção antenupcial, da administração dos bons do casal; mas pode reservar para si o direito de receber, a título de alfinetes, uma parte dos rendimentos de seus bens, e dispor dela livremente, contanto que não exceda a terça dos ditos rendimentos líquidos*[24:195].

'Do tempo da Maria Cachucha'

Significado: Muito antigo, desactualizado, obsoleto, antiquado. Equivalente a 'do tempo da outra senhora', 'do tempo da pedra lascada'.

Origem: A locução remete para a cantiga popular 'Maria Cachucha', adaptação da cachucha espanhola, que esteve muito em voga no Século XIX.

A 'cachucha' era uma dança sapateada espanhola de compasso ternário, normalmente executada por uma pessoa (em geral, uma mulher) que acompanhava o ritmo com castanholas, ao som de guitarras e, por vezes, canto, sendo a designação extensível à música. Tendo tido origem em Cuba, sendo talvez uma derivação do fandango, rapidamente se popularizou na Andaluzia, tendo-se daí disseminado por toda a Espanha, por Portugal, pela França e outros países. Tipicamente começava com movimentos lentos, que iam acelerando, até terminar com movimentações muito agitadas.

Como dissemos, a cachucha tornou-se muito popular em grande parte da Europa, principalmente na primeira metade do século XIX, e disso nos dão conta os periódicos da altura. Como é evidente, as alusões a esta dança são recorrentes em Espanha. Apenas dois exemplos: a 3 de Agosto de 1816, o 'Diario de Madrid' noticiava que

> *En el del Príncipe, á las 8 de la noche, se executará la comedia en 3 actos titulada Aviso á los Casados; concluida se bailará el bolero, intermediado de la cachucha, por la señora Valdés y García* (…)[11:148];

A 4 de Setembro de 1830 a 'Gaceta de Madrid' anunciava a publicação de:

> *Rondó brillante para piano forte sobre los temas del trípili y la cachucha, compuesto y dedicado á S.M. la Reina nuestra Señora Doña María Cristina de Borbón, por D. P. Alverniz. Véndese á 20 rs. en la librería de Miyar, calle del Príncipe*[15:440].

Mas também por essa Europa fora a 'cachucha' tinha grande sucesso. A 'Revue et Gazette Musicale de Paris' noticiava, a 26 de Agosto de 1838, que

> *A atraente Fanny Elssler tornou-se espanhola por causa da Cachucha, e alguns dos nossos escritores espirituosos fizeram um verbo, para que, no próximo carnaval, possa estar na moda dirigir, num baile, este pedido a uma dançarina bonita: "Gostaria, senhora, que cachucherássemos juntos"*[19:341].

Fanny Elssler (1810-1884) foi uma bailarina austríaca afamada em França, que, entre outros, dançou na Opera de Paris a cachucha integrada no bailado 'Le Diable Boiteux', de Casimir Gide (1804-1868). Também no mesmo periódico e no mesmo ano, entre várias outras, há a notícia de que, a 18 de Fevereiro,

> *A população de Colônia, se está dividida pela causa de seu arcebispo, reúne-se pelo menos com a cachucha. A Sr.ª Benoni, uma jovem dançarina cheia de verve e graça, foi muito aplaudida* [com a sua interpretação da cachucha] (...), *que é um tanto ambígua, mas que ela corrigiu lestamente, executando a dança de forma conjugal com o marido, o que legitimou e moralizou* [a dança] [19:79];

a 13 de Julho informa também que, em Londres,

> *Mademoiselle Fanny Elssler dançou recentemente a cachucha na presença de rainha Victoria por solicitação de S.M.*[19:291].

Porém, como é normal, havia vozes críticas. Por exemplo, na 'Revista de Madrid' de 1839 Jacobo Arago, num artigo intitulado 'Zambalah - La Cachucha - Bailes. Diversiones de los negros', descreveu de forma muito crítica uma apresentação desta dança:

> *De repente, formam um vasto círculo e ao ruído e confusão segue-se profundo silêncio. Pouco a pouco fende os ares com ritmo e cadência uma melodia áspera, singular, mas harmoniosa e fraseada. Não apenas a voz tem aqui o seu papel, como as faces de todos se torna horrível, com gestos, movimentos dos braços, de pés e de todo o corpo. Parecem possuídos. Uma bailarina avança para o meio do círculo, agitando os braços; enrola, estica, alonga e encolhe, passando como que em revista toda a legião de fúrias, a quem parece querer comunicar o seu frenesi. Um homem negro coloca-se frente a ela com ar vitorioso; os cantos dos demais são então gritos ferozes; enchem os pulmões, agitam as cabeças, rangem os dentes, babam-se; dir-se-ia que era a raiva de uma alcateia de lobos caindo sobre um rebanho de ovelhas indefesas.*

E a seguir escreveu o seguinte:

> *Não é decente descrever essas cenas, e estou desgostoso, ainda mais porque prometi a meus leitores uma história exata e completa da deliciosa cachucha, que há três anos foi introduzida entre nós. Quando vi, pela primeira vez, essas danças anunciadas nos nossos cinemas, fiquei corado e perguntei-me se essa dança poderia ser apresentada diante de um público que gosta de escândalos, mas a portas fechadas. Fui ao teatro assistir. Mas essa não era a cachucha, filha da rapariga que conheci na graciosa pantomima de Esslier* [Elssler], *executada com grande aplauso do público. Esta cachucha é uma dança bastarda da invenção moderna, desfigurada pelos portugueses que a trouxeram para a Europa, posteriormente parodiada pela Espanha, adornada e embelezada por nós, que fizemos uma coisa diferente em que o corpo se desloca calmamente e a paixão está apenas nos olhares e no sorriso. Esta cachucha parece-se com sua mãe como o perfil de um sapo ao Apollo de Belbeder: há todo um mundo entre os dois*[46:208].

Também em Portugal a 'cachucha' se tornou bastante popular, designadamente através da cantiga 'Maria Cachucha'. Tanto quanto conseguimos apurar, o termo foi dicionarizado em meados do século XIX, no 'Thesouro da Lingua Portugueza', que tem o seguinte verbete: *Cachucha – Dança espanhola dançada por um homem e uma mulher e de um movimento muito vivo*[268:20]. Porém, como é normal, na literatura o termo apareceu mais cedo.

Porém, como é normal, o termo foi aplicado variadas vezes em obras literárias portuguesas. Disso daremos apenas alguns exemplos. Camilo Castelo Branco (1825-1890), nos 'Mistérios de Lisboa', cuja edição *prínceps* é de 1854, diz a certa altura (o.a.):

> *Ao anoitecer, Anacleta desceu á loja, falou com o caixeiro alguns minutos, e subiu a fazer a ceia, cantarolando a Maria Cachucha, cançoneta valída em que a garbosa moça pimpara na Ribeira Nova*[98:217].

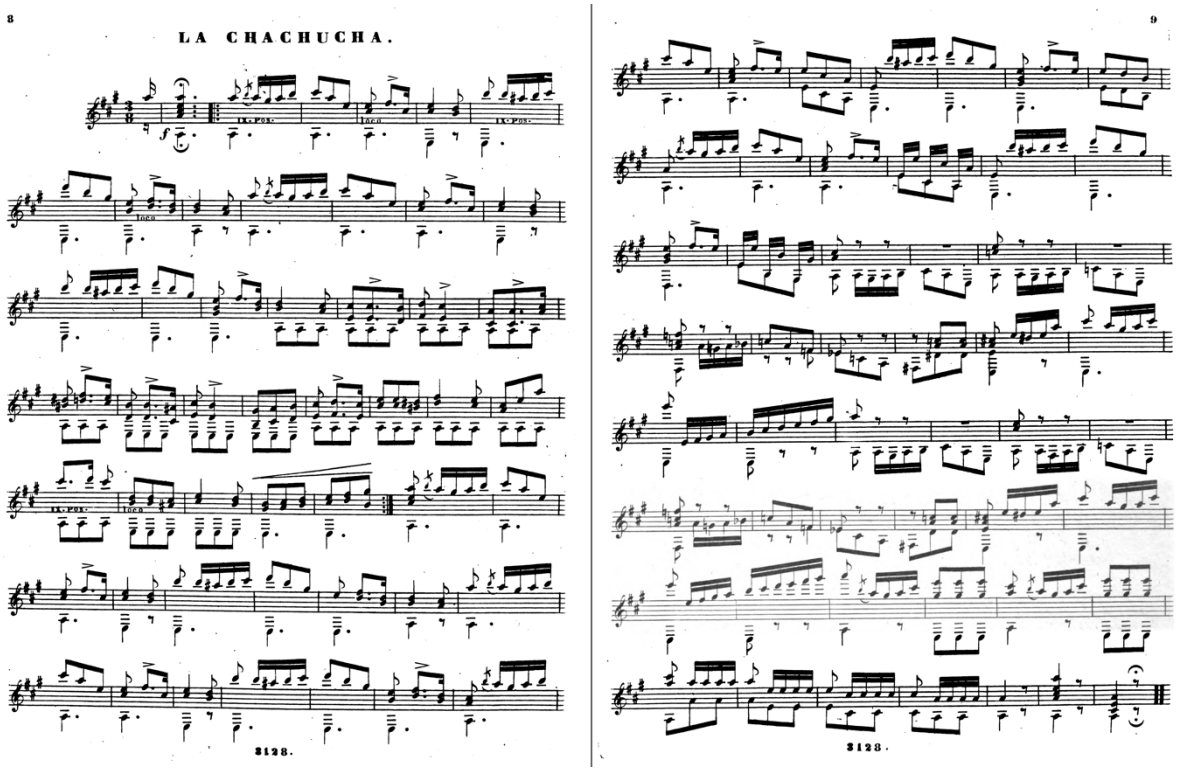


Figura 4 – Pauta da 'La Cachucha' inclusa numa brochura[150] de Luigi Legnani (1790-1877).

Também em 'A neta do Arcediago', de 1856, logo no início do romance, ao referir-se a Liberata, a quem Luiz da Cunha pedira *o exclusivo da sua alma,* tendo sido *feliz na súplica,* pois que *Liberata, desde esse dia, foi dele, exclusivamente,* diz-se o seguinte:

> *Hoje é moda regenerar, em romances, estas mulheres. A imaginação, cansada de reduzir a virtude ao crime, trata de fecundar a virtude no alcouce* [prostíbulo]. *Quanto a mim, as Liberatas não se regeneram. A de Luiz da Cunha dançava lubricamente a* <u>*cachucha*</u>*, quando lhe faltavam em virtude*[99:24].

Entre muitos outros exemplos possíveis, referiremos apenas, pelo seu carácter de sátira mordaz, 'As Farpas', de Ramalho Ortigão (1836-1915) e Eça de Queirós (1845-1900). Numa crítica à facilidade com que, na altura, se adquiriam títulos nobiliárquicos, o que *está sendo tão vulgar como ter sezões*, os autores esboçam *o plano do livro urgentemente reclamado pelo país* destinado ao *individuo que se deitou simples João Fernandes e que de repente acordou visconde Fernandes ou conde João,* para quem *a mudança de condição equivale á mudança de país*, convidando *a literatura pátria a produzir essa obra de uma importância capital e de uma necessidade extrema*. No capítulo nono, sobre *o filho de João Fernandes*, dizem:

> *Até aos cinco ou seis anos, quando tem todas as graças nativas da primeira infância, vestem-no ridiculamente, de cetim e veludo, num traje de fantasia que lembra o boneco dos teatrinhos mecânicos adaptados a antigos relógios, nos quais, ao dar a hora, soava a aria da* <u>*Maria Cachucha*</u> *e um dançarino aparecia a fazer equilíbrios na corda*[192:66].

A cachucha passou de moda e tornando-se uma dança / música / canção antiga, razão porque o povo, quando se quer referir a algo antiquado, desactualizado ou obsoleto, começou a empregar a expressão 'do tempo da Maria Cachucha', clara alusão à melodia espanhola mas, principalmente, à

canção 'Maria Cachucha' que tão popular foi em Portugal. É de referir que a locução só recentemente começou a aparecer nos dicionários.

O jornalista Pinto de Carvalho (que usava Tinop como pseudónimo, anagrama de Pinto) incluiu a letra da canção 'Maria Cachucha' no seu livro 'História do Fado', publicado em 1903. Refere o autor que *em 1823 aparece a espanhola Antónia Rodrigues ensinando às senhoras o bolero, o fandango, o solo inglês, a cachucha e o minuete afandangado*[91:16],. Mais à frente, quando apresenta a letra da canção, diz: *Outra cantiga trivialíssima era a da Maria Cachucha, que já se dançava com os fandangos e os boleros, no tempo em que Manuela Ruiz bailava o fandango no salitre e Maria Guidelli o bolero em S. Carlos (1802)*.

Maria Cachucha
Quem te cachuchou?
- Foi um frade Loyo,
Que aqui passou. ·

Maria Cachucha
Não vás ao Rocio
Toma lá dinheiro,
Sustenta o teu brio.

Maria Cachucha
Não vás ao quintal,
Em sainha branca
Que parece mal

Maria Cachucha
Que vida é a tua?
Comer e beber,
Passear na rua.

Maria Cachucha
Com quem dormes tu?
- Eu durmo sozinha,
Sem medo nenhum ..

Maria Cachucha
Com quem dormes tu?
- Durmo com um gato,
Que me arranha o c...

Maria Cachucha
Se fores passear
Vai pelas beirinhas,
Podes-te molhar[91:230].

‘Dourar a pílula’

Significado: mascarar a realidade, apresentando-a de forma suavizada; embelezar algo que não tem atractivos; táctica subtil de persuadir renitentes; destacar os aspectos positivos de algo desfavorável.

Origem: A expressão é bastante antiga e originou-se no hábito de cobrir os medicamentos com folha de ouro para serem mais facilmente deglutidos.

Grande parte dos medicamentos teve, desde sempre, sabor desagradável. Há já mais de um milénio, o alquimista, filósofo e médico persa Abu Bakr Mohammad Ibn Zakariya al-Razi (c.865 – c.935), latinizado para Rasis, revestia os remédios sólidos com cascas de sementes de *Plantago Psyllium*, que têm sabor adocicado, para que os seus pacientes mais facilmente os ingerissem. Abu al-Razi aconselhou mesmo este procedimento na sua monumental enciclopédia de medicina, ‘Continens Liber’ (traduzido e impresso mais tarde, em 1529). Refira-se que *Plantago Psyllium* é o nome comum atribuído a vários membros do género *Plantago*, cujas sementes são usadas comercialmente para a produção de mucilagem, substância que é rígida quando seca e pegajosa quando húmida, e que ainda hoje é utilizado no tratamento de várias doenças comuns. A espécie *Plantago ovata* existe no território português, nomeadamente no Arquipélago da Madeira.

Mais ou menos na mesma altura, outro sábio persa, Abū ʿAlī al-Ḥusayn ibn ʿAbd Allāh ibn Sīnā, cujo nome foi latinizado para Avicena (c.980 – c.1037), utilizou a mesma abordagem mas com um material diferente: para que os pacientes não fossem sujeitos ao sabor desagradável do remédio sólido (transformado em pó), revestia-o com folha de ouro ou prata. Com esta cobertura, o medicamento podia ser engolido sem que as papilas gustativas fossem ‘agredidas’ pelo paladar amargo ou repulsivo do remédio. É de referir que o ouro pode ser batido até ser transformado em folhas muito finas, com frequência de espessura inferior a um décimo de milímetro (utilizado em encadernações e para dourar partes de edifícios, como portões e janelas), pelo que o custo de ‘dourar a pílula’ não era, na realidade, muito elevado.

Com o progresso da medicina e da farmacologia a quantidade de medicamentos foi-se alargando consideravelmente, e muitos farmacêuticos continuaram a utilizar a mesma estratégia de ‘dourar a pílula’ para melhor venderem os seus comprimidos. Com frequência, usava-se a folha de prata que era depois revestida com uma laca dourada que imitava o ouro. Esta prática prolongou-se até ao século XIX, altura em que começou a ser substituída por revestimentos à base de açúcar ou de gelatina, dando origem aos actuais tipos de medicamentos tomados por via oral (além dos xaropes): as drágeas, semelhantes aos comprimidos mas com uma película externa; as cápsulas, em que o produto, sólido ou líquido, está coberto com material gelatinoso; e os comprimidos, em que o pó medicamentoso é preparado por compressão (e daí a sua designação), e que não são revestidos. As modernas coberturas à base de açúcar ou de gelatina vieram eliminar a necessidade de ‘dourar a pílula’.

Esta expressão é bastante antiga na língua portuguesa. É já referida, por exemplo, em 1655, no ‘Florilégio dos modos de falar e adágios da língua portuguesa’, de Bento Pereira (1605-1681), em

que está listada como: *Si la pildora bien subiera, no la doraran por de fuera. Non quia sunt sapidae, pilulas mihi contegis auro*[197:122].

Está também incluída no 'Vocabulário' de Raphael Bluteau (1638-1734), considerado como sendo o primeiro dicionário da língua portuguesa, onde, no verbete 'Dourar', está também (*sic*): *Dourar a pirola. Mitigar, ou adoçar huma cousa, que amarga. Amara dulcedine temperare. É tomada a metaphora dos Boticarios, que com·folhas de ouro cobrem as pilulas muito amargosas, para que os doentes as tomem com menos repugnacia*[67:299]. É interessante ver também o que se diz na entrada 'Pílula' desta obra monumental (*sic*): *He o diminutivo da palavra latina 'Pila', que val o mesmo que 'Péla', porque as pilulas são hũs bolosinhos da grossura de uma avelãa, mais, ou menos, inventados para engulir mais facilmente algũs remedios, desagradaveis ao gosto.* E mais à frente refere-se (*sic*): *Na lingua Portugueza nenhũa palavra se escreve mais variamente do que esta: huns dizem 'Pilora', outros 'Pirola', outros 'Pirula' & em algũs Authores tenho achado Pillola, Pilola, & Pillula. Pilula me parece mais conforme com a sua etymologia*[70:507].

A expressão é desde tempos medievais utilizada, como é óbvio, no sentido metafórico, e tem sido recorrentemente usada na escrita. Daremos apenas um exemplo. Francisco Rodrigues Lobo (1580-1622), em 'A Corte na Aldeia e Noites de Inverno' (1619), no 'Diálogo XIV da criação da corte', falando das intrigas que aí existem para se conseguirem lugares de maior preponderância, diz:

> *Ao rei por assistência lhe ficam mais perto os favorecidos, os oficiais de sua casa, que os grandes, e titulares. Porém estes, como primeiros por dignidade, se preferem a todos.* [...] *se seguem os ciúmes de seus competidores, o cuidado de os apartar da vista, e da comunicação do príncipe: e ainda os de que mais se receie, trabalhar de os ausentar da corte com despachos, dadivas e mercês do mesmo senhor, <u>dourando com elas a pirola</u> de sua dissimulada tenção*[154:72].

A expressão é, como referimos, bastante antiga na língua portuguesa, havendo expressões equivalentes em quase todas as outras línguas europeias: *dorar la píldora*, em espanhol; *urrezko pilula*, em basco; *dourar a pílula*, em galego; *daurar la pastilla*, em catalão; *dorer la pilule*, em francês; *indorare la pillola*, em italiano; *gild an pill*, em galês; *vergiss die Pille*, em alemão.

'Embandeirar em arco'

Significado: Manifestação efusiva de alegria.

Origem: A expressão é originária da marinharia, onde embandeirar o navio era uma prática festiva.

A prática de embandeirar os navios estava e está bem regulamentada na marinha. Por exemplo, na 'Ordenança Geral da Armada', publicada em 1866, o artigo 31.º estipulava que:

> *Os dias em que os navios da esquadra, surtos nos portos do continente do reino, deverem embandeirar e salvar, por motivos de anniversarios e demais festas nacionaes, serão designados nas ordens geraes*.

No 'Novo Dicionário da Marinha de Guerra e Mercante', de António Gregório de Freitas, publicado em 1855, está explicado o que, em marinharia, se entende por este termo:

> *Embandeirar, é fazer içar, ao nascer do sol, ao primeiro tiro da salva, muitas bandeiras das nações e cores diferentes pelos braços, e amantilhos dos mastros na direcção dos estais, guardando-se como prática a regra de içarem no tope grande a bandeira da nação a quem o navio pertence, e nos dois mastros, de traquete, e gata, as das duas nações mais amigas, ou mais respeitáveis, sendo o tope de proa lugar mais nobre que o da gata*[137:166].

Figura 5 – O rebocador "Dom Luiz" embandeirado em arco junto da Torre de Belém em dia festivo.

O assunto é também abordado nos 'Princípios de Direito Internacional', de António da Rosa Gama Lobo, publicado em 1865, onde se refere que:

> *O cerimonial marítimo prescreve que os vazos de guerra, surtos nos portos estrangeiros, tomem parte nas demonstrações publicas de luto ou de regozijo, feitas pelo estado em cujas águas estiverem estacionados. Nas festas de alegria nacional acompanham, embandeirando em arco de sol a sol, e empregando bandeiras de cor variada. É pratica mais seguida o navio içar no tope grande a bandeira do estado, a que pertence; e nos topes de proa e de ré as bandeiras das nações mais consideradas*[153:87].

Portanto, o embandeiramento em arco dos navios constituía uma manifestação pública de alegria (ainda que essa fosse meramente estipulada pelo protocolo). A prática usada na marinha passou para os actos que com ela não estavam directamente relacionados, sempre como manifestação pública de regozijo. Por exemplo, quando o Marechal Duque de Saldanha desembarcou no Terreiro do Paço em Lisboa, a 28 de Maio de 1865, depois de ter sido embaixador em Roma, o 'Archivo Pittoresco', na descrição dessa chegada, referia no seu número de Junho que:

> *O sr. duque de Saldanha veio em carro descoberto* [...] *acompanhando-o muitas carruagens particulares* [...]. *Nas ruas do transito tinham sido colocadas bandeiras em arco e de várias janelas lançaram flores ao ilustre general*[23a].

No ano seguinte, em Dezembro, era publicada no 'Annuario do Archivo Pittoresco' outra notícia, esta sobre a visita dos reis de Espanha, onde se diz (*sic*):

> *A annunciada visita de suas majestades catholicas, a rainha D. Isabel II de Hespanha e seu esposo, a esta cidade de Lisboa, verificou-se no dia 11 do corrente mez de dezembro. . A rainha chegou á estação principal dos caminhos de ferro portuguezes, ao caes dos Soldados, ás três horas da tarde, sendo alli recebida por el-rei D. Luiz, el-rei D. Fernando, ministros,* [...]. *Em frente da estação fundeára a corveta Bartholomeu Dias, que embandeirou em arco á chegada da rainha, e deu as salvas do estilo.* [...][23b].

Porém, em todos estes exemplos, 'embandeirar' e 'embandeirar em arco' aparecem no seu sentido literal. É com este sentido que o termo aparece dicionarizado logo nos primeiros dicionários portugueses. É o caso do 'Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem', de Jerónimo Cardoso, de 1562, que contém o verbete *Embandeirar. Vexillis ornare*[89:f50v]. Consta também do 'Vocabulário' de Raphael Bluteau, considerado geralmente o primeiro dicionário da língua portuguesa, em que existe o verbete *Embandeirar. Armar, ou ornar com bandeiras*[67:E37].

Na literatura, sempre com sentido literal, a expressão aparece, também, bastante cedo. Por exemplo, João de Barros (1496-1570), emprega o termo várias vezes, como no Livro 7.º da 'Segunda Década da Ásia', em que, no final, referente à estada de Afonso de Albuquerque no Estreito de Ormuz, escreveu:

> *Partida a nau com este recado, quando Afonso de Albuquerque chegou a ela, tinha já reteúdos* [retidos] *dois pilotos, para a pilotagem dos quais toda a armada tomou pouso em um porto logo à entrada da porta do Estreito da parte de Arábia, porque este canal é o mais geral. Por festa da qual entrada, mandou Afonso de Albuquerque embandeirar a frota e tirar* [disparar] *toda a artilharia*[60:356].

Também Luís Vaz de Camões, em 1572. nos 'Lusíadas' (Canto I, LIX), dizia:

> *Começa a embandeirar-se toda a armada,*
> *E de toldos alegres se adornou,*
> *Por receber com festas, e alegria,*
> *O Regedor das ilhas, que partia*[80:f10v].

Em todos os exemplos aludidos, a utilização de 'embandeirar' é no sentido literal. Aliás, até há pouco tempo, nos arraiais populares, costumavam-se ornar os átrios onde decorriam as festas com pequenas bandeirinhas de papel que, coladas em fios, eram colocadas em arco sobre os locais dos festejos. Esta era outra forma de embandeirar em arco que expressava uma genuína alegria popular. Talvez que tal tenha contribuído para a passagem da expressão "embandeirar em arco" da terminologia náutica para a linguagem popular quotidiana como forma de expressar alegria.

Porém, não conseguimos deduzir quando é que a expressão teria adquirido o seu sentido metafórico. Ainda no final do século XIX e no século XX os dicionários continuavam a conter apenas o sentido literal. É, por exemplo, o caso do dicionário de Cândido de Figueiredo, de 1899, que no verbete 'embandeirar' diz apenas que é *ornar com bandeiras*[85:478].

‘Emprenhar pelos ouvidos’.

Significado: Dar ouvido a rumores, a intrigas a mexericos.

Origem: alusão ao processo de gravidez da virgem Maria

Dos evangelistas, apenas Lucas (I, 31-35) se refere às palavras do anjo quando anunciou a concepção de Maria:

> [...] *eis que conceberás no teu ventre, e darás à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus* [...]. *O Espírito Santo descerá sobre ti, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra. E, por isso mesmo, o Santo, que há-de nascer de ti, será chamado Filho de Deus*[251:125].

É tudo o que os evangelhos dizem sobre a Concepção. Como foi reconhecido por Luís da Câmara Cascudo (1898-1986):

> [...] *durante séculos discutiu-se a forma material da divina concepção. A tradição oriental mais poderosa indicava o ouvido, por que por ele entravam o conhecimento, a sabedoria, a palavra de Deus. Toda pregação e ensino eram orais e não escritos. Ouvidos e não olhos.* [...]. *Essa doutrina prevaleceu sem maiores disputas. Na noite de 23 de dezembro de 428, na Basílica de Constantinopla, o Arcebispo Proclus pregou sobre a maternidade de Maria, afirmando o que era então ortodoxo: ‘Le Christ est sorti du sein de la Vierge comme il y est entré, par l'ouïe’. No momento, o Arcebispo Proclus, de Bizâncio, era a lei de Deus para todo o Oriente, e não o Pontífice de Roma, Celestino I. Essa imagem veio atravessando tempo e credulidade no âmbito popular*[92].

Com efeito, a importância do ouvido como local de estabelecimento da alma e do espírito humano foi reconhecida desde a Grécia antiga (e.g., Livro VII de Heródoto), tendo esse conceito perdurado durante séculos no imaginário das populações. Não surpreende muito, portanto, que na ausência de outras informações, o aludido Arcebispo Proclus tenha atribuído aos ouvidos a via pela qual Maria foi concebida. Com efeito, foi pelos ouvidos que as palavras do arcanjo Gabriel foram percepcionadas por Maria, e foi após estas terem sido proferidas que engravidou.

Nesses tempos recuados, acreditava-se que a mulher podia realmente engravidar sem ter relações sexuais, isto é, ‘sine decubito’. Tal poderia acontecer por várias formas, principalmente por sonhos e consumo de determinados alimentos. Como lembra Câmara Cascudo, *Para a antiguidade mitológica, a fecundação podia independer do contato masculino e das vias naturais receptivas. Os inumeráveis casos de gravidez ‘sine concubito’ motivaram debates judiciários na Idade Média e os tribunais davam ganho de causa às esposas dos cavaleiros cruzados que combatiam na Terra Santa fecundando as mulheres a distância e em sonhos*[92].

Curiosamente, esta expressão parece estar ausente dos dicionários portugueses até finais do século XIX. Apenas a conseguimos detectar no ‘Dicionário’ (1881) de Caldas Aulete, tanto no verbete ‘Emprenhar’, onde está incluído *Emprenhar pelos ouvidos (fig. pleb.), acreditar facilmente em tudo o que lhe dizem*[50:594], como em ‘Ouvido’, onde remete para o anterior[51:1276]. Porém, no ‘Dicionário’ (1899) de Cândido de Figueiredo não consta a locução.

A expressão não tem sido muito usada na literatura. Há, porém, alguns casos, de que é exemplo o sociólogo e antropólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987), que no livro 'Sobrados e Mucambos' (1936) diz a certa altura:

> *No mesmo Pernambuco, a tradição guarda a memória de certo fidalgote rural muito sabido que não punha nome nos seus negros: era tudo número – dez, quinze, vinte. Quando o representante do comissário o visitava, o manhoso senhor, dono de dez ou doze negros magros, simulava a maior opulência deste mundo gritando para o capataz: "Mande dez para tal trabalho", "Quinze para isto", "Vinte para aquilo". Com o que, dizem que assegurava o crédito: o homem da cidade deixava-se emprenhar pelos ouvidos.*
>
> *Exagero de anedota, sem dúvida. Mas pelo número de escravos se avaliava, com efeito, a importância do senhor rural* [...][x204:142].

'Erro crasso'

Significado: erro grosseiro, erro estúpido, erro provocado pela ignorância.

Origem: Provavelmente vem do termo em latim 'crassus' que significava 'grosso', 'gordo'. Porém, a mitologia etimológica atribui-a a um erro militar cometido pelo senador romano Marcus Licinius Crassus.

Em latim, o adjectivo 'crassus' (feminino 'crassa', neutro 'crassum') tinha o significado de rude, grosso, denso, espesso, gordo, a qual deu, em português, entre outras, as palavras 'crasso' e 'graxa'. Assim, 'erro crasso' mais não é do que 'erro grosseiro', 'grande erro'.

Porém, no que é por certo uma lenda etimológica, atribui-se geralmente a expressão a um erro militar cometido pelo general romano Marcus Licinius Crassus. Em 59 a.C. o poder em Roma foi assumido por três individualidades, Gaius Julius Caesar (100 a.C. - 44 a.C.), o conhecido César, Gnaeus Pompeius Magnus (106a.C. - 48 a.C.), Pompeu, e Marcus Licinius Crassus (115 a.C. - 53 a.C.), Crasso, constituindo o que foi conhecido por 'Primeiro Triunvirato'. Ao contrário dos dois primeiros, que eram notáveis generais, o último, Crasso, era mais conhecido pela sua riqueza do que pelo seu talento militar, embora tivesse adquirido proeminência devido à vitória que obteve aquando da revolta dos escravos liderado por Espártaco. Em 55 a.C. Crasso foi nomeado governador da Síria romana, para aí se tendo deslocado. Perante os sucessos bélicos dos outros elementos do triunvirato, Crasso tentava obter também uma vitória que o prestigiasse, pelo que utilizou a Síria como base de uma campanha militar contra o Império Parto (Persa), que ocupava boa parte do Médio Oriente (incluindo, entre outros, o Irão, o Iraque e a Arménia), e era inimigo de longa data de Roma. Em 53 a.C., o exército romano (constituído por sete legiões, ou seja, cerca de 50 mil soldados), acabou por defrontar os persas, próximo da antiga cidade de Carras (Carrhae, que se situava no sul da actual Turquia). Excessivamente confiante na superioridade numérica de suas tropas, Crasso abandonou as tácticas militares romanas e resolveu atacar rapidamente o inimigo, cortando caminho por um vale estreito, com pouca visibilidade. Porém, as forças inimigas ocuparam as saídas do vale, permitindo-lhes obter uma vitória retumbante sobre o exército romano, que foi quase totalmente dizimado. O próprio Crasso foi morto quando as negociações para uma provável trégua se tornaram violentas. Portanto, a decisão de Crasso de abandonar as tradicionais tácticas militares romanas revelou ser um enorme erro, um 'erro crasso'.

Esta é a explicação 'clássica' para a origem da expressão 'erro crasso', que, muito ao gosto romântico, procurava relações de frases feitas com acontecimentos ocorridos na Antiguidade (como 'calcanhar de Aquiles' ou 'vitória de Pirro'). Todavia, como referimos, 'crasso' é uma palavra existente no léxico português e de outras línguas latinas, pelo que não é necessário procurar origens fantasiosas. Com efeito, é muito provável que a expressão seja apenas outra forma de dizer 'erro grosseiro', e que o episódio histórico aludido corresponda, apenas, a uma coincidência de nomes.

Inicialmente, no século XVI, os dicionários apresentavam 'crassus' na sua forma latina. Por exemplo, Jerónimo Cardoso, no 'Dictionarium ex Lusitanico in latinum sermonem', publicado em 1562, inclui o termo na entrada (*sic*) *Grossa cousa. Pinguis, & e, Crassus, a, um*[89:f66v]. Porém, no século XVIII, já a palavra 'crasso' aparece dicionarizada. No 'Vocabulario Portuguez e Latino

(...)' do Padre Raphael Bluteau consta (*sic*): *Crasso. Grasso. Espesso. 'Crassus, a, um'*. E acrescenta-se: *Ignorancia crassa, segundo os Theologos, he naõ saber o que facilmente se podia, & se devia saber. Esta ignorancia he effeyto de huma grande negligencia em aprender*[66:c601]. Não havia, tanto quanto que se pode deduzir, a expressão 'erro crasso'; havia sim uma outra, 'ignorância crassa'. Em 'erro' não se faz qualquer referência a 'crasso', mas já no verbete 'ignorância' incluiu-se: *lgnorancia grosseira, crassa, invencivel. 'Ignorantia supina'*[68:i43].

Com efeito, não encontrámos 'erro crasso' nas obras mais antigas da literatura portuguesa; o que com frequência está presente é 'crasso' como adjectivo. Por exemplo, na 'Arte de furtar, espelho de enganos' (1652), de António Vieira, no início do capítulo LX (Dos que furtam com unhas políticas), diz-se (*sic*):

> *Anda o mundo atroado com Politicas, de que fazem applauso os Estadistas: a huma chamaõ sagrada, a outra profana, e ambas querem que tenhaõ imensos preceitos* [...]. *E he certo, que toda a maquina dos preceitos, assim de hum, como da outra se encerraõ em dous : os da sagrada saõ, amar a Deos sobre todas as couzas, e ao proximo, como a ti mesmo. Os da profana saõ, o bom para mim e o máo para ti. Mas he <u>engano crasso</u>, a que repugna Minerva, cuidar que ha política sagrada: isso chama-se Ley de Deos, que com nada contemporiza* [...][265:437-8].

Mais tarde, no século XVIII, no Sermão XX do Padre Manuel dos Reis, de 1720, diz-se a determinado passo (*sic*):

> *Naõ vês necio, que tenho dado a esta minha imagẽ os elogios de fermosa, & immaculada: 'Tota pulchra es, amica mea, & macula non est in te': pois aonde eu sou, o que tomo por minha conta os louvores desta imagẽ, <u>ignorância crassa</u> he cuidar que necessita de louvores estranhos* [...][220:383].

Poderíamos referir muitos outros exemplos da utilização de 'crasso' como elemento adjectivante, mas restringir-nos-emos, pela curiosidade desses textos, aos de Francisco da Fonseca Henriques (1665 – 1731), na altura médico do rei (D. João V). No seu 'Aquilégio Medicinal', originalmente publicado em 1721, ao fazer alusão a uma determinada nascente de água diz o seguinte:

> *Corre dentro na Ermida de S. João do Deserto, distante meia légua da Vila de Aljuster* [Aljustrel] [...]. *Brota esta fonte da parte esquerda da dita Ermida, e por baixo dela vai sair fora por detrás do altar, onde faz um lago* (...). *É a sua água <u>crassa</u> e tão ingrata, que nenhum animal a bebe*[142:216-217].

Também na 'Ancora Medicinal para Conservar a Vida com Saúde', de 1731, do mesmo autor, uma das vezes em que utiliza o termo é quando se refere aos moluscos marinhos como alimento, em que diz:

> *As Conchas foram celebradas nas mesas dos Antigos, pela doçura e suavidade de seu sabor. Elas são duras e dão alimento <u>crasso</u>, que nutre bastantemente, mas cozem-se, e digerem-se mal*[143:184].

Um dos primeiros exemplos que encontrámos da utilização do termo 'crasso' como adjectivante de 'erro', mas talvez ainda sem consignação da locução, é no Suplemento ao já aludido 'Vocabulário' (1728) de Raphael Bluteau, em que a propósito da cidade de Morviedro (actual Sagunto, na província de Valência), se escreve:

> *Haverá alguns duzentos anos, que diante da porta da Cidadela se achou um sepulcro de mármore com uma inscrição Hebraica que a confiança de Francisco Stella, empenhado em decifrá-la sem saber nada de Hebraico, fez cair até homens doutos, como entre outros Villalpando, em um erro muito crasso*[73:58-59].

Mas a utilização da expressão 'erro crasso' estava aparentemente já impor-se no início do século XVIII como frase feita. Tal parece poder-se depreender, por exemplo, do 'Romance' publicado nas 'Rimas Sonoras' (1731), de Simão de Santa Catarina, onde se pode ler (*sic*):

> *Tambem a escova na maõ,*
> *Iria o pó sacodindo,*
> *E vendo de quando em quando,*
> *Pelas costas o focinho.*
> *Tudo isto podia ser,*
> *Naõ explicou nada disto,*
> *Pelo que julgo, que foy*
> *Erro crasso, cresso, e cristo.*
> *Bizarra paranomasia?*
> *- O crasso está muy bem ditto,*
> *O cresso naõ sei se tanto,*
> *Que era hum homem muito rico.*
> *O cristo, esse era hum pobre,*
> *Taõ disgraçado, e mofino,*
> *Que por pobre nunca foy,*
> *Seu nome visto nem ouvido*[236:174-5].

Portanto, o rico léxico da língua portuguesa permite explicar perfeitamente a origem da locução 'erro crasso', sem ter que recorrer a imaginativas relações do erro militar cometido por Marcus Licinius Crassus.

‘Estar de candeias às avessas’

Significado: estar zangado com alguém andar de mal com alguém ou alguma coisa, estar desavindo, inimizar-se. Equivalente a ‘estar com a mosca’, ‘estar com os azeites’, ‘estar com a telha’.

Origem: a origem desta locução não é clara; é possível que esteja relacionada com o transtorno causado quando uma candeia fica invertida (às avessas), com perda do azeite, que se espalha por móveis e pelo chão.

Não conseguimos encontrar muitas explanações sobre a génese desta expressão. O médico e latinista Castro Lopes (1827-1901) refere que as candeias não têm direito, nem avesso, pelo que não existe qualquer relação entre a posição avessa ou direita daquelas com o estado do nosso espírito. Porém, como a locução data de remotíssimas eras, é forçoso esquadrinhar-lhe a origem. Assim, o autor admite que a frase popular tivesse tido origem na corrupção da pronúncia latina e a prolação macarrónica da frase *Cum deis adversis* (com os deuses contrários, não propícios). Segundo diz, das duas palavras latinas *Cum deis* fácil é a transformação num só vocábulo, e mais fácil ainda a corrupção de pronúncia, proferindo-se ‘candeias’ em vez de *cum deis*[29]. Porém, a generalidade dos autores rejeita a hipótese engendrada por Castro Lopes, que era conhecido por encontrar para as expressões populares origens muito imaginativas, mas infundadas.

O filólogo brasileiro João Ribeiro (1860-1934), em ‘Frases Feitas’ (1908), rejeitando a hipótese acima aludida por serem *lerias e disparates*, refere que *para a entender* [a expressão]*, basta notar que candeia era sinónimo de vela*, e que, portanto, *trazer candeias avessas valia queimar as mãos, o que escusa a absurda frase latina*[222:189]*.*

Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) está em desacordo com as hipóteses referidas, dizendo que *as soluções não parecem lógicas para a imagem do desavindo, distante das amizades, "rompido", desafeto.* Concordando que, na frase, *Candeia, candea, é o círio, vela, e não a candeia usual, de folha de flandres, lamparina, pequena lâmpada portátil, de querosene, sobrevivente nos sertões*, remete para o *processo da ‘Excomunhão Maior’,* [em que] *lida a bula papal ‘qua quis excluditur a communione fidelium’, interdição pessoal do réu a qualquer comunicação cristã, o Legado Pontifício apagava o grande círio pascal, figurando a Fé, derribando-o por terra. Ficava a candeia ao inverso da posição normal e litúrgica, então acesa e na vertical. O excomungado estava na situação idêntica, moral e fisicamente ao contrário de todos os fiéis. De candeia às avessas*[92]*.*

Por vezes, as explicações mais simples são as mais convincentes, como é o caso do ‘Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza’, de 1836, em que no verbete ‘Candêa ou Candeia’ está incluído: *Estar de candêas de avessas com alguem, loc. fam.; malavindo, desavindo. Vem do azeite entornado quando se vira a candêa ás avessas*[109:214]. Esta parece-nos ser a hipótese mais simples e mais adequada para que a expressão fosse adoptada pelo povo.

É locução muito antiga na língua portuguesa. Por exemplo, Francisco Manuel de Melo (1608-1666), na ‘Carta de Guia de Casados’, de 1651, usa-a quando reprova uma nova moda no traje das mulheres (sic):

Ande a mulher toda vestida, & sempre composta por sua casa, & jàmais a vejão seus criados em habito indecente. Como para ella não he bem que haja outro mundo que seu marido, crea que assi conuem aparecer a seu marido, como se aparecera a todo o mundo.

Estou de candeas às auessas com hum nouo costume de hũas capinhas, que não sei donde vierão; porque me não lembra que tal visse em nenhũa parte. Ora seja, ou não seja de outra nação, elle não he trajo autorizado, nem (a meu juízo) decente, & jà tão vulgar, que isso mesmo pudera ser o seu desprezo. Podendose com mais razão dizer pelas taes capinhas, o que dizia hum pechoso pelas violas, q̃ sendo excellente instrumento, bastaua saberemno tanger negros, & patifes, paraque nenhum honrado a pusesse nos peitos[162:f98-98v].

Aliás, Francisco Manuel de Melo utiliza a locução em várias das suas obras, como em 'Hospital das Letras', escrito em 1657, em que, numa conversa entre Trafano Bocalino e D. Francisco de Quevedo, se diz a determinado passo:

Quevedo. Levais jeito de duvidar a esse mesmo Herrera, o cognomento de divino, pelo qual é chamado da antiguidade !

Bocalino. Essa demanda lhe ponha Platão, que para mim me basta conhecer que o divino Herrera foi um clérigo muito humano, ou muito desumano poeta, em que se não acha verso algum onde se não descalabre uma nau da Índia de Portugal, ou uma mão na de Florença se chocarem com eles.

Bocalino. Vêdes bem; por onde achei muita graça ao vosso Gongora, quando disse que mais quisera ver um touro solto no campo, que ver de palanque um verso solto deste poeta; e mais vos digo, que até com o próprio João de Mena (mas que o socorra o seu prepotente D. João o segundo) estou de candeias às avessas;

Quevedo. Vejo-vos logo o semblante de vos enfadares de Boscan![164:21]

Ou em 'Visita das Fontes', redigido em 1675, em que põe a conversar a Fonte Nova do Terreiro do Paço e a Fonte Velha do Rossio, em que, a certa altura, há o diálogo seguinte:

Font. V. Nunca deles vos lastimeis deitando a longe vossa lastima, gastando-a com quem vo-la não merece: porque vos virá a faltar depois para os que vo-la merecem.

Font. N. Pois é indigna a piedade que se tem com homens enganados ?

Font. V. Não há piedade, que por si só não seja santa e boa: porém eu vos direi: ando de candeias às avessas com a gente que agora se costuma: se eu vira que o mundo queria enganar a gente, lhe armava laços e lhe dava cambapés, eu fora a primeira compadecida dos que vira caídos; [...][165:22].

Nos dicionários, a locução aparece, como é natural, mais tarde. Raphael Bluteau (1638-1734), no seu 'Vocabulário', inclui esta expressão no verbete 'Candea': *Candea.(No sentido figurado.) Estar de candeas às avessas com alguem. Estaõ de candeas às avessas*, e dá como equivalentes latinos *'Inter se dissident'* e *'Inter eos non convenit'.* Depois acrescente: *Ainda que este modo de fallar se applique mais propriamente às pessoas, que às cousas, na sua carta de Guia diz D. Franc. Manoel* [...] e faz alusão à passagem acima referida[66:c97].

A generalidade dos dicionários inclui, desde o século XVIII, esta locução. Apenas como exemplo, o 'Diccionario da Lingua Portugueza' (1813), de António de Morais Silva (1755-1824), incluía na entrada 'Candèia', onde se diz: *Estar de candeyas ás avessas com alguem; i. é, mal avindo pouco corrente*[171:335].

Entre muitos outros, também Domingos Vieira (1775-1857) contemplou a expressão no seu 'Thesouro da Lingua Portugueza', onde, no verbete 'Candeia ou Candêa', vocábulo que diz vir *do latim 'candela'* e significar *vela, facho de cebo, cera ou pez,* incluiu *De candeias ás avessas, em contradicção, em opposição, malavindo*[268:77].

Tal como em muitos outros, a locução está também incluída no 'Dicionário' de 1881, iniciado por Caldas Aulete (1823-1878), no verbete 'Candeia' (*estar de candeias às avessas com alguém, estar zangado, de mal*[50:273]), mas, curiosamente, está omissa do 'Novo Dicionário', de 1899, de Cândido Figueiredo (1846-1925).

A locução continuou sempre a ser usada na literatura, e disso damos apenas um par de exemplos. Almeida Garrett (1799-1845), na peça 'Filipa de Vilhena' (representada pela primeira vez em Lisboa, no Teatro do Salitre, a 30 de maio de 1840, mas publicada apenas em 1846), dramatiza uma história centrada em D.ª Filipa de Vilhena, uma nobre portuguesa que se tornou símbolo do patriotismo por ocasião da Restauração da Independência. A acção decorre precisamente no 1.º de Dezembro de 1640. O terceiro acto passa-se em casa de Rui Galvão, cujo irmão, à hora da morte, o instituíra tutor de sua filha Filipa, riquíssima herdeira de sua poderosa casa. Porém, Galvão delapidou a fortuna, e para não dar contas, se fez exaltado do partido castelhano, tendo combinado, para esse dia, o casamento da sobrinha com um tal Correa, irmão do secretario Miguel de Vasconcelos. Rui Galvão recebe a visita de Barnabé Fulgêncio, *homem que merenda sempre seja a que horas for*, que aproveita para lhe *puxar pela língua, e com alguns copos de vinho, o põe em estado de dizer quanto sabe* sobre a situação. Entretanto, entra um criado que traz um aviso do paço para que, *sem mais detença corram logo, logo ao gabinete do senhor secretario.* Quando vão embora, Rui Galvão deixa Barnabé (que já tinha bebido demais) a guardar a sobrinha, D.ª Filipa, mas ainda lhe diz (*sic*):

> *RUI-GALVÃO. Adeus!... Que mysterio há aqui!... – Barnabé?*
> *BARNABÉ, sahindo de dentro. Meu fidalgo ...*
> *RUI-GALVÃO. Oiça. (falla-lhe ao ouvido.)*
> *BARNABÉ. Va descançado, que aqui fica hum homem.*
> *RUI-GALVÃO. Sentido!*
> *BARNABÉ. Cinco sentidos!*
>
> *SCENA V. Barnabé, D. Leonor*
>
> *BARNABÉ. Cinco sentidos são elles. O primeiro é ver, que <u>não vejo senão candeias ás avessas</u>. O segundo é ouvir, que tenho uma zoada n'estes ouvidos, como se me estivessem a imborcar um tonel de batoque destapado aqui pelas orelhas abaixo. Cheirar, cheirar é - pois não é o terceiro?- cheira-me tudo a... poh, poh! A camoezas do termo. O quarto... o quarto é apalpar; e eu apalpo, apalpo... bojos de garrafões... [...] Pois está ditto ; não estou lá muito forte nos primeiros quatro. Mas o quinto isso então... o quinto é gostar.. oh se gósto! (mascando) gósto... (vai buscar uma garrafa á mesa) Está apurado o gostar, tam apurado, que é mesmo...* [...][140:90-2].

Também Camilo Castelo Branco (1825-1890) usou por algumas vezes a expressão, por exemplo, no 'Amor de Perdição' (1862), quando João da Cruz, o ferreiro que é o 'fiel escudeiro' de Simão Botelho, o protagonista principal do romance, sente a falta de sua filha Mariana (que tem uma paixão por Simão, embora sabendo que nunca será correspondida). Depois de João da Cruz se sentar à mesa, mas não conseguir engolir os alimentos pois que *Não passa d'aqui o bocado — respondeu elle, pondo o dedo nos gorgomilos*, pois que, como diz, *Tenho saudades da rapariga... Dava agora tudo*

quanto tenho para a ver aqui ao pé de mim com aquelles olhos que pareciam ir direitos aos desgostos que um homem tem no seu interior, foi para a oficina (*sic*):

> *João da Cruz passou ao coberto onde tinha o armario da ferragem e a bigorna, e começou a atarracar cravos.*
> *Alguns conhecidos tinham passado, palavreando com elle consoante costumavam, e achavam-no taciturno e nada para graças.*
> *— Que tens tu, João? — dizia um.*
> *— Não tenho nada. Vai á tua vida, e deixa-me, que não estou para lerias.*
> *Outro parava e dizia:*
> *— Guarde-o Deus, senhor João.*
> *— E a vocemecê também. Que novidade ha?*
> *— Não sei nada.*
> *— Pois então vá com nossa Senhora, que eu <u>estou cá de candeias ás avessas</u>.*
> *O ferrador largava o martello; sentava-se aos poucos no tronco, e coçava a cabeça com frenesi. Depois recomeçava novamente, e tão alheado o fazia, que estragava o cravo, ou martellava os dedos*[96:204-5].

‘Estar nas suas sete quintas’

Significado: estar satisfeito, contente, feliz. Equivalente a ‘estar como peixe na água’.

Origem: os reis portugueses possuíam, no concelho do Seixal, sete quintas onde o rei e a comitiva gostavam de passar longas temporadas. Nessas alturas, quando se perguntava pelo rei, a resposta era: está nas suas sete quintas ...

A locução foi dicionarizada em 1881 no ‘Dicionário’ de Caldas Aulete (*‘Estar nas suas sete quintas’, estar muito contente*[50:703]), e depois, em 1899, no de Cândido de Figueiredo (*‘Estar nas suas sete* [quintas]*’ (loc. fam.) estar como se quer, perfeitamente à vontade*[86:401]).

Se, para muitas locuções, há dúvidas, indefinições e controvérsias sobre as suas origens, tal não se verifica com a expressão ‘estar nas suas sete quintas’, que tem fundamentação histórica abundante. Pinho Leal dizia, em 1873, que:

> *O almoxarifado do Alfeite compõe-se hoje das quintas do Alfeite, Romeira, Piedade, Outeiro, Quintinha, Antelmo e Bomba* [as sete quintas]*; a vinha do Pegador, a lagoa de Albufeira, os pinhais de Corroios e do Cabral e os moinhos do Galvão, Passagem, Capitão e Torre. O Senhor D. Pedro V mandou aqui construir uma nova residência em 1857, muito elegante e bonita*[207:116]*.*

Essas quintas situavam-se na margem sul do Tejo, quase em frente a Lisboa, e a sua história é bem conhecida. Sobre as suas origens sabe-se que:

> *Primeiro foi dos ingleses que auxiliaram D. Afonso Henriques na tornada de Lisboa* [em 1147]*. Depois D. Sancho I a deu aos cavaleiros da ordem de Santiago; e quando D. Diniz. libertou esta ordem do mestrado de Castela, a incorporou na coroa, dando em troca dela as vilas de Almodôvar e Ourique, com os castelos de Monchique e Aljezur.*
>
> *Dali por diante andou quase sempre na casa das rainhas, e entrou no dote que D. Fernando deu a D. Leonor Telles. Parte destes bens doou a mesma rainha ao célebre David Negro* [um judeu], *almoxarife das alfandegas do reino, o qual, fugindo depois com ela para Alenquer, e seguindo o seu partido na revolução do mestre de Avis. O condestável D. Nuno Alvares Pereira obteve de D. João, quando ainda era regente do reino, a doação dos bens de David, declarado traidor à pátria. A mulher do judeu* [D.ª Cimfa] *embargou a doação em seu nome e no de seus filhos, que ficaram em Lisboa. A demanda continuou nove anos, e só acabou em 1393 por uma composição entre as partes, acordando-se que D. Cimfa Negro ficasse com os bens de Almada e seu termo, e o condestável com os de Lisboa, etc. Parece, porém, que D. Nuno ainda veio depois a comprar aqueles bens a D. Cimfa, para juntar a outros que já possuía do outro lado do rio*[22:211-2]*.*

Augusto de Pinho Leal (1816-1884), em ‘Portugal Antigo e Moderno’, refere que a quinta do Alfeite é uma:

> *Grande quinta* [...], *antigamente chamada quinta da Pena, termo e próximo da vila de Almada em frente de Lisboa*. [...]. *Em 28 de julho de 1404, fez D. Nuno doação disto e outras cousas à*

> *Ordem do Carmo de Lisboa. Não sei como passou a diferentes donos, até que em 1697 a comprou D. Pedro II, a Geraldo Huguer Marcem, por 3:700$000 réis e* [foi] *incorporada na casa do infantado (instituída para seu filho, o infante D. Pedro, depois II)*[207:116].

A 'Casa do Infantado', vasto património senhorial, na sua maioria constituído por bens confiscados aos apoiantes de Espanha no período da Restauração, foi criada por D. João IV através da Carta Régia de 11 de Agosto de 1654. A instituição desta 'Casa' visava assegurar a manutenção dos filhos segundos dos monarcas, dando-lhes condições para que vivessem no Reino, assegurando, deste modo, a sucessão no trono caso algo acontecesse ao filho primogénito. Como foi referido, foi sendo enriquecida ao longo do tempo de modo a constituir uma fonte de rendimento que permitisse aos infantes secundogénitos ter o estatuto inerente à sua condição de príncipes.

Com o tempo, o património imóvel da Casa do Infantado foi sendo acrescentado:

> [...] *D. Pedro II mandou adquirir para a Casa do Infantado, a Quinta do Antelmo, que se chamava Quinta da Penha, possuída por Geraldo Hugens Massem, como consta do Alvará de 1 de Julho de 1697*. [...]
>
> *Em 1704, D. Pedro II procede à doação da Casa do Infantado ao seu filho, o Infante D. Francisco de Bragança, Duque de Beja. Este Infante acrescenta, ao património existente no Alfeite, a Quintinha, comprada ao Capitão Joaquim António de Moraes por 7.272$730, e posteriormente, por Alvará de 15 de Maio de 1789, adquire a Quinta do Outeiro.* [...].
>
> *D. João de Bragança, depois Rei D. João VI por morte de seu irmão D. José de Bragança, herda, ainda como Infante D. João, a Casa do Infantado, e adiciona à Casa e ao Almoxarifado do Alfeite, a Quinta da Romeira e a da Bomba.*
>
> *Por último e derradeiro herdeiro da Casa do Infantado, antes da sua extinção, D. Miguel de Bragança, acrescenta ao Alfeite a Quinta da Piedade, comprada em hasta pública em 1 de Julho de 1833*[202:38-9].

Assim, progressivamente, foram-se constituindo as sete quintas (Alfeite, Romeira, Piedade, Outeiro, Quintinha, Antelmo e Bomba), a que estavam agregadas várias outras propriedades. Porém, era imprescindível que as quintas tivessem condições de habitabilidade por pessoas de real condição. Quando o Alfeite foi integrado na Casa do Infantado o casarão aí existente carecia de grandes obras de restauro, as quais se tornaram ainda mais prementes devido ao terramoto de 1755. Essa reconstrução foi efectuada, provavelmente de 1758, pelo Infante D. Pedro, filho de D. João V, que transformou a velha casa senhorial rural num palacete condigno da condição dos seus proprietários. As 'sete quintas', centradas na do Alfeite, ficaram assim dotadas de instalações adequadas, sendo utilizadas como espaço de retiro, de convívio e de festas, bem como para actividades venatórias.

Porém, na sequência da Revolução Liberal, o tecido político português alterou-se, o que se repercutiu também nas 'sete quintas':

> *O decreto de 18 de março de 1834, que extinguiu a casa do infantado, exactamente 180 anos depois da sua instituição, destinou esta real quinta* [do Alfeite], *e anexas* [as outras seis quintas], *juntamente com os mais palácios em que costumavam habitar os soberanos portugueses, para residência e recreio dos reis de Portugal*[22:212].

Assim, essas propriedades passaram a ser administradas pela Casa Real. O Palácio Real do Alfeite tornou-se local de convívio e reunião da Família Real em diversos momentos Os monarcas podiam, portanto, ir calmamente desfrutar da tranquilidade das 'suas sete quintas'. Porém, não só a passagem do tempo impunha obras de restauro das instalações, como, agora que era Paço Real,

carecia de maior dignidade. Um novo palácio foi aí erigido, não sem antes, em 1851, rebentar o escândalo da tentativa de arrendamento por 99 anos da propriedade por Costa Cabral, Conde de Tomar, o qual serviu de pretexto para disputas político-partidárias e acesas discussões na Câmara dos Deputados e na Câmara dos Pares do Reino. Entre as muitas notícias sobre o assunto, referimos apenas uma, do jornal 'O Patriota' de 24 de Março de 1851:

> [...] *em vista das ·disposições da carta constitucional, e da lei de 18 de Março de 1834, o contracto de· arrendamento do palácio e quinta do Alfeite não se podia fazer, e que portanto deve este contracto considerar-se nulo.* [...] *este negócio se praticou tanto em segredo, e quis-se esconder tanto, que foram precisos muitos esforços da oposição para que a câmara tivesse dele conhecimento. Depois do contracto ser do conhecimento do público não houve ninguém que se não indignasse* [...][21].

Finda a polémica, o Palácio Real do Alfeite e as quintas circundantes permaneceram para usufruto da Família Real. A construção do novo palácio viria a ser empreendida por D. Pedro V, que subiu ao trono em 1853, pouco antes do seu casamento com Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen em 1858. A notícia foi assim dada pelo semanário 'Archivo Pitoresco:

> *Sua Majestade el-rei o Senhor D. Pedro V acaba de mandar construir naquela quinta [do Alfeite] uma nova residência, mais confortável e elegante do que o antigo real casarão, escoltado de pontales, que lá havia. É arquitecto da obra, o da casa real, Joaquim Possidónio Narciso da Silva*[22:212].

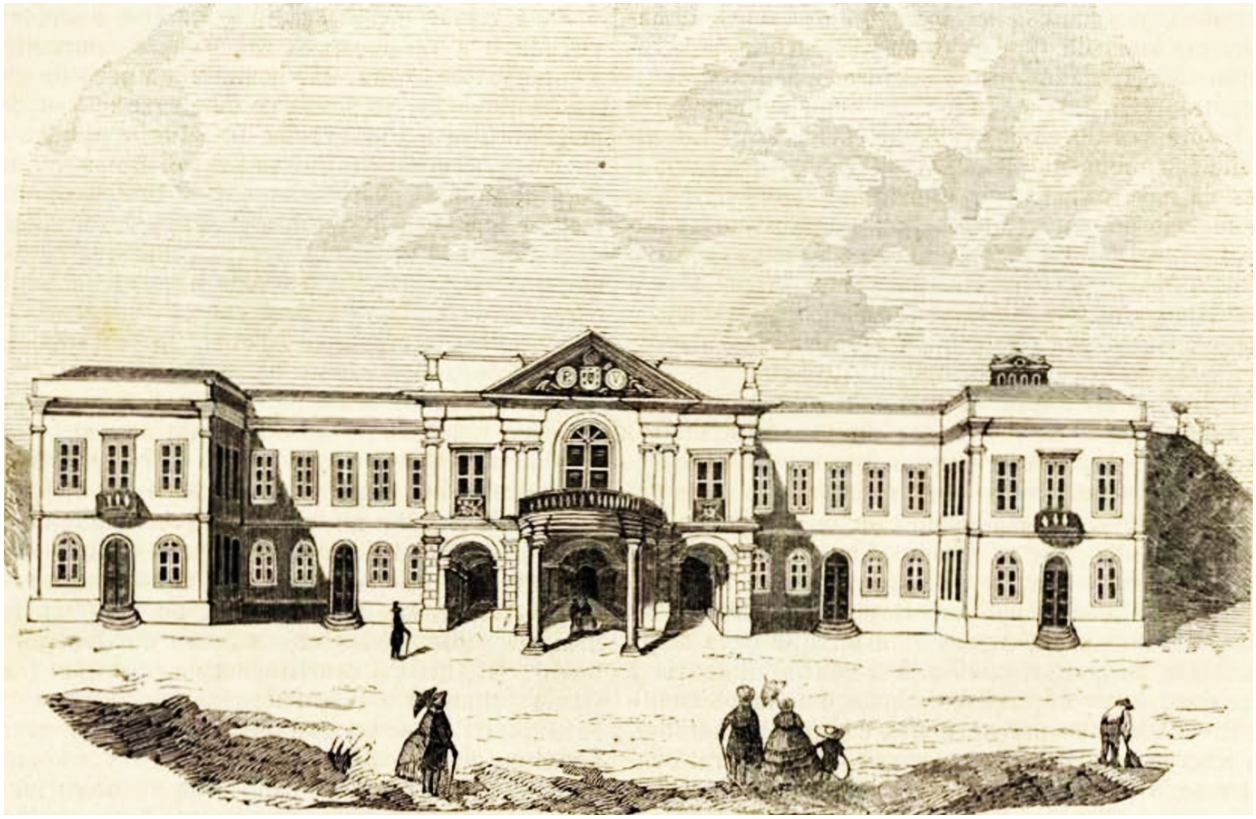


Figura 6– Vista do Palácio do Alfeite em 1858, ainda em construção.

O novo Palácio Real do Alfeite (com as suas 'sete quintas' associadas) passou, então, a ser domicílio de férias e de fim-de-semana do casal real na sua curta vida (D. Estefânia acabaria por morrer de difteria em Julho de 1859, com 22 anos; D. Pedro viria a falecer em 1861, com 24 anos). O hábito de ir passar temporadas às 'sete quintas' prosseguiu com D. Luís I e D. Carlos I. este último, apaixonado de actividades venatórias, para ali ia caçar coelhos, perdizes e galinholas, mas também patos, galinhas de água, narcejas, maçaricos e tarambolas.

Mas a manutenção daquele espaço ficava cara ao erário público em grave situação financeira. Foram surgindo várias hipóteses de lhe dar outra utilidade, nomeadamente, a venda ou arrendamento, a passagem por estas propriedades da linha férrea da margem sul (1876) ou a sua remodelação e adaptação para albergar a Escola Naval (1903), todas inconclusivas. O rei continuava a passar temporadas nas 'suas sete quintas'.

A implantação da República, em 1910, veio mudar substancialmente o destino das 'sete quintas'. Em 1911 a Quinta Real do Alfeite foi entregue ao Ministério do Fomento, ficando a parte agrícola na dependência da estação agronómica. A experiência não teve sucesso e surgiu novo projecto, a transferência do Arsenal da Marinha, que se situava na Ribeira das Naus, em Lisboa, para a quinta do Alfeite. Após se realizarem as obras necessárias, o Arsenal do Alfeite viria a ser inaugurado em 1937. Por outro lado, a direcção da Base Naval de Lisboa, viria a ser instalada no antigo Palácio Real.

Deste modo, as 'sete quintas' foram desagregadas: a Quinta do Outeiro tinha já sido vendida no tempo do Rei D. Luís à firma Rankin & Sons; a Quinta do Alfeite foi convertida, como aludimos, em base naval; a Quinta da Bomba foi transferida para a Câmara Municipal de Almada para aí serem instaladas as suas captações de água; a da Piedade foi vendida a um particular.

‘Fazer de (alguém) gato-sapato’

Significado: maltratar; ridicularizar; humilhar; fazer sofrer; destratar; fazer joguete de alguém.

Origem: É expressão bastante antiga na língua portuguesa, que parece provir de um jogo infantil com o mesmo nome (gato-sapato).

O Padre Raphael Bluteau, no ‘Vocabulário Português e Latino’ (1712), no verbete ‘Gato’, diz o seguinte sobre esta locução (*sic*): *Gato sapato, chamam na Índia ao jogo que chamamos em Portugal ‘Cabra cega’, & deve ser porque neste jogo se costuma dar com hum sapato ao que está com os olhos vendados, donde, parece se derivou o Adagio, Faz de mim ‘Gato Sapato’*[68:g40]. Portanto, a expressão deriva desse jogo semelhante à cabra-cega, em que uma criança de olhos vendados era batida com sapatos pelos companheiros, até que conseguia agarrar um deles, que tomava o seu lugar.

Porém, têm sido propostas outras origens. Segundo alguns autores, como João da Silva Correia, a expressão radicaria na humilhação de um gato se ver sob as patas de um cão, e a expressão original seria, portanto, ‘fazer de gato sob as patas’ [do cão]. Escreveu este autor em 1934: *A frase fazer de alguém gato-sapato, «maltratar outrem ou fazê-lo joguete ou esfregão», talvez se explique procurando um associado natural de ‘gato’, que é ‘cão’. Das lutas destes animais, que deram origem à metáfora de aplicação humana – são como o cão e o gato – pode ter nascido pelo mesmo processo metafórico ‘fazer gato-sapato de alguém’. A frase no início seria, tendo em mente a atitude que o cão toma para com o gato que o domina – ‘fazer de alguém gato so pata’. ‘So-pata’ é formação possibilíssima de ‘so’, evolução popular do latim ‘sub’, semi-culto ‘sob’, mais nome – atente-se, por exemplo, em ‘sopapo’, ‘socapa’; de ‘so-pata’, a um tempo por atracção da terminação do vocábulo ‘gato’ e influxo rítmico dele – notem-se os casos de ‘sapo concho’, ‘farinha milha’, respectivamente de ‘sapo de concha’ e ‘farinha de milho’, e os da expressão ‘andar por Franças e Aragangas’ em que a terminação da palavra ‘Franças’ acomodou a de ‘Aragão’,* [...][110].

Outros autores põe a hipótese desta locução ter derivado da interjeição ‘sape’, usada para enxotar gatos, há muito utilizada, e já dicionarizada por Bluteau em 1712 (*sic*): *Sâpe ou çape. Palavra com que se enxota o gato, & às vezes o mesmo que ‘xopra’, sape gato, ou sape dahi gato*[71:491]. Assim, a expressão original designativa do jogo poderia ser ‘Gato! Sape gato’, que teria sido transformada na corruptela ‘Gato! Sapato’, evoluindo para ‘gato sapato’.

João Ribeiro, em ‘Frases Feitas’ (1908), depois de referir que *Os espanhóis têm o provérbio castelhano: «Hasta los gatos quieren zapatos». Mas estou convencido de que a analogia é apenas nas palavras,* formula uma outra hipótese: *Fazer de gato sapato ou vice versa, queria dizer, ao que suponho, o erro de quem lia ou escrevia em tempo em que as abreviaturas muito frequentes poderiam induzir a engano. Antigamente ‘sapato’ escrevia-se com ‘ç’ e a palavra gato podia ser lida como ‘çapato’ na abreviatura ‘çato’. E foi provavelmente o que houve*[222:132]. Sobre o assunto, diz ainda este ilustre filólogo: *É digno de nota que o sentido da frase indica menos um erro de leitura que uma depreciação e motejo, o que indica já uma metáfora*.

Como se disse, é expressão bastante antiga, estando já listada no 'Florilégio dos modos de falar' (1655) de Bento Pereira: *Faz de mim gato çapato* [antiga grafia de sapato]*: ou mangas ao demo. 'Flocci non me facit'*[197:105]. A expressão 'mangas ao demo' há muito que caiu em desuso; sobre ela refere Raphael Bluteau, no 'Suplemento' (1728) ao seu 'Vocabulário': *Mangas ao Demo se diz daquelle de quem se faz zombaria*[73:14].

No livro intitulado 'Infermidades da Lingua, e Arte que a ensina a emmudecer para melhorar' (1759), produzido por Manuel José de Paiva sob o pseudónimo de Sylvestre Silverio da Silveira e Silva, inclui a expressão 'gato sapato' no longo *corpus* lexical cuja utilização deve ser evitada. Sobre o assunto, diz o autor (*sic*): *Entre as innumeraveis palavras, que a ignorância tem introduzido, e em que a lingua tem degenerado, escreverey as que agora me lembrão, e as indignas frazes de que o vulgo usa, infamando-as por indiscretas, por loucas, e por temerarias; ja porque não tem recta deducção da linguage; ja porque as instituhio a ignorância; ja porque não são atendidas pela prudencia; ja porque as não recebeo a descripção; ja porque só se usão nos períodos descompostos; e ja porque só dellas se trata nas practicas deshonestas*[195:103]. Mais à frente, concluindo o raciocínio, remata com: *Em fim, a longua ja não he minha escrava. Fará nisto o que quizer: mas por meu voto, se quizer não ter borbulhas, evite as palavras seguintes*. E do longo rol de palavras e frases que devem ser evitadas, apresentadas por ordem alfabética, está incluso 'gato çapato'[195:127].

Também Domingos Vieira, no 'Tesouro da Língua Portuguesa' (1854) insere esta locução no verbete 'Gato': *Fazer gato sapato; enganar grosseiramente, fazer do céu cebola*[269:844]. A expressão 'fazer do céu cebola' a alguém, utilizada, pelo menos, desde o século XVIII, desapareceu actualmente em Portugal. No 'Dicionário' (1789) de Bluteau / Morais diz-se que significava *enganá-lo a olhos vistos*[173:251]. Curiosamente, no 'Tesouro' de Domingos Vieira 'gato sapato' aparece também referido num vocábulo também desaparecido: *Estricóte. Usado na locução 'Ao' estricote, misturado, confundido com coisas triviais, vulgares, vis, baixas, de pouco preço. – Trazer alguém ao estricote, não fazer caso dele, zombar dele, fazer dele gato sapato, jogar a péla com ele*[269:456]. É assim a evolução das línguas: com o tempo, há vocábulos e locuções que desaparecem, surgindo novas palavras e expressões.

A expressão "fazer gato-sapato" tem sido recorrentemente utilizada pelos escritores portugueses pelo menos desde inícios do século XVIII. Aludiremos apenas a alguns casos exemplificativos. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), no 'Apólogo Dialogal' intitulado 'Relógios Falantes', redigido por volta de 1650 mas só publicado postumamente, em 1721, põe dois relógios a conversarem, um de Lisboa (Igreja das Chagas) e outro do campo (provavelmente o da vila de Belas), no sentido de ressaltar que em todos os locais onde vivem homens existe hipocrisia e frivolidade. A certa altura, diz o relógio da cidade (sic):

> [...] *Já namorados! Isso foi uma só cousa, <u>fiz d'elles gato sapato</u>. Filhas de ourives e mercadores ricos, e delicadas, tive toda a noite em pé como Centurios, sem acabar de dar a uma, sabendo que essa hora era o signal para que lhe acudissem a fallar seus galantes: logo em vendo que fallavam, dava de esporas ao movimento, e em meia hora de conversação choviam horas sobre elles*. [...][166:56].

Em 1741, Francisco Xavier de Oliveira (1702-1783), nas 'Cartas familiares, históricas, políticas e críticas (...)', diz a certa altura na Carta X (*sic*):

> [...] *Sua molher lhe respondeo que estava sonhando, e o marido crente em que dormia, voltou para o gabinete como aquelles que quando vem buscar lãa os mandão tusquiados. Verdadeyramente este Conde não he Tudesco, e não sey como sofre que a Condeça jogue às*

> *escondidas com elle. Fazer gato çapato de hum marido, he por huma molher em pratos limpos a sua pouca vergonha*. [...][188:88].

No poema 'Retrato', que integra as 'Poesias Varias de hum anonymo a uma Dama Sagrada' incluídas nas 'Poesias Varias para se addicionarem aos cinco Tomos da Fénix Renascida', um anexo ao cancioneiro seiscentista 'Fénix Renascida', pode lêr-se (*sic*):

> *He taõ bem feita a cintura,*
> *Que eu nunca nas filigranas*
> *Achey cousa taõ bem feita,*
> *Nem cousa taõ delicada.*
> [...]
> *A lindeza dos pészinhos*
> *He tal, que faz junto á saya*
> *Gato çapato das vidas,*
> *E fiveleta das almas*[248:393].

Apenas mais dois exemplos de 'fazer de gato sapato' na literatura. O primeiro, do século XIX, é do conto 'Pela calha e pela malha', integrado nos 'Contos ao Soalheiro' (1876), de Augusto Sarmento (1835-1890). Rosaria, *uma farfalhuda mocetona, que era o ai-Jesus da rapaziada do lugar e arredores*, ao ver um dia a taberneira *Engrácia Malva passar-lhe pela porta, pediu-lhe que entrasse e pôs-se a fazer um estendal das prendas que havia recebido do menino do Paço*, o filho único de uma viúva rica. *Engrácia foi logo meter tudo no bico á tia Michaela. Depois da narração, os comentários*, em que, a certa altura, Engrácia diz (*sic*):

> *– Ai! descance. Não lhe deixei fazer de mim gato-sapato. Se ella pensava que como miolo de enxergão, perdeu o seu tempo. Ouviu-me de cantareira! Atrever-se a dizer que eu tinha inveja! Inveja de que, não me dirá?*[242:233]

Outro exemplo é contemporâneo e provém de 'Olhai os lírios do campo' (1938), de Érico Veríssimo (1905-1975). Eugênio Fontes, com muito sacrifício dos pais, tinha conseguido formar-se , em Medicina. O trecho, da parte inicial do romance, refere-se ao encontro de Eugênio com seu pai, Ângelo:

> *E no pobre Ângelo o que mais impressionava era a respiração ofegante e ansiada de asmático. Eugênio tinha pena do pai e odiava-se a si mesmo, porque não era com esse sentimento de simples piedade que ele podia pagar toda aquela vida de dedicação e silencioso amor à sua pessoa.* [...]. *Através da aceitação talvez pudesse amá-lo um dia. Ângelo bem merecia esse amor. Nunca lhe fizera sentir de modo nenhum a sua autoridade de pai. A mulher contava às amigas: «O Ângelo é um pai da vida. Os meninos fazem dele gato-sapato e ele nem se importa». Mas era inútil - achava Eugênio. Havia entre ele e o pai um poderoso e insituável elemento de estranheza*[263].

'Ficar a ver navios'

Significado: não conseguir o que se deseja; ficar decepcionado. Equivalente a 'ficar a chuchar no dedo'.

Origem: é provável que esteja relacionado com a primeira invasão francesa e a chegada de Junot a Lisboa quando a família real fugia para o Brasil.

Como se verifica com frequência com as expressões populares, têm sido atribuídas várias origens para esta locução. Aludiremos, a seguir, a algumas das hipóteses que têm sido apresentadas. 'à grande e à francesa' e, claro, 'ficar a ver navios'

Versão 1

As invasões francesas foram extremamente marcantes para o país e para a população, de tal modo que estão na base de várias expressões populares, entre as quais 'ir para o maneta', 'à grande e à francesa', 'tudo como dantes no quartel d'Abrantes' e, claro, 'ficar a ver navios'.

Como é sabido, em 20 de Novembro de 1807 as tropas francesas reforçadas por forças espanholas, comandadas pelo general Jean-Andoche Junot (1771-1813), invadiram Portugal, entrando pela Beira Baixa. Foi a primeira invasão francesa, que decorreu do facto de Portugal se recusar a aplicar o Bloqueio Continental decretado a toda a Europa continental por Napoleão, como forma de impedir qualquer comércio com o Reino Unido e assim debilitar o seu poderio econômico e militar. Todavia, Portugal não podia exercer tal bloqueio, pois que tal era incompatível com a velha Aliança Luso-Britânica (que estava em vigor desde 1373), e porque era essa Aliança que garantia as ligações marítimas aos domínios ultramarinos, dos quais a economia portuguesa estava fortemente dependente. Assim, o principal objectivo de Junot era chegar rapidamente a Lisboa e aprisionar a família real, assim assegurando o domínio do País e, por consequência, impondo o aludido Bloqueio Continental.

A rapidez da acção era fundamental, pelo que a invasão se processou pelo eixo de progressão mais curto e que atravessava as regiões onde era previsível que a resistência fosse menor, progredindo as tropas em marcha acelerada, não obstante o mau tempo que se fazia sentir, que muito dificultava o avanço. Com efeito, os 25 mil soldados que haviam partido de Bayonne sob o comando de Junot tiveram que se defrontar com um Novembro invernoso, em que nevava nas serras espanholas e chovia muito nas Beiras, o que provocava cheias nos rios, dificultando a sua travessia. Os campos do Ribatejo tinham ficado inundados, o que atrasava ainda mais a progressão. Para assegurar o sucesso da invasão tinha sido assinado com Espanha o Tratado de Fontainebleu, segundo o qual o exército francês seria reforçado com tropas espanholas e, em contra partida, o território português seria dividido em 3 fatias: o Minho (designado por Lusitânia Setentrional) seria para o rei da Etrúria, estado-satélite que Napoleão tinha criado em Itália; o Alentejo e o Algarve (conjuntamente designados por Algarve) seriam para Espanha; o resto do território ficaria na dependência directa de Napoleão). Por essa razão, às tropas francesas juntou-se mais uma dezena de milhar de soldados espanhóis sob o comando do general espanhol Caraffa.

Ao entrar em Portugal, em marcha forçada, o exército estava já muito depauperado, estando os soldados fatigados e sem abastecimentos, pelo que muitos se atrasavam pelo caminho. Assim, na Beira Baixa, onde chegou entre os dias 23 e 26 de Novembro de 1807, Junot já só comandava uma vanguarda dos seus homens e dos espanhóis que se lhe haviam juntado na Estremadura. Descansou um dia em Abrantes, para logo retomar a marcha frenética para Lisboa, na tentativa de aí chegar antes da família real embarcar para o Brasil. Entretanto, em Lisboa, a corte e a nobreza preparavam-se à pressa para sair de Portugal. No total foram aparelhados 50 navios que transportavam 15 000 pessoas juntamente com jóias, móveis, livros, e outras preciosidades. Saíram a 27 de Novembro, embora sem vento favorável.

Acompanhado apenas por uma pequena força (não mais de 1 500 homens) que apressadamente tinha conseguido reunir em Abrantes, Junot chegou a Lisboa pelas 9 horas da manhã do dia 30 de Novembro[244:22]. Informado de que a corte já abandonara o País, mas que não soprava vento favorável, pelo que talvez os navios ainda estivessem perto da Barra, sem qualquer paragem atravessou rapidamente a cidade com as poucas tropas que tinham conseguido acompanhar a sua marcha acelerada, indo directamente para Belém, onde ainda encontrou quatro navios que tinham zarpado há pouco, sobre os quais mandou disparar, conseguindo que três parassem, embora o quarto tenha conseguido escapar[55:371]. Quanto aos restantes, já iam mais longe e não podiam ser capturados, ou seja, 'ficou a ver navios'.

Versão 2

Outra versão situa a origem da expressão na crise dinástica de 1580. Como é sabido, o rei D. Sebastião (1554-1578), que herdou o trono aos três anos e assumiu o governo em 1568, aos 14 anos, sentia-se motivado para recuperar as glórias do passado, começando por tentar dominar o Norte de África. Essa ambição foi fortalecida em 1574, após uma bem sucedida incursão a Tânger, pelo que preparou uma expedição bastante mais forte, que efectivou em 1578. Com falta de experiência militar e política, o jovem rei avançou de forma temerária. No dia 4 de Agosto, o exército português, muito depauperado pelo cansaço, pela fome e pelo calor, defrontou o inimigo numa batalha perto de Alcácer-Quibir. O resultado foi desastroso para as forças portuguesas: após quatro horas de combate intenso o exército de D. Sebastião sofreu completa derrota, deixando no terreno quase 9 000 mortos e 16 000 prisioneiros. Grande parte da nobreza portuguesa aí perdeu a vida ou foi tornada cativa. Na confusão da batalha desapareceu o próprio jovem rei (sabendo-se mais tarde que aí tinha morrido).

O trágico acontecimento conduziu a uma situação de grande gravidade em Portugal, tendo designadamente o país ficado bastante empobrecido devido aos resgates que teve de pagar para libertar parte dos cativos. Pior ainda: como D. Sebastião ainda não tinha filhos, deixou como sucessor o seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique (1512-1580), o qual viria a morrer, sem descendência, dois anos depois. Tal provocou uma crise dinástica, na sequência da qual Filipe II de Espanha viria a tornar-se também rei de Portugal. Foi o início da dominação filipina de Portugal que se perduraria durante 60 anos, até 1640.

Muitos, recusavam-se a acreditar na morte do jovem rei, acreditando que um dia havia de voltar 'numa manhã de nevoeiro' e, assim, conseguir reverter a situação, conduzindo de novo o país a uma época de prosperidade. Foi o nascimento do mito do 'Sebastianismo'. Assim, era comum encontrarem-se pessoas no Alto de Santa Catarina e noutros lugares mais altos da cidade de Lisboa, numa atitude contemplativa, olhando os navios que chegavam ao Tejo, confiantes de que num deles viria o malogrado Rei e que a lenda se tornaria realidade. Porém, como é óbvio, tal não aconteceu,

e o povo começou a dizer que essas pessoas apenas 'ficavam a ver navios', expressão essa que se implantou na linguagem popular, acabando por adquirir a acepção de não se conseguir o que se deseja, de ficar decepcionado.

Versão 3

Outra versão foi adiantada pelo médico e latinista António de Castro Lopes (1827-1901) em 'Origens de Anexins' (1886). Porém, diga-se desde já, que o autor era conhecido por esboçar para as expressões origens muito imaginativas, mas infundadas. Segundo Castro Lopes,

> *Viveu em Portugal, em tempos que já vão longe, certo milionário por nome Pedrossem. Tinha palácio e terras e, não por dó, mas somente por jactância, dava esmolas aos pobres. Tão rico como soberbo, reputava-se um rei*.
>
> *Esperava dentro em breve a chegada de alterosos galeões, que lhe deviam trazer riquezas incalculáveis* [...]. *Eis que um dia solícitos acorrem alvissareiros a lhe dar a fausta nova de que surgiam à barra do Douro as esperadas galeras*. [...]. *Então, do seu palácio da Torre da Marca, Pedrossem, avistando os navios, que vinham distantes, disse em um assomo de blasfemo orgulho: «— Agora, inda que Deus quisesse, não me poderia fazer pobre».*
>
> *Palavras não eram ditas, eis que de súbito tolda-se o céu, negras nuvens se amontoam, o vento sopra rijo. Finalmente, desencadeia-se uma tremenda tempestade!! Os mestres manobram em vão; os navios, um por um, soçobram todos! Pedrossem, sempre na esperança de que alguns se salvassem, ficou a ver os navios, dos quais nem um só escapou. Deste desastre originou-se a ruína do soberbo ricaço* [...][28].

Figura 7 - Miradouro do Alto de Santa Catarina, em Lisboa.

‘Filho da mãe’

Significado: a locução é utilizada com dois sentidos: a) estupor, sacana, patife, velhaco; b) pessoa com sorte, estudiosa, competente. Equivalente no primeiro sentido: ‘filho da puta’.

Origem: provavelmente começou a ser utilizada como sinónimo suavizado de ‘filho da puta’; é possível que a utilização se tenha expandido devido aos antigos documentos de identidade, que, nalguns casos, tinham na filiação ‘pai incógnito’.

De forma literal, a locução expressa uma verdade óbvia, pois que qualquer pessoa é filha de uma mãe. Portanto, objectivamente, a expressão limita-se a reconhecer um facto, não sendo nem ofensiva, nem elogiosa. Porém, muitas vezes, é utilizada de forma depreciativa. António Maria do Couto (1778-1843), no seu ‘Dicionário da maior parte dos termos homónimos (...)’, incluiu o seguinte no verbete ‘Filhos / Filhoz’:

> ‘*Filho natural’, havido em mulher com quem se podia casar, mas não incestuoso, nem adulterino ou couto danado. ‘filho da puta’, expres*[são] *injuriosa, que vulgarmente a gente da ralé se chama mutuamente. O mais comedido diz, ‘filho da mãe’*[115:154].

Com efeito, provavelmente, a utilização depreciativa da locução ‘filho da mãe’ surge como forma suavizada de ‘filho da puta’, como sucedâneo do medieval ‘filho das ervas’. Sobre esta última expressão diz o historiador Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1744-1822) no seu ‘Elucidário’:

> *Hervoeira* [Ervoeira]. *Mulher prostituída, marafona, e cuja porta está patente a quantos a procuram abusando de si em qualquer lugar, mato, ou relva. Ainda hoje dizemos: Filho das ervas: aquele cujo Pai se ignora por sua Mãe tratar desonestamente com muitos*[271:34].

Assim, as expressões ‘filho das ervas’, ‘filho da puta’ e ‘filho da mãe’ são sinónimas, embora a carga emocional intrínseca varie com o contexto. Na actualidade, a primeira locução há muito que deixou de ser usada e as duas últimas são utilizadas como sinónimos eufemísticos. Essa carga depreciativa foi seguramente amplificada pelo facto de, antigamente, nos casos em que o nome do pai não era declarado, contava da filiação, no registo de baptismo e no bilhete de identidade, a expressão ‘pai incógnito’, ou seja, eram apenas filhos da mãe. Refira-se que, com a alteração do Código Civil em 1977[32], decorrente da aprovação da Constituição da República de 1976, tal designação deixou de existir.

Porém, Teófilo Braga (1843-1924), em ‘O Povo Português’ (1885), dá uma explicação mais elaborada:

> *A forma mais remota da organização social é aquela em que a agregação da família se estabelecia pela vida sedentária da mulher, isto é, no regime do parentesco derivado da Maternidade. Este estado de organização social é conhecido em etnografia pelo nome de Matriarcado*, [...]. [Há] *no Genesis, uma alusão evidente a este regime social do Matriarcado, no ódio entre a Serpente (símbolo das populações agrícolas) e a raça da mulher. Na linguagem popular conserva-se na frase* <u>*Filho da mãe*</u> *um carácter insultuoso, atribuído a esse estado de um hetairismo* [organização especial das primitivas sociedades humanas, na qual se praticava livre promiscuidade sexual] *inicial correspondente a um culto estoniano ou de prostituição*

> *sagrada, de que temos abundantíssimos vestígios nas nossas superstições populares.* [...] *é em relação com estas formas cultuais, que o filho sem pai conhecido se chamava Filho das ervas, e a mulher da sociedade hetairista ervoeira*[75:229-30].

Recentemente, surgiu uma outra tentativa de explicação da origem desta expressão, que remete para os tempos de D. João V (1689-1750), que reinou em Portugal entre 1706 e a sua morte. O rei teve muitas amantes, tal como muitos dos seus antecessores. Porém, tinha aparentemente uma predilecção especial por 'damas do clero', isto é, freiras. Tal não era inusitado: muitos nobres tinham a 'sua freira', com quem se correspondiam, e a quem visitavam no convento, onde trocavam presentes. Ao longo da sua vida, D. João V teve várias freiras do Convento de Odivelas. Eram, normalmente, oriundas de famílias ricas e, no convento, tinham estatuto especial: não vestiam hábito e estavam dispensadas das tarefas domésticas. Destes relacionamentos nasceram várias crianças, sendo alguns (três) do sexo masculino conhecidos por 'meninos de Palhavã', pois que foram criados no palácio do marquês de Louriçal, na zona de Palhavã, na altura arredores de Lisboa. Aliás, D. João V de Portugal (1706-1750), num documento datado de 1742, mas que só divulgado em 1752, após a sua morte, acabou por reconhecer esses filhos.

Uma das freiras amante do rei foi Madalena Máxima da Silva de Miranda Henriques, que dele teve um filho chamado Gaspar. Este D. Gaspar de Bragança (1716-1789) veio a ser o segundo 'menino de Palhavã' e, por ser filho de quem era, tornou-se, em 1758, Arcebispo primaz de Braga. Até aqui, são factos históricos objectivos e insofismáveis. Ao que se diz, D. Gaspar, deslumbrado com o cargo, teria escrito então uma carta a sua mãe, madre Madalena Máxima, onde teria dito: 'Mãe, tu entenderás certamente que um filho de rei, mesmo sendo bastardo, é filho de rei, logo só tem pai; não tem mãe!'. Ao receber a carta, Madre Madalena percebeu a mensagem, e respondeu-lhe numa carta carinhosa onde dizia: 'Meu filho, um filho bastardo, mesmo sendo filho de rei, é sempre um bastardo, logo um bastardo não tem pai só tem mãe. Portanto, meu filho, tu és apenas um grande filho da mãe!!!'.

É curiosa a evolução da expressão, que era utilizada no sentido literal, de forma ofensiva, depreciativa, mas que se foi transmutando para, com frequência, ser agora usada de modo algo carinhoso, apreciativo. Exemplo disso são frases como 'Meu filho da mãe, conseguiste ser promovido', que nada têm a ver com o sentido literal intrínseco.

Sobre a origem da locução, por muito que sejam atractivas narrativas de pendor histórico mais ou menos recheadas de aspectos imaginativos, somos de parecer que a expressão surgiu como forma mais polida e elegante de dizer 'filho da puta' (considerada calão e utilizada pelas classes baixas) e 'filho das ervas', tendo transitado para uma forma figurada com carácter ofensivo, tendo mais tarde adquirido também um significado familiar equivalente a 'gajo', 'sacana' (no sentido doméstico positivo), 'tipo'.

'Ir para o maneta'

Significado: estragar-se; desaparecer; acabar-se; avariar-se; morrer; acabar. Equivalente de 'ir para as malvas'.

Origem: a expressão advém das atrocidades cometidas pelo general Loisson durante a primeira invasão francesa.

Como várias outras (e.g., 'ficar a ver navios', 'à grande e à francesa') a expressão 'ir para o maneta' advém da curta estada dos franceses em Portugal durante as invasões napoleónicas, mais especificamente com a primeira.

Como é sabido, Napoleão Bonaparte (1769 - 1821) tentava impor o chamado Bloqueio Continental a toda a Europa, tentando, assim, isolar o Reino Unido, que ficaria sem a possibilidade de utilizar portos da Europa continental para a sua economia. Porém, Portugal, velho aliado da Inglaterra, recusava-se a aderir ao Bloqueio, até porque a sua economia estava fortemente dependente dos territórios ultramarinos e, portanto, a navegação marítima não podia ter os ingleses como inimigos, pois que a 'Royal Navy' dominava os mares. A solução encontrada por Napoleão foi invadir Portugal, obrigando-o a cumprir o Bloqueio. Essa tarefa foi atribuída ao general Jean-Andoche Junot (1771 – 1813), que entrou em Portugal pelo vale do Tejo, a 17 de Novembro de 1807, seguindo o caminho mais curto para Lisboa. Impondo às tropas marcha forçada, tentou chegar à capital tão rapidamente quanto possível, por forma a poder aprisionar a família real portuguesa. Porém, esta, à pressa, embarcou com destino ao Brasil, e quando Junot chegou a Lisboa, no dia 30 de Novembro de manhã, parece que ainda conseguiu ver a frota onde iam os governantes portugueses, isto é, 'ficou a ver navios' ...

Das tropas de Junot fazia parte o general Louis Henri Loisson (1771-1816), prestigiado militar francês (nomeado membro da Legião de Honra em 1803 e grande oficial dessa ordem em 1804), que tinha perdido uma mão numa campanha na Suíça. Este oficial, que aparentemente tinha temperamento irascível, distinguiu-se, durante esta invasão, pela ferocidade com que ordenava prisões, fuzilamentos e atrocidades. As rebeliões que iam ocorrendo, principalmente no norte do País e se alastravam pelo resto do território, tornaram esse comportamento ainda mais brutal; era uma forma de combater os insurrectos, de tentar dominar as sublevações, e de desmotivar conspirações contra a presença francesa. Tornou-se ainda mais feroz quando forças britânicas, em Agosto de 1808, desembarcaram em Portugal e, perante os ataques das forças anglo-lusas, a situação começou a tornar-se insustentável para as forças ocupantes.

Era tal a fama de Loisson, o 'maneta', como o povo lhe chamava (porque, como se disse, tinha perdido um braço), que não obstante o medo que infundia, era tratado na voz popular de forma simultaneamente temerosa e chocarreira. Quando alguém era preso por ordem de Loisson, a probabilidade de voltar são e salvo era mínima. Assim, quando alguma pessoa desaparecia nestas condições, começou a dizer-se que 'foi para o maneta!'. Se alguém falava de modo menos cuidadoso, avisava-se: 'Tem cautela, se não vais pró maneta!'.

Os franceses deixaram Portugal a 15 de Setembro de 1808, e com eles, obviamente, o general Loisson, ou seja, 'maneta'. Porém, a expressão manteve-se, de forma metafórica, até aos nossos dias, embora grande parte das pessoas já não saiba a sua origem.

Figura 8 – O general Louis Henri Loisson.

'Lua-de-mel'

Significado: viagem empreendida pelo casal a seguir ao casamento.

Origem: É difícil precisar a origem do conceito e dissociar os factos comprovado das lendas que lhe estão associadas.

É possível que a designação de Lua-de-mel seja alusiva à Lua-cheia, que representava o ciclo fértil da mulher, e ao hidromel, tradicionalmente considerado como afrodisíaco. Por exemplo, na Alemanha medieval, os casamentos realizavam-se preferencialmente nas noites de lua-cheia, e os noivos deviam beber hidromel durante as semanas subsequentes, pois que se considerava que este os ajudaria a procriar. Aliás, já na Babilónia e depois em Roma era servida aos recém-casados uma bebida adocicada revigorante, no primeiro caso cerveja com mel e no segundo hidromel, que eram pretensamente afrodisíacas. Segundo alguns autores, a associação da Lua e do mel ao período a seguir ao casamento é metafórica, representando a Lua o órgão reprodutor feminino e o mel o sémen do homem.

A consignação dos dias subsequentes ao casamento como um período especial no início da vida dos nubentes é muito antiga, estando já expressa na Bíblia, no Deuteronómio [24:5], onde se diz:

> *Quando um homem tiver tomado mulher há pouco tempo, não irá à guerra, nem se lhe imporá cargo algum publico, mas estará descansado sem culpa em sua casa, a fim de passar alegre um ano com sua mulher*[250:344].

Porém, o que nos interessa por agora é saber quando é que a expressão 'lua-de-mel' começou a ser utilizada.

Em meados do século XVI aparece já dicionarizada em Inglaterra, por exemplo, no 'Abecedarium Anglico-Latinum', de Richard Huloet, publicado em 1522, onde, no verbete 'Hony mone' (Honey moon = lua-de-mel) se diz, em tradução livre, que é:

> [...] *um termo proverbialmente aplicado aos recém-casados, os quais não cairão no começo, em que um ama o outro excessivamente, e em que a probabilidade de seu amor se desvanecer parece ser pretensiosa, e é a esse período que o vulgar as pessoas chama de lua-de-mel*[146].

Era, já na altura, uma definição imbuída de algum sarcasmo, em que está incluída, de forma intrínseca, a ideia de que, após o curto período que se segue ao casamento, em que os recém-casados vivenciam a paixão, se poderá seguir uma modificação da relação que a torna mais fria e distante. Essa mesma abordagem foi incluída em dicionários posteriores, como o 'Copious Dictionary in Three Parts ...', de Francis Gouldman (c.1607-1688), publicado em 1664, em que se diz:

> *Lua de mel, um provérbio aplicado àqueles que amam bem no início, e não tão bem depois*[141].

É de referir que, em França, a expressão «lune de miel» é utilizada na literatura pelo menos desde meados do século XVIII. Com efeito, Voltaire (1694-1778) utiliza-a na sua famosa novela filosófica 'Zadig, ou La Destinée: histoire orientale', publicada em 1748. Diz o autor a certa altura que:

> *Zadig* (um filósofo da antiga Babilónia) *concordou que o primeiro mês do casamento, como está escrito no livro de Zend, é a lua-de-mel* [lune du miel][272:18].

A expressão 'Lua-de-mel' parece ter chegado tardiamente a Portugal. Com efeito, não a encontrámos nos dicionários portugueses mais antigos. A primeira referência que detectámos foi precisamente no dicionário inglês-português, de António Vieira, publicado em Londres em 1773. Diz-se aí que 'Honey-moon' corresponde ao *primeiro mês depois das bodas*[266]. É de relevar que não se incluiu como tradução 'lua-de-mel', de onde parece poder depreender-se que a expressão era usada em Inglaterra mas ainda não em Portugal. Na língua portuguesa, tanto quanto conseguimos averiguar, a expressão 'lua-de-mel' só aparece dicionarizada tardiamente, em 1881, no chamado 'Dicionário de Caldas Aulete', em que no verbete 'Lua' está incluído: *Lua de mel, o primeiro mez ou os primeiros dias que se seguem ao dia do casamento: Os noivos foram passar a lua de mel a Cintra*[51:1081].

Porém, já antes a expressão tinha entrado na literatura em português. Por exemplo, em 1862, Júlio César Machado, no seu livro 'Cenas da Minha Terra', na parte dedicada a 'Coimbra e Bussaco', diz a certa altura:

> *Depois de ir vêr a Quinta das Cannas, em que nada achei de extraordinario, e a Lapa dos Esteios, apenas notavel pela festa litteraria que lá fez com os seus ,amigos o cantor da Primavera, e pelos opulentos freixos e carvalhos que alli tem crescido ao som dos suspiros do amor, porque n'aquelles bosques se hão passado horas de muita lua de mel!*[156:110].

Aliás, nesse mesmo ano de 1862, Rodrigues Lopes publicou em livro um conjunto de pequenas peças teatrais, que apelidou de 'Comédias e Provérbios', dos quais o primeiro se intitula precisamente 'Atribulações de uma lua de mel'[155:7-63], a qual tinha sido representada no Teatro de Variedades em 1859.

A chegada a Portugal da expressão 'Lua-de-mel', aparentemente tardia (meados do século XIX), é um pouco surpreendente, tanto mais que o país tinha uma cultura francófona e, em França, como aludimos, era já utilizada pelo menos um século antes. O insigne filólogo Leite de Vasconcelos (1858-1941), em 1882, faz referência a este termo como sendo já tradicional (apesar de, como vimos, ter sido dicionarizado apenas em 1881). Descrevendo os hábitos populares, o autor anota que

> *Quando se vê a Lua pela primeira vez, mostram-se-lhe as creanças e diz-se: Lua, Luar,*
> *Toma o teu ar,*
> *Deixa os meus meninos*
> *Crescer e medrar (Porto);*
>
> *Lua, Luar,*
> *Toma lá o teu ar,*
> *Deixa-me a minha menina*
> *Comer, beber, dormir e passear (Guimarães, etc.)*[257:22].

E em nota pé-de-página refere que Angelo de Gubernatis (1840-1913) escreveu: *Sabemos que a época da Lua Cheia (que é um símbolo fálico) era considerado como o momento mais propício para os casamentos*, e acrescenta que *Aos primeiros dias do noivado chama-se em Portugal Lua de mel*[257:22]. Numa obra dedicada à cultura popular, da forma como tal está dito depreende-se que tal expressão fazia já parte dessa cultura.

‘Mal e porcamente’

Significado: Muito mal; de modo muito imperfeito; de forma desleixada, apressada e atabalhoada.

Origem: parece ser corruptela de «mal e parcamente» que, inicialmente, teria o sentido de ‘fez mal e, ainda por cima, pouco’.

Para a generalidade dos autores, a expressão ‘mal e porcamente’ era, originalmente, ‘mal e parcamente’. ‘Parco’ vem do latim ‘parcus’, com o significado de pouco abundante, avarento, pequeno, poupado. Portanto, a expressão original corresponderia a alguma coisa mal feita e com poucos recursos. Como o termo “parco” é erudito, não sendo normalmente utilizado na linguagem popular, a expressão sofreu uma corruptela, sendo ‘parcamente’ substituído por ‘porcamente’, palavra amplamente conhecida e que tem sonoridade parecida.

A pesquisa da expressão ‘mal e parcamente’ em obras antigas não deu quaisquer resultados. Aliás, também não conseguimos detectar ‘mal e porcamente’ em textos impressos anteriores ao século XIX. Porém, esta locução era já utilizada pelo menos desde finais do século XVIII, como é comprovado por um extenso relatório redigido em 1790 por Jerónimo José Nogueira de Andrade (1748-1809), na sequência de missões de Inspecção Geral das Fortificações de Moçambique, embora o texto só tenha sido publicado em 1815, sob forma de artigos, em ‘O Investigador Português em Inglaterra’. Discorrendo sobre do estado da situação em Moçambique no final do século XVIII, e a propósito do estado ruinoso da Fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique, o autor diz (*sic*):

> [...] *na monçaõ de 1782, quando passei para Mossambique, pedi ao General Pedro de Saldanha, que tomasse ali hum dos discipulos daquella Academia para me ajudar a tirar algum plano de Mossambique, e servir-me de desenhador;* [...]. *Este dito official tem boa maõ de pintura, desenha bem, e tem sua applicaçaõ e merecimento; porem naõ pode prestar para a direcçaõ das Obras Reaes, e muito principalmente em Mossambique, aonde o melhor e unico mestre d’obras hé hum máo pedreiro, e os officiaes deste officio saõ huns poucos e mollissimos gentios, que sempre desgostosos trabalham com violencia nestas Obras Reaes; e por consequencia tudo se faz <u>mal, e porcamente</u>, e com prejuizo da Fazenda Real*[39].

A expressão aparece em várias publicações posteriores. Por exemplo, o Padre Francisco Recreio (1850-1857) usa-a, em 1851, na publicação ‘Sincera defesa da verdade em desafronta de Clero (…)’, redigida em resposta a uma carta que Alexandre Herculano escreveu ao Cardeal-Patriarca e publicada sob forma de opúsculo com o título ‘Eu e o Clero’. A certa altura diz Recreio (sic):

> [...] *Mas o que é mais, é que no meio desta escandalosa scena chocarreira, gritam ainda em cima contra o Clerigo, que lhes deu tão boa lição: – Aqui d'ElRei, que faltou ao Evangelho! Como se o Evangelho viesse ao mundo para fazer gente tôla! ... Eis-aqui quanto eles são agradecidos; e quão <u>mal e porcamente</u> invocam em seu auxilio o Evangelho! A incoherencia delles no fazer tal invocação é a maior de todas as caturrices!*[216:65]

Também não encontrámos qualquer das expressões (tanto ‘mal e parcamente’, como ‘mal e porcamente’) nos dicionários mais antigos. Porém, se nas primeiras edições do ‘Dicionário da Língua

Portuguesa' de António de Moraes Silva (1755-1824) não aparecem, na 6ª edição, de 1858 (melhorada e muito acrescentada por Agostinho de Mendonça Falcão), a expressão 'mal e porcamente' surge, curiosamente não nos verbetes 'mal', 'porca' ou 'porcamente', mas no vocábulo 'cagar', em que se diz (sic): *Cagár, v.a. (do Lat. 'cacare'). Lançar os excrementos pelo anus. § Cagar sentenças: fig. Querer dar a entender, que se é mui versado sobre alguma matéria; meter-se em conversação onde não é chamado. § Cagar-se, v.r. Borrar-se, sujar-se. § fig. Fazer* <u>*mal e porcamente*</u> *alguma obra, que se arruinou. § fig. e fam. Ter grande medo*[175:365].

Mesmo nos dicionários dos séculos XX e XXI apenas alguns incluem esta locução. Se é verdade que que, originalmente, a expressão era 'mal e parcamente', embora nada tenhamos encontrado que o possa confirmar, desde que começou a ser utilizada na literatura impressa a forma usada foi 'mal e porcamente', e é essa mesma forma que o povo usa. Só recentemente, talvez por influência dos que defendem que a expressão correcta é 'mal e parcamente', é que esta forma entrou na literatura impressa.

De facto, 'mal e porcamente' está, pelo menos desde finais do século XVIII, consignada na língua portuguesa, sendo, portanto, legítimo usá-la. Como refere Marco Neves, a língua é muito mais do que aquilo que cada um de nós acha que sabe dela, para que a língua não fique mais pobre convém defender essas expressões, mesmo que alguns as considerem erradas[183].

‘Meter o Rossio na rua da Betesga’

Significado: tentar fazer uma coisa impossível; tentar meter muita coisa em pouco espaço. Equivalente a ‘passar um camelo pelo buraco duma agulha’.

Origem: a expressão provém do contraste entre o ‘Rossio’, uma das maiores praças de Lisboa, e a ‘Rua da Betesga’, uma das artérias mais pequenas da cidade.

O Rossio

O Rossio de Lisboa, actual Praça de D. Pedro IV, foi desde sempre um espaço amplo onde se realizavam feiras e mercados. Pelo contrário, a Rua da Betesga era uma pequena rua que dava para o Rossio. Assim, meter a ampla praça do Rossio na estreita rua da Betesga é, evidentemente, uma impossibilidade, facto esse que está na base da expressão ‘tentar ou querer meter o Rossio na rua da Betesga’, quando, por exemplo, um local é exíguo para nele se colocarem todos os objectos que aí se querem colocar, ou um recinto é demasiado pequeno para acomodar o número de pessoas pretendido.

O termo ‘Rossio’ (também grafado ‘Rocio’, ‘Recio’ e ‘Ressio’) aparece já elencado no ‘Dictionarium Latino Lusitanicum’ de 1570, do padre Jerónimo Cardoso, tanto na parte latim-português, como na inversa (*sic*): *‘Ros, oris’. Ho rocio. ‘Ros aut psecas’. Isto se dirá de quem cospe a meudo porque psecas em grego quer dizer rocio*[90:f212]; *Rocio. ‘Ros, oris’*[90:f74]. Porém, o significado remete para o vocábulo ‘rocio’, ainda hoje existente em português, que é sinónimo de orvalho. Isso mesmo é também confirmado por Duarte Nunes de Leão que, na sua ‘Orthographia da Lingoa Portuguesa’ (1576), tem (*sic*): Rocio chuiua meuda[148:f73]. O facto de serem palavras homófonas tem originado alguma confusão, amplificada porque muitas vezes são apresentadas como homógrafas. Na realidade, julgamos que o Rossio da expressão nada tem a ver com rocio (orvalho).

No ‘Vocabulário Português e Latino’ (1720), Raphael Bluteau incluiu no verbete ‘Rocio’ o significado de ‘orvalho’, mas também o de ‘chuva miúda’, embora acrescente que (*sic*) *Rocio. Algũas vezes valo mesmo que Praça, v.g. O Rocio de Lisboa*[71:353]*.* Como Júlio de Castilho postulou em 1889, *A ortografia e a pronúncia da palavra variaram; antigamente a praça escrevia-se ‘ressio’, ou ‘rescio’, ou ‘recio’. Hoje pronuncia e ortografia são geralmente iguais para as duas acepções, se bem que algumas pessoas puritanas ainda pronunciam ‘rócio’ o orvalho*. E mais à frente refere que *O que mais plausível me parece é que ‘rocio’, na acepção de praça, seja corrupção de ‘ressio’, como há três séculos, e daí para traz, se escrevia; e que estas espécies de logradoiros no arrabalde das povoações, terreiros próprios para jogos de cavalo, de canas, de péla, manobra de ordenanças, e outros exercícios, derivassem o nome* [...] *do adjectivo desusado ‘ressio’ (terminação adjectival frequente em português). Terreiro ou chão ‘ressio’ valia tanto como terreiro de poisio, chão baldio, bravio, maninho, devoluto, comum, desaproveitado; vocábulo que, perdendo-se na acepção lata do adjectivo, se restringiu aos maninhos especiais, que para determinados fins se conservavam no arrabalde das cidades ou vilas, e que hoje, pelo crescimento delas, se lhes acham quase sempre encravados no centro; e assim, o adjectivo metamorfoseou-se em substantivo, e confinou-se numa significação corográfica quase própria*[103:197-8]. Bluteau atribuía ‘rossio’ e ‘rocio’ à mesma origem

latina: *Um e outro se podem derivar do latim 'ros', orvalho, e 'Rocios' ou 'Recios'* [Rossios] *são lugares descobertos e patentes às influências e orvalhos do céu*[71:353].

Também Leite de Vasconcelos se debruçou sobre este termo. Diz o autor que *O arcaico 'ressio', representado pela forma 'rexio' em Guimarães, continua a existir em galego: «resio, residuo ó pedacito de tierra que, segun ley, deja fuera de un muro el que cierra sobre si». A palavra em galego é sabido que soa como em português;* [...]. *A história de 'ressio' ou 'rossio' em português mostra que a palavra significou sucessivamente «baldio», isto é, o que resta por cultivar, ou fica para trás ou fora de terreno cultivado (como também em galego), e terreno que está para trás ou fora de Povoação, ou que está para trás ou fora da casa em que se habita: adjectivo que se substantivou*[259].

O Rossio de Lisboa era isso mesmo, um terreno baldio fora da cidade. Como escreveu Júlio de Castilho, *foi o 'ressio', ou 'rocio' um terreno vasto, à margem do esteiro de águas, e consagrado a logradoiro comum, a fornos de telha, a sementeiras de forragem, a corridas, etc.*[104:200]. *Tudo ali eram campos; e, segundo colijo de uma trova contemporânea, chamavam a esse deserto 'o rocio da Trindade'. Como já as igrejas não bastassem para os enterramentos, faziam-nos contra o costume no frondoso olival desse outeiro, por muito lavado de ares e apartado do grosso da povoação*[101:13-4]. Porém, refere o mesmo autor, *Não era o terreno do nosso Rocio actual em antigas eras único em Lisboa. Havia mais campos por aqui, com a mesma denominação. 'Os outros ressios da villa' diz o contracto de composição de 7 de Agosto da era de 1323 entre el-rei D. Diniz e o alcaide e alvazis de Lisboa. Esses sítios mudaram de nome, e afogaram-se em casaria nova, por forma que só um Rocio contamos hoje, e esse mesmo crismado em 'Praça de Dom Pedro'!*[103:99].

O Rossio da Idade Média Tardia era um terreno aberto, utilizado pela população. As câmaras sempre tentaram preservar tais espaços, pois que esses logradouros eram considerados ser muito vantajosos, tanto para a higiene pública, nomeadamente por causa da circulação do ar, como para actividades mercantis e lúdicas. Segundo conta Francisco Brandão na 'Monarchia Lusytana' (1650), no tempo de D. Dinis (*sic*), *Demandaua a Camara, & pouo a elRey por muitas praças,& recios que tinha tomado à Cidade, em que fizera tendas, ferrarias, açougues, & terracenas, de que recolhia renda consideraueI*[77:f104]. O diferendo acabou por ser resolvido prometendo D. Dinis não avançar com mais construções nos terrenos baldios do concelho.

A primeira grande edificação no Rossio foi o 'Palácio dos Estaus' (das hospedagens), mandado edificar em meados do século XV por D. Pedro (filho de D. João I e de Filipa de Lencastre), enquanto regente do reino (1439-1448). Situava-se no topo Norte do Rossio, no local onde hoje está Teatro Nacional D. Maria II. devido às precárias condições da hotelaria em Portugal, designadamente em Lisboa, este palácio destinava-se à *aposentadoria de embaixadores*, ou seja, a albergar embaixadores estrangeiros, mas também pessoas da corte sem residência própria em Lisboa, e mesmo de monarcas estrangeiros em visita ao país. Em 1571 aí viria a instalar-se o Tribunal da Santa Inquisição.

Em 1506, D. Manuel I aí mandou edificar, no local onde hoje se ergue a igreja de S. Roque, uma pequena ermida *para albergar umas relíquias daquele Santo, mandadas pela senhoria de Veneza, por ocasião de uma peste que assolava Lisboa no princípio do seu reinado*[101:13]. Com a entrada da Companhia de Jesus em Portugal, em 1540, acabaram por estabelecer a sua sede na ermida de S. Roque, em 1553, tendo aí começado a edificar, em 1555, um vasto templo e um hospício. Primeiro com o Palácio dos Estaus, e depois com a Igreja dos jesuítas, a zona do Rossio enobreceu-se. Como refere Júlio de Castilho, *já pelo condão atractivo que tiveram sempre as casas religiosas, já pela tendência de Lisboa a expandir-se para o ocidente, foram pensando os poderosos em que de tantos*

olivais e pastios devia brotar o melhor bairro da cidade. [...]. *A povoação, o enobrecimento, e a civilização do Bairro alto de S. Roque, como depois lhe começaram a chamar, isto é, o mais considerável aumento que teve a capital, com todas as suas consequências pecuniárias, sociais, económicas, e higiénicas, tudo é pois exclusivamente filho legitimo da Companhia de Jesus*[101:21]*.* Como, na adjacência dos terrenos baldios, os Andrades possuíam uma grande quinta, que neste processo os donos urbanizaram, este novo povoado às portas de Lisboa era muitas vezes designado por 'Vila Nova de Andrade'. Continuando a seguir as palavras de Castilho, *houve lugar para todos. A quinta dos Andradas era grande, e, segundo se vê, hospitaleira. Por devoção, e por elegância, muitos nomes primaciais ali edificaram os seus solares. Quase que não há ruas daquelas onde não vejamos casas nobres, algumas muito vastas e muito opulentas,* [...]. *Tudo isso foi efectivamente para a Lisboa mística do século XVI agradável novidade e profícua diversão*[101:23]*.*

Também nesta zona, mandou D. João II erigir, entre 1492 e 1504, um grande hospital, o Hospital de Todos-os-Santos. Diz o cronista Rui de Pina que (*sic*), *a quinze dias de Maio, mandou EIRey presente sy, principiar, e fundar os primeiros aliceces do Esprital grande de Lixboa na Orta de Sam Domingos, da avocaçam e nome de Todolos Sanctos, de baixo dos quaaes elle por sua mão , por honra de tam sancto, tam grande, e tam piedoso Edificio, lançou muitas moedas d'ouro*[228:144]. Era um grande edifício, com três pisos, que se situava-se no local onde hoje está a Praça da Figueira, com a fachada principal com arcadas, com cerca de 100 metros de comprimento, bem como a entrada principal, a que se acedia por uma escadaria monumental, voltadas para o Rossio.

Figura 9 – Lisboa no século XVI. a) Rossio; b) Hospital de Todos os Santos; c) Palácio dos Estaus / Inquisição; d) Terreiro do Paço; e) Casa da Índia; f) Paço da Ribeira e arsenal; g) Sé.

Em 1620, frei Nicolau de Oliveira, no 'Livro das Grandezas de Lisboa' descreve o Rossio da seguinte forma (sic): *Cortaõ este monte* [de Sancta Anna] *dous valles muy cumpridos, hum pella parte do Oriente, & outro pela do Occidente, & vem ambos a hũa a dar em outro valle muy largo, que fica entre o monte do Castello, & o de Saõ Roque, & neste se faz hum fermosissimo rocio, que tera de largo cento, & sincoenta passos, & de comprido quinhẽtos, em cujo topo da parte Septentrional esta hũa fermosissima fonte com quatro bicas* [...][189:f62v]. E mais à frente diz que *Da parte do Norte se entra nesta Cidade por dous valles, que* [...] *estaõ pouoados de hũa parte de muy nobres cazas, & da outra de muy grandes, & frescas hortas & por estes dous valles se vem a dar em hũ muy grande recio, chamado assi per excellensia de sua grandeza, & fermosura, em o qual se faz cada semana as terças feiras hũa muy grande feira, & abundante de todas as couzas pertencentes ao vzo da vida humana, & tendo no principio hum famosissimo chafariz, està cercado da parte do Norte com duas muy grãdes, & nobres moradas de cazas, & cõ as do sancto Officio, edificios muy sumptuosos, & vistosos,* [...][189:f117v]. A descrição prossegue: *Da parte do Occidenté, & do Meodia està todo cercado de cazas muy grandes* [...], *està cercado da parte do Nacente com hum lanço de dormitorio do mosteiro de São Domingos, q̃ na entrada deste recio està, & tomarà hum terço de seu comprimento, & assi este dormitorio, como o muy famofo edificio do hospital de todos os Sãctos está fundado à face do recio sobre trinta & sinco arcos de fortissima pedraria, entre os quais, & a parede interior corre hum largo corredor, que terá de largo trinta pees, & serue não só de passagẽ pera defensaõ do sol, & chuua, mas pera seruentia do hospital de nossa Senhora do Emparo, & de officiais do hospital de todos os Sanctos*, [...] *& juntamente se vendem aquy em as terças feiras toda a sorte de pano de linho, canequim, cassa, & olanda , & outros pannos, linhas, rendas, tranças, franjas, & outras couzas semelhantes, alem de muita couza de calçado, linho, & estopa pera fiar*[189:f118].

Figura 10 – O Real Hospital de Todos-os-Santos, num painel de azulejos do primeiro quartel do século XVIII, vendo-se a entrada principal com a sua escadaria monumental e as arcadas e, do lado direito, o Chafariz de Neptuno. Dimensões: 3,43 m x 1,14 m.

Outra visão do que seria esta zona no século XVII é-nos fornecida em 'Lisboa Antiga e Lisboa Moderna': *Pelas tortuosas ruas e becos que formavam a rede entre o Terreiro do Paço e o Rocio, se ia desembocar a esta praça, que no tempo a que nos referimos não tinha a área actual nem tão pouco a sua configuração. Do lado da rua do Príncipe eram os prédios acanhados, sem método na construção, e do lado oposto era a magnífica frontaria da igreja do hospital de Todos os Santos. No topo da praça ficava o palácio dos Estaus, que serviu de tribunal da inquisição, e a meio do largo elevava-se um bonito chafariz chamado de Apollo.* [...]. *Era um lugar de mercado, havendo vários comércios estabelecidos por debaixo da arcada do hospital, que corria contigua à igreja até às alturas da actual rua da Betesga, No largo armavam toldos e vendia-se ali hortaliças, frutas e vários*

géneros de comestíveis. Algumas corridas de touros se deram também no Rocio Em 1647 foram até bastante numerosas[264:62].

Em 1675, Francisco Manuel de Melo, no apólogo dialogal 'Visita das Fontes', em que põe a Fonte Nova do Terreiro do Paço, a Fonte Velha do Rossio, a Estátua de Apolo que ornamenta a primeira e a sentinela que guarda a fonte a conversarem, põe a Fonte Velha a dizer a certa altura:

> *Font. V .* [...]. *É verdade que um grande cortezão de nossos tempos provava galantemente por afirmativas universais, que a melhor parte do mundo eram as casas de seu pai.*
>
> *Font. N. E como sabia ele isso, se o mundo é tão grande?*
>
> *Font. V. Dizia assim: a melhor parte do mundo é Europa; a melhor parte de Europa é Espanha; a melhor parte de Espanha é Portugal; a melhor parte de Portugal é Lisboa; a melhor parte de Lisboa é o Rocio ; e a melhor parte do Rocio as casas de meu pai, que estão no meio, e vêem os touros da banda da sombra*[165:16-7].

O Rossio, que em pouco mais de um século se tinha transformado na nova centralidade de Lisboa, continuou a assumir-se, até ao século XVIII, além de tudo o resto, como zona privilegiada de mercado e de lazer. O grande hospital de Todos os Santos era apenas um dos factores de valorização, hospital esse onde ocorreram dois grandes incêndios, um em 1601, que destruiu várias dependências, e outro na madrugada de 10 de Agosto de 1750, que provocou elevados estragos e perdas[194]. Não obstante esses percalços, o objectivo era ampliar o hospital. Em 1752, através do Decreto de 6 de Julho, o governo de D. José I mandou *comprar catorze propriedades de casas sitas nas ruas da Betesga e do Poço do Borratem*, bem como, *além delas, entendeu dever tomar aos marqueses do Louriçal* [...] *o vasto palácio, que lá pela banda do norte completava o quarteirão, e que entre jardins magníficos campeava junto ás hortas do hospital, erguendo os seus arrogantes quatro andares, e alastrando as suas dependências, sobre a rua, ou largo, do Borratem*[102].

O terramoto do 1.º de Novembro de 1755 (e o incêndio, e o maremoto que se lhe seguiram), arruinando em grande parte tudo o que ali se erguia, veio alterar definitivamente a configuração do local. *O terramoto deixou o Rossio alastrado de detritos, e no centro da praça foram acumulados entulhos de todo o género, que ali permaneceram longos anos*[104:254]. Com o dinamismo e espírito empreendedor de Sebastião José de Carvalho e Melo, que ficou para a história como o Marques de Pombal (embora só tivesse recebido o marquesado em 1770), e com planificação do general Manuel da Maia (então com cerca de 80 anos), engenheiro-mor do Reino, e do capitão Eugénio dos Santos e do tenente-coronel Carlos Mardel, iniciou-se, nos escombros da velha cidade, a edificação de uma nova cidade, designadamente da zona Terreiro do Paço – Rossio, no que ficaria para a história, como a «Baixa Pombalina».

O *novo «fórum» de Lisboa, a Praça do Comércio* [Terreiro do Paço] *absorvia em parte o papel social do Rossio antigo*, mas este, também considerado como *uma «nobre praça»,* foi também sujeito a profunda reformulação. Na planta de Eugénio dos Santos, *o velho recinto medieval, sucessivamente enriquecido com o palácio da Inquisição, o convento dos Dominicanos e o Hospital de Todos os Santos,* [seria] *regularizado em metade da área da Praça do Comércio,* continuando-se a prever, *na sua face nascente, o convento e o hospital. Três fachadas de prédios de três andares e um de águas furtadas completam-se com a fachada norte, destinada ao novo edifício do Palácio da Inquisição* (palácio este que viria a ser consumido por um incêndio, em 1836, sendo depois aí edificado o teatro de D. Maria II). O enquadramento foi completado pelo *«Passeio Público»* [actual Avenida da Liberdade] *aberto a norte do Rossio, fora dos limites da cidade velha, em terras de hortas que se*

estendiam pelo Valverde. Os trabalhos foram iniciados em 1764, com traça do arquitecto Reinaldo Manuel, que o rodeou de muros, como uma quinta monacal[136:36-8].

Com a reconstrução após o terramoto, o Rossio adquiriu, nos seus traços principais, as feições que perduraram até aos nossos dias.

Rua da Betesga

Não conseguimos encontrar o vocábulo 'betesga' (também grafado 'bitesga' e mesmo 'vitesga') nos dicionários mais antigos. O primeiro em que detectámos o termo foi no 'Dicionário' de Morais Silva / Bluteau, de 1789, onde consta o verbete seguinte: *Betesga, f. f. fam., lojazinha ou taverna pequena, em sítio retirado*[174:180]. Esse dicionário apresenta mesmo o verbo 'Embestegar' com o sentido de *meter em beco, bestesga, rua sem saída*[174:469].

Em geral, os dicionários posteriores passaram também a incluir tanto 'betesga', como 'embestegar'. Por exemplo, Domingos Vieira, no seu 'Tesouro da Língua Portuguesa', tem o verbete *Betesga, s. f. Na linguagem chula, viela, rua estreita e sem saída, beco. Também se dava este nome á taverna ou baiuca pequena em sítio retirado*[267:762]. Esta obra inclui ainda os verbetes *Embestegar, v. a. (de 'em', e 'betesga'). Meter em beco, betesga, encurralar*, bem como *Embestegar-se v. refl. Meter-se em alguma betesga. - Encantoar-se, encurralar-se, meter-se em algum lugar estreito, beco sem saída*[269:59].

Como exemplo dos dicionários mais recentes, podemos referir o de Cândido de Figueiredo, de 1899, que parece dar preferência à forma 'bitesga', pois que no verbete 'bestega' remete para este[85:187]. Sobre o vocábulo, diz (*sic*): *Bitêsga, f. (des.*[usado]*) pequena rua; viella; bêco sem salda; cubículo; pequena taberna. (Or.*[igem] *incerta)* [85:194]. Mais tarde, em 1914, no 'Vade-mecum dos estudiosos da língua', viria a referir de novo o termo, embora de forma secundária: *«Cul-de-Sac».—Em português betesga, ou antes fundo de saco*[87:88].

Porém, embora não tenhamos conseguido encontrar este vocábulo nos dicionários mais antigos, sabe-se que 'betesga' é um termo antigo, já utilizado na literatura pelo menos desde o século XVI. Por exemplo, em 1555, Jorge Ferreira de Vasconcelos usa-o na 'Comédia Eufrosina'. Quase na parte final da cena 1.ª do 5.º Acto, numa conversa entre os cortesãos Galindo e Cariófilo, pode ler-se (*sic*):

> *(Ca) Contayme pois como está Floriana.*
> *(Gal) Muyto prospera, acolheuos antre mãos hũ Burgales, alfayouse de maneyra que não sei outra mais rica, depois esbulhou tãbem hũ indiatico.*
> *(Ca) Foy ditosa, e logo he hũa puntinha fea e que não tem mais que a pena. Mas he de boa conuersação e canta muyto bem.*
> *(Gal) Sabeis quem anda agora muyto perdida e desbaratada*[?] *hũa que moraua na* <u>*Betesga*</u> *e estava por Troilo de Froes.*
> *(Ca) E dele, que é feyto*[?]
> *(Gal) Gastidissimo destes males e de tudo, vayse este ano aa India*[261].

Também o verbo 'embetesgar', agora completamente esquecido, era utilizado. Por exemplo, Frei Heitor Pinto, na 'Segunda parte dos diálogos da Imagem da Vida Cristã' (1572), escreveu (*sic*):

> [...] *& os q̃ viuem segundo a carne, não entendem a suauidade do espirito, & os q̃ andam enredados nos embaraços do mũdo* <u>*embetesgados*</u> *em seus ẽganos, não alcançam a deleytação do repouso espiritual*[209:f15v].

Também Diogo Bernardes refere esta rua na sua 'Carta XXIII' (*sic*):

> *Hum destes dias ly hum sohrescrito,*
> *E que se·pôz illustre, a huma preta,*
> *Que·vende na Betesga peixe frito*[64:f96v].

Em 1836, o 'Novo Dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa' aventa uma explicação etimológica para o termo: *Betesga, s. f. (corrupção do Lat. 'vicus', rua ou via, e 'angusta', estreita), ruazinha estreita ou beco sem saída, que faz saco ou fundo de saco; pequena loja sem porta traseira; corredor cego*[109:171]. Todavia, autores mais recentes, como o etimologista Antenor Nascentes, apenas referem que o termo tem etimologia obscura[180:99].

Actualmente, a rua da Betesga é uma pequena rua, com 20 a 30 m de comprimento que liga as praças do Rossio e da Figueira. Mas antigamente, antes do terramoto, era bastante mais comprida (figura Z18). Diz-nos Júlio de Castilho que *saía do canto sueste do Rocio (como hoje); uma esquina era para o Rocio, a outra para a praça da Palha* [mais ou menos onde hoje está a rua Augusta]*; seguia para o nascente (como hoje); tinha à direita o beco da Estalagem, depois uma rua angulosa chamada Pocinho d'entre as hortas, depois à esquerda um beco onde era a roda dos enjeitados.* [...]*. Depois da roda continuava a rua da Betesga o seu caminho tortuoso, espalmava-se num mesquinho terreiro poligonal chamado largo do Mendanha, e ia cair* [...] *na rua do Borratem.*

Figura 11– Extracto da Planta topográfica da 'Ilha' em que estava edificado o Hospital Real de Todos os Santos, de Dezembro de 1750. Na parte central está o hospital. a) Rua da Betesga; b) Rossio; c) Praça da Palha; d) Beco da Estalagem; e) Pocinho d'entre as hortas; f) Roda dos Enjeitados; g) largo do Mendanha; h) Rua do Borratem; i) Igreja do Hospital Real de Todos os Santos.

Toda a zona do Rossio e envolvente, designadamente a rua da Betesga, institui-se no século XVII, como já referimos, como a nova centralidade de Lisboa. Era aí que se faziam negócios variados, era aí que se localizavam várias hospedarias e estalagens, era aí que proliferava o pequeno comércio alimentar**,** era aí que giravam homens letrados, doutores e pessoal da administração, era aí que despendia o tempo livre a população flutuante constituída por marinheiros e viajantes (nacionais e estrangeiros, de passagem da Europa para os territórios ultramarinos), era aí que existiam várias tabernas frequentadas por gente em busca de divertimento. Era aí que se localizavam, também, teatros, os 'pátios', como então se chamavam os recintos dos espectáculos, sendo 'teatro' reservado para ao proscénio e o palco. Entre esses teatros estava o do Pátio das Arcas ou da Praça da Palha, a que o povo chamou também do Pátio da Betesga por o recinto ficar perto deste arruamento. Foi o primeiro teatro público de Lisboa, edificado em 1588, que se situava onde hoje fica o primeiro quarteirão a Rua da Prata quando se vem da Praça da Figueira[243].

Era também nesta zona, nomeadamente na Rua da Betesga e arredores, que costumavam estar 'michelas', que Bluteau define como (*sic*): *Michêla. Putinha fanada, que se dorme por qualquer cousa , que se lhe dè*[69:477]. O termo, diz-nos Júlio de Castilho, vem do *tempo d'el-Rei D. João III* [que] *foliou em Lisboa uma rapariga francesa de grande elegância e formosura, conhecida dos peralvilhos da moda, por nome Michèle ; d'onde veio o título genérico de Michelas*[106:145]*.* Segundo o autor, em 1740, os locais que *elas habitavam eram a Betesga, os Sete-Cotovelos, a rua dos Cavaleiros, as esquinas do Poço do Borratem* (...).

Era, portanto, uma zona buliçosa, integrada numa cidade portuária com escassez de meios sanitários, em que o sistema de esgotos se resumia a alguns canos na zona central, e em que os despejos eram lançados a céu aberto nas linhas de água periféricas. Como eixo do sistema de esgotos havia o 'Cano Real', designação só assumida no século XV, pois que antes era conhecido por 'Rego das Imundícies', ao qual afluía grande número de outros canos[57]. Esta artéria estruturante do saneamento urbano da Lisboa quinhentista vinha de São Sebastião da Pedreira e descia a Valverde (o vale onde hoje se situa a Avenida da Liberdade), passando sob o Paço dos Estaús e atravessando o Rossio. Outro cano provenha do vale oriental, e passava sob o Hospital Real de Todos-os-Santos. Eram condutas imponentes, com mais de dois metros de altura e metro e meio de largura, de alvenaria, revestidas internamente de silharia calcária com cobertura em abóbada (de silharia ou tijolo) e base em lajeado calcário[78]. Os dois confluíam na zona do hospital e seguiam sob a Rua da Betesga e as casas da rua da Praça da Palha, continuando pela linha do antigo esteiro até desembocar no Tejo.

O terramoto do 1.º de Novembro de 1755, seguido do grande incêndio e do maremoto, destruíram toda esta zona. À semelhança do resto da cidade, também esta zona do Rossio teve que ser reconstruída sobre as ruínas do grande abalo telúrico, reerguendo-se com novo traçado e novas características. Dados os elevados custos de reconstrução do edifício do Hospital de Todos-os-Santos, este acabaria por ser transferido para outro espaço com as condições necessárias para acolher a grande estrutura hospitalar, no que viria a ser o Hospital de São José. Os terrenos onde antes estava edificado ficaram assim libertos para para neles serem construídos novos edifícios com traça pombalina, dando novo visual ao Rossio. A Sul, a antes tortuosa Rua da Betesga foi alargada e adquiriu um traçado rectilíneo. Na parte Oriental, atendendo a que a cidade carecia de um mercado central, o que fazia multiplicar as vendas ambulantes, foi reservado um espaço deste para edificação de tal mercado. Nasceu assim a Praça da Erva, um mercado a céu aberto já em funcionamento em 1778, que depois viria a ser designado por Praça da Figueira, que confinava a Norte com a parte oriental da Rua da Betesga.

O Rossio e a Betesga

Não conseguimos encontrar a expressão 'meter o Rossio na rua da Betesga' nos dicionários mais antigos. A locução parece aparecer apenas no século XIX, por exemplo, no 'Dicionário' (1881) de Caldas Aulete, em que, no verbete 'Betesga', cujo vocábulo identifica com *rua estreita ou beco sem saída*, e, em sentido figurado, como *pequena loja com uma única porta e sem nenhuma abertura ao fundo; espécie de corredor escuro*, inclui *Meter o Rocio na Betesga* como sendo uma *frase popular usada em Lisboa* que significa *querer um impossível*[50:219].

Porém, a expressão já era utilizada muito antes, como é demonstrado, por exemplo, na peça 'Falar Verdade a Mentir', de Almeida Garrett, escrita em 1845, onde, a certa altura, José Felix diz para Amália:

> *Ora adeus! O senhor seu pai, com efeito... ele ainda é parente, bem se vê, há-de ter sua costela espanhola. O seu projecto é outra espanholada também... Querer impedir que um rapaz do tom, da moda pregue a sua peta!... isso é mais do que formar castelos em Espanha, é querer meter o Rocio pela Bitesga*[139:219].

É bem possível que a locução só tenha aparecido depois do terramoto de 1755. Antes disso, como foi referido, a Rua da Betesga era estreita e tortuosa, mas teria, talvez, 200 metros ou mais. Nas obras que se seguiram ao sismo, a rua foi alargada e rectificada, ficando a sua parte central na dependência das sucessivas reformulações da Praça da Figueira. Em 1949, o antigo Mercado da Figueira, ou seja, o 'novo' que tinha sido inaugurado em 1885, foi demolido, efectuando-se a remodelação urbanística da zona. A parte central da Rua da Betesga foi integrada nesta praça. Segundo o edital municipal de 28 de Agosto de 1950, a parte oriental desta rua (entre Rua dos Fanqueiros e o Poço do Borratém) passou a designar-se Rua dos Condes de Monsanto, e a parte ocidental da antiga Rua da Bestesga ficou reduzida às esquinas com a Praça do Rossio (Praça D. Pedro IV) e com a Praça da Figueira, ou seja, ficou com um comprimento de vinte e poucos metros.

Actualmente, comparando com a Praça do Rossio, com cerca de 200 m por quase 100 m, com a pequena Rua da Betesga, pode dizer-se que nunca a expressão sobre a impossibilidade de 'meter o Rossio da rua da Bestesga' teve tanta propriedade como agora.

‘Não por pé em ramo verde’

Significado: agir com segurança, de forma pensada, sem fazer tudo o que quer

Origem: possível alusão ao ramo que na porta das lojas anunciava que ali se vendia vinho.

Escreveu João Ribeiro, no seu ‘Frazes Feitas’ (1908):

> *Diz-se hoje - não põe pé em ramo verde - quando se fala de sujeito seguríssimo e que leva as precauções ao extremo. A precaução vulgar consiste em- não pôr pé em ramo seco - porque é claro que este pode quebrar-se e a queda seria inevitável. Em ramo verde, é o cúmulo da previdência.* Mas o autor vai ao que parece ser a verdadeira origem da expressão: *Mas essa interpretação é já fundada em metáfora. No outro tempo, [...] - o ‘por pé em ramo verde’ - havia especial sentido que era o de sair à rua, o de ir á taverna (ou á rua) na qual o ramo verde fazia de tabuleta e reclamo*[222:185-6].

Com efeito, desde pelo menos tempos medievais que as portas das tabernas estavam assinaladas com um ramo, sinal de que ali se vendia vinho. Tal está consignado no ‘Vocabulário’ de 1720, de Raphael Bluteau, onde no verbete ‘Ramo’ está incluso: *Ramo verde, pendurado na porta das tavernas, por sinal, de que nelas se vende vinho*[71:102]. Como é óbvio, esse vinho não era o de melhor qualidade; era vinho comum, razão porque era designado por ‘vinho de ramo’, nome derivado do ramo existente na entrada dessas lojas. Nessa lógica, ‘vender ao ramo’ era sinónimo de abastecer de vinho as tabernas. Tal está bem expresso em legislação variada, de que apresentaremos apenas alguns exemplos, a começar pelo Alvará de Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, de 10 de Setembro de 1756, em que se diz:

> §XVIII. *Sendo notório o gravíssimo prejuízo que tem causado á reputação dos vinhos do Douro, e por consequência à sua Agricultura, a liberdade com que até o presente se tem neles comerciado, e a excessiva quantidade de Taverneiros , que pelo miúdo os <u>vendem ao ramo</u> na Cidade do Porto e lugares circunvizinhos, procurando cada um adulterar a sua pureza natural com lotações, e composições estranhas (...) que na Cidade do Porto, e nos lugares circunvizinhos em distancia de três léguas se não possa <u>vender ao ramo</u> nenhum vinho, que não seja de conta desta Companhia, a qual para este efeito comprará os que forem necessários aos seus proprietários* (...)[4].

A expressão ‘vinhos de ramo’ é recorrente na legislação dos séculos XVIII e XIX, como forma de distinguir o vinho comum dos chamados ‘vinhos de embarque’ ou ‘vinhos de feitoria’. Apenas mais um exemplo entre muitos: num Alvará de 16 de Dezembro de 1773 pode lêr-se:

> *§IV. Para cessarem as dúvidas, que possam ocorrer* (...) *Ordeno, que os Provedores, Ouvidores, e mais Justiças se abstenham de darem varejos naquelas Terras do Alto Douro, nas quais Mandei fazer as duas distintas, e separadas Demarcações de Vinhos Legais de Embarque, e dos de <u>Ramo</u> para o uso das Tavernas* (...)[6].

Esta terminologia, embora em desuso, chegou mesmo aos séculos XX e XXI, como se pode constatar, por exemplo, pela Portaria n.º 1080/82, que aprovou o Estatuto da Denominação de Origem Controlada (DOC) do Douro, onde, na parte introdutória, se lê:

> *São passados mais de 2 séculos sobre a demarcação e regulamentação da região vitivinícola do Douro*, [...]. *É, todavia, de salientar que também na altura se sabia que, além do vinho generoso (vinho de feitoria), tinham características particulares e eram apreciados os vinhos que ficavam para pasto, ou consumo (vinhos de ramo).* [...] *§ 1.º Além da denominação de origem «Porto» ou «vinho do Porto»* [...] *é também reconhecida como denominação vinícola de origem a designação «Douro», reservada aos vinhos de consumo típicos regionais*[33], ou seja, os antigos 'vinhos de ramo'.

Assim, é bastante credível que a expressão 'não por pé em ramo verde' aluda ao ramo que indicava a venda de vinho corrente, significando, portanto, não por pé na taberna, não ir à taberna. A locução entrou na linguagem popular há muito, tendo sido dicionarizada por Bento Pereira em meados do século XVII na 'Prosodia in Vocabularium Trilingue' na parte dedicada aos 'principaes adagios portuguezes, com seu latim proverbial correspondente': *Não poem pé em ramo verde. Pedem ubi penat non habet*[199:71]. A expressão foi também dicionarizada em 1720 por Raphael Bluteau, no seu 'Vocabulário', que a incluiu nos 'adágios portugueses dos ramos' na seguinte forma (*sic*): *Não lhe deyxão pòr pè em ramo verde*[71:102], e depois por muitos outros.

Porém, na literatura, a locução já era utilizada muito antes disso. É exemplo disso uma carta escrita por Luís Vaz de Camões (1524-1580) a um amigo, em que, a certa altura, diz (*sic*):

> *Que graça serà esperardes de mim propósitos em cousas que os não tem pera comigo, pois ainda q queira não posso o que quero, que hum sentido remontado de não por pe em ramo verde, tudo lhe succede assi, & cada hum acode ao que lhe mais doe*[83].

Também em 'Filodemo' Camões põe Duriano, amigo do personagem principal, a dizer (*sic*):

> *Pois não creio eu em São Pisco de pao se ey de pòr pè em ramo verde, tè lhe dar trezẽntos açoutes, depois de ter gastado perto de trezentos cruzados com ella, porque logo lhe não mandey o cetim para as mangas, fez de mi mangas ao demo (…)*[81].

A expressão 'por pé em ramo verde' tem sido recorrentemente utilizada na literatura. Daremos apenas mais dois exemplos, um do século XIX e outro do século XX. Em 'As pupilas do Sr. Reitor' (1867), quase no início do romance, Júlio Dinis (1839-1871), põe o Reitor a dizer a José das Dornas sobre Daniel, o filho adolescente deste, que o pai queria que fosse para padre:

> *—Se te guiares pelos meus conselhos, aí tens um plano: deixa-te de ordenar o rapaz. Pega nele e remete-mo quanto antes para um colégio, onde lhe não deixem pôr o pé em ramo verde. Fá-lo depois médico... advogado... o que quiseres e que a ele não repugne*[119:30].

Mais à frente, Júlio Dinis é explícito sobre o significado do ramo à porta das lojas, ao escrever:

> *Depois de trezentos passos, pouco mais ou menos, dados assim, achou-se o reitor defronte de uma casa branca, cujas funções eram bem indicadas pelo ramo de loureiro que pendia à porta e pelo coro de vozes, e ruido de gargalhadas e juras, que vinham do interior dela*[119:67].

Por último, faremos alusão a Miguel Torga (1907-1995), que no seu 'Diário', aquando de uma estada no Gerês em 1961, escreveu:

> *Gerês, 10 de Agosto de 1961 - Com olhos sonolentos, vejo passar algumas celebridades nacionais, que rua abaixo, rua acima, embalam a digestão. Vedetas aplaudidas nos palcos das três capitais do país, mal conseguem aqui a graça dum reparo*. [...]. *E é num Íntimo sentimento de desforra que agradeço ao destino ter-nos dado, no meio de tanto bafio, meia dúzia de píncaros arejados, que não deixam o falso poder, a falsa moral, a falsa inteligência, o falso saber e a falsa glória pôr junto deles o pé em ramo verde*[254:46].

É assim que evoluem com frequência as frases feitas: do significado literal do 'ramo verde' como identificador de uma casa onde se vendia vinho e, portanto, de um local onde, com a bebida, se cometiam actos impensados e menos próprios, adquiriu com o tempo uma acepção metafórica, passando a integrar o conceito de agir de forma não cuidada, não pensada. Neste percurso, a expressão perdeu por completo o seu sentido literal, sendo raras as pessoas que ainda sabem o que significava o ramo verde à porta das lojas.

'Ok' (Okay)

Significado: está tudo bem; tudo em ordem; não há problema; de acordo

Origem: Trata-se de uma palavra / expressão norte-americana que rapidamente se espalhou por tudo o mundo, tendo sido integrada na linguagem coloquial da maior parte das línguas. Possivelmente, é a palavra ou expressão inglesa mais internacionalizada. Porém, a sua etimologia é controversa, tendo sobre o assunto sido publicados vários livros e dezenas de artigos científicos. Aparentemente, derivou simplesmente de uma brincadeira.

A história do 'Ok'

A história do aparecimento do 'Ok' foi bem estabelecida pelo etimologista e lexicógrafo norte-americano Allen Walker Read (1906-2002), que, na década de sessenta do século passado, estudou profundamente o assunto. Tendo publicado uma série de artigos sobre o tema em 1963 e 1964, é particularmente relevante o primeiro, precisamente intitulado «The First Stage in the History of "O. K."»[213], em que incluiu literalmente centenas de citações de jornais das décadas de 30 e 40 do século XIX.

Nas décadas iniciais do século XIX, estava na moda na Nova Inglaterra a criação de clubes ou associações jocosas. Seguindo essa moda, e como reacção uma lei municipal que proibia o toque de sinos de jantar em Boston, foi criada, a 26 de outubro de 1838, a 'Sociedade Anti-Toque dos Sinos' (Anti-Bell Ringing Society). Estava também na moda a utilização de trocadilhos e brincadeiras linguísticas usando abreviaturas (como OFM - *our first men*; NG - *no go*; SP - *small potatoes*; e OW - *oll* [all] *wright*) , muitas delas ridículas porque as expressões abreviadas eram erros ortográficos exagerados. De qualquer modo, era uma prática humorística apreciada, embora de validade efémera.

Foi neste contexto que, em 23 de Março de 1839, num artigo publicado na página 2 do 'The Boston Morning Post' sobre a aludida sociedade, o autor, Charles Gordon Greene (1804-1886), editor do periódico, num ambiente de alguma rivalidade entre este jornal e o 'Providence Journal', escreveu (em tradução livre):

> *A descrição acima é do Providence Journal, mas o editor foi um pouco rápido demais no gatilho, nesta ocasião. Não disse uma palavra sobre a passagem de nossa delegação "pela cidade" de Providence.* [...]. *O "Presidente do Comitê de Sinos de Caridade", é um dos deputados e, talvez, se ele retornasse a Boston, via Providence, do Jornal e da sua banda teria a sua caixa de contribuições, et ceteras, o. k. - tudo correcto* [all correct] - *e faria com que as rolhas voassem para cima, como faíscas*[213].

É de relevar que nesta tentativa de humor o. k. aparece em letras minúsculas e, para que os leitores pudessem perceber, tinha imediatamente a seguir a expressão escrita em inglês correcto. Esta piada editorial, em que a expressão 'O. K.' era utilizada como abreviatura de 'all correct' pronunciado como 'Oll Korrect', teve sucesso e rapidamente entrou na linguagem coloquial da altura, tendo-se tornado viral (utilizando a actual terminologia).

Figura 12 – Extracto do 'The Boston Morning Post', de 23 de Março de 1839, onde pela primeira vez apareceu 'o. k. - all correct' (sublinhado a vermelho).

Os jovens jornalistas que recorriam a este tipo de trocadilhos e brincadeiras inventaram, na altura, dezenas delas, mas todas morreram quase instantaneamente, excepto esta. Porquê? Quando o artigo aludido foi publicado no 'Boston Morning Post', estava a iniciar-se a campanha eleitoral para a presidência dos Estados Unidos da América, sendo um dos concorrentes o presidente em exercício, Martin Van Buren (1782-1862), que tinha nascido em Kinderhook, New York, e tinha a alcunha de 'Old Kinderhook'. Como a expressão O.K. ainda estava na memória das pessoas e tinha uma espécie de qualidade excêntrica, fresca e excitante, adoptaram-na, mas agora como acrónimo de 'Old Kinderhook'. Os democratas de New York fundaram mesmo, na altura, o "O.K. Club". Era uma forma de tentarem influenciar os eleitores, utilizando o 'O.K.' com duplo sentido, o de 'all correct' / 'Oll Korrect', e o de 'Old Kinderhook' que identificava o presidente candidato à reeleição. Um dos 'slogans' da campanha era: *O.K. is O.K.!* Van Buren acabou por não ser reeleito, mas ficou para a história como sendo possivelmente o único presidente norte-americano a ter inspirado a introdução de um novo termo no léxico internacional ao popularizar o termo 'OK'.

Eram tempos em que a utilização do telégrafo eléctrico, apresentado por Samuel Morse (1791-1872) em 1838, se começava a expandir rapidamente nos Estados Unidos, tendo a primeira linha telegráfica, ligando Baltimore a Washington, DC, sido terminada em 1844. Na década seguinte os cabos telegráficos divergiam em todas as direcções, com frequência seguindo as linhas ferroviárias que estavam em expansão na mesma altura. Em 1851 foi concluída a famosa linha telegráfica transcontinental. O código utilizado nesse sistema era, basicamente, o que tinha sido inventado por Morse. Depressa os operadores da telegrafia adoptaram o 'OK' (em código Morse três traços, espaço, traço-ponto-traço) como forma de resposta a uma mensagem bem recebida.

Do mesmo modo, o sistema era utilizado pelas companhias ferroviárias, em que, das estações, era enviada a mensagem telegráfica 'OK' para indicar que o comboio aí tinha passado sem problemas. Embora no chamado código morse internacional a simbologia seja '– – – – - –', o que então se

usava nas companhias ferroviárias norte-americanas era o chamado 'morse americano' ou 'morse ferroviário', em que essas letras correspondiam a '– - – - -'. O 'Manual de Telegrafia', publicado em 1865, estabelece bem o protocolo que deveria ser seguido:

> *Uma estação que deseja comunicar com outra chama essa estação três ou quatro vezes, seguida por sua própria ligação* [código identificador] *e repete essa operação indefinidamente ou até que seja atendida pela estação que está a chamar. A estação que atende a ligação responde com a letra "I" três ou quatro vezes e assina a sua ligação própria* [envia o seu código identificador]. *A recepção de uma comunicação é respondida pelo sinal "OK", seguido pelo sinal* [código identificador] *da estação que a recebe*[249:xv].

Porém, só mais tarde é que a expressão 'OK' viria a ser amplamente divulgado por todo o mundo, entrando no léxico comum internacional. Isso aconteceu, primeiro, com a participação dos Estados Unidos da América na Primeira Guerra Mundial, mas, principalmente, através dos soldados norte-americanos envolvidos na Segunda Guerra Mundial.

Outras 'estórias' do 'Ok'

Têm surgido dezenas de hipóteses para a origem da locução 'O.K.', muitas anteriores ao início da década de 60 do século passado, quando Allen Walker Read estabeleceu a sua génese de forma abundantemente documentada, mas outras, mesmo assim, posteriores. Como foi reconhecido por Allan Metcalf (1940-...) no seu livro 'OK: The Improbable Story of America's Greatest Word' (em tradução livre):

> *A trilha de evidências escritas desde aquele dia [em que a expressão apareceu no jornal] até ao presente é imensa e clara. Nenhuma outra origem é plausível. No entanto, ao longo da história do OK, houve dúvidas. Se não fosse a evidência esmagadora, a verdadeira história da OK seria realmente difícil de acreditar.* [...] *Na verdade, é quase um insulto à nossa inteligência coletiva. Queremos origens mais nobres. Não admira que tantos outros candidatos tenham sido propostos*[167:80-1].

Com efeito, custa a acreditar que a expressão ou interjeição talvez mais utilizada em todo o mundo tenha tido origem numa simples piada jornalística que seguia uma moda de abreviações pretensamente cómicas. Portanto, não surpreende que tenham sido propostas muitas outras origens para a expressão Ok. De certa forma, Allen Walker Read reconheceu isso quando escreveu:

> *Os factos devem ter sido do conhecimento de muitas pessoas da época e, no entanto, foram obscurecidos por uma série de relatos conflituantes. A resposta para o problema, acredito, está no campo do folclore. As pessoas se divertiram tanto ao produzir explicações 'inteligentes' que as suas histórias folclóricas acabavam por vingar*[214].

De facto, perante uma origem tão pouco nobre como a que investigação histórica estabeleceu, não surpreende que as pessoas fossem atraídas por outras explicações mais 'sérias'. É um pouco como se, ao admitirem a origem numa piada jornalística, num gracejo inventado por gozo, elas próprias estivessem, também, a ser gozadas. Talvez por isso, qualquer outra história seria mais convincente do que a comprovada. E, ao longo do tempo, muitas foram as propostas para a génese da expressão.

Uma dessas propostas defende que a expressão se teria originado nos quartéis militares durante a Guerra da Secessão (1861-1865): quando as tropas regressavam de mais um dia de guerra sem que se tivesse registado a morte de qualquer militar, era içada uma grande bandeira com os caracteres "OK", significando "0 Killed" (zero mortos), o que correspondia a dizer "tudo bem". Porém, há que

ter em consideração que a locução já era vastamente utilizada cerca de vinte anos antes desta guerra ...

Outra hipótese, com maior consubstanciação histórica, foi formulada por W. S. Wyman, professor da Universidade do Alabama, numa carta particular para um amigo, parte da qual que veio a ser publicada em 1894 no 'The Century Magazine'. Diz este autor nessa carta (em tradução livre):

> *A versão corrente, porém errada, da origem de O. K. é a seguinte: "O general Andrew Jackson tinha poucos estudos e, portanto, quando era presidente dos Estados Unidos, costumava inscrever nos documentos que aprovava as iniciais OK, que ele considerava serem as iniciais de 'all correct' (oll korrect) [tudo correcto]. Esta história é atribuída a Seba Smith, um cavalheiro* [...] *que escreveu cartas de Washington sob o pseudónimo de 'Major Jack Downing'. Isso não é, provavelmente, verdade. Tenho na minha biblioteca uma cópia das 'Cartas do major Jack Downing de Washington' e não encontro essa história no livro*.
>
> *No entanto, é provavelmente verdade que o general Jackson tenha identificado com os símbolos O.K. documentos públicos que ele aprovava. É verdade, que o general Jackson não era um erudito, mas não era tão ignorante a ponto de pensar que 'all correct' se escrevia 'oll korrect'. Ao examinarem-se as cartas autógrafas do general Jackson* [...], *constata-se que ele escrevia de forma adequada para um homem que teve pequenas vantagens educacionais no começo da vida.*
>
> *A verdadeira explicação de O.K. é provavelmente a seguinte: Há uma tradição entre os Choctaws* [...] *povo que viveu no Mississippi, que o General Jackson tomou a expressão O.K. da linguagem Choctaw. Os Choctaws e os Chickasaws falam a mesma língua, e, nessa língua, não há verbo copulativo que corresponda a 'ser' em inglês ('esse' em latim). Como substituto têm a palavra enfática 'okéh', que termina todas as afirmações em Choctaw* […], *cujo significado era qualquer coisa como 'é assim', 'é verdade'. Antes de se tornar famoso, o general Jackson esteve muitas vezes com os Choctaws e Chickasaws, pelo que deve ter ouvido essa expressão com frequência. Provavelmente, Jackson adoptou o termo 'okéh' no início da sua vida profissional como um tipo muito expressivo de gíria, continuando, ao que consta, a utilizá-lo como símbolo privado para indicar aprovação, mesmo depois de, em 1829, ter sido eleito presidente.*
>
> *Se não for verdadeira, esta teoria sobre a origem de O.K. é, pelo menos, bem inventada, como dizem os italianos*[5:958-9].

Esta etimologia era a que normalmente aparecia nos dicionários até meados do século XX. Refira-se que o termo foi também utilizado para aprovar documentos por Woodrow Wilson (1856-1923), presidente no período 1911 a 1921 (o único com doutoramento), não com as letras "OK", mas com a palavra enfática "okéh"[167:86].

Há quem defenda que a locução teria nascido ainda no século XVIII, utilizando como prova uma ordem de serviço de 6 de Setembro de 1780, em que se indicava como senha 'RICHMOND' e como contra-senha 'O.K.'. Mesmo que o documento seja autêntico, dificilmente se poderia considerar como possível origem do OK que conhecemos, pois que as senhas e contra-senhas devem ser desconhecidos do inimigo, pelo que são arbitrárias e mudam diariamente, evitando-se expressões comuns. Por outro lado, não há uma cadeia subsequente de OKs, pelo que, mesmo que tenha sido usada nesse dia, não esteve na base da sua vulgarização[167:83].

Outra teoria é a de que, quando começou a Guerra da Secessão (1861-1865), existia em Chicago uma firma conhecida como O. Kendall & Sons, liderada por Orrin Kendall, a qual começou

imediatamente a fabricar biscoitos para o exército, os quais tinham gravadas numa das faces as letras 'OK', identificadoras da empresa. Consta que esses biscoitos passaram a ser os preferidos pelos soldados, e daí 'OK' ter-se-ia tornado, no exército, uma expressão de aprovação, que, após a guerra, teria sido levada para a vida civil[167:88]. Tal poderá ser verdade, mas, como já antes aludimos, a expressão já era utilizada cerca de vinte anos antes da guerra começar.

Há, aliás, outras versões que incluem biscoitos, como a que, em 1957, um leitor expendeu numa carta para o 'Chicago Tribune', em que dizia que, por volta de 1810, havia em Boston um padeiro chamado Otto Kimmel, que fazia os melhores biscoitos de baunilha da Costa Leste dos Estados Unidos, que marcava numa das faces com as suas iniciais, 'O K', e daí adviria a consignação do termo O. K. para coisas quase perfeitas[167:88].

Muitas das versões explicativas da introdução da expressão na língua inglesa recorrem à importação de palavras estrangeiras. Algumas dessas hipóteses etimológicas defendem que que a locução OK foi introduzida por escravos norte-americanos provenientes de África Ocidental. Assim, poderia derivar, por exemplo, de 'o ke', da língua mandinga, que significa 'é isso', 'certamente'[94], ou de 'O'-ke', da língua jabo falada na Libéria[214], ou de 'waw kay' (certamente), da língua *wolof* falada na África Ocidental, principalmente no Senegal, ou mesmo de 'ki', uma expressão de surpresa ou satisfação do inglês jamaicano com forte influência africana.

Como foi reconhecido pelo linguista norte-americano Frederic G. Cassidy (1907-2000), a etimologia das palavras pequenas é particularmente difícil, pois que nestes casos a probabilidade de ocorrerem coincidências aumenta muito. Por isso, têm sido propostas etimologias para 'OK' recorrendo a diversificadas línguas, entre as quais o francês 'aux quai'. 'Aux Cayes' (actualmente *Les Cayes*) é o nome de um porto no Haiti, que em crioulo haitiano se pronuncia precisamente *Okay*. O termo ter-se-ia tornado conhecido pelo nome do porto mas, principalmente, porque dali seria exportado um tipo de rum, o 'rum de Aux Cayes', que era o preferido dos marinheiros, pelo que estes a ele se referiam como 'é OK'. Perante a falta de evidências da existência de um rum com tal designação, surgiu uma versão alternativa, segundo a qual o rum seria de Porto Rico mas etiquetado como 'Aux Cayes'. Outra versão não envolve rum e situa a origem na Luisiana antes da compra deste território pelos norte-americanos em 1803: durante a Revolução Americana, os soldados franceses aí estacionados costumavam ir aos cais (*aux quais*) à procura de sexo com mulheres locais. Outra versão ainda, radica a origem da locução no mesmo lugar, mas derivaria de 'au quai' (*para o cais*) escrito nos fardos de algodão após estes eram aprovados pelo inspector.

Muitas outras palavras de línguas diversas têm sido propostas como origem de 'Ok'. Nas línguas europeias é o caso, por exemplo, do escocês 'och aye' (*Oh sim*), do finlandês 'oikea' (correcto), do norueguês e dinamarquês 'hah gay' (*pronto para acção*), do alemão 'ohne Korrektur' (sem correcções, mas deste idioma, segundo alguns, poderia também provir de 'Ober-kommando' = Alto Comando ou de 'alles korrekt' = tudo certo), do grego 'olla kalla' (*tubo bem*). Alguns autores radicam mesmo a origem no latim, em 'omnes korrecta' (*tudo correcto*). Há até quem considere que a expressão deriva do birmanês 'hoak-keh' (sim, é verdade). Todavia, a grande maioria destas propostas não merece qualquer tipo de consideração.

O certo é que, passado bastante mais de século e meio da jocosa criação do 'Ok', a expressão continua a ser usada em todo o mundo, em quase todas as línguas, e a ser objecto de múltiplos artigos e da publicação de livros que explanam sobre as suas raízes etimológicas.

‘Pagar com língua de palmo’

Significado: sofrer as consequências de afirmações levianas, imprudentes ou falsas; receber o castigo merecido; sofrer as consequências.

Origem: a expressão é uma alusão à morte pela forca, em que o enforcado ficava com a língua fora da boca, isto é, ficava com ‘língua de palmo’.

A expressão aparece listada nas ‘Infermidades da Lingua ...’, de Manoel Joseph de Paiva, publicado em 1759, na forma *pagou lhe com lingua de palmo*[195:142]. Está dicionarizada no ‘Dicionário’ de Caldas Aulete, de 1881, tanto no verbete ‘Língua’, em que se diz *Com lingua de palmo, mau grado, contra vontade: Ha de com língua de palmo largar o que chamou seu. (Castilho.) Pagar com lingua de palmo*[51:1067], como, de modo abreviado, no verbete ‘Palmo’[51:1286].

O filólogo João Ribeiro (1860-1934) diz, no seu ‘Frazes Feitas’, que:

> [...] *esta expressão desde há muito caiu no uso comum por não ter o sentido arcaico, aplicando-se a qualquer propósito. No entremez intitulado ‘O Castigo da Ambição’:*
>
> *– Sim, senhor, diz muito bem,*
> *Essa é a conta que eu faço,*
> *Lá para o costeamento*
> *Da nau espero cobrá-los*
> *Pois espera que lhos pague?*
> *– Isso, <u>com língua de palmo</u>.*
>
> *(Ed. 1785) – pág. 7. O pagar com língua de palmo era o mesmo que pagar com a forca e aludia-se ao já esquecido gesto mísero dos enforcados, no tempo em que o ‘morra por ello’ enchia o livro V das Ordenações. A obliteração desse sentido deu modernamente nova aplicação à frase que hoje alude à língua dos maldizentes que, não raro, pagam as suas culpas*[223:293].

Na literatura, a locução há muito que é utilizada. Por exemplo, na ‘Feira de Anexins’, escrita por Francisco Manuel de Melo (1608-1666) no século XVII (embora só tenha sido publicada em 1875), um dos personagens diz a certa altura:

> *– Não dê á língua; que por cá e por lá, <u>com língua de palmo</u> o hei de fazer confessar, que tem muito má língua*[163:21].

De entre muitos outros exemplos possíveis, referimos ‘Os Encantos de Medea’, *opera que se representou no theatro do Bairro Alto de Lisboa, no mez de Maio de 1735*, que versa sobre a viagem de Jasão na nau Argos com destino à ilha de Colcos, com o objetivo de conquistar o velo de ouro. A certa altura, Sacatrapo, criado de Jasão, diz (*sic*):

> *Se eu levára o burro caga dinheiro, tambem o retituia agora <u>com lingua de palmo</u>*[7:296].

Outro exemplo escolhido quase ao acaso, é o do poema 'A troca das Nereidas", de Alexandre de Almeida Garrett (1797-1847), irmão mais velho do conhecido João de Almeida Garrett, publicado em 1855. Numa passagem do Canto IV pode ler-se:

> *Pois agora os devaneios*
> *De minha cabeça fraca,*
> *Pago com <u>língua de palmo</u>,*
> *Morro de morte macaca!*[138:66].

A locução aparece também, com certa frequência, na literatura contemporânea. Referiremos apenas o caso de José Saramago (1922-2010). No seu segundo romance, 'Claraboia', escrito em 1953 (embora só publicado postumamente em 2011), existe a seguinte passagem:

> *Para ele, a conversa com a mulher não contara. Sabia que vencera. Mais ou menos resistência até dava graça. Veria a Dona Justina como tinha de pagar <u>com língua de palmo</u> todas as desconsiderações que lhe fizera*[241]*.*

Também no 'Memorial do Convento', de 1982, uma crítica ao comportamento dos mercadores da Lisboa do século XVIII, que vendiam mercadorias de primeira necessidade a preços proibitivos, diz-se a certa altura:

> [...] *de mercadores falamos, que nunca mandam vir eles próprios as mercadorias das outras nações, antes se contentam com comprá-las aqui aos estrangeiros que se forram da nossa simplicidade e forram com ela os cofres, comprando a preços que nem sabemos e vendendo a outros que sabemos bem de mais porque os pagamos <u>com língua de palmo</u> e a vida palmo a palmo*[240:62].

Portanto, como aconteceu com muitas outras expressões, a locução 'pagar com língua de palmo' perdeu, com o tempo, o seu significado inicial, que remetia para o pagamento dos erros com o enforcamento, passando apenas a querer dizer que quem age ou diz algo de forma impensada acabará por ter o castigo merecido.

‘Para inglês ver’

Significado: que é apenas a ser aparência; de fachada

Origem: Há múltiplas versões sobre a origem desta expressão. Uma delas, talvez a mais credível, diz que se originou no Brasil no tempo da abolição da escravatura.

Como se referiu, existem variadas versões sobre a origem da locução ‘é para inglês ver’, umas mais credíveis, outras mais imaginativas. Faremos em seguida breve alusão às versões principais (mais ou menos por ordem cronológica).

Versão 1 (Portugal)

Uma das múltiplas versões sobre a origem da expressão ‘para inglês ver’ situa a acção em Portugal no tempo do Marquês de Pombal. Nenhuma das versões sobre a origem da locução tem, que conheçamos, a necessária comprovação histórica, pelo que podemos dar um pouco de asas à imaginação. Assim, podemos pensar que o episódio que passaremos a descrever ocorreu após o célebre e dramático terramoto de 1 de Novembro de 1755 (com magnitude de cerca de 9 na escala de Richter) e o grande tsunami que lhe sucedeu, que destruíram grande parte de Lisboa e outras zonas costeiras do reino. Portugal ficou numa situação económica difícil e a braços com a grande tarefa de reconstrução do vasto património que então foi destruído.

O Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino (equivalente ao actual Primeiro-Ministro) era, na altura, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), Marquês de Pombal. Tendo, por sorte, sobrevivido à catástrofe, ao dirigir-se para o seu gabinete perguntaram-lhe “E agora?”, ao que o estadista teria respondido com a famosa frase: "Agora enterram-se os mortos e cuida-se dos vivos". Com efeito, sob as enérgicas orientações do Marquês, a cidade de Lisboa não só não foi afectada por epidemias, como menos de um ano depois já se encontrava parcialmente reconstruída, obedecendo as novas edificações a normas de construção anti-sísmica (seguindo o modelo denominado ‘Gaiola’, assim designado porque a estrutura básica é de madeira, formando uma armação semelhante a uma gaiola). Como é evidente, para tão rápida reconstrução eram precisas verbas avultadas, pelo que o país passava por uma fase economicamente muito difícil.

Podemos, portanto, imaginar que foi neste contexto que, a certa altura, o Marquês de Pombal recebeu uma embaixada britânica pressupostamente para emprestar dinheiro ao governo português, mas que estava com algumas dúvidas sobre a capacidade do país conseguir vir a pagar o empréstimo. Sendo esse dinheiro uma necessidade vital, o Marquês decidiu recorrer à astúcia para conseguir o almejado empréstimo. Assim, convidou os ingleses e com eles fez várias visitas mostrando-lhes que, na realidade, Portugal não estava ‘com a corda na garganta’. O périplo teria terminado no arsenal, onde lhes mostrou os muitos barris de pólvora de que dispunha, revelando-lhes que o país estava inclusivamente bem preparado para uma eventual guerra. Porém, só um número restrito de pessoas sabia que, nos barris, sob a camada superficial de pólvora, o que existia era simplesmente areia ...

Prosseguiram, então, para um navio ancorado no meio do Tejo, onde lhes foi servida uma refeição num rico serviço de prata. No final, o Marquês de Pombal mandou servir vinho fino, provavelmente

o famoso 'vinho do Porto', pois que em 1756 tinha sido criada, por alvará régio, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (posteriormente Real Companhia Velha) e sido introduzido o conceito de D.O.C. (Denominação de Origem Controlada). Porém, esta preparação para o brinde final tinha uma particularidade: o vinho era servido em riquíssimos cálices de ouro. Após fazer um brinde à amizade entre Portugal e Inglaterra, o Marquês bebeu o delicioso vinho e, aproximando-se de uma vigia, deitou o seu cálice ao mar, instigando os ingleses a fazerem o mesmo. Tal deixou os ingleses, como é óbvio, extremamente impressionados. Os portugueses, conhecendo a real situação dos cofres públicos, estavam estupefactos, mas ou poucos que conheciam o 'segredo' diziam-lhes: 'Isto é só para inglês ver ...'. Com efeito, após os ingleses se retirarem, os marinheiros puxaram a rede que o Marquês tinha mandado colocar em volta do navio, a pouca profundidade, voltando a recolher-se todos os valiosos cálices que tinham sido atirados borda fora.

O acontecimento e a astúcia do Marquês teriam tido tal sucesso, que a expressão 'para inglês ver' viria a cair na linguagem popular, mantendo-se até aos nossos dias.

Versão 2 (Brasil / Portugal)

Outra origem para a expressão é dada por Pereira da Costa (1851-1923) em 'Vocabulário Pernambucano'. O autor que remete essa origem para um episódio que teria ocorrido quando a família real portuguesa, no início de 1808, chegou ao Brasil. Recordamos que em 1806 Napoleão Bonaparte (1769-1821) tinha decretado o 'Bloqueio Continental', ou seja, a proibição dos portos da Europa continental serem utilizados para comércio com os ingleses. Portugal, velho aliado de Inglaterra, não cumpriu com essa determinação, até porque as comunicações com as suas possessões ultramarinas estavam dependentes de não ter a Inglaterra como inimiga. Como resposta, as forças napoleónicas, comandada por Jean-Andoche Junot (1771-1813), invadiram Portugal, no que é conhecido como 'primeira invasão francesa' (Novembro de 1807 - Setembro de 1808), a qual tinha como objectivo capturar em Lisboa a família real por forma a que esta fosse obrigada a cumprir com o 'bloqueio continental'. Como é sabido, a família real portuguesa fugiu então, *in extremis*, para o Brasil.

Quando a frota chegou à cidade de Salvador da Bahia, comboiada por navios de guerra ingleses, ao fim da tarde de 22 de Janeiro de 1808, não desembarcou ninguém devido ao adiantado da hora. Dos navios podia contemplar-se a paisagem da cidade, que apresentava um aspecto deslumbrante. Era essa a vista que, do seu navio, tinha o príncipe regente D. João (1767-1826), que em 1792 tinha assumido o poder devido ao desequilíbrio mental de sua mãe, a rainha D.ª Maria I, e que haveria de ser coroado como rei em 1816. Segundo se diz, o príncipe regente, ao contemplar do tombadilho da nau capitânia o belo espectáculo proporcionado pela iluminação geral da cidade, que a acompanhava em todas as suas sinuosidades, voltando-se para as pessoas da corte que o rodeavam teria exclamado, radiante de alegria: *Está bem bom <u>para o inglês ver</u>*, indicando com um gesto o local onde estava fundeada a nau 'Bedford' da marinha de guerra britânica, sob a chefia do almirante Jervis[114:537].

É de referir que os passageiros dos navios superlotados, exauridos pela longa travessia marítima, aqui chegaram num estado lastimável. Para atenuar a situação, o governador da capitania de Pernambuco apressou-se a enviar uma embarcação repleta de frutos tropicais, alimentos frescos esses que muito devem ter agradado aos viajantes, certamente enfastiados da carne salgada e dos biscoitos. A estadia real foi curta. Porém, foi suficiente para que, a 28 de Janeiro, fosse promulgado um decreto em que se estipulava (*sic*) *Que sejam admissiveis nas Alfandegas do Brazil todos e quaesquer generos, fazendas e mercadorias transportados, ou em navios estrangeiros das*

Potencias, que se conservam em paz e harmonia com a minha Real côroa, ou em navios dos meus vassallos[30:1], ou seja, o famoso 'Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas', com o qual se pôs fim ao monopólio comercial até então existente.

Versão 3 (Portugal)

Há quem defenda que a expressão 'para Inglês ver' teve origem em Portugal nos aludidos tempos da primeira invasão francesas (1807-1808),após a fuga da família real portuguesa para o Brasil. O país estava ocupado pelas forças do general Junot, mas, em meados de 1809, um contingente militar inglês desembarcou em Portugal e as forças anglo-lusas acabaram por compelir os franceses a retirar-se. Mas persistia o perigo de novas invasões, o que efectivamente se verificou: a segunda invasão, entre Março e Maio de 1809, comandada por Jean-de-Dieu Soult (1769-1851); a terceira invasão, entre Julho de 1810 e Abril de 1811, comandada por André Masséna (1758-1817). As forças inglesas, dirigidas por Artur Wellesley (1769-1852), Lord Wellington, permaneceram em Portugal, protegendo o país das investidas francesas e, assim, lutando contra o Bloqueio Continental.

Com o clima de guerra, a resistência armada às ocupações francesas, a situação caótica que existia no país, e sem a presença do rei, os britânicos assumiram o comando da máquina militar portuguesa e tentaram pôr alguma ordem na administração do território. No entanto, o carácter metódico e organizado dos ingleses contrastava fortemente com a situação existente e com a prática tradicional dos portugueses, habituados a viverem numa base prática e a desembaraçarem-se (desenrascarem-se) como podiam e lhes dava mais jeito. Mas as novas 'forças ocupantes' impuseram-se: Portugal passou a ser uma espécie de protectorado Inglês.

Perante as novas imposições organizacionais, os portugueses viram-se obrigados a satisfazerem essas orientações do modo possível. Sempre que necessário, apresentavam aos dirigentes ingleses relatórios escritos, bem organizados, em que mostravam que (teoricamente) estava tudo em ordem, assim tentando deixar os ingleses agradados. Todavia, na realidade, a situação era bem diferente. As regras não eram cumpridas como os 'ocupantes' britânicos desejavam, além de que a população se recusava a acatar as ordens ou conselhos dos estrangeiros. Quando um chefe militar inglês ia visitar uma unidade portuguesa, organizavam-se as coisas à pressa e os soldados apresentavam-se aprumados, mas só 'para inglês ver'. Quando as chefias britânicas aconselhavam um recolher obrigatório à noite, tal era anunciado em folhas de papel colocadas nas portas das igrejas, mas apenas 'para inglês ver'. Se os ingleses declaravam ser imprescindível realizar determinada obra, quando sabiam que eles as vinham vistoriar pegavam em pás e picaretas, e punham bem visíveis alguns materiais de construção, mas só 'para inglês ver'.

Passado esse período confuso, as forças inglesas acabaram por se retirar. Porém, o espírito dos portugueses permaneceu: ainda hoje, muitas das coisas continuam a fazer-se só 'para inglês ver' ...

Versão 4 (Brasil)

No rescaldo das ideias iluministas e com a revolução industrial, a Inglaterra (e o resto da Europa e, depois, o mundo em geral) estava a sofrer profundas modificações sociais e económicas. Aliás, já o economista britânico Adam Smith (1723 - 1790), no seu famoso livro 'An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations', publicado em 1776 (e conhecido em geral apenas por 'The Wealth of Nations' - A Riqueza das Nações), advogava que *a escravidão é contraproducente, pois homens livres trabalham mais e melhor*. A conjugação das razões económicas com as humanitárias fez com que a Inglaterra, que tinha dominado grande parte do tráfico de escravos durante mais de

duzentos anos, abolisse em 1807 esse tráfico através do 'Slave Trade Act', do Parlamento Britânico, datado de 25 de Março, o que conduziu à abolição definitiva da escravidão nos seus territórios ultramarinos a partir de 1833. A Inglaterra iniciou, então, uma intensa campanha pelo fim do esclavagismo nos demais países, aproveitando-se da forte influência política que exercia em todo o mundo e da supremacia naval que então detinha.

Neste contexto, o Brasil, recém independente (1822), era alvo de fortes pressões britânicas para acabar também com a escravidão. Mas tal tinha a forte oposição dos grandes senhores, nomeadamente dos produtores de café, em plena expansão, para quem o trabalho escravo era considerado essencial. Apesar disso, em 1826 foi firmado, entre o Brasil e a Inglaterra, o 'Tratado sobre Tráfico de Escravos', assinado no Rio de Janeiro em 23 de Novembro de 1826, e ratificado em Março do ano seguinte. Aí se estipulava, logo no Artigo 1º, que *Acabados três anos depois da troca das ratificações do presente Tratado, não será lícito aos súbditos do Império do Brasil fazer o comércio de escravos na costa de África debaixo de qualquer pretexto, ou maneira qualquer que seja*[26:73]. Contudo, o Tratado não foi efectivamente cumprido, e a Inglaterra continuou a exercer forte pressão sobre o Brasil, agora com mais veemência, para que terminasse o esclavagismo.

A situação política era difícil no Brasil, com a pressão externa exercida pela Inglaterra (que dominava grande parte do comércio mundial) e, internamente, com a oposição dos poderosos senhores, designadamente os chamados 'barões do café'. Porém, também estes estavam dependentes de Inglaterra, pois era aí que estavam sedeados os principais banqueiros que concediam empréstimos aos produtores de café e aos que tentavam iniciar a industrialização do país. A situação tornou-se ainda mais complexa com a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 7 de Abril de 1831, para se envolver directamente nas lutas tendentes a devolver o trono de Portugal a sua filha D. Maria II, o qual fora usurpado por seu tio Miguel I (irmão de Pedro I), numa altura em que seu filho e sucessor, D. Pedro II, era ainda menor. Foi assim criada uma Regência Provisória (constituída por três personalidades) que teve que se defrontar com uma intrincada situação política interna, com revoltas populares e, entre outras, com a pressão inglesa para se abolir a escravatura, bem como com as forças internas que a tal se opunham.

Foi neste contexto de fragilização que, a 7 de Novembro de 1831, foi promulgada a 'Lei da Abolição da Escravatura', que se iniciava dizendo (Art. 1.º) que *Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres"* Ficou conhecida como a 'Lei Feijó', por ter tido o apoio incondicional do padre Diogo António Feijó que tinha assumido a pasta do Ministério da Justiça no mês de Julho desse ano. Mas o sentimento geral era o de que essa Lei não era efectivamente para cumprir, circulando pela Corte, pela Câmara dos Deputados, e pelos meios políticos e económicos de então que o Ministro Feijó fizera uma lei só 'para inglês ver'. Com efeito, houve completo desrespeito por essa legislação, não só por parte dos proprietários esclavagistas, mas também pelo próprio Estado.

Na realidade, a 'Lei Feijó' apenas tentou agradar aos ingleses, por forma a granjear o seu apoio, mantendo tudo mais ou menos como estava, ou seja, foi uma Lei apenas 'para inglês ver'. A expressão caiu no uso popular, atravessando oceanos, de forma que é utilizada em praticamente todo o mundo onde se fala português para designar qualquer coisa que é feita apenas para preservar as aparências, sem que efectivamente haja modificações substantivas.

Versão 5 (Brasil)

Esta é apenas outra versão da origem desta expressão. Segundo alguns autores, a expressão 'para inglês ver' originou-se época da Abolição da Escravatura na Fazenda Santa Clara (uma das maiores propriedades rurais com origem no século XIX ainda existentes), situada em Santa Rita de Jacutinga, no estado de Minas Gerais, na fronteira com o estado do Rio de Janeiro.

Não obstante a abolição formal da escravatura no Brasil, embora ilegalmente, o trabalho escravo continuou a ser usado ainda durante algum tempo. Os ingleses, que eram os maiores credores da dívida externa brasileira, condicionaram a continuidade dos negócios à exterminação de quaisquer resquícios de escravidão. Tendo havido denúncias de que, na Fazenda Santa Clara e noutras, se utilizava ainda mão de obra escrava, os ingleses anunciaram que em breve iriam efectuar uma vistoria às instalações dessas propriedades. Mas continuava a haver aí 'senzalas', isto é, grandes alojamentos onde viviam, os embora clandestinamente, os escravos das fazendas. Por via de regra não tinham janelas e possuíam uma única entrada, pois que, assim, dificultava-se muito a fuga de escravos. Este termo derivou certamente da palavra "sanzala" do quimbundo, língua banta falada no noroeste de Angola, incluindo a Província de Luanda, que designa uma povoação indígena africana, composta na maioria por cubatas. É nesta acepção que o termo é aplicado nos países de língua portuguesa, exceptuando o Brasil.

Figura 13 - Vista das instalações da Fazenda Santa Clara, em Santa Rita de Jacutinga.

Aproximando-se a data prevista para a vistoria dos ingleses, não se sabia bem o que havia de se fazer. Porém, era do conhecimento geral que os auditores ingleses iriam visitar várias outras fazendas que tinham sido incriminadas, o que impunha que a inspecção teria de ser rápida, e que a comitiva passaria pela margem oposta do Rio Preto, no Rio de Janeiro, pois que o acesso por Minas

Gerais (margem da Fazenda Santa Clara) só poderia ser efectuada a partir de um local distante. Assim, conscientes de que o aspecto visto do exterior poderia ser decisivo, para dar a ideia de que os trabalhadores eram livres, alguém teve, então, a ideia de desenhar várias janelas, umas abertas, outras fechadas e ainda outras semi-abertas, nas paredes frontais das senzalas. E assim parece ter acontecido: os ingleses passaram pela margem oposta do Rio, fiscalizaram a Fazenda Santa Clara e constataram que as reformas necessárias tinham sido executadas, não existindo já as senzalas fechadas que impediam os escravos de fugir. Se havia janelas, era porque os trabalhadores eram livres. Portanto, as janelas e outros arranjos foram apenas feitos 'para inglês ver'.

A Fazenda Santa Clara, com 6 mil m^2 e, principalmente, o seu casarão com 46 quartos, 14 salões com móveis portugueses e italianos da época, uma capela, dois terreiros de café, senzala e masmorra é, actualmente, uma atracção turística, plena de lendas e rituais. Uma das atracções são as suas 365 janelas, muitas delas apenas pintadas, concebidas para simbolizar todos os dias do ano, ou, segundo a lenda, desenhadas apenas 'para inglês ver', ou seja, como se referiu, para burlar a fiscalização dos ingleses.

Versão 6 (São Tomé e Príncipe)

Quanto, por volta de 1470, os portugueses chegaram a São Tomé e Príncipe, a 380 quilómetros de África, as ilhas eram desabitadas. Com o decorrer do tempo, São Tomé veio a tornar-se importante entreposto da escravatura: aqui chegavam provindos de África e daqui partiam rumo às Américas e à Europa. Como é evidente, a mão de obra escrava esteve na base dos diferentes ciclos económicos das ilhas: primeiro o do açúcar, depois o do café, e a seguir, a partir de 1822, o do cacau. Pelo decreto de 25 de Fevereiro de 1869, foi abolido o estado de escravidão nas possessões ultramarinas portuguesas, passando todos os escravos ao estado de libertos.

Embora em São Tomé tal só tivesse tido efeito em 1875, a nova situação colocava graves problemas aos produtores de cacau. Como a população nativa se recusava a trabalhar nas plantações, a solução foi importar trabalhadores africanos, designadamente de Angola, os chamados 'angolas', que aqui chegavam com contractos assinados nos países de origem, onde se definiam as horas de trabalho, a comida, o alojamento e outros aspectos relacionados com esses trabalhadores. Como os contractos eram sujeitos a sucessivas renovações e como a fiscalização era quase inexistente, esses contractos eram, na prática, uma forma dos produtores de cacau manterem os trabalhadores numa situação de trabalho forçado, quase escravatura.

Quando o chocolateiro inglês William Cadbury (1867-1957) se apercebeu de que parte do cacau que comprava poderia ser fruto de trabalho escravo, procedeu uma investigação para determinar a veracidade dos factos. Várias outras inspecções foram realizadas, mas os resultados eram contraditórios. Com efeito, os proprietários das roças, sendo avisados dessas visitas, procediam às adequações mínimas necessárias para mostrarem que, nessas fazendas, não havia trabalho escravo. Porém, tal era apenas 'para inglês ver'.

Um dos problemas associados aos aludidos contractos era o da repatriação. Acabado o período contractado, o indivíduo não tinha forma de regressar ao local de origem. Sem outros meios de subsistência, via-se na necessidade de aceitar novo contracto. Aliás, esse foi um dos pontos de maior relevância inseridos no relatório de Cadbury. Na realidade, os aludidos contractos de trabalho prosseguiriam, embora de modo mais atenuado a partir de 1910, tendo sido oficialmente abolidos em 1962, embora, na prática, tenham vigorado até ao final da colonização.

Outras versões

Existem várias outras versões sobre a origem desta locução. Segundo uma delas, formulada por Mário Sette (1886-1950), a sociedade pernambucana vestia-se com roupas pouco adequadas ao clima, de casimira. Quando os ingleses aí chegaram devido a terem obtido a concessão de determinados serviços públicos, adoptaram uma indumentária colonial que consistiam em roupas folgadas e leves, geralmente de linho. Nos primeiros tempos, quando um pernambucano mudava a sua maneira de vestir, passando a usar roupas mais práticas, a população costumava dizer que apenas o fazia 'para inglês ver'[217].

Outra versão relaciona-se, também, com a pressão exercida pelos ingleses para que o Brasil terminasse efectivamente com a escravatura. Nesse sentido, navios de guerra ingleses, no combate ao tráfico de escravos, patrulhavam permanentemente as costas brasileiras. Também do lado brasileiro uma unidade da marinha saía todos os dias do Rio de Janeiro para o mar, à caça dos navios negreiros. Os contrabandistas, porém, sabiam como escapar a essa vigilância, pelo que o povo, irónico, cada vez que via um navio passar o Pão de Açúcar, dizia: 'É para inglês ver'[217].

Há ainda uma outra versão, também relacionada com a escravatura. Na segunda metade do século XIX os navios de guerra ingleses patrulhavam as rotas africanas, perseguindo os que se dedicavam ao comércio da escravatura. Em tempos de paz, não podiam, pelas regras internacionais, revistar os navios que encontravam, pelo que apenas se podiam limitar a pedir os documentos de bordo. Para contornar essas dificuldades os armadores negreiros exibiam documentos falsos, declarando cargas de fantasia, ou seja, documentação produzida apenas 'para inglês ver'[218].

‘Perder a Tramontana’

Significado: ficar desorientado; perder a cabeça; perder o rumo; ficar perdido. Equivalente a ‘perdeu o Norte’.

Origem: A Tramontana era outro nome que se dava à Estrela Polar. Quando os navegantes, à noite, “perdiam” a Tramontana, ficavam desorientados, sem saber o rumo que deviam seguir.

A ‘tramontana’, por vezes grafada como ‘trasmontana’ e ‘tranmontana’, era o vento que soprava de Norte e, por extensão, passou também a designar o Norte. Existe em praticamente todas as línguas latinas. Etimologicamente, provém do latim *trāns-* + *montānus* significando ‘para lá dos montes’ (referência aos Alpes do Norte de Itália.

A Tramontana aparece já referenciada na rosa-dos-ventos do Atlas Catalão, de *circa* 1375, atribuído ao judeu de Maiorca Abraão Cresques (1325-1387), a primeiro peça cartográfica conhecida a inserir tal tipo de informação. Nessa rosa dos ventos, na continuação da seta indicativa do Norte, encontra-se a palavra “tramontana”.

É termo que aparece cedo na literatura. João de Barros (1496-1570), na ‘Gramática da Língua Portuguesa’ (1540), na parte do ‘Diálogo em louvor da nossa linguagem’, ao comparar as línguas italiana, espanhola e francesa, refere (*sic*):

> *Quál destas á por melhór, e mais elegante* [?] *A que mais se confórma com a latina, assi em vocábulos como na orthografia* [?]*. E nesta párte muita uantaiem tem a italiana e espanhól, á francesa: e destas duas aque se escreue como se fála ,e que menos cõsoãtes leua perdidas. E nesta orthografia a espanhól vence a italiana: e mais tem antre sy os genoeses que nam é terra da <u>tramontãna</u> nẽ trãsalpina (como elles dizem)* [...][58:f54].

Também Sá de Miranda (1481-1558), numa das suas ‘cantigas’, diz:

> *En toda la <u>tramontana</u>*
> *Nunca vi cosa mejor*
> *Que era la esposa de Anton*
> *Vaqúerizo de Morana*[230:34]*.*

De igual modo, Camões (1524-1580), em ‘Carta escrita de África a um amigo’, também utiliza o termo:

> *Isto não é praguejar,*
> *Mas toda a culpa é da fome,*
> *Porque gente que não come*
> *Mal poderá pelejar;*
> *Assim estão muitos no dia*
> *Com os olhos na tramontana,*
> *Mirando la mar d'España*
> *Como minguava e crescia*[84:152]*.*

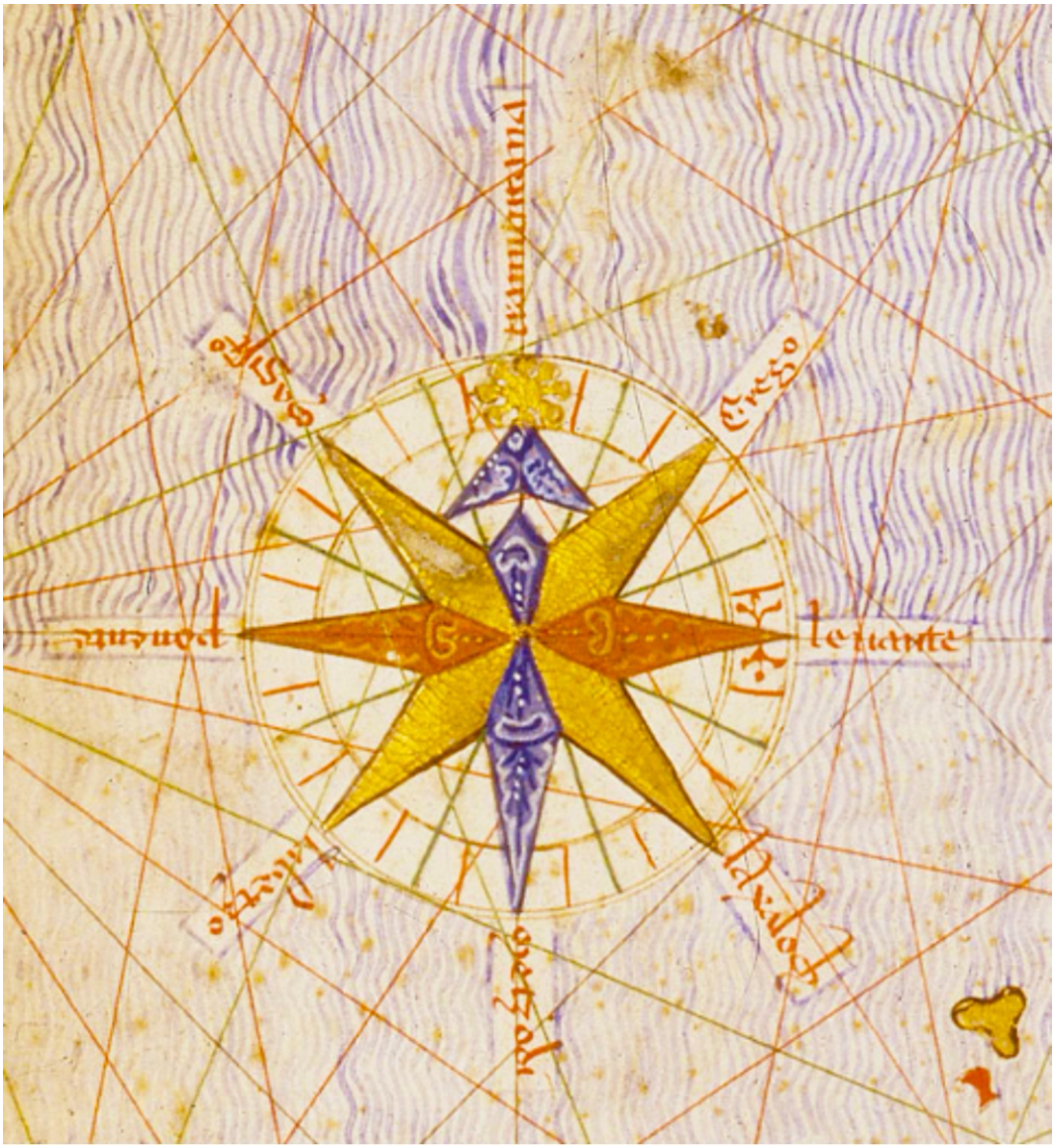


Figura 14 – Rosa dos ventos do Atlas Catalão (c.1375).

Também Diogo de Couto (1542-1616), no Livro X da 'Década Quarta', publicada em 1602, diz a certa altura que:

> *Abifalda Ismael, que foi hum Senhor da Suria, grande Cosmographo (que concorreu nos annos de Mafamede, sete centos & quinze, que saõ de nossa redempsaõ, mil trezentos & oito) na descripsaõ que faz da prouincia da China, diz, que da parte do Ponẽte tẽ a India do meyo dia o mar Indico, do leuante o mar Oriental, & da Tramontana, as províncias de Magog*[116:189].

A palavra Tramontana aparece dicionarizada no 8º volume do 'Vocabulário' de Raphael Bluteau, publicado em 1721: *É palavra usada no mar Mediterrâneo & em Itália, & vale o mesmo que vento Norte; chamam-lhe tramontana porque sopra da parte que, respectivamente a Roma & Florença, fica Trás os montes* [ou seja, os Alpes Italianos]"[72:238].

Também Manoel Pimentel, em 1746, incluiu este termo na sua 'Arte de Navegar (...)', dizendo que a tramontana é *A Estrela do Norte, ou Estrela Polar, que os Italianos chamam Tramontana, é a mais vizinha de todas neste século ao pólo do Norte, à roda do qual descreve um pequeno círculo*[206:116].

Porém, em todas estas aplicações, 'tramontana' é utilizada mais ou menos no sentido literal. A primeira vez que detectámos o vocábulo dicionarizado com sentido metafórico foi na primeira edição do *Diccionario da Língua Portugueza* (tomo 2) de António de Morais Silva / Raphael Bluteau, de 1789, em que no verbete 'Tramontana' se diz: *o vento do Norte; fig. o rumo do Norte; 'perder a tramontana', no fig*[urado] *perder o norte, o governo, o modo de reger-se bem*[174:480]. Tal parece indiciar que a expressão, com este sentido, foi integrada na linguagem popular em meados do século XVIII.

Porém, como é normal, os dicionários registam com atraso as expressões adoptadas pela população. Pode portanto deduzir-se que o vocábulo já era certamente utilizado com sentido metafórico bastante antes.

Como exemplo do uso metafórico deste termo na literatura impressa, podemos referir Fortunato de S. Boaventura que, num texto intitulado 'A Cobardia dos Mações Portuguezes', publicado em 1831 no periódico '*A contra mina',* escreveu a determinado passo:

> [...] *Destas façanhas, e só destas é que eles são capacíssimos, que das outras, em que seja necessário correr algum perigo, sabem escoar-se maravilhosamente;* [...]; *só com a vista ao longe do terrível cacete, perdeu a tramontana; já aqui não está quem falou, esconde-se nas aguas furtadas, e quisera sumir-se debaixo do chão,* [...][229].

Entre muitos outros, também Alexandre Herculano (1810-1877) usou o vocábulo em sentido figurado, por exemplo, no conto 'A Dama-pé-de-cabra', de 'Lendas e Narrativas' (1851):

> [...] *Mas o céu começou de toldar-se com o anoitecer: a escuridão cresceu e desfechou em vento, trovões, chuva e raios. O mancebo perdia a tramontana, e o onagro* [burro selvagem] *dobrava a carreira e bufava violentamente. Parou, enfim, a horas mortas. Sem saber como, Astrigildo achou-se junto das barreiras de um solar acastelado.* [...][144:27-8].

'Perder as estribeiras'

Significado: perder o controle; ficar fora de si; enfurecer-se; ficar desnorteado; reagir de modo despropositado; perder o fio do discurso. Equivalente de 'perder a cabeça', 'ficar fora de si', perder o norte'.

Origem: alusão ao perigo que era o cavaleiro deixar de ter os pés nos estribos, o que o fazia perder o equilíbrio e o controlo da montada

A estribeira é o estribo utilizado pelos cavaleiros para se apoiarem ao montar o cavalo e para se firmarem ao andarem neste, servindo ainda como auxiliar na sua condução. Depois do cavaleiro estar montado (sentado na sela), ao cavalgar mantêm os pés firmes nos estribos para manter o equilíbrio e a estabilidade, bem como para melhor controlar a montada. Se, por acaso, um ou ambos os pés saem dos estribos (se perde a estribeira), tal pode conduzir à perda de controlo do cavalo, a desequilíbrio momentâneo e, mesmo, à queda do cavaleiro. Portanto, ao perder as estribeiras, o cavaleiro perde o controlo da montada, ou seja, da situação. Com a passagem do tempo a expressão passou paulatinamente para a linguagem corrente, com sentido figurado: perda de controle, de direção, principalmente quando a pessoa perde o domínio das suas reacções, respondendo de forma descontrolada por palavras ou por actos.

Na Antiguidade não se usavam estribos, pelo que os cavaleiros, em conflitos armados, tinham que se equilibrar com os joelhos apertados nas partes laterais das montarias, podendo ser facilmente derrubados. Por essa razão, normalmente, disparavam setas com os seus arcos a certa distância do inimigo, e depois dele se aproximavam, desmontavam e lutavam a pé. Os primeiros a usarem estribos, então simples laçadas de couro presas à sela, em que os cavaleiros se apoiavam, parece terem sido os citas, povo iraniano de pastores nómadas equestres da Antiguidade Clássica, que vivia na região do Mar Cáspio. A introdução dos estribos na Europa deve-se, possivelmente, aos ávaros, povo nómada da Ásia Ocidental, que no século VI migraram para a Europa Oriental e Central.

É possível que esta expressão, em sentido literal, fosse já utilizada na cavalaria medieval, mas só posteriormente veio a adquirir o sentido metafórico aludido. Segundo o historiador, antropólogo e jornalista Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), nos jogos de cavalaria dos séculos XV a XVII, nas antigas corridas de argolinhas, torneios em que os cavaleiros a galope tentavam atingir, com a ponta da lança, argolas penduradas em fios, a perda de contato com os estribos desclassificava o cavaleiro da competição.

A expressão 'perder as estribeiras' é frequente na literatura portuguesa antiga. Apenas como exemplo, referimos João de Barros (1496-1570), autor da 'Cartinha para aprender a ler' (1539) e da 'Gramatica da Lingua Portuguesa' (1540), que no seu romance 'Crónica do imperador Clarimundo', publicado originalmente em 1552, diz a certa altura:

> *Clarimundo como andava magoado daquelles dois dias, quando veyo ao terceiro mostrou avantaje que nelle havia; encontrando o Cavalleiro de tanta vontade, e força, que lhe perder ambas as estribeiras: e somente nisto lhe deraõ também o preço da justa, como do torneyo*[59:174].

A expressão está já elencada na 'Feira de Anexins', de Francisco Manuel de Melo (1608-1666), que, embora circulando em forma manuscrita desde meados do século XVII, só acabaria por ser publicada em 1875. Apresentando os anexins agrupados por temas, sob forma de diálogo, no 'Diálogo Segundo', no § 1.º dedicado a metáforas de animais, pode lêr-se:

— *Metáfora, e fora de metáfora ninguém se meta.*
— *Seja o 'cavalo'.*
— *Esse assunto agora foi um 'cavalo' na guerra.*
— *Agora estou eu de 'cavalo', pois metido nas voltas, como não sei sofrer 'ancas' já ia perdendo as 'estribeiras', e a 'unhas de cavalo' fujo de tomar o 'freio' nos dentes.*
— *'Sofrei-o' lá! É homem tão mal inclinado, que logo há-de sair á 'espora'*[163:159].

Porém, nos dicionários mais antigos, não encontrámos este termo em sentido figurado, nem a alocução 'perder as estribeiras'. Apenas a detectámos já no século XIX, por exemplo, em 1854, no 'Thesouro da Lingua Portugueza', de Domingos Vieira. Nessa obra, no verbete 'Estribeira' está incluída a locução *Perder as estribeiras,* dizendo-se que é *desconcertar-se, ficar fóra de si, desatinar*[269:455].

'Quiproquó'

Significado: engano, equívoco, confusão, mal-entendido, erro de interpretação, troca de uma coisa ou pessoa por outra.

Origem: tem por base a locução latina *quid pro quod*, mas com sentido adulterado.

Raphael Bluteau, no sétimo volume do seu 'Vocabulário' (1720), é esclarecedor sobre o significado desta locução. Diz o autor: *Quid pro quo. Os Boticários têm um livro, a que chamam com termos Latinos 'Quid pro quo'. Quando não têm uma droga, acham nele outra, para porem em seu lugar. Daqui veio o dizer-se, 'Livre-nos Deus de um Quid pro quo', porque às vezes há erro nas drogas, & em lugar de mezinha, dão os Boticários veneno*[71:56].

O filólogo João Ribeiro, no seu 'Frazes Feitas' (1908), segue a mesma interpretação: *O Qui-pro-quó era um livro dos boticários ou farmacêuticos onde se enumeravam aos pares os símplices* [drogas] *de propriedades mais ou menos equivalentes e que podiam ser substituídos uns pelos outros em caso de necessidade. Já se encontra e depara este uso nos tratados de médicos dos seculos XII e XIII*. Acrescenta que *A frase todavia não é correcta, e era, como deve ser, quid pro quò, o que a toma mais inteligível*, e conclui dizendo que *A substituição dos medicamentos natural ou abusivamente degenerou em enganos e a frase se tornou proverbial*[222:191].

Com efeito, conhecem-se vários livros médicos medievais que no título ou subtítulo têm 'quid pro quo'. Um deles é do médico italiano Nicolau de Salerno (1140-???), cujo manuscrito foi impresso em 1471 com o título 'Antidotarium. Tractatulus quid pro quo. Sinonima'[231]. Outro exemplo, já mais tardio, é o de Hervé Fayard, um médico francês, que em 1548 publicou um livro baseado na obra de Cláudio Galeno (*c.*129-*c.*217), cujo título é longo (como era costume na época), mas que começa por 'Galen sur la faculté des simples medicamens (...)', e termina com 'Et quels par affinité de facultez sont antiballomenes c'est a dire surrogeables que l'on appelle quid pro quo'[123].

A expressão 'quid pro quo' era usada no latim escolástico significando 'tomar uma coisa por outra', e originalmente referia-se a um engano no uso de termos latinos num texto (como tomar um 'quis' por um 'quo'). Em latim culto, a expressão 'qui pro quo' está gramaticalmente errada. Como explica Gonçalo Neves, *os pronomes latinos, tal como os substantivos e os adjectivos, eram declinados, ou seja, mudavam de forma consoante a função que desempenhavam na frase; além disso, tinham três géneros: masculino, feminino e neutro. Entre os pronomes que mais se usam em qualquer língua contam-se aqueles que se referem à identidade ou à natureza de pessoas e coisas: que, qual, quem em português. Em latim, esta família de pronomes era representada, no nominativo singular (ou seja, no caso que corresponde ao sujeito), por 'qui' ou 'quis' no masculino, 'quæ' no feminino e 'quod' ou 'quid' no género neutro. As duas formas do género neutro não se usavam indiferentemente: 'quod' funcionava como um adjectivo ('quod templum vidisti?' = que templo viste?), ao passo que 'quid' era um verdadeiro pronome ('quid vidisti?' = que viste?). No entanto, a influência das línguas nacionais emergentes, nalgumas das quais 'quid' e 'quod' correspondiam ao mesmo vocábulo (como é o caso do português), aliada à falta de contacto assíduo com a boa latinidade, terá levado muito boa gente a baralhar os dois termos, sobretudo na linguagem falada.* [...] *Umas vezes diziam 'quod' quando deveriam dizer 'quid', e noutras ocasiões aplicavam 'quid' no lugar de 'quod'. Talvez este segundo caso fosse mais frequente que o*

primeiro, o que explicaria a expressão 'quid pro quod', ou seja, 'quid' em vez de 'quod', ou, traduzido de outra forma, 'quid' onde deveria estar 'quod'[182]. '

'Com o decorrer dos tempos, foi-se perdendo a origem da expressão *'quid pro quod'*, que passou, certamente por questões de sonoridade, a ser simplificada para *'quid pro quo', e depois para 'qui pro quó',* sendo até, finalmente, com frequência, reduzida para uma única palavra: 'quiproquó'.

Em inglês, a expressão adquiriu a forma de 'quid pro quo', mas manteve bastante do seu significado original, ou seja, com o sentido de troca, de 'toma lá, dá cá'. Damos apenas dois exemplos da aplicação da locução com essa acepção. A primeira é de um livro do Banco Mundial sobre políticas para proteger os idosos, em que, a certa altura, se diz:

> *So the public transfer crowds out the private transfer. But if the donor is motivated by an exchange, the public transfer does not necessarily undermine the private donor's desire to provide the transfer, since the donor expects a quid pro quo. So, the public transfer need not crowd out the private transfer or need not crowd it out completely*[273:66].

Outro exemplo é uma notícia do jornal 'Times', de 5 de Novembro de 2019, sobre o presidente Trump ter presumivelmente imposto à Ucrânia a condição de proceder a determinadas investigações que o beneficiariam para efectivar ajuda económica a esse país:

> *One of President Trump's Top Diplomats Just Further Unraveled the 'No Quid Pro Quo' Defense* (…). *The U.S. Ambassador to the European Union, Gordon Sondland, not only revised his testimony to describe an explicit quid pro quo but acknowledged that he had been the messenger of it.*

Se, na língua inglesa, é claro que a expressão tem o sentido de 'toma lá, dá cá', em português (e nas outras línguas latinas) o significado teve uma evolução diferente. Talvez devido à incúria de alguns boticários, que eventualmente procediam, quando preparavam medicamentos, à troca de drogas com efeitos nocivos, o significado da locução acabou por evoluir num sentido diferente, ficando com a acepção de engano, equívoco, mal-entendido.

É já também com esta conotação que Domingos Vieira incluiu esta expressão no seu 'Tesouro da Língua Portuguesa' (1854), onde tem o verbete *Quiproquo. Do latim qui pro quo. Substituição, equívoco, engano de uma cousa por outra*[270:58]. Apenas a título exemplificativo, também os colaboradores de Caldas Aulete, no 'Dicionário Contemporâneo' (1881) dizem: *Quiproquo. acção de confundir um objecto com outro, de tomar ou de dar um objecto por outro; erro, tolice ou dito espirituoso que provém de se tomar uma ideia por outra e a que dá lugar uma combinação casual das palavras que se proferem*[51:1458].

A expressão 'qui pro quó' ou 'quiproquó' tem sido mais utilizada nos periódicos do que na literatura. Disso daremos alguns exemplos. A 'Gazeta de Lisboa' de 24 de Outubro de 1825 publicava a tradução de uma carta do Coronel Sueco C. A. Gustafsson (nome que tomou o Rei Gustavo IV, sucessor de Gustavo III, e predecessor de Carlos XIII da Suécia) dirigida ao Conde de Ségur, que tinha escrito uma 'Historia de Napoleão', na qual o signatário se sentiu injuriado. Em certo ponto da carta escreveu:

> *Mais adiante, avançais «que ele mesmo fora o primeiro que violara a antiga aliança entre a França e a Suécia.» Eis aqui outro quiproquó que denota que vós de modo nenhum vos achais versado no conhecimento da história. Perto da época a que aludis, já não havia aliança entre a Suécia e a França ; havia paz e amizade; as duas Nações comerciavam livremente*[14].

O n.º 10 de 'O ecco: jornal crítico, litterario e político' de 4 de Setembro de 1835, tem a determinada altura a passagem seguinte:

> *Com esta miscelânea fica realmente a perder de vista o imenso Código , e o inumerável Digesto; e se olharmos para o seu contexto , á excepção de pouco, tudo o mais é um quiproquó, e nem as estufas do mundo inteiro seriam bastantes para fazerem pegar , e vegetar estas plantas tão exóticas , e de mais a mais venenosas*[17:146].

No 'Dicionário Bibliográfico Português', de 1859, Inocêncio Francisco da Silva, justificando a confusão que fez sobre a identificação de um tradutor, escreveu:

> *A versão da Elisabeta não é de José Anselmo Corrêa Henriques, como eu julgara, iludido pela afirmativa de José Maria da Costa e Silva (...). As iniciais do nome do tradutor J. A. C. H. que se lêem no frontispício da versão mencionada, e que deram talvez origem ao errado pressuposto ou qui pro quo de Costa e Silva, ou de quem o informou, não significam José Anselmo Correia Henriques, como agora soube. Quem verdadeiramente traduziu o poema, e cujo nome encobrem aquelas iniciais, foi o sr. dr. José António de Campos Henriques (...)*[247:462].

Aludimos ainda a outro caso, o da correspondência pública entre os escritores Camilo Castelo Branco, Alberto Pimentel, Manuel Pinheiro Chagas e Henry Major a propósito da tradução para português de 'The life of Prince Henry of Portugal'. Numa carta de Pinheiro Chagas para Camilo diz-se:

> *As conjecturas são engenhosas, mas duvido que sejam fundadas. Veja que subtilezas lhe foram necessárias para explicar a divergência entre Cadamosto e Azurara! Foi necessário imaginar um verdadeiro qui pro quo, excelente para as comedias de enredo complicado, onde os personagens nunca se explicam senão no fim do último acto, mas inaceitável na vida real, onde esses qui pro quos facilmente se desfazem. Não me fatigou lê-lo, meu caro Camilo, pelo contrário, delicia-me sempre a sua prosa, e não há assuntos áridos para a sua mágica pena. O que eu lamento é que a sua enfermidade o continue a perseguir, e ponha obstáculos á sua prodigiosa, inexaurível, e sempre brilhante fecundidade*[100:132-3].

'Resvés Campo de Ourique'

Significado: por pouco, por um triz, à justa, à tangente.

Origem: Existem várias hipóteses para a origem da expressão.

Hipótese 1)

Alguns autores advogam que a locução surgiu na sequência do terramoto de 1755. Grande parte da cidade de Lisboa ficou em ruínas, mas a zona de Campo de Ourique, que ficava na periferia de cidade, ficou praticamente incólume. De facto, na altura, a parte baixa da cidade espraiava-se por terrenos junto ao Tejo, aluvionares, que amplificam as ondas sísmicas, pelo que a destruição foi grande. Nas zonas mais altas, entre as quais Campo de Ourique, Campolide e Monsanto, onde afloram calcários compactos do Cretácico Superior, mais resistentes às vibrações sísmicas, o grau de destruição foi pequeno. Refira-se, por exemplo, que os 35 arcos do Aqueduto das Águas Livres sobreviveram sem problemas ao abalo. Portanto, as destruições causadas pelo terramoto não atingiram, por um triz (revés) Campo de Ourique.

Hipótese 2)

Outra hipótese, não incompatível com a primeira, é que o maremoto que se seguiu ao grande sismo, que penetrou pelos vales de Lisboa causando grande destruição suplementar, não atingiu a zona de Campo de Ourique, situada a maior altitude. Portanto, durante o *tsunami*, a água não teria chegado por pouco (resvés) a Campo de Ourique.

Hipótese 3)

Outros autores, no entanto, atribuem a origem da locução ao traçado urbano da Lisboa oitocentista, em que o bairro de Campo de Ourique ocupava uma posição periférica, ou seja, estava à justa integrada na cidade, ou, na linguagem popular, Lisboa ficava "resvés Campo de Ourique". Aliás, esses limites foram reiterados pelo Decreto de 3 de Dezembro de 1755 do rei D. José, onde se determinavam *os justos limites da Cidade,* (depois confirmado pelo alvará de 12 de Maio de 1758). Aí se refere que esses limites principiam (*sic*) *pela banda do Poente, fóra das Portas dos Quartéis de Alcantara, do Palacio e Hospicio de N. Senhora das Necessidades , dos Arrebaldes do Senhor da Boa Morte, e de S. João dos Bens Casados; e continuando do Casal do Pay e Silva, do Salitre, do Chafariz de Andaluz , da Carreira dos Cavallos, da Bemposta, de Santa Barbara, do Forno do Tijolo, da Cruz dos Quatro Caminhos, de Val de Cavallinhos, e de Santa Apollonia*[151:153]. Na reconstituição de Vieira da Silva, o limite, na parte ocidental, vinha de Alcântara e passava pelo largo das Necessidades, indo até ao convento do Senhor Jesus da Boa Morte, que ficava na esquina ocidental da rua Possidónio da Silva com a rua do Patrocínio, e passava depois pela ermida de São João dos Bem-casados, que estava situada no palácio Anadia, na esquina da rua Silva Carvalho com a das Amoreiras, e continuava por esta rua de Silva Carvalho, sucessora das antigas ruas de S. João dos Bem-casados e de S. Luís, e pelas ruas Saraiva de Carvalho, do Patrocínio e do Possolo[246]. Portanto, os limites de Lisboa passavam pelo próprio bairro de Campo de Ourique, pelo que o bairro era considerado como fazendo à justa (resvés) parte da cidade.

Refira-se, como curiosidade, que a zona de Campo de Ourique pertencia, na altura, à freguesia do Senhor Jesus da Boa Morte, nome derivado do Convento da Congregação do Senhor da Boa Morte e Caridade, fundado em 1728 e construído em 1736. Essa freguesia viria a ser extinta em 1780, sendo os seus terrenos restaurados à freguesia de Santos-o-Velho. A freguesia de Campo de Ourique viria a ser criada apenas em 2012, no âmbito da reorganização administrativa de Lisboa.

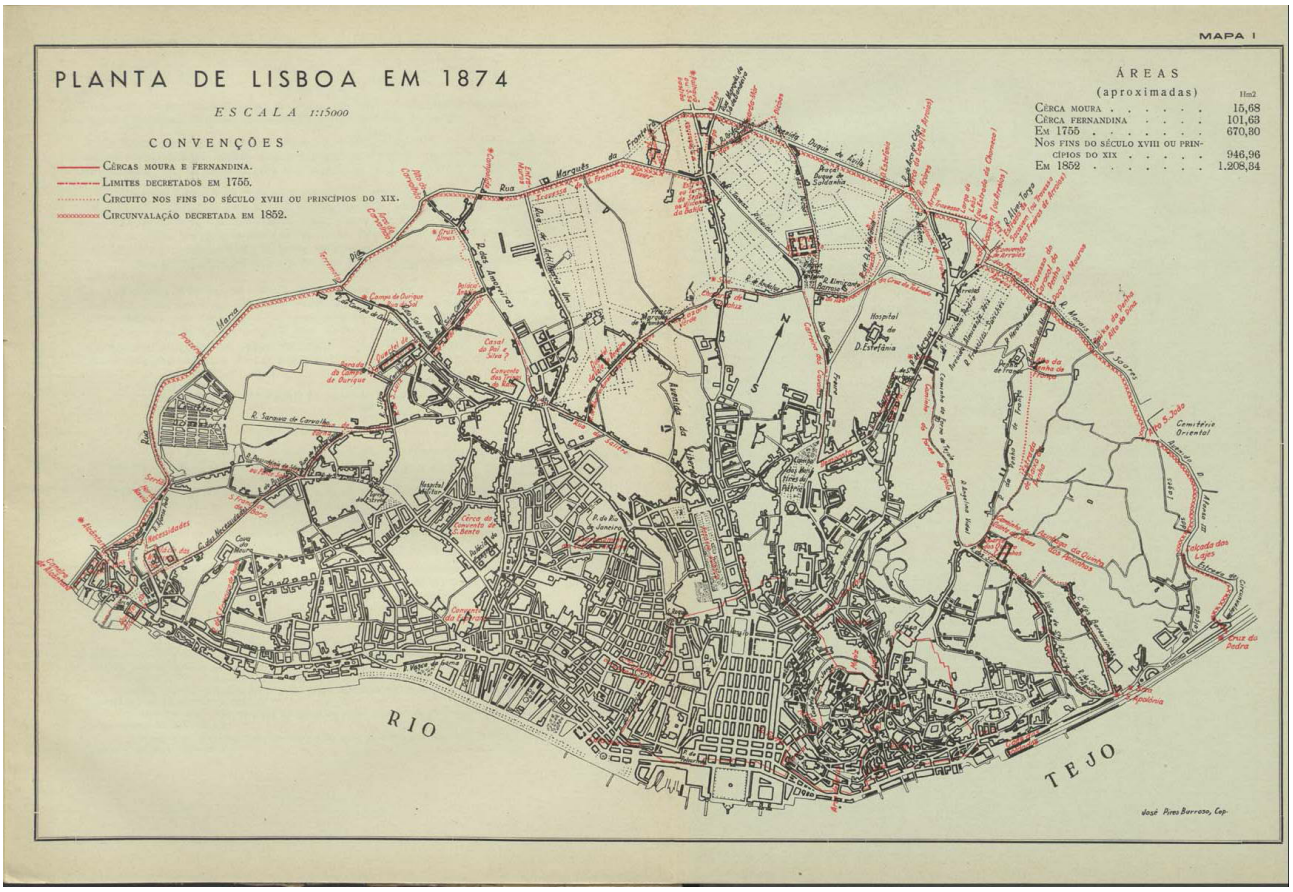


Figura 15 – Planta de Lisboa em 1874[246].

Hipótese 4)

Outra explicação é aventada por Orlando Neves, no seu "Dicionário de Expressões Correntes". Segundo este autor, *A acepção em que se usa está ligeiramente deturpada. Hoje, ela é sinónima de «à justa, à tangente, ao pé de». Mas a significação primeira foi a comparação com algo plano, liso, nivelado, raso. O que se compreendia, porque o bairro lisboeta conhecido como «Campo de Ourique» era, antes de o terreno ser urbanizado, um vastíssimo planalto, onde se plantava trigo que abastecia a maior parte das padarias da cidade*[185].

‘Sangue Azul’

Significado: que pertence à aristocracia ou à nobreza

Origem: é uma alusão à aparência azulada das veias em peles pálidas.

É uma locução existente em quase todas as línguas europeias (e.g., português: ‘sangue azul’; castelhano: 'sangre azul'; galego: ‘sangue azul’; catalão: ‘sang blava’; italiano: ‘sangue blu’; inglês: 'blue blood').

Embora se saiba que a expressão surgiu há muito para indicar o aspecto azulado das veias que aparecem sob a pele, não se sabe ao certo quando é que começou a ser sinônimo de gente nobre.

A cor azul sempre teve grande importância simbólica. Já no Antigo Egipto o azul representava os céus e as águas do Nilo, sendo símbolo de fertilidade e da criação. Por essa razão, essa cor estava muito associada aos faraós, os quais eram frequentemente representados com cabelos e mesmo rostos azuis.

Na Europa, o azul ficou intrinsecamente associado à França. Segundo a lenda, era azul a capa de São Martinho (316-397), aquela que ele rasgou em duas para dar metade a um mendigo com frio, cujas relíquias teriam sido guardadas por Clóvis I (466-511), o primeiro rei dos Francos a unir todas as tribos. Essa relíquia acompanhava Carlos Magno (742-814), mesmo aquando da sua coroação em Roma no ano 800, em que, segundo a tradição, envergou uma capa azul. O azul foi também a cor adoptada por Hugo Capeto (941-996) quando, em 987, foi eleito Rei dos Francos, o que foi passado aos seus sucessores da dinastia capetiana. Hugo era abade laico da colegiada de Saint-Martin de Tours, onde estaria guardada a relíquia aludida, e esse título foi passado pelos seus sucessores, de pais para filhos, até ao século XIV. É possível que o epíteto Capelo derive de ‘cappa’ (alusão à capa de São Martinho). A partir de Luís IX (1214-1270), mais conhecido por São Luís, o azul tornou-se oficialmente a cor da monarquia francesa, e ainda hoje está presente na bandeira nacional. Há quem diga que a expressão ‘sangue azul’ teve origem no facto desta cor ser a da monarquia francesa, e seria utilizada para designar os nobres aparentados com a família real.

Sendo D. Henrique (1066-1112), conde de Portucale, descendente dos reis de França, não surpreende que o seu brasão e bandeira fosse constituída por uma cruz azul sobre fundo branco. Tal foi preservado por seu filho, D. Afonso Henriques (c.1109-1185), cujo brasão tinha cinco escudetes azuis dispostos em cruz, besantados de prata. Estes pontos brancos constituiriam uma afirmação da soberania portuguesa, expressando o direito que assistia ao soberano de cunhar moeda própria. O azul continuou a ser cor da monarquia portuguesa, cuja bandeira, durante muito tempo, foi branca e azul, cor esta que esteve sempre presente, até hoje, nos cinco escudetes. De forma especulativa, poder-se-ia dizer que em Portugal, tal como em França, o ‘sangue azul’ seria uma expressão identificadora de indivíduos aparentados com a família real.

Nas pinturas, o pigmento azul, que foi sempre bastante apreciado, era normalmente obtido através do processamento de minerais de cobre, principalmente azurite. Com frequência, esta cor era designada por ‘azul egípcio’, mas não tinha o brilho e intensidade do chamado ‘azul verdadeiro’ ou ‘azul ultramarino’, o qual era obtido do lápis-lazúli, uma gema semipreciosa que, durante séculos,

era apenas proveniente de uma cadeia montanhosa do Afeganistão. Este pigmento chegou à Europa na Baixa Idade Média e o seu preço rivalizava com o do ouro, pelo que era tendencialmente utilizado apenas nas figuras mais importantes, com destaque para as representações da Virgem Maria, as célebre 'Madonnas'. Diz-se que Michelangelo (1475-1564) deixou inacabada a sua pintura 'Deposizione di Cristo nel sepolcro' porque não conseguiu arranjar dinheiro suficiente para adquirir o azul ultramarino com que devia ser pintado o manto da Virgem. Estando este azul, na arte, associado às figuras mais importantes, há quem postule que a expressão 'sangue azul' proveio desta ligação.

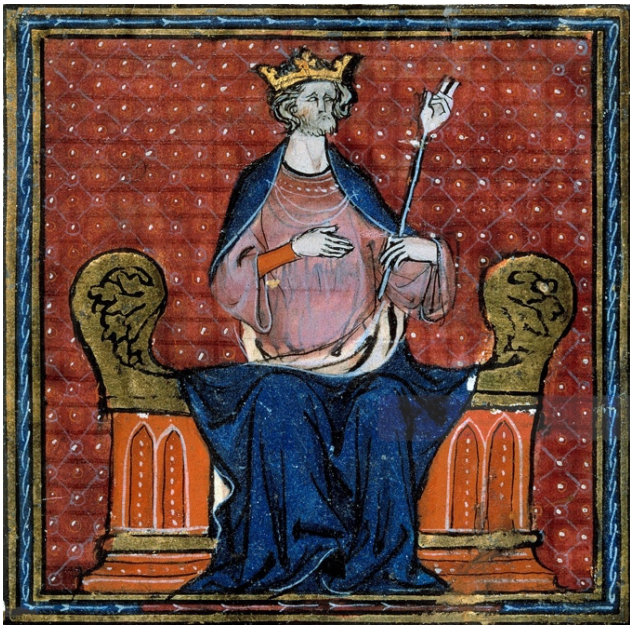


Figura 16 – Coroação de Hugo Capeto, com o seu manto azul. Iluminura de um manuscrito do século XIII ou XIV existente na Bibliothèque Nationale de Paris.

Figura 17 – A Virgem dos Rochedos (vista parcial), de Leonardo da Vinci, com o seu manto azul, na versão depositada na National Gallery de Londres.

Outra explicação, quiçá mais convincente, atribui a origem da locução aos tempos da Reconquista. Como é sabido, após a queda do Império Romano, a Península foi, na maior parte, ocupado pelos visigodos. Porém, em 711, tropas muçulmanas, maioritariamente constituídas por berberes do norte de África, atravessaram o Estreito de Gibraltar e rapidamente, em poucos anos, conquistaram quase todo o território da Península Ibérica, excepto uma pequena área montanhosa situada na zona dos Picos da Europa, nas Astúrias. Aí, D. Pelágio (c.685-737) não se submeteu e, por volta do ano 720, travou a batalha de Covadonga em que, pela primeira vez, derrotou os mouros. Esse momento marca o que normalmente se designa por Reconquista, uma longa guerra que se prolongou até 1492, quando os cristãos conquistaram Granada, o último reduto mouro na Península.

Durante a Guerra da Reconquista, quando a nobreza cristã começou a tomar forma, a pele clara de onde sobressaia o azul das veias era uma evidência de que a pessoa descendia dos visigodos, não tendo o seu sangue sido contaminado pelo inimigo de pele escura, isto é, pelo dos mouros. Haveria, assim, a realeza e a nobreza com ela associada, descendentes de visigodos, que tinham 'sangue azul', o que significava que eram 'puros', que na sua genealogia não havia sangue de berberes, de judeus ou de outros povos infiéis.

Acaso seja verdade que a locução nasceu nos tempos da reconquista, foi fortemente amplificada nos séculos posteriores, principalmente nos séculos XVII a XIX, quando o paradigma de beleza valorizava a alvura da pele. Nessa altura, o bronzeado da pele indicava que a pessoa não tinha recursos e que, portanto, tinha que trabalhar e, ainda pior, trabalhar ao ar livre. As pessoas da alta sociedade tinham rendimentos, pelo que não necessitavam de efectuar trabalhos ao ar livre, razão por que tinham uma pele pálida, onde sobressaía o azulado das veias. Desta forma, o bronzeado era factor discriminatório: quem se apresentava em sociedade com essa tonalidade da pele acabava por ser rejeitado por não ter a mesma condição social.

Por essa razão, era muito usada como cosmético a cerusa, entre nós designada por alvaiade, termo derivado do árabe (baiada = branquear[252:53]). Trata-se de um pigmento branco constituído basicamente por carbonato de chumbo hidratado tratado com vinagre, em Portugal referido já em 1562 por Jerónimo Cardoso no 'Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem', onde consta (sic): *Aluayde. Cærusa, æ*[89:f13]. Era com esse pó branco (altamente tóxico) que o rosto era polvilhado para lhe dar uma tonalidade muito clara (que, na realidade, data um aspecto extremamente artificial). Em 1712, Raphael Bluteau descrevia o alvaiade da forma seguinte (*sic*):

> *Alvayade. Derivase do artigo arabico, 'Al' & de 'Beyde', que val o mesmo que 'Branquear', ou 'Cayar'. He pois 'Alvayade' hum chumbo, emprenhado dos espiritos do vinagre, ou mais claramente, he hum chumbo em laminas delgadas penetrado, rarefacto, meyo dissolvido pelo vapor do vinagre, & reduzido a huma materia, muito branca, pezada, & friavel, da qual usão os pintores, & algumas mulheres, que com ella pintão o rosto*. [...] *se untão as mulheres, ou para dizer melhor se despintão, & se desfigurão, porque este aparente 'auxilio' da sua alvura, & lindeza, he seu mais mortifero veneno, corrompendo o bafo, apodrecendo os dentes, causando rugas antecipadas, & muitos achaques com que a natureza se vinga dos artificiosos embustes da vaidade*[65:306].

O pigmento branco mais utilizado era a 'cerusa regular', que, como referimos, era basicamente constituído por carbonato de chumbo hidratado, que muitas vezes era falsificado ou adulterado com cal ou outras substâncias. Porém, o produto mais valorizado era a chamada 'cerusa veneziana', que desde o século XVI era comerciada como sendo melhor e mais exclusiva do que a 'cerusa regular', sendo, portanto, muito mais cara. Derivava, provavelmente, da cerusite, um carbonato básico de chumbo.

Como paradigma de beleza, era não só a pele que devia ser muito branca, como o próprio cabelo devia ser dessa cor. Usavam-se, assim, também, perucas brancas, que eram caras. Quem não as podia adquirir polvilhava o cabelo com pó branco. Na base de tudo isso estava o objectivo de mostrar aos outros que se era de 'sangue azul'.

Como o alvaiade era tóxico, no século XIX as senhoras, principalmente, passaram a usar outros tipos de pó branco: arroz em pó (o célebre pó-de-arroz), óxido de zinco em pó ou pérolas reduzidas a pó, sendo esta a versão mais dispendiosa. Por vezes, usando lápis azul ou violeta, ressaltavam-se as veias nas partes expostas dos braços. O importante era exibir o 'sangue azul'. para os finais do século, a moda revestiu-se de outros pormenores: passaram-se a usar bochechas rosadas (obtidas com sumo de beterraba vermelha ou corante carmim), que contrastavam com a tez muito pálida.

É de referir, como complemento, que, no início do século XVIII, os médicos ingleses começaram a recomendar banhos de mar, pois que estes eram benéficos para a saúde. Um dos primeiros a defender essa terapia foi John Floyer (1649-1734), que, em 1702, no livro 'The ancient psychrolousia

revived, or an essay to prove cold bathing both safe and useful'[134], apoiado em múltiplos autores da Antiguidade, demonstra o benefício terapêutico dos banhos de mar. Seguindo as recomendações dos médicos, a aristocracia inglesa rapidamente absorveu essa nova moda da vilegiatura marítima, prática essa que depressa se disseminou pelos outros países europeus (e, um pouco mais tarde, por outros estratos sociais). Todavia, as idas à praia tinham primordialmente objectivos terapêuticos, pelo que os vestuários usados cobriam quase totalmente o corpo e, principalmente as senhoras, aí usavam grandes chapéus e véus, de modo que a exposição ao Sol lhes não retirasse a beleza, isto é, brancura da pele. A aristocracia e a alta burguesia tinham necessidade intrínseca de afirmar a sua qualidade de 'sangue azul'.

Com a passagem do tempo, a nova moda de 'ir à praia' disseminou-se por todas as classes sociais. Neste processo, os novos meios de comunicação, com maior relevância para o transporte ferroviário, tiveram importância determinante. Tal foi a profusão de cartazes produzidos pelas companhias ferroviárias, publicitando destinos na praia, que se pode dizer que, em grande parte, a praia foi uma invenção dessas companhias. Porém, esses estratos sociais menos privilegiados, tinham consciência que não eram de 'sangue azul' e, portanto, não tinham os devidos cuidados para preservar a eventual brancura da pele. Ficavam bronzeados, e tal teve como consequência que, muito rapidamente, o paradigma de beleza mudasse: o antigo padrão da alvura da pele foi substituído pela valorização do bronzeado.

Em meados do século XX, com o aumento do poder económico das populações, a expansão dos tempos livres e a melhoria dos transportes, o hábito de ir à praia propagou-se a todos os estratos sociais. Assistiu-se, então, a um facto curioso: depois do Verão, quando se aparecia em sociedade sem a pele bronzeada, era-se sujeito a certa discriminação, pois que tal denunciava que essa pessoa era um pobretanas que não tinha condições económicas para fazer férias na praia ou que estava doente. A importância do 'sangue azul' tinha desaparecido definitivamente.

A expressão 'sangue azul' há muito que é utilizada na literatura europeia. Referimos, por exemplo, William Shakespeare (1564-1616), que, em 'O Rapto de Lucrécia' (1594), escreveu (*sic*):

> *In her the Painter had anathomiz'd*
> *Times ruin, beauties wracke, and grim cares raign,*
> *Her cheeks with chops and wrincles were disguiz'd;*
> *Of what shee was, no semblance did remaine:*
> *Her <u>blew blood</u> chang'd to blacke in euery vein,*
> *Wanting the spring, that those shrunke pipes had fed,*
> *Shew'd life imprison'd in a body dead*[245].

ou, em tradução livre:

> *Nela esse pintor havia dissecado*
> *A ruína do tempo, a destruição da beleza e o reinado sombrio*
> *Suas bochechas com vincos e rugas eram disfarçadas*
> *Do que ela era, nem vestígio restava.*
> *Seu <u>sangue azul</u> mudado para preto em cada veia,*
> *Faltando a fonte que aqueles tubos murchos nutria,*
> *Mostrando a vida aprisionada em um corpo morto*.

Em francês, podemos referir 'Les Entretiens mystérieux des trois princes', um folheto de autor desconhecido, publicado em 1650, que apresenta um diálogo entre o leão, a raposa e o macaco no bosque de Vincennes, em que, a certa altura, se diz (*sic*):

> *LE SINGE*
> *Vostre ambition est trop grande,*
> *Ne sommes-nous pas assez haut,*
> *Ie ne demande qu'un assaut*
> *Afin que d'icy ie descende.*
> *LE LYON*
> *Sang bleu ces Puissances suprémes.*
> *Succomberont à mes deux bras,*
> *Si vous ioignez à leurs esbats*
> *Les ruses de vos stratagemes*[42].

É também o caso, sempre a título meramente exemplificativo, de George Sand (1804-1876), que em 'La dernière Aldini' (1838), incluiu o seguinte trecho:

> *Em me retirant, je m'approchai du berceau de la petite Alezia,* [...]. *Elle s'éveilla aussitôt et ne me reconnut pas d'abord, car elle eut peur,* [...]. *Signorina, lui dis-je, je suis l'Orco, et je viens vous demander pourquoi vous percez le cœur de vos poupées avec des épingles!*
> *Elle se leva sur son séant, et me regardant d'un air malicieux, elle répondit: — C'est pour voir si elles ont le sang bleu.*
> *Vous savez que 'sangue blu', dans le langage populaire de Venise, est le synonyme de noble.*
> *— Mais ells n'ont pas de sang! repris-je, ells ne sont pas nobles!*
> *— Elles sont plus nobles que toi, répondit-elle, elles n'ont pas de sang noir*[234:168].

Também o poeta italiano Camillo Nalin (1788-1859) faz alusão a esta expressão em 'Versi in dialetto Veneziano' (1844), no poema 'Per nozze Zannetteli-Zane' (*sic*):

> *Per comprovar dei sposi el sangue blu,*
> *Chi el libro d'oro va scartabelando,*
> *Chi l'araldica buta a culo in su,*
> *E chi a furia de gran considerando,*
> *Strussiandose che mai povaro gramo,*
> *Scomenza gnente manco che da Adamo*[178:168].

Em Espanha, referimos, entre muitos outros, o 'Don Papis de Bobadilla' (1829), um longo romance em seis tomos na senda do 'D. Quixote', de Rafael José de Crespo (1779-1842), onde a certa altura, onde se disserta sobre o suicídio, se pode ler (*sic*):

> *membróse que un inglés de la casa del conde de Peterborough, joven, con buenas pantorrillas, de sangre azul y no desgraciadillo en amores, se fué al otro barrio por su mismo pié de un pistoletazo, diciendo que su almica estaba cansada de su cuerpo, y se hacía preciso desalquilar la casa cada y cuando no fuese cómoda*[118:188].

Também em língua portuguesa a locução tem sido recorrentemente utilizada. Daremos apenas um par de exemplos. Camilo Castelo Branco (1825-1890), no conto 'Dinheiro! dinheiro!' (1861), ao falar da chegada de Manoel da Silva, um brasileiro rico, após a morte de seu irmão, encontra-se com o sobrinho (*sic*):

> *Alvaro recebeu-o com sinistra rudeza. O snr. Manoel da Silva abraçou seu sobrinho, chorando a morte de seu irmão, que era muito semelhante com seu sobrinho. Deu graças á Providencia por encontrar um herdeiro do seu ouro e do seu sangue; e , deixa-me assim dizer sem offensa da metaphysica, insufflou uma alma nova n'aquella casa, uma alma muito grande, maior que a alma universal de Platão! só comparavel á alma que faz girar um sangue azul nas veias d'um merceeiro*[95:119]. *P.119 [569]*

Também Ramalho Ortigão (1836-1915) e Eça de Queirós (1845-1900), num número de 'As Farpas' (1876), escreveram:

> *As fidalgas têem geralmente as maneiras, e têem o fino criterio elegante, porque não endureceram nas experiencias da vida a sua sensibilidade nativa. Viveram sempre no mesmo meio sereno e pacifico, na plena naturalidade do seu ser, sem aspiração a outra coisa, e por isso mesmo sem inveja a outra gente. O 'sangue azul' é uma doce expressão, finamente achada, que dá bem o tom dessa bondade innocente — 'o azul do caracter', qualidade que, de resto — consolem-se as burguezas — é mais um prestigio de salão do que um prestimo na humanidade*[193:39].

Sobre o 'sangue azul' que caracterizava as famílias nobres, é interessante referir que estas, com frequência, tinham sangue com características especiais. Referimo-nos, por exemplo, à hemofilia (do grego *haima* = sangue + *philia* = amizade), uma doença genética hereditária que dificulta o processo de coagulação e, portanto, a capacidade de parar hemorragias, e que tinha elevada incidência nas famílias reais europeias. Por isso, era frequentemente conhecida por 'doença real'. É transmitida de pais para filhos através de um gene do cromossoma X, e como na realeza europeia os casamentos eram normalmente consanguíneos, a doença afectava essencialmente as pessoas de 'sangue azul'.

'São favas contadas'

Significado: coisa certa; negócio seguro; algo dado como certo.

Origem: decorre do antigo método de votação em que se usavam favas brancas e pretas.

É uma locução que existe em toda a Península e mesmo noutros países europeus. Diz João Ribeiro em 'Frazes feitas': *As favas eram o aritmómetro do outro tempo; era antigo costume doméstico, e feminino, de fazer contas por meio de favas*[223:256].

Raphael Bluteau, no seu 'Vocabulário' (1713), embora não inclua a expressão 'são favas contadas', refere que no verbete 'Fava' (*sic*): *No livro I. 'De Republ. Atheniense' escreve Sigonio, que em todas as eleyçoens dos Magistrados se votava com favas; os que as levavaõ pretas, ficavaõ exclusos*[68:f42].

Com efeito, desde pelo menos a Antiguidade Clássica que era costume proceder às votações utilizando favas brancas e pretas, hábito que se prolongou pela Idade Média, por exemplo, para fazer a eleição do abade em muitos mosteiros medievais. Assim, quem era eleito, era-o de forma comprovada, ou seja, com as favas contadas. Não é de excluir a hipótese de que, já na altura, quem tinha a percepção de que ia vencer a eleição pensasse e/ou dissesse que 'eram favas contadas'. Do sentido literal a frase passou para a linguagem comum com sentido metafórico.

Embora sem esta forma e sentido, Jerónimo Cardoso, no seu 'Dictionarium latino lusitanicum' (1570), faz clara alusão ao dito método de eleição (*sic*): *'Ne allia comedas & fabas'. Nã comas alhos nem fauas. s. nam andes em guerras, nem em juyzos, porque ho mantimento dos soldados era alhos, & dos juyzes fauas por nam se dormirem porque os votos dos juyzes se dauam por fauas*[90:f138v].

Desde cedo que a locução é utilizada na literatura. Por exemplo, Jorge Ferreira de Vasconcelos (*c.*1525-1585) usa-a várias vezes nas suas peças. É o caso da 'Comédia Eufrosina' (1555), onde, na cena 5.ª do 5.º acto, os cortesãos Cariófilo e Zelótipo, falando da dama Eufrosina, dizem (*sic*):

> *(Ca.) Que rezão aquella, falay la de siso cõ tal homẽ.* [...], e *vos aveis destar polo seu querer, esperando que vos rogue ela o que vos cumpre*[?] [...], n*unca ouuistes que na cabeça alheya aveis de tomar exempro*[?], *pois se vos lembra como me dey com Polinia, não fareis vos outro tanto a esta*[?] [...]. *Ah como eu brandira esse pandeyro Se me caira nas mãos, que maa pesar fezera dela aos primeyros botes. Estou eu fazendo finezas ficãdo isento, e vos com casar nam vos atreveis*, [... ?]
> *(Ze.) Bẽ me vay parecẽdo o que dizeis.*
> (Ca.) Mas aviavos de parecer mal, falandouos tanto ao sabor da vontade[?]. Com tudo, eu falouos a ponto e <u>fauas cõtadas</u>. Se me soubesseis sintir, achareis mil antreseos neste casco, grande cabeça he a minha, se el Rey caisse em mi que conselheyro eu era[261:297].

Também na 'Comédia Ulissipo' (1561), do mesmo autor, uma das vezes em que a expressão é utilizada é na cena 7.ª do 1.º acto, num diálogo entre Macarena, alcoviteira, e Crisófilo, caixeiro dos Médices. Pode aí ler-se (*sic*):

> *(Mac.)* [...] *So principes tem esse condaõ, serem seruidos por esperanças: pera mim, inda que a não mereça, a do parayso me basta. (Chris.) Fazeis vos bem por ella? (Mac.) Que as outras*

> *todas saõ muy duuidofas, & a muitos saem em branco. E porque sei isto ha muitos dias , quem de mim quizer algũa cousa, meta a maõ na bolsa, porque he fauas contadas, conta de perto, amigo de longe*[262:f63v].

A expressão completa era 'falar a ponto e a favas contadas' ou seja, falar a propósito e acertadamente. Na realidade, era a aglutinação de duas locuções, 'falar a ponto' e 'favas contadas', que, isoladamente, não têm exactamente o mesmo significado. Curiosamente, a locução não aparece elencada na maior parte dos dicionários e obras semelhantes dos séculos XVI a XVIII. Mas está incluída no 'Dicionário' (1789) de Bluteau / Morais Silva no verbete 'Falar': *Falar a ponto e a favas contadas, a propósito*[174:595], e assim aparece nas edições subsequentes do 'Dicionário' de Morais Silva. A expressão 'falar a ponto' aparece isolada, por exemplo, em 1819, no 'Dicionário Geral da Língua Portuguesa de Algibeira', no verbete 'Falar', em que a locução é apresentada como sinónimo de 'a propósito'[255:9]. Por outro lado, 'favas contadas' aparece isolada no 'Novo Dicionário Crítico e Etimológico' (1836), Francisco Solano Constâncio, onde, na entrada 'Favas', está incluído: *'Favas contadas', isto é, comam-se poucas por serem indigestas. 'São favas contadas', o negócio está seguro*[109:551].

Porém, no 'Tesouro da Língua Portuguesa' (1854), de Domingos Vieira, ainda aparece, no verbete 'Falar', a velha expressão 'Falar a ponto e a favas contadas', que o autor diz que quer dizer 'a propósito'[269:563]. Parece poder deduzir-se que a forma 'falar a ponto' foi desaparecendo ao longo do século XIX, ficando presente apenas 'favas contadas'. Assim, Caldas Aulete no seu 'Dicionário' (1881) apenas apresenta a segunda expressão, primeiro no vocábulo 'Contado' (*São favas contadas (fr. pop.) são coisas que forçosamente hão de acontecer; é coisa sabida*[50:389]), e depois no verbete 'Fava' (*São favas contadas, loc. pop. e fam. com que se denota ser certa, uma coisa, não haver duvida*[50:776]). O mesmo acontece no 'Dicionário' (1899) de Cândido de Figueiredo, que na entrada 'Fava' incluiu: *favas contadas, (loc. fam.) coisa certa, infalível, inevitável*[85:603].

Portanto, da velha frase 'falar a ponto e a favas contadas', a primeira parte (falar a ponto) parece ter desaparecido talvez no início da segunda metade do século XIX, não subsistindo até ao século XX. Pelo contrário, a segunda parte (favas contadas), que remete para o antigo processo de votação, persistiu de forma metafórica até à actualidade.

‘São mais as vozes que as nozes’

Significado: são mais as palavras que os actos, há exagero no que se diz, a aparência é maior que a realidade.

Origem: expressão muito antiga que contrasta o ruído (as vozes) que se faz em torno de algo e o verdadeiro conteúdo (as nozes) desse algo.

O filólogo brasileiro João Ribeiro (1860-1934), no seu livro “Frazes Feitas”, de 1908, explica que a *forma primitiva do provérbio é outra. Com varas batem-se as nogueiras, faz-se grande estardalhaço e às vezes as nozes que caem são poucas. .Ao fragor demasiado não correspondem os poucos frutos que se colhem*[222:100]*.* Depois prossegue dizendo que *O que ainda agrava este caso, é que ao partir as nozes o ruído é grande e o miolo por vezes não há,* e que *em português preferimos voz a ruído porque voz ruído é, e é rima, e segundo entendo é mais do que rima, é simpatia. Há verdadeira atracção nas formas familiares dos pronomes e noz = nós, desperta vós = voz. E portanto nozes e vozes,* (...)[222:100-1]*.*

Por vezes, a expressão é apresentada com ‘ruído’ em vez de ‘vozes’. Tal é o caso da ‘Arte de Furtar’, atribuída ao Padre António Vieira (1608-1697), em que no capítulo XX se diz (*sic*):

> *e porisso ninguem repara nos grandissimos lucros, que os Assentistas colhem.da obrigaçaõ que tomaõ de prover as fronteiras; porque se suppoem que empregaõ nisso ao menos hum milhaõ de dinheiro, e a hum milhaõ de emprego claro está que deve corresponder hum grandioso lucro; e tal lho deixaõ recolher, sem se advertir, que <u>he mayor o arruido que as nozes</u>; porque cem mil cruzados, que tenhaõ de cabedal, bastaõ e sobejaõ para todo o meneyo de dous milhoens*[265:180].

Porém, a forma mais vulgar, até por causa da rima e da sonoridade, é utilizar ‘vozes’ em vez de ‘ruído’. É assim que aparece, em 1638, na ‘Santoral de vários sermões de santos’, de Frei Cristóvão de Lisboa (1583-1652), quando se diz:

> (...) *por nos ensinar Deus, que quer que em cada um sejam mais as obras que palavras, & para falar mais claro, pelo adagio português, que sejam mais as nozes que as vozes, & não pelo contrário, <u>mais as vozes que as nozes</u>, porque há uns que falam muito, e obram pouco* (...)[152:f89v].

A expressão cedo foi dicionarizada. Raphael Bluteau (1638-1734) incluiu-a já no ‘Vocabulário Português e Latino’, de 1721, no verbete ‘voz’, na parte dedicada a ‘adágios portugueses da voz’ (*Mais são as vozes, que as nozes*)[72:585]. Surge depois em vários dicionários e obras semelhantes, estando incluída, como seria de esperar, nos ‘Adágios, provérbios, rifãos e anexins’[122:340] publicado em 1780 por FRILEL, (pseudónimo de Francisco Rolland, Impressor e Livreiro em Lisboa, um francês que ali se tinha radicado).

Aparece recorrentemente na literatura portuguesa. Daremos apenas mais um exemplo. Em 'O primo Basílio', de Eça de Queirós, publicado em 1878, lê-se a certa altura:

> *E voltando-se para o trintanário, batendo-lhe no ombro, com uma voz que o admirava e que o invejava:*
> *— Mas isto sim! Isto é que é levá-la!*
> *O rapazola sorriu com satisfação:*
> *— Ora! são mais as vozes do que as nozes!*
> *— Vá lá, mostra lá— disse o da gravata branca tocando-lhe com o cotovelo— mostra lá!*
> *O rapaz fez-se rogado, e depois de gingar da cintura, arregaçando a blusa, tirou do bolso do colete de riscadinho um relógio de ouro*[211:333].

‘Sem eira, nem beira’

Significado: sem recursos, sem posses, na penúria, na miséria, sem prestígio social, sem modo de vida.

Origem: a origem mais provável é que derive dos sentidos literais de ‘eira’ (terreno onde se malham os cereais) e de ‘beira’ (na acepção de beira do telhado), pelo seria aplicada a pessoas sem terrenos nem casa, portanto, sem nada.

Antigamente, a expressão era mais completa: dizia-se ‘sem eira, nem beira, nem ramo de figueira’. É desta forma que aparece dicionarizada nas obras mais antigas, nomeadamente em 1655, no “Florilégio dos modos de falar ...”[197:113], de Bento Pereira (1605-1681), assim se mantendo, em geral, pelo menos até ao século XIX. Porém, a forma abreviada era também utilizada, como se verifica na ‘Feira dos anexins (...)’, de Francisco Manuel de Melo (1608-1666), que corria em forma manuscrita, só tendo sido publicada em 1875. Na forma de diálogo, como era muito apreciado na altura, escreveu o autor (*sic*):

> *— Bem sei eu por onde o gato vai ás filhozes.*
> *— O senhor toma-o a vossê por motivo, por que em quanto brinca com o ratinho, como não tem eira nem beira nas metaphoras, vai tirando a sardinha com a mão do gato.*
> *— Pois cada um é obrigado a chegar a braza á sua sardinha*[163:169].

A locução tem sido recorrentemente utilizada por autores da língua portuguesa. Apresentaremos apenas dois exemplos de cariz ensaístico. Teófilo Braga (1843-1924), em ‘O povo portuguez nos seus costumes (...)’, de 1885, refere a certa altura:

> [...] *Do espírito do direito territorial se deduz um sistema de penalidade: a banição. O condenado era lançado fora da terra; nos Forais velhos mandava-se que as suas casas fossem derrubadas. Temos ainda na linguagem popular a locução: Sem eira, nem beira, nem ramo de figueira, para significar a extrema miséria. A demolição das casas conservou-se até muito tarde nos costumes portugueses.* [...][75:261].

O segundo exemplo é de Alberto Sampaio (1841-1908) que, ao dissertar sobre a apropriação da terra, refere a determinado passo:

> [...] *entraram igualmente no movimento geral da divisão da terra, e posto que as suas ocupações ordinárias os prendessem a outros misteres, todavia o desejo de possuir bens de raiz levou-os a adquirir os lotes mínimos, ora a casa e horta, ora além destas um pequeno campo anexo. As famílias verdadeiramente proletárias «sem eira, nem beira ou ramo de figueira» são muito raras no campo e representam uma fracção mínima. Possuir pelo menos a sua habitação é um ideal que acompanha sempre o homem do povo* [...][232:216-7].

Tal como para muitas outras expressões, também para esta não existe uma explicação inequívoca, divergindo os vários autores sobre a sua origem. Existem, pelo menos, quatro hipóteses explicativas.

Hipótese 1 - Referência aos telhados das casas

Uma das hipotéticas origens, quiçá a mais vulgarizada, faz alusão aos telhados das antigas casas das pessoas ricas que tinham telhado triplo, composto por eira, beira e tribeira, como era designada a parte superior, mais visível, desses telhados. Como é evidente, as pessoas mais pobres não tinham recursos para construir essa cobertura tripla, pelo que utilizavam apenas um nível de telhas, a única existente e, portanto, visível (correspondendo, deste modo, à tribeira); consequentemente, os telhados das casas dos pobres ficavam "sem eira nem beira".

É verdade que nas bermas ou beiral dos telhados das casas senhoriais são visíveis, com frequência, três níveis de telhas sobrepostas, permitindo que a cobertura se prolongue um pouco para o exterior das paredes, o que lhes confere alguma protecção, bem como às janelas e portas, da incidência da chuva. A 'Beira dos telhados' encontra-se já listada no 'Dictionarium Lusitanico Latinum'[54:c152] de Agostinho Barbosa (1589-1649), publicado em 1611. Encontra-se, também, no que é considerado ser o primeiro dicionário da língua portuguesa, o 'Vocabulário Português e Latino', de Raphael Bluteau (1638-1734), onde o autor incluiu no verbete 'Beira': *Beiras dos telhados. As extremidades das últimas telhas*[66:87]. Mais à frente, na letra T, no verbete 'Telhado', encontra-se incluso: *Beiras do telhado. As abas ou a sacada do telhado para lançar a água da chuva longe da parede*[72:69].

Figura 18 – Casarão na cidade de Penedo (Alagoas, Brasil) em que são visíveis os três níveis de tenhas na berma do telhado.

Todavia, nas obras antigas que consultámos não conseguimos encontrar o termo 'tribeira', nem sequer 'eira' referenciados a telhado. É certo que, no citado "Dictionarium Lusitanico (...)", de 1611, existe a expressão (*sic*): *Eyrado de casa, aliàs, patio*, que em latim corresponde a 'Area'. Aí consta também (*sic*): *Eyrado sobre as casas descuberto ao tempo*, com o equivalente em latim 'Solarium'[54:c419]. Todavia, estes derivados de 'Eira' significam espaços abertos, sem cobertura, portanto em oposição à conotação de eira como parte integrante do telhado.

Nas obras consultadas, dos termos da expressão relacionados com telhado apenas encontrámos o vocábulo 'Beira'. Por exemplo, no 'Dicionário' de Morais Silva / Bluteau (1789), diz-se no verbete 'Beira': *borda, ribanceira, do mar, do rio; margem, aba do telhado, as telhas que saem fora do corpo do edifício*[173:176]. Embora, nesta obra, haja referência directa a outras locuções que poderiam eventualmente estar relacionadas, com no verbete 'Telhado', em que se diz: *a obra de telhas que cobre a casa. § Ter telhados de vidro , i. e. defeitos , faltas. § A água do telhado , é uma parte dele com seu pendor particular*[174:448], não existe alusão directa à expressão 'sem eira, nem beira'. Porém, esta aparece de forma indirecta, curiosamente no vocábulo 'Certo', onde está incluso: *'Não ter casa certa', se diz do vagamundo sem eira nem beira*[173:377].

Atendendo ao exposto, parece-nos que a hipótese explicativa da expressão "sem eira, nem beira" tendo como base diferentes níveis de telhas da cobertura das casas não é suficientemente credível, tendo sido possivelmente avançada por alguém já em pleno século XX e depois propagada, sem a devida confirmação, por outros autores. Aliás, tal explicação não se coaduna com a expressão original, em que era acrescentado "nem ramo de figueira", que, como é óbvio, nada tem a ver com telhado.

Hipótese 2 - Referência às eiras utilizadas na agricultura

Segundo alguns autores, como Reinaldo Pimenta na sua "A Casa da Mãe Joana"[205], a origem da expressão "sem eira, nem beira" radicaria nas tradicionais eiras portuguesas onde se secavam e malhavam os cereais. Ter uma eira era sinal de riqueza e de prosperidade. Quem era efectivamente bastante pobre não tinha eira, nem sequer a sua beira, ou seja, não tinha nada.

Cândido de Figueiredo, no "Novo Diccionário da Língua Portuguesa", de 1899, define 'eira' como *Porção de terreno liso e duro, ou laje, em que se secam cereais e legumes, e em que se malham ou trilham e limpam. Lugar, anexo às fábricas de açúcar, para guardar as canas, antes de empregadas. Terreiro, em que se junta o sal, ao lado das marinhas*"[85:473]. O termo, derivado do latim, surge já na edição de 1570 do 'Dictionarium latino lusitanicum', de Jerónimo Cardoso, tanto na versão latim-português, com *Area, æ. A eira ou chão para fazer casas*[90:19v], como na versão inversa, com *Eira. Area, æ*"[90:38].

Para alguns autores, a beira da eira desempenhava uma função importante, pois que, como o produto da colheita estava aí, ao ar livre, para ser seca pelo Sol, a actuação do vento poderia transportar e dispersar os grãos pelos campos envolventes, pelo que seria de grande utilidade que a eira fosse rodeada por uma beirada com alguma altura. Tal não corresponde ao que, com frequência, existia nas eiras portuguesas, cuja berma mais não era que o remate dessa superfície plana, não havendo, em geral, elevação com grande expressividade. Com efeito, o vento transporta facilmente a palha mas não os grãos, pois que estes são mais pesados. Aliás, era prática atirar a palha ao ar para que o vento levasse parte dela, e os grãos, caindo, ficassem em maior concentração no solo.

Figura 19 – Eira comunitária de Piódão (Arganil, Coimbra, Portugal).

Assim, esta hipótese explicativa para a origem da expressão não nos parece ser suficientemente convincente, além de que não apresenta qualquer relação com a figueira existente originalmente: sem eira, nem beira, nem ramo de figueira.

Hipótese 3 – Corruptela derivada do castelhano

Outra hipótese interessante quanto à génese da expressão foi avançada, em 1908, pelo filólogo brasileiro João Ribeiro (1860-1934). Diz este investigador que, neste caso, em 'sem eira nem beira' ou 'sem eira nem leira', *deve haver a influencia da labial na amplificação que representa a segunda palavra: b por m*[222:283]. De facto, os aspectos relacionados com a sonoridade e com a simplificação da articulação das palavras tem importância primordial nas expressões populares, razão que leva a que nelas haja tantos termos rimantes, embora, por vezes, isoladamente, esses termos percam sentido.

Diz-nos João Ribeiro que *o essencial da locução é sem eira, que se diz da pessoa que nada tem, que é talvez derivado do epíteto arcaico «senlheira» (só, singular, solitária, solteira), sendo em castelhano ainda utilizado, com o mesmo sentido, o termo «señera».* Assim, é provável que *de senlheira (sen-l'eira, sen eira) se formasse a expressão com a forma sem eira aplicável à pessoa que não pode casar por não ter nada de seu*[222:284].

Esta hipótese é razoável, embora não permita explicar os outros termos da expressão (sem eira, nem beira, nem ramo de figueira), os quais, eventualmente, poderiam ter sido acrescentados devido à sua sonoridade e características rimantes.

Hipótese 4 – Referência a posse de terreno e casa

A expressão 'sem eira nem beira' tem uma variante menos conhecida que é 'sem leira nem beira'. Em ambos os casos o primeiro substantivo remete para a posse de um terreno: a 'eira', terreno plano de terra batida (ou empedrado ou revestido com qualquer material duro) onde os cereais ficam ao ar livre para secar; e 'leira', faixa de terreno cultivado. Em qualquer dos casos, remete para alguém que não é indigente, que tem algumas propriedades.

O segundo substantivo de 'sem eira nem beira' parece remeter para a beira ou beirada das casas, que Raphael Bluteau, no seu "Vocabulário", incluiu no verbete 'Telhado', em que se encontra incluso *Beiras do telhado. As abas ou a sacada do telhado para lançar a água da chuva longe da parede*[72:69]. Portanto, ter 'beira' significava ter casa. O pobre coitado que não tinha 'nem eira nem beira' não possuía quaisquer propriedades, nem sequer casa, ou seja, nada tinha de seu.

Como já referimos, a versão antiga desta expressão era 'sem eira nem beira nem ramo de figueira'. O terceiro termo parece ser um pouco mais enigmático: qual a relação do ramo de figueira com eira (remetendo para propriedades agrícolas) e com beira (aludindo a casa)? Alguns autores dão uma interpretação que parece ser credível: a expressão seria aplicada a alguém indigente, que não tinha nem casa sua, nem terrenos, nem sequer uma pernada de figueira onde, como Judas, se pudesse enforcar.

Como chama a atenção o filólogo brasileiro Manuel Said Ali (1861-1953), pode considerar-se que o sentido de toda a frase já está sintetizado logo na primeira parte (sem eira), o que tornaria dispensável todo o restante, e acrescenta que o valor da expressão *está simplesmente na rima, cujo papel reforçativo nos sugere a ideia de pobreza extrema*[37:21].

'Tarde piáste!'

Significado: agora é tarde; chegar tarde, intervir tardiamente, dizer alguma coisa passado o momento oportuno.

Origem: desconhecida; a tradição remete a origem para um episódio anedótico.

Provavelmente, a expressão tem origem latina, radicando talvez em 'sero venisti' (chegaste tarde). No entanto, não se sabe realmente como é que a interjeição 'tarde piaste!' apareceu.

Curiosamente, até finais do século XVIII, a forma utilizada era 'tarde piache', provinda do galego, a qual era também assim usada em castelhano, que frequentemente acrescentavam 'pajarito': 'tarde piache, pajarito!'. O facto da forma galega ser utilizada tanto em Portugal, como em Espanha, permite formular a hipótese de que a expressão se tenha originado na Galiza. Talvez que a locução se tenha divulgado na voz popular por o povo achar engraçada uma história contida num livro tardi-medieval, o 'Libro de Cetrería'[121].

Este livro, escrito por Evangelista de Carmona (ou Cartona) por volta de 1470, é uma paródia à arte da cetraria, ou seja, da caça com aves de rapina (falcoaria), em que o autor fala jocosamente dos pássaros de falcoaria, dos caçadores e dos seus esforços os manterem. Nesse 'Libro de Cetrería' diz-se dos milhafres (milhanos):

> [...] *ainda que não muito dotados, o querem parecer* [...]. *São aves de consciência e caritativos. Nunca os verão pôr as mãos em uma coisa viva, exceto nos pintainhos, e isso é pela pena que têm da galinha que os cria, que tem tantos que não os pode cobrir a todos com as asas, e saindo debaixo das asas os pintainhos andam frios. E vereis logo os milhafres acudirem onde os ouvem piar, recolhendo-os um a um. Colocam-nos no papo para os aquecer, e piam dentro do papo e, por esse motivo, se diz: '<u>tarde piache</u>'*[227].

É bem possível que tenha sido este texto jocoso a vulgarizar mais a expressão ''tarde piache', mas, na altura, como se depreende do que está escrito (*por esse motivo, se diz*), seria já uma frase popular. Ou seja, na realidade não sabemos quando nem porque começou a ser usada.

Outra origem que é por vezes apontada, também referida por João Ribeiro em 'Frazes Feitas', é de igual forma anedótica:

> *Um galego ou biscainho de uma ocasião comia ovos passados por água, ao engolir um dos ovos que não estava fresco, já na garganta piou um pinto. O biscainho fleumático atalhou: Tarde piache! E fez caridade igual á do milhano*[222:157].

Como referimos, sendo uma expressão muito antiga, é interessante a permanência da forma galega tanto em português como em castelhano. Em 1611, Covarrubias, no seu 'Tesoro de la Lengua Castellana' no verbete 'Piar' incluiu (sic): *Proverbio, Tarde piache* [em galego], *el q̃ no hablò con tiempo*[117:f587].

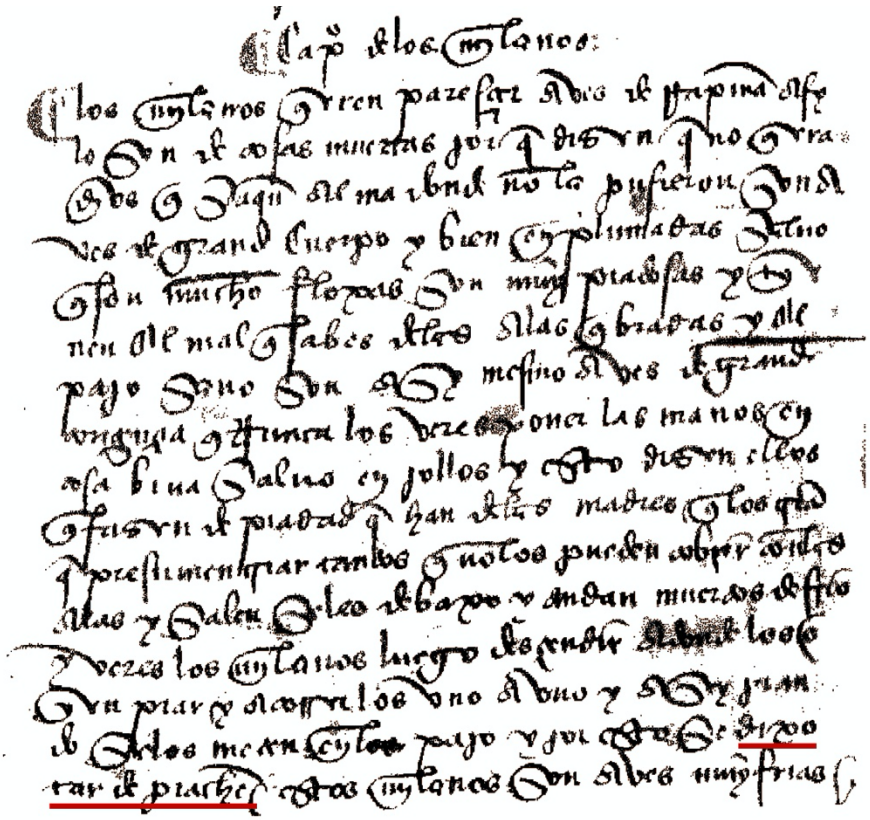


Figura 20 – Extracto de uma página do manuscrito 'Libro de Cetrería', de Evangelista, escrito *circa* 1470, em que o autor fala do milhafre (milano).

Aliás, foi assim que Cervantes, no 'D. Quixote de la Mancha', colocou a expressão na boca de Sancho Pança. Este rejeitava o posto de governador, pretendendo abandonar a corte e recuperar a liberdade campesina, pois que um pastor como ele não era dado a tantas leis e demais obrigações, bem como à fome que passava por determinação do seu médico (*sic*):

> *No hade ser assi señor Governador, dixo el Dotor Rezio, que yo le darè a vuessa merced una bebida contra caidas y molimientos, que luego le buelva en su pristina entereza, y vigor. Y en lo de la comida yo prometo a vuessa merced de emendarme, dexandole comer abundantemente de todo aquello que quisiere. Tarde piache, respondiò Sancho: assi dexarè de irme como bolverme*[108:f305].

Também em Portugal, como referimos, a forma retida foi a galega. Na literatura era assim que era usada. Por exemplo, Jorge Ferreira de Vasconcelos, na 'Comédia Ulissipo' (de 1561), no acto 5, cena 8, numa conversa entre criados, Fragoso diz para Barbosa (*sic*):

> *Mas sabeis de que vem tambem soceder tudo aos homens pelo contrario de sua ordenança? De não se entregarem à vontade de Deos, & quererem que lha faça elle segundo o pretendem.* [...] *E aveis de ter por sem duuida que o que elle faz he o melhor: o respeito não vos mateis pelo saber, porque como disse o Galego, tarde piache. Vedes vos isso? Essa he a causa porque me não mato por cousa algũa: bem casei, mal casei, tudo vem a hum conto*[262:f277].

É assim que está elencada no 'Florilégio dos modos de falar e adágios da língua portuguesa' (1655), onde Bento Pereira incluiu 'tarde piache'[197:122] na parte dedicada aos 'principais adágios portugueses'. É também assim que Raphael Bluteau, no 'Vocabulário Português e Latino' (1721), o

inclui no verbete 'Tarde', nos 'adágios portugueses do Tarde': *Tarde piache; diz-se de quem por tardar fica frustrado*[72:52]. Também é assim que Morais Silva a reproduz no 'Dicionário da Língua Portuguesa' de 1789 (*sic*): '*Piache', do Italiano 'Piace', i. e. appraz, agrada; dizemos 'tarde piache', i. e. já não he tempo, perdeste a occasião* [...][174:199]. O mesmo acontece, em geral, nos dicionários do século XIX, em que a locução está associada ao termo 'piache' mas não a outros, como 'piar' 'piaste' ou tarde. Referimos, entre esses dicionários, o 'Tesouro da Língua Portuguesa' (1854), de Domingos Vieira, e o 'Dicionário de Morais Silva (1858). Portanto, 'piache' manteve-se como vocábulo dicionarizado pelo menos até meados do século XIX.

Curiosamente, o termo 'piache' desaparece dos dicionários do final do século XIX, tal como a locução 'tarde piache', que não é substituída por 'tarde piaste'. Tal acontece designadamente nos conhecidos dicionários de Caldas Aulete (1881) e de Cândido de Figueiredo (1899). Só volta a regressar em dicionários mais recentes sob a forma de 'tarde piaste'.

É normal que os dicionários só integrem os vocábulos *a posteriori*, depois de terem sido assimilados pela população. Só assim se pode entender a manutenção, durante muito tempo, da expressão 'tarde piache!' e do vocábulo respectivo, quando já estava aparentemente a ser substituída por 'tarde piaste!'. Com efeito, em 1848, Perestrelo da Câmara, na 'Colecção de provérbios, adágios, (...)' incluía já *Tarde piaste (Diz-se de quem chega tarde, de quem já não se apresenta a tempo de conseguir o objecto em questão, de reclamar, etc.)*[79:211], e a locução, com esta grafia, era assim utilizada na imprensa escrita. Por exemplo, numa crónica publicada a 30 de Abril de 1875 na 'Revista Ocidental' (dirigida por Antero de Quental, Jaime Batalha Reis e Oliveira Martins) o autor (P. de Oliveira) escreve já no final:

> [...] *a asserção cada vez mais provada, de que a vida parlamentar constitucional portuguesa é uma ficção. Dá por isso vontade de rir quando se lê, como se leu nesta quinzena, em certos jornais, a notícia de que D. Miguel, que se diz segundo, e pretende vir a ser pretendente á coroa portuguesa, seguira os conselhos do padre-mestre Saraiva que seguira os de Cabrera e ia lavrar uma constituição. Tarde piaste!*[25:746].

Se a expressão 'tarde piaste' acabou genericamente por ser integrada no léxico da língua portuguesa, a velha forma galega 'tarde piache' continuou a ser usada ainda durante muito tempo pela população de regiões mais remotas. Por exemplo, já em 1933, era ainda utilizada em Trás-os-Montes, como é comprovado por uma recolha etnográfica aí então efectuada e publicada na 'Revista Lusitana (dirigida por Leite da Vasconcelos)[31:159].

‘Traz água no bico’

Significado: que levanta suspeitas, com segundas intenções,

Origem: provavelmente porque a proa é por vezes também designada por bico do navio.

A hipótese expendida pelo filólogo brasileiro João Ribeiro (1860-1934), no seu livro “Frazes Feitas”, de 1908, que *a frase vem de outra mais extensa e que é um prenuncio e aforismo da antiga astrologia prática: ‘Lua com circo* [halo] *traz água no bico’*, ou seja, a locução não aludiria bico de um pássaro mas sim a um dos bicos formados pela Lua quando está em quarto crescente ou minguante.

Porém, Orlando Neves, no ‘Dicionário das Origens das Frases Feitas’, defende outra hipótese, porventura mais credível, segundo a qual a locução teria origem linguagem naval: *O bico de uma embarcação é* (...) *a sua proa. Usado isoladamente ou, outras vezes, “bico de proa”. Assim se designa, realmente, a parte mais avançada de um navio... Ora, quando, em linguagem da marinha, se diz que se “navega com a água no bico”, isso quer dizer que se navega contra a corrente, em situação de perigo que não permite prever o que pode suceder, isto é, eventualmente, um golpe traiçoeiro do mar*[184].

Tanto quanto conseguimos averiguar, só tarde a expressão entrou nos dicionários portugueses. Não a encontrámos no ‘Vocabulário’ de Bluteau; só a detectámos mais tarde, no ‘Dicionário’ de 1789, de Morais Silva / Bluteau, em que, no verbete ‘Bico’, está incluso: *Dizemos que alguma coisa traz água no bico, querendo significar que encerra mais do que mostra à primeira face*[173:181].

Porém, a expressão já era utilizada muito antes. Por exemplo, na obra setecentista (embora só tenha sido publicada em 1875) ‘Feira de Anexins’, de Francisco Manuel de Melo (1608-1666), em que as expressões metafóricas são apresentadas sob forma de diálogo, pode lêr-se:

> *— Ora porque não a quis contar você?*
> *— Isso traz água no bico.*
> *— Porque o senhor lho não fosse logo meter no bico.*
> *— Que pássaro de bico revolto é esse de que se receia?*
> *— É um taralhão assim como você; mas eu não sou pardal de bico amarelo*[163:154].

'Troche-moche'

Significado: sem ordem; de forma confusa, a esmo, atabalhoadamente; equivalente a 'a torto e a direito' e a 'ás três pancadas'

Origem: do castelhano 'a troche y moche'

É claramente uma expressão que nos chegou do castelhano, estando em Espanha já dicionarizada em 1604, no 'Diccionario muy copioso de la lengua española y francesa'[196], de Jean Pallet, onde consta: *A troche y moche, A travers & à droit, sans consideration*[196]. Em 1611, Covarrubias Orozco (1539 – 1613), no '*Tesoro de la Lengua Castellana*', é mais informativo. Diz o autor: *Trochemoche. Este termino se usa para reñir a uno, quando sin orden, y sin concierto, dize o haze alguna cosa desbaratada: y està tomada la metafora del que yendo a cortar leña al monte, no atendiendo a las leyes de ha corta, desmocha las encinas sin dexar guia y pendon, y lo demas que se manda, y aun no contento con esto, corta la encina por el pie que aquello llama trochar, id est, tronchar, y el mochar, demochar, de donde vino el modo de hablar a trochemoche*[117:55].

É uma locução bastante antiga, recorrente na literatura, designadamente na espanhola. Miguel Cervantes (1547-1616), na segunda parte do 'Don Quixote de La Mancha', de 1611, escreveu (tradução livre):

> *Milagres, ou não milagres, disse Sancho, cada um olha como falam, ou como as pessoas escrevem, e não coloca a primeira coisa que vem à mente ao troche moche*[108:f181].

Sobre esta alocução, diz o filólogo brasileiro João Ribeiro (1860-1934), em "Frazes Feitas", de 1909, que *troche* [deriva] *de trochar, tronchar, truncare (trunculare ou trunciare)* (...) *o que está privado de qualquer membro*; por outro lado, *moche é* [vem do] *o verbo mochar derivado de mutilare e significa desmondar, cortar os ramos ás arvores, podar; diz-se boi mocho (sem cornos) e mocho (cadeira de pés curtos ou cortados).* Portanto, *A troche e moche quer dizer, abrindo caminho, torcendo e cortando estórvos ou obstáculos, ramos e troncos, e por tanto : sem consideração, irrefletidamente, e com sacrifício do que existe ou se depara*[222:70]. Ribeiro converge assim com o que Covarrubias já tinha expresso em 1611.

Em Portugal a alocução só entrou nos dicionários mais tarde. Foi incluída por Joseph Marques no 'Novo Diccionario das Linguas Portugueza e Franceza', de 1758, onde consta: *Faire une chose a boulevue, Fazer huma cousa a trochemoche*[159:107]. Foi também contemplada, pelo mesmo autor, no 'Novo diccionario das linguas portugueza e franceza', de 1764, onde se explica que *Troche-moche, val o mesmo que a torto, e direito, confusamente, e sem ordem*[160:736], seguindo-se a tradução em francês. A expressão foi também incluída nas 'Infermidades da Lingua' que Manoel Joseph de Paiva (1706-*c.*1781) publicou em 1759, onde o autor diz que *A lingua já não he minha escrava. Fará nisto* [o leitor] *o que quizer: mas por meu voto , se quizer não ter borbulhas, evite as palavras seguintes*, e no extenso rol que apresenta está também contemplada a locução *trouxe mouxe*[195:147].

Uma das questões associadas à expressão 'troche moche' é a forma como deve ser escrita. A maioria dos autores parece preferir a forma como a grafámos, ou unida por um hífen, ou mesmo aglutinada numa única palavra, até porque é mais consonante com o original espanhol 'troche y moche' ou 'trochemoche', como consta, por exemplo, na décima edição do 'Diccionario de la Lengua Castellana', producido pela Real Academia Española em 1852: *Trochemoche ó á troche y moche. Disparatada e inconsideradamente*[215:691].

Foi esta a forma, com hífen, escolhida pelos *três literatos nacionaes* que, em 1819, elaboraram o '*Diccionario Geral da Lingoa Portugueza de Algibeira*': *Troche-moche, a torto, e direito, confuzamente*[255:929].

Foi esta a grafia utilizada por Ramalho Ortigão (1836-1915) na '*Litteratura d'Hoje*', de 1866, em que num texto sarcático que tinha em mira António Feliciano de Castilho, diz:

> *O editor Pereira não podendo acudir a tudo com a sua atarantada solicitude de presidente da companhia editora, enceira e avia a troche-moche para cada freguezia do reino e ilhas, um milhão d'exemplares das traducções do snr. Castilho*[191:16].

Outros dicionaristas preferem a forma aglutinada, como se verifica no 'Novo Diccionario da Lingua Portugueza', de 1806 (*Trochemoche. A trochemoche (T. baixo* [minúsculo]*) Sem ordem*[10:n/p]), no 'Thesouro da lingua Portugueza', de meados do século XIX, de Domingos Vieira (1775-1857) (*Trochemoche, termo usado na locução adverbial: A trochemoche; confusamente, sem ordem*[270:830]), e no 'Diccionario da Lingua Portugueza' de Morais Silva (1755-1824), de 1789 (*Trochemoche, a trochemoche, adv., chulo, confusamente, sem ordem*[174:494]).

Porém, em português, a locução aparece escrita das mais variadas formas. Por exemplo, na 'Collecção de proverbios, adagios, rifãos (...)', de Paulo Perestrelo da Câmara (1810-1854), publicada em 1848, surge como *A trouche-mouche*, dizendo-se que é *A torto e a direito, sem selecção*[79:227].

Esta grafia, embora sem hífen, tinha sido já utilizada, entre outros, por Francisco Xavier de Oliveira (1702-1783) nas suas 'Cartas Familiares (...), publicadas em 1741, que na Carta X, para o Padre Joseph Augusto, diz a certa altura:

> *A Princesa Porcia me poz a assar, querendo-me fazer deytar os bofes pella boca fora, porem como eu vi que a Princesa de Valaquia gostava do debate, tomey a peito a obrigaçao de divertila, e a trouche mouche fui dando conta de mim, conciderando sempre em que tinha bem para peras*[188:92].

Caldas Aulete (1823-1878) e colaboradores, no 'Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza', de 1881, apresentam a locução como *Trouxe-mouxe, palavra composta usada na loc.: A trouxe-mouxe, que significa a esmo, de envolta, sem ordem*[51:1812].

Esta tinha sido também a forma utilizada, por exemplo, por Augusto Sarmento (1835-???) no conto 'Pela calha ou pela malha', integrado nos 'Contos ao Soalheiro', de 1876, em que está escrito:

> *Por trás do balcão duas prateleiras de castanho, talvez pertenças de algum antigo convento das vizinhanças, sustentavam a trouxe-mouxe a minguada baixella da casa, alguns massos de cigarros, um boião de rapé, duas caixas de charutos* (...)[242:210].

Também Aquilino Ribeiro (1885-1963) utiliza esta forma de escrever a locução no romance 'A Via Sinuosa', de 1818, em que diz:

> *Foi me passando os livros mutilados que, a trouxe-mouxe, restituí às prateleiras*[221:33].

Já Cândido Figueiredo (1846-1925), no 'Novo Diccionário da Língua Portuguesa', de 1899, escreve a locução como *Troixe-moixe, loc. adv. Em desordem; atabalhoadamente (De troixa)*[86:651], definindo 'troixa' como *fardo de roupa; grande pacote*[86:654].

Foi este modo de escrever que Alice Sampaio (1927-1983) utilizou no romance 'A Cidade sem Espaço', de 1961:

> *As comidas mal-amanhadas da tia Clara e os seus gritos de fúria, as bebedeiras do pai, sempre a falar sozinho e a pregar mapas nas paredes, as judiarias dos irmãos, o frio infiltrando-se, peganhento, pelas portas e vidros partidos das janelas, tudo isso lá estava também, esqueletos vestidos à troixe-moixe com esquisita e original beleza*[233:48].

Porém, o dicionário de Cândido Figueiredo lista outra variante, *Trôxe-môxe*, que diz ser *o mesmo que troixe-moixe*[86:654]. Também Perestrelo da Câmara, no suplemento à 'Collecção de proverbios (...)', inclui essa variante: *Trôxe-môxe (De envolta, confusamente, a torto e a direito, sem selecção)*[79:286].

Essa forma de escrever a alocução já tinha sido utilizada por vários autores, entre os quais Filinto Elísio (1734-1819), pseudónimo de Francisco Manuel do Nascimento, que no poema intitulado Debique, publicado na sua obra completa, de 1818, diz (*sic*):

> *E inda os que máis graúdos se espanejão,*
> *Não sabem o que lêm, que não comprendem*
> *A allusão d'este ditto, a fôrça, o chiste*
> *Daquella phrase, ou da accépção genuina*
> *Dês termos máis correntes. Lêm Molière,*
> *La Fontaine, e jejúão da finura,*
> *Que encérra a vóz, que lêm a trôxe môxe*[120:141].

Por vezes, a expressão é escrita de forma mista. Foi este modo o utilizado por Paulo Midosi (1821-1888) no artigo 'Julgamentos com jurados' que em 1878 escreveu para 'Gazeta Jurídica', onde diz:

> *Os jurados que estavam presentes erão 13. Realmente, recusados 3, seria difficil saber a quem caberia a sorte! Com pautas destas - é desadorar da instituição , que, como todas as cousas serias deste paiz, é tratada a trouxe mouche!*[168].

Aliás, mais recentemente, vários autores utilizaram a forma mista (com ou sem hífen), como é o caso, por exemplo, do jornalista José António Saraiva (1948-...), que no seu livro 'Política à Portuguesa', de 2007, escreveu:

> *Por um lado, levou a que a descolonização se fizesse a trouxe-mouche, com o regresso atabalhoado das tropas portuguesas a Lisboa, o que teve custos gravíssimos para as antigas colónias*[239:280].

Também António Lobo Antunes (1942-...) utiliza a mesma forma no seu romance 'Da Natureza dos Deuses', de 2015:

> (...) *trotando de plataforma em plataforma, com a camisa fora do cinto e a gravata a trouxe mouche* (...)[45].

Independentemente da forma de escrever (troche moche, trochemoche, Troixe-moixe, Trôxe-môxe, trouxe mouche), alguns autores advogam teorias complementares para a origem desta expressão. É o caso do livro '*Dichos y Frases Hechas', de* José Calles Vales e Belén Bermejo Meléndez, publicado em 2000, em que os autores, embora reiterando a acima aludida interpretação de Covarrubias, de 1611, pois que referem que 'troche' vem de cortar (dividir algo em pedaços) e

'moche', de mochar (remover ou arrancar a parte superior de algo), dizem que a expressão foi criada no século XV, quando Isabel, a Católica (1451-1504), ordenou que fossem cortadas as torres dos castelos dos nobres que repetidamente lhe desobedeciam, adquirindo, neste contexto, a acepção de uma acção que é realizada de maneira absurda e irracional[256].

Por outro lado, recentemente, o arabista Federico Corriente (1940-2020) formulou a hipótese de que a locução troche moche derive do andalusí (o árabe peninsular), da expressão *tuǧíb ma waǧáb,* que significava 'ponha as condições que ponha', numa referência à esposa que pretende ter acesso ao divórcio[111].

‘Tudo como dantes no quartel d'Abrantes’

Significado: não há nada de novo; continua tudo na mesma. Expressões equivalentes: ‘nada de novo na frente ocidental’, ‘a Oeste nada de novo’, ‘é o mesmo ram-ram’.

Origem: a expressão parece derivar de acontecimentos ocorridos durante a primeira invasão francesa.

Tal como várias outras expressões populares (e.g., ‘ir para o maneta’, ‘ficar a ver navios’, ‘à grande e à francesa’), também esta está associada às invasões francesas, sendo dita com algumas pequenas variantes, entre as quais ‘está tudo como dantes no quartel d’Abrantes’ e ‘tudo como dantes, quartel-general em Abrantes’,

Como é sabido, Napoleão Bonaparte (1769 - 1821), que fora eleito 1.º Cônsul em 1799, e Imperador em 1804, no auge das vitórias das suas campanhas militares, tinha domínio directo ou indirecto sobre toda a Europa, faltando-lhe apenas derrotar a Inglaterra. Como forma de vergar esta potência, Napoleão decretou o ‘Bloqueio Continental’, isto é, o encerramento dos portos da Europa continental ao comércio com a Inglaterra. Como Portugal não cumpria este bloqueio, Napoleão deu um prazo (30 de setembro de 1807) para que este país aderisse ao bloqueio, declarasse guerra à Inglaterra e confiscasse dos bens dos cidadãos ingleses aqui residentes. Porém, Portugal não podia obedecer a esse ultimato, designadamente porque estava comprometido com Inglaterra através de uma velha aliança, e porque a economia portuguesa estava dependente dos bens que lhe chegavam das possessões ultramarinas, e os mares eram dominados pela ‘Royal Navy’.

Como forma de obrigar Portugal a cumprir com o Bloqueio, Napoleão decidiu invadir Portugal. Assim, um exército comandado pelo general Jean-Andoche Junot (1771 – 1813), tendo como prioridade a chegada a Lisboa e o aprisionamento da família real. A 17 de Novembro de 1807, em marcha forçada, o exército francês entrou em Portugal pelo vale do Tejo, que era o caminho mais curto para chegar a Lisboa e onde presumivelmente haveria menor resistência. Porém, as condições meteorológicas eram adversas: nevava nas serras espanholas e chovia muito nas Beiras, provocando cheias nos rios, o que muito dificultando a travessia dos cursos de água pelas tropas e, principalmente, pelos canhões. Só a 23 de novembro de 1807 é que a vanguarda do exército francês entrou na vila de Abrantes, de forma dispersa, desordenada, com os militares famintos, rotos, sem poder sequer utilizar as munições, que estavam molhadas. Junot, com a elite da 1.ª Divisão de Infantaria, chegou no dia seguinte, e aí instalou o seu quartel-general. Daqui, Junot expediu dois mensageiros anunciando ao Governo a sua chegada próxima. Foi esta notícia da presença francesa em Abrantes, a menos de 150 km de Lisboa, que acelerou o embarque da família real para o Brasil.

Junot permaneceu em Abrantes apenas um par de dias, para que as forças pudessem retemperar forças e para aguardar por grande quantidade de militares que se tinham atrasado devido à arrasadora travessia da Beira Baixa, bem como para se preparar para a difícil marcha através dos campos inundados do Ribatejo. Mais tarde, a 6 de Abril de 1808, Napoleão viria a conceder o título de Duque de Abrantes a Junot. A vila permaneceu sob ocupação francesa até 17 de Agosto, quando foi reconquistada por forças portuguesas. Quando, na população, se perguntava como iam as coisas,

que notícias havia da situação no país, a resposta era invariavelmente: 'Tudo como dantes: quartel-general em Abrantes'.

Segundo uma outra versão, apenas ligeiramente diferente, o dito teria tido origem na situação em que, na altura, se encontrava o país. O príncipe-regente dom João VI e toda a corte portuguesa fugiram para o Brasil, pelo que Junot general encontrou o país praticamente sem governo. Teria sido a tranquilidade com que ele tomou conta do país, quase sem resistência (pelo menos na fase inicial), que, quando se perguntava como iam as coisas, recebesse a resposta irónica: 'Está tudo como dantes no quartel d'Abrantes ...'

Como referimos, há várias variantes sobre a possível origem da expressão. Uma outra liga-a ao período de resistência à dominação francesa. Como é sabido, quase sem resistência, Junot chegou a Lisboa pelas 9 horas da manhã do dia 30 de Novembro, tendo assumido a regência em nome do imperador Napoleão. As primeiras insurreições parecem ter surgido logo nesse dia, quando o general mandou içar a bandeira francesa no castelo de S. Jorge, as quais foram violentamente reprimidas. Mas, em Junho de 1808, ocorreram as primeiras revoltas significativas, primeiro no norte, mas depois propagando-se por todo o país. Foi um processo moroso, que terá levado muitos portugueses a perguntarem sobre o estado da rebelião, com a resposta habitual: 'Tudo como dantes, quartel general em Abrantes'. O movimento de resistência viria a ser fortalecido com o desembarque de forças inglesas na baía de Vagos, comandadas pelo general inglês Arthur Wellesley (futuro duque de Wellington), a 6 de Agosto. O quartel e a vila de Abrantes acabaram por ser reconquistados, a 17 de Agosto de 1808, por forças portuguesas.

Uma outra hipótese ligeiramente diferente foi formulada por Ladislau Batalha (1856-1939) em 'História Geral dos Adágios Portugueses'. A acção decorreria já durante a terceira invasão francesa (Julho de 1810 a Abril de 1811), comandada pelo marechal André Massena (1758-1817), que a certa altura teria posto cerco à praça militar de Abrantes. Porém, apesar das dificuldades sentidas, a guarnição local defendeu-se com denodo. E ter-se-á escutado pelo reino o célebre 'Tudo como dantes, Quartel General em Abrantes', pois a vila continuava incólume.

Não obstante as diferentes variações sobre a origem da locução, o denominar comum são as invasões francesas. Por outro lado, 'tudo como dantes' é uma expressão muito antiga, sendo possível que 'quartel de Abrantes' lhe tenha sido aditada apenas por razões de consonância.

Origem das figuras:

Figura 1 – "Junot Protegendo a Cidade de Lisboa": extraída do web site do Instituto Mukharajj Brasilan, Rio de Janeiro

Figura 2 – Capas dos discos 'A banda', de Chico Buarque de Hollanda, e 'Ilusão à toa', de Gal Costa.

Figura 3 – Torre sineira da Sé do Funchal: imagem adaptada de 'Notícias do Funchal' (26.Fev.2018), foto de Rui Marote.

Figura 4– Pauta da 'La Cachucha': extraída de Legnani (s/d) [150].

Figura 5 – O rebocador "Dom Luiz": fotografia extraída de 'Rebocador "Dom Luiz" do porto de Lisboa ' do blogue 'Navios à vista', de Rui Amaro."

Figura 6– Vista do Palácio do Alfeite em 1858, ainda em construção. Extraído de 'Archivo Pittoresco', n.º 27 de 1858[22:212].

Figura 7 - Miradouro do Alto de Santa Catarina: fotografia extraída de 'Miradouro de Santa Catarina' no web site Lisbonlux.

Figura 8 – O general Louis Henri Loisson: imagem extraída do web site do "Musée National dês châteaux de Malmaison et Bois-Préau"

Figura 9 – Lisboa no século XVI: adaptado de Castilho (1879)[101].

Figura 10 – O Real Hospital de Todos-os-Santos, num painel de azulejos: imagem extraída da web page 'Real Hospital de Todos-os-Santos' o web site do Museu de Lisboa – Palácio Pimenta.

Figura 11 – Planta topográfica da 'Ilha' em que estava edificado o Hospital Real de Todos os Santos, de Dezembro de 1750: extraída da peça cartográfica referida[190].

Figura 12 – Extracto do 'The Boston Morning Post', de 23 de Março de 1839: extraído de Metcalf (2011)[167].

Figura 13 - Vista das instalações da Fazenda Santa Clara: fotografia extraída de 'Santa Rita de Jacutinga: Fazenda Santa Clara e Cachoeira Santa Clara', de Tatiane Dias (27 de janeiro de 2014), do web site 'Por aí e por aqui'

Figura 14 – Rosa dos ventos do Atlas Catalão (c.1375).

Figura 15 – Planta de Lisboa em 1874. Extraído de Vieira da Silva (1940)[246]

Figura 16 – Coroação de Hugo Capeto, com o seu manto azul: extraído de Wikipédia.

Figura 17 – A Virgem dos Rochedos, de Leonardo da Vinci: extraído de 'Leonardo da Vinci's Virgin of the Rocks', de Will Gompertz, no web site BBC News (9 November 2019).

Figura 19 – Eira comunitária de Piódão (Arganil, Coimbra, Portugal): fotografia extraída de 'Eira, Piódão' no web site 'Aldeias Históricas de Portugal'

Figura 20 – Extracto de uma página do manuscrito 'Libro de Cetrería': extraído do web site da Biblioteca Nacional de España (Mss/21549)

Referências bibliográficas

[1] - ---------- (1668) – *Academia dos Singulares de Lisboa*. Tomo II. [8f] + 425f.,Officina de Henrique Valente de Oliveira, Lisboa.

[2] - ---------- (1668) – *Gazeta do Rio de Janeiro*. N.º 15, Quarta feira 2 de Novembro. 4p., Impressão Régia, Rio de Janeiro.

[3] - ---------- (1756) – *The Gentleman's Magazine*. N.º26, for May 1756, pp. 209-264, printed by D. Henry and R. Cave, London.

[4] - ---------- (1758) – *Alvará de confirmaçãõ da Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Dado em Belém, a dez de Setembro de mil setecentos sincoenta e seis. 35p., Lisboa.

[5] - ---------- (1758) – *The Century Magazine*. Vol. XLVIII, n.º 6 (October, 1864), pp.803-960, New York, NY, U.S.A.

[6] - ---------- (1773) – *Alvará com força de Lei* (...) *obviando as dúvidas, e confusões, que tem occorrido* (...) *He servido declarar a competencia da Arrecadação, e Administração do Subsídio Litterario entre a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, e os Provedores, e Ouvidores das Comarcas* (...). 16 de Dezembro de 1773. 6p. In: Collecção das leys, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado delrey fidelissimo D. José I (...) desde 31 de Julho de 1769 até 7 de Abril de 1775. [586p.], na Regia Officina Typografica, Lisboa.

[7] - ---------- (1787) – *Theatro Comico Portuguez ou collecção das operas portuguezas que se reprefentárão na Casa do Theatro Público do Bairro Alto de Lisboa*. Quarta impressão. Tomo Primeiro. 426p., Ofic. de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa.

[8] - ---------- (1789 [1603]) – *Collecção da Legislaçaõ Antiga e Moderna do Reino de Portugal*. Parte II, Tomo I. [Ordenações e Leis do Reino de Portugal publicadas em 1603. Livro Primeiro]. XIVp. + 475p. + 29p., Real Imprensa da Universidade, Coimbra.

[9] - ---------- (1790) – *Foral de Lisboa*. 79p., Offic. De Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa.

[10] - ---------- (1806) – *Novo Diccionario da Lingua Portugueza, Composto sobre os que até ao presente se tem dado ao prelo* (...). [n/p], Typografia Rollandiana, Lisboa.

[11] - ---------- (1816) – *Diario de Madrid.* Sábado, 3 de Agosto de 1816, n.º 216, pp.145-148.

[12] - ---------- (1816) – *Gazeta de Lisboa*, nº120 (terça-feira, 21 de Maio), Impressão Régia, Lisboa.

[13] - ---------- (1825) – *Gazeta de Lisboa*, nº228 (Quarta Feira, 28 de Setembro), pp.943-946, Impressão Régia, Lisboa.

[14] - ---------- (1825) – *Gazeta de Lisboa*, nº250 (Segunda Feira, 24 de Outubro), pp.1033-1036, Impressão Régia, Lisboa.

[15] - ---------- (1830) – *Gaceta de Madrid*. Sábado 4 de Setiembre de 1830, n.º 107, pp.437-440.

[16] - ---------- (1835) – *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das Camaras Legislativas. Appendice á Terceira Série*. 82p., Imprensa Nacional, Lisboa.

[17] - ---------- (1835) – *O ecco: jornal crítico, litterario e político*. n.º 10, de 4 de Setembro de 1835.

[18] - ---------- (1837) - *O Eco, Jornal Crítico, Literário e Político*. Typografia de A. S, de Bulhões, Lisboa.

[19] - ---------- (1838) – *Revue et Gazette Musicale de Paris*. Cinquième Année. 536p., Bureau d'Abonnement, Paris.

[20] - ---------- (1845) – *A Carranca. Periodico politico-moral-satyrico-comico*. N.º 51 (10 de Dezembro de 1845), impresso por Geraldo Correia Lima. Typographia da Uniaõ, Recife.

[21] - ---------- (1851) – O Patriota. N.º 2069, 24 de Março de 1851, Typografia Manoel de Jesus Coelho, Lisboa.

[22] - ---------- (1857/1858) – *Archivo Pittoresco. Semanario Illustrado*. 1.º Anno. 412p., Castro, Irmão & C.ª, Lisboa.

[23a] - ---------- (1865) – *Annuario do Archivo Pittoresco*, n.º 18, Junho de 1865, pp.137-144, Typographia de Castro Irmão, Lisboa.

[23b] - ---------- (1866) – *Annuario do Archivo Pittoresco*, n.º 36, Dezembro de 1866, pp.281-288, Typographia de Castro Irmão, Lisboa.

[24] - ---------- (1868 [1867]) – *Codigo Civil Portuguez, approvado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867*. Segunda edição oficial. XIVp. + 424p., Imprensa Nacional, Lisboa.

[25] - ---------- (1875) - *Revista Occidental*. Tomo I. 768p., Escriptorio de la Revista Occidental, Lisboa.

[26] - ---------- (1880) – *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1826. Actos do Poder Executivo*. 76p., Typographia Nacional, Rio de Janeiro.

[27] - ---------- (1885) – *Pontos nos ii*. n.º 8 (27 de Junho de 1885), pp.57-64, Lithographia Guedes, Lisboa.

[28] - ---------- (1886) – *A Evolução. Órgão conservador*. N.º 71, Domingo, 28 de Março de 1886, Rio de Janeiro.

[29] - ---------- (1886) – *A Evolução. Órgão conservador*. N.º 89, Domingo, 18 de Abril de 1886, Rio de Janeiro.

[30] - ---------- (1891) – *Collecção das Leis do Brazil de 1808. Actos do Poder Executivo*. Volume 1, 177p., Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.

[31] - ---------- (1933) - *Revista Lusitana. Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*. Volume XXXI. Livraria Clássica Editora, Lisboa.

[32] - ---------- (1977) – *Decreto-Lei n.º 496/77: Introduz alterações ao Código Civil*. Diário da República n.º 273/1977, de 1977-11-25, 1º Suplemento, Série I, pp.2818(1)-2818(50), Imprensa Nacional, Lisboa.

[33] - ---------- (1982) – Portaria n.º 1080/82 [Aprova o Estatuto da Denominação de Origem Controlada (DOC) Douro]. *Diário da República* n.º 266/1982, Série I de 17 de Novembro, pp.3792-3796, Lisboa.

[34] - ---------- (2015 [11??]) – *El Cantar de Mio Cid*. [94p.], versão electrónica publicada em 2015 no web site CJPB - Caja de Jubilaciones y Pensiones Bancarias de Uruguay.

[35] - Academia Real das Sciencias de Lisboa (1793) - *Diccionario da Lingoa Portugueza*. Tomo primeiro. CCp. + [4p.] + 543p.. Officina da mesma Academia, Lisboa.

[36] - Alegre, Manuel (2004) – *Rafael*. 264p., Publicações Dom Quixote, Lisboa.

[37] - Ali, M. Said (1930) – *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*. 234p., Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro.

[38] - Altuna, Pedro López de (1637) – *Primera parte de la coronica general del Orden de la Santissima Trinidad Redencion de Cativos*. [10p.] + 637p. + [14p], Diego Diez, Segovia.

[39] - Andrade, Jerónimo José Nogueira de (1815) – Descripçaõ do estado em que ficavam os negocios de Mossambique nos fins de Novembro de 1789, &c. Escripta em 1790, por Jeronimo Joze Nogueira de Andrade (continuação). *In: O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literario, Politico, &c*. n.º XLIX (n.º 1, Vol. XIII), Julho 1815, pp.36-47, Impresso e publicado por T. C. Hansard, Londres.

[x40] - Andrade, Mário de (2013 [1930]) – Amar sem ser amado, ora pinhões! *In:* Mário de Andrade, *Poesias completas*, Volume 1, 616p., Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

[41] - Anónimo (1623) – *Chronica do Cõdestabre de Portvgal Dom Nvnalvrez Pereyra principiador da Casa de Bragança* (…).[3f.] + 73f., Antonio Alvarez, Lisboa.

[42] - Anónimo (1650) – *Les Entretiens mysterievx des trois princes en cage dans le bois de Vincenne, sous les figures du Lyon, du Regnard, & du singe*. Dialogve. 18p., [Claude Boudeville, Paris].

[43] - Anónimo (s.d. [1748]) – *Relaçam do monstruoso peixe, que nas prayas do Tejo appareceo em 16 de Mayo deste presente anno de 1748*. [8p], [Manoel da Conceição livreiro, Lisboa].

[44] - Anónimo [José Freire Monterroio Mascarenhas?] (1716) – *Prodigiosas Appariçoens & Successos Espantosos vistos no presente anno de 1716*. 12p., Officina de Pascoal da Sylva, Lisboa.

[45] - Antunes, António Lobo (2015) – *Da Natureza dos Deuses*. 576p., Publicações Dom Quixote, Lisboa.

[46] - Arago, Jacobo (1939) – Zambalah - La Cachucha - Bailes. Diversiones de los negros. *Revista de Madrid*, Tomo III, pp.100-210 [110], Oficina de Don Tomas Jordan, Madrid.

[47] - Assis, Machado de (1870) – Linha Recta e Linha Curva. *In: Contos Fluminenses*, pp.221-294, H. Garnier, Livreiro-Editor, Rio de Janeiro / Paris.

[48] - Assis, Machado de (1870) – Médico é Remédio. *In: A Estação. Jornal Illustrado para a Familia*, XIIª anno, n.º 20 (30 de Outubro) + n.º 21 (15 de Novembro), Lombaerts & Comp., Rio de Janeiro.

[49] - Assis, Machado de (1870) – Primas de Sapucaia! *In: Historias Sem Data*, pp.131-146, B. L. Garnier, Rio de Janeiro.

[50] - Aulete, F. J. Caldas e colaboradores (1881) – *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza*. Primeiro volume. 1008p, Imprensa Nacional, Lisboa.

[51] - Aulete, F. J. Caldas e colaboradores (1881) – *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza*. Segundo volume [pp.1009-1913]. Imprensa Nacional, Lisboa.

[52] - Avelar, André de (1594) – *Chronographia ou Reportorio dos Tempos o mais copioso que te agora sayo a luz conforme a noua reformação do sancto Papa Gregorio XIII* (...). Terceira impressão, [4f.] + 256f. [=262f.], Casa de Simão Lopez, Lisboa.

[53] - Barão de Alfenim [António da Silva Túlio] (1848) – Chronica. *Jornal de Industria, Sciencias, Litteratura, e Bellas-Artes,* pp.427-430, Impressão da Epoca, Lisboa.

[54] - Barbosa, Agostinho (1611) – *Dictionarium Lusitanico Latinum: juxta seriem alphabeticam optimis* (...). [86p.] + 1208col. [1108col. = 554p] + 15p., Typis & expensis Fructosi Laurentij de Basto, Bracharæ.

[55] - Baretta, João Cabello (1824) – Mémoires Historiques sur la Première Invasion du Portugal, faite en 1807 et 1808, par les Français sous le Commandement du Général en Chef Junot. *In:* M Alphonse de Beauchamp (ed.), *Collection des Mémoires relatifs aux Révolutions d'Espagne*, Tome Second, pp.335-427, Chez L.-G. Michaud, Paris.

[56] - Barrios, Manuel (1991) – *Repertorio de Modismos Andaluces*. 201p., Universidad de Cádiz.

[57] - Barros, António Augusto Salgado de (2014) – Os canos na drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª série, 1:85-105, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

[58] - Barros, João de (1540) – *Grammatica da lingua portuguesa*. [autor não explicitado] 60f., apud Lodouicum Rotorigiũ Typographum, Olyssipone.

[59] - Barros, João de (1742 [1522] – *Chronica de Emperador Clarimundo, donde os Reys de Portugal descendem* ... 4ª impressão, 509p., Officina de Francisco da Sylva, Livraria d'Alcobaça.

[60] - Barros, João de (1945 [1553]) – *Ásia. Segunda Década*. 473p., Agência Geral das Colónias, Lisboa.

[61] - Barroso, Gustavo (1946) - *Seca e Meca e Olivais de Santarém*. 220p., Presença, São Paulo.

[62] - Batalha, Ladislau (1924) - *História geral dos adágios portugueses*. 326p., Alliaud e Bertrand, Lisboa.

[63] - Berlindes, Jaime (2009) – Cú do Conde e/ou Cú de Judas. *In: O Jaime Explica: Blog explicativo redigido e pensado pelo Doutor Jaime*.

[64] - Bernardes, Diogo (1633 [1596]) – *O Lyma*. [3f.] + 127f., Lourenço Crasbeck, Lisboa.

[65] - Bluteau, Raphael (1712) – *Vocabulario Portuguez & Latino* (...). Vol. 1 (A). 698p., Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Coimbra.

[66] - Bluteau, Raphael (1712) – *Vocabulario Portuguez & Latino* (...). Vol. 2 (B-C). 654p., Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Coimbra.

[67] - Bluteau, Raphael (1712) – *Vocabulario Portuguez & Latino* (...). Vol. 3 (D-E). 319p. + 407p., Collegio das· Artes da Companhia de Jesu, Coimbra.

[68] - Bluteau, Raphael (1713) – *Vocabulario Portuguez & Latino* (...). Vol. 4 (F-I). [10p.] + 244p. + 164p. + 92p. + 237p., Collegio das Artes da Companhia de Jesu, Coimbra.

[69] - Bluteau, Raphael (1716) – *Vocabulario Portuguez & Latino* (...). Vol. 5 (K-N). [25p.] + 778p., Officina de Pascoal da Sylva, Lisboa.

[70] - Bluteau, Raphael (1712) – *Vocabulario Portuguez & Latino* (...). Vol. 6 (O-P). 839p., Officina de Pascoal da Sylva, Lisboa.

[71] - Bluteau, Raphael (1720) – *Vocabulario Portuguez & Latino* (...). Vol. 7 (Q-S). 824p., Officina de Pascoal da Sylva, Lisboa.

[72] - Bluteau, Raphael (1712) – *Vocabulario Portuguez & Latino* (...). Vol. 8 (T-Z). 652p., Officina de Pascoal da Sylva, Lisboa Occidental.

[73] - Bluteau, Raphael (1728) – *Supplemento ao Vocabulario Portuguez & Latino* (...). Vol. 2º (B-C). 654p., Patriarcal Officina da Musica, Lisboa Occidental.

[74] - Bluteau, Raphael (1728) – *Supplemento ao Vocabulario Portuguez & Latino* (...). Parte II. 652p., Patriarcal Officina da Musica, Lisboa Occidental.

[75] - Braga, Teófilo (1885) – *O povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições*. Tomo I. 546p., Livraria Ferreira, Lisboa.

[76] - Braga, Teófilo (1885) – *O povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições*. Tomo II. 546p., Livraria Ferreira, Lisboa.

[77] - Brandão, Francisco (1650) – *Qvinta parte da Monarchia Lusytana, Que contem a historia dos primeiros 23. anos DelRey D. Dinis*. [7f.] + 332f. + [19f.], Officina de Paulo Craesbeeck, Lisboa.

[78] - Bugalhão, Jacinta; Teixeira, André (2015) – Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica. *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª série, 4:89-122, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

[79] - Câmara, Paulo Perestrelo da (1848) – *Collecção de proverbios, adagios, rifãos, anexins, sentenças moraes e idiotismos da lingoa portugueza*. 288p., Eduardo e Henrique Laemmert, Rio de Janeiro.

[80] - Camões, Luiz Vaz de (1572) – *Os Lusiadas*. 186f., em casa de Antonio Gõçalves Impressor, Lisboa.

[81] - Camões, Luiz Vaz de (1615 [1587?]) – *Comedia de Filodemo*. 40p., Vicente Alvarez, Lisboa.

[82] - Camões, Luiz Vaz de (1621 [15??]) – *Rimas de Lvis de Camões*. Primeira Parte. Novamente acrescentadas, & emendadas nesta impressão. [7f.] + 202f. + [6f.], Antonio Aluarez, Lisboa.

[83] - Camões, Luiz Vaz de (1651 [15??]) – Carta II. *In: Rimas de Luiz de Camões*. Primeira parte. f.174v-182, Officina de Paulo Craesbeck, Lisboa.

[84] - Camões, Luiz Vaz de (1863 [15??]) – *Obras de Luiz de Camões*. Volume IV. 492p., Imprensa Nacional, Lisboa.

[85] - Cândido de Figueiredo, (1899) – Novo Diccionario da Língua Portuguesa. Vol. 1. 781p., Editora Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa.

[86] - Cândido de Figueiredo, (1899) – Novo Diccionario da Língua Portuguesa. Vol. 2. 892p., Editora Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa.

[87] - Cândido de Figueiredo, (1914) – *Vade-mecum dos estudiosos da língua*. 280p., Livraria Clássica Editora, Lisboa.

[88] - Cândido de Figueiredo, (2010 [1913]) - *Novo Diccionario da Língua Portuguesa*. 2.ª edição [refundida, corrigida e copiosamente ampliada], Livraria Clássica Editora, Lisboa. Transcrito sob supervisão de Rita Farinha, para integrar o Projecto Gutenberg, XXIVp. + 2151p.

[89] - Cardoso, Jerónimo (1562) – *Dictionarium ex Lusitanico in Latinum Sermonem*. 105f., ex officina Ioannis Alvari, Ulissypone.

[90] - Cardoso, Jerónimo (1570) – *Dictionarium latino lusitanicum & vice versa lusitanico latinu[m]*(...). 272f. + 84f. + [12f.] + [54f.], Excussit Joan. Barrerius, Conimbricæ.

[91] - Carvalho, Pinto de (Tinop) (1903) – *História do Fado*. 270p., Empreza da Historia de Portugal, Lisboa.

[92] - Cascudo, Luís da Câmara (1968) – *Coisas que o povo diz*. 206p., Ed. Bloch Editores, Rio de Janeiro.

[93] - Cascudo, Luís da Câmara (2004 [1970]) – *Locuções tradicionais no Brasil*. 336p., Global Editora, São Paulo.

[94] - Cassidy, Frederic G. (1981) – OK - Is It African? *American Speech*, 56(4): 269-273. DOI: 10.2307/455123

[95] - Castelo Branco, Camilo (1861) – Dinheiro! dinheiro! *In: Scenas Contemporaneas*, pp.109-130, Casa de Cruz Coutinho, Editor, Porto

[96] - Castelo Branco, Camilo (1862) – *Amor de Perdição (Memórias d'uma família)*. Segunda edição melhorada, e revista pelo author. XVIIp. + 267p., Casa da Viuva Moré Editora, Porto.

[97] - Castelo Branco, Camilo (1863) – *Scenas Innocentes da Comedia Humana*. 241p., Livraria de Antonio Maria Pereira, Lisboa.

[98] - Castelo Branco, Camilo (1878 [1854]) – *Mistérios de Lisboa*. Volume I. Quinta edição, 255p., Casa de A. R. da Cruz Coutinho, Porto.

[99] - Castelo Branco, Camilo (1878 [1856]) – *A neta do Arcediago*. Segunda edição. 188p., Casa de A. R. da Cruz Coutinho, Porto.

[100] - Castelo Branco, Camilo (1879) – A Lenda do Machin. Reflexões à vida do Infante D. Henrique por Mr. Richard Henry Major, vertida do inglez pelo Snr. José António Ferreira Brandão. *In: Sentimentalismo e História I: D. António, Prior do Crato e seus descendentes / Eusébio Macário*, pp.117-150, Ernesto Chardron editor, Porto / Braga.

[101] - Castilho, Júlio de (1879) – *Lisboa Antiga. O Bairro Alto de Lisboa.* 360p., Livraria de A. M. Pereira, Editor, Lisboa.

[102] - Castilho, Júlio de (1879) – *Lisboa Antiga. Bairros Orientais.* Tomo II. 424p., Imprensa da Universidade, Coimbra.

[103] - Castilho, Júlio de (1889) – *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*. Tomo VI. 404p., Livraria Ferreira, Lisboa.

[104] - Castilho, Júlio de (1889) – *Lisboa Antiga. Bairros Orientais.* Tomo VI. 404p., Livraria Ferreira, Lisboa.

[105] - Castilho, Júlio de (1893) – A Ribeira de Lisboa. Descripção historica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho. XXIIp. + 750p., Imprensa Nacional, Lisboa.

[106] - Castilho, Júlio de (1904) – *Lisboa Antiga. O Bairro Alto de Lisboa.* Volume V. 2.ª edição, 447p., Antiga Casa Bertrand – José Bastos, Lisboa.

[107] - Castro, João Baptista de (1763) – *Mappa de Portugal Antigo Moderno*. Tomo Segundo. [10p.] + 480p., Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa.

[108] - Cervantes, Miguel de (1662 [1605/1615) – *Parte Primera y Segunda del Ingenioso Hidalgo Don Quixote de La Mancha*. [5f.] + 353f. + [3f.], En la Imprenta Real, por Mateo Fernández, Madrid.

[109] - Constâncio, Francisco Solano (1836) – *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza*. LIIp. + 976p., Editor Angelo Francisco Carneiro, Officina Typographica de Casimir, Paris.

[110] - Correia, João da Silva (1934) – Associação vocabular natural (continuação). *Boletim de Filologia*, tomo III, pp.1-14, Centro de Estudos Filológicos, Imprensa Nacional de Lisboa.

[111] - Corriente, Federico (2018) – *La investigación de los arabismos del castellano en registros normales, folklóricos y bajos*. 76p., Real Academia Española, Madrid.

[112] - Cortesão, António Augusto (1900) – *Subsídios para um diccionario completo (històrico-etymológico) da língua portuguesa*. Tomo 1. VIIIp. + 158p. + 49p., França Amado, Coimbra.

[113] - Costa, António Carvalho da (1712) – *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal* (...). Tomo Terceyro. [13p.] + 671p., Officina Real Deslandesiana, Lisboa.

[114] - Costa, Francisco Augusto Pereira da (1976 [1936]) - *Vocabulário Pernambucano*. 2.º edição. 814p., Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Recife.

[115] - Couto, António Maria do (1842) – *Diccionário da maior parte dos Termos Homónymos, e Equívocos da Língua Portugueza*. 432p., Typographia de Antonio Joze da Rocha, Lisboa.

[116] - Couto, Diogo de (1602) – *Década Quarta da Ásia* (…). 207f., Pedro Crasbeeck, Lisboa.

[117] - Covarruvias Orozco, Sebastian (1611) – *Tesoro de la Lengua Castellana, o Española*. [8f.] + 602f. + 79f., Luis Sanchez, Madrid.

[118] - Crespo, Rafael José de (1829) – *Don Papis de Bobadilla*. Tomo V. 296p., Polo y Monge, Zaragoza.

[119] - Dinis, Júlio (1867) – *As Pupilas do Snr. Reitor*. *Chronica da Aldeia.* 276p., Typographia do Jornal do Porto, Porto.

[120] - Elysio, Filinto [Francisco Manuel do Nascimento] (1818) – *Obras Completas de Filinto Elysio*. Tomo V. 457p., officina de A. Bobbé, Paris.

[121] - Evangelista (c.1470) – *Libro de çetreria que hyzo Evangelista corriendo fortuna* (...). [Manuscrito]. 11f., Biblioteca Nacional de España, Madrid.

[122] - F.R.I.L.E.L. [Francisco Rolland, Impressor e Livreiro em Lisboa] (1780) – *Adagios, Proverbios, Rifãos, e Anexins da Lingua Portugueza*. 341p., Typographia Rollandiana, Lisboa

[123] - Fayard, Hervé (1548) – *Galen sur la faculté des simples medicamens avec l'addiction de Fucse en son herbier, de Silvius, et de plusieurs autres, Declayree l'analogie, et potissime sinnifié si plusieurs en a le simple. Et quels par affinité de facultez sont antiballomenes c'est a dire surrogeables que l'on appelle quid pro quo. Le tout mis en langage françoys par studieux home maystre Ervé Fayard natif de Perigueux*. [205f.], Cheux Guilhaume de Noalhe, Limoges.

[124] - Federico Corriente (2003) - *Diccionario de arabismos y voces afines en iberorromance*. 2.ª edición, 607p., Gredos, Barcelona.

[125] - Feijó, João de Moraes Madureyra (1739) – Orthographia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portugueza. [10p.] + 553p. + [3p.], Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa Occidental.

[126] - Fernão Lopes (1897 [*c.*1433]) – *Chronica de El-Rei D. João I*. Vol. II, 195p., Escriptorio, Lisboa.

[127] - Fernão Lopes (1897 [*c.*1433]) – *Chronica de El-Rei D. João I*. Vol. III, 220p., Escriptorio, Lisboa.

[128] - Fernão Lopes (1922 [*c.*1433]) – Primeira parte da Crónica de D. João I. *In:* Agostinho de Campos (org.), *Antologia Portuguesa: Fernão Lopes III*, LXXIIIp. + 250p., Livrarias Aillaud & Bertrand, Paris / Lisboa.

[129] - Ferreira, Vergílio (1946) – *Vagão 'J'*. 232p., Coimbra Editora, Coimbra.

[130] - Ferreira, Vergílio (1998) – *Espaço do invisível V: ensaios*. 322p., Bertrand Editora, Lisboa.

[131] - Ferreira, Waldemar (1958) - *Por Ceca e Meca e Olivais de Santarém*. 150p., Livraria Martins, São Paulo.

[132] - Figueiredo, A. J. (1849) - Curso de Economia Agrícola. Lição II. *In: A Época. Jornal de Indústria, Sciencias, Litteratura e Bellas-Artes*, 40:199-204, Impressão da Época, Lisboa

[133] - Figueiredo, António Pereira de (1756) – *Commentario latino e portuguez sobre o terremoto e incendio de Lisboa. De que foy testemunha ocular seu Autor* (...).[5f.] + 29f., Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa.

[134] - Floyer, John (1702) – *The ancient psychrolousia revived, or an essay to prove cold bathing both safe and useful*. [21p.] + 328p., Printed for Sam. Smith and Benj. Walford, London.

[135] - Fonseca, Baltasar Luiz (1758) – *Auto de S.ta Genoveva, Princeza de Brabante*. 24p., Officina de Francisco Borges de Sousa, Lisboa.

[136] - França, José Augusto (1989 [1977]) – *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*. 3.ª edição, 127p., Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa

[137] - Freitas, António Gregório de (1855) – *Novo Diccionario da Marinha de Guerra e Mercante*. 556p., Imprensa Silviana, Lisboa.

[138] - Garrett, Alexandre José da Silva Leitão de Almeida (1855) – *As viagens a Leixões ou A troca das Nereidas: poema heroicomico, offerecido ás senhoras portuguezas*. 347p., Typ. de Sebastião José Pereira, Porto.

[139] - Garrett, Almeida (1846) – Fallar Verdade a Mentir. *In: Obras de J. B. de A. Garrett VII (Quarto do Theatro). Theatro de J. B. de A. Garrett IV - Philippa de Vilhena etc.*, pp.203-270, Imprensa Nacional, Lisboa.

[140] - Garrett, Almeida (1846) – Philippa de Vilhena. *In: Obras de J. B. de A. Garrett VII (Quarto do Theatro). Theatro de J. B. de A. Garrett IV - Philippa de Vilhena etc.*, pp.9-106, Imprensa Nacional, Lisboa.

[141] - Gouldman, Francis (1678) – *A copious dictionary in three parts* … n/p [1496p.], printed by John Hayes, Cambridge.

[142] - Henriques, Francisco da Fonseca (1726) – *Aquilegio Medicinal*. 2ª edição, 288p. + índice, Officina da Musica, Lisboa Occidental.

[143] - Henriques, Francisco da Fonseca (1731) – *Ancora Medicinal para Conservar a Vida com Saude*. 2ª edição, 379p., Officina Augustiniana, Lisboa Oriental.

[144] - Herculano, Alexandre (1865 [1851]) – A Dama-pé-de-cabra. *In: Lendas e Narrativas*, Tomo II, 3.ªedição, pp.16-51, Casa da Viúva Bertrand e Filhos, Lisboa.

[145] - Herculano, Alexandre (1918 [1848]) – *O Monge de Cister ou a Epocha de D. João I*. Tomo II. 13.ª edição. 386p., Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris / Lisboa, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro / S. Paulo / Bello Horizonte.

[146] - Huloet, Richard [Ricardo Huloeto] (1552) – *Abecedarium Anglico-Latinum*. n/p [431p.], ex oficina Gulielmi Riddel, Londini.

[147] - Junot (1808) – *Decreto do General em Chefe do exercito francez em Portugal em nome de Sua Magestade o Imperador dos francezes, rei de Italia, e em observancia das suas ordens*. 1 de Fevereiro de 1808. 3p., Impressão Imperial e Real, Lisboa.

[148] - Leão, Duarte Nunes de (1576) – *Orthographia da Lingoa Portuguesa*. 78f., Ioão de Barreira, Lisboa.

[149] - Leão, Duarte Nunes de (1600) – Chronica del Rei Dom Fernando dos reis de Portvgal o nono. *In: Primeira parte das chronicas dos reis de Portvgal* (...), f.188-f.239, Pedro Craesbeeck, Lisboa.

[150] - Legnani, Luigi (s/d) – *La Mazzurca, la_Gitana e la Cachucha, Tre Balli nazionali* (...) *per Chitarra sola*. 9p., presso Artaria & Comp., Vienna.

[151] - Lisboa, Amador Patrício de (1758) - *Memorias das principaes providencias, que se deraõ no terremoto, que padeceo a corte de Lisboa no anno de 1755*. [30] + 355p., Lisboa.

[152] - Lisboa, Cristóvão de (1638) – *Santoral de Varios Sermoens de Santos.* [7f.] + 273f., Antonio Alvarez, Lisboa,

[153] - Lobo, António da Rosa Gama (1865) – *Princípios de Direito Internacional*. Volume 1. 408p., Imprensa Nacional, Lisboa.

[154] - Lobo, Francisco Rodrigues (1890 [1619]) – *A Corte na Aldeia e Noites de Inverno*. Volume II. 122p., Companhia Nacional Editora, Lisboa.

[155] - Lopes, A. Rodrigues (1862) – *Comédias e Provérbios*. 258p., Typ. J. da Costa Nascimento Cruz, Lisboa.

[156] - Machado, Júlio César (1862) – *Scenas da Minha Terra*. 250p., José Maria Correa Seabra, Lisboa.

[157] - Maldonado, Maria Hermínia (1992) – António da Fonseca Soares (Frei António das Chagas). Trinta romances inéditos. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 41:407-496.

[158] - Manique, Francisco António da Cunha de Pina (1856) – *Ensaio Phraseologico ou Colecção de Phrases metaphoricas, Elegancias, Idiotismos, Sentenças, Proverbios e Anexins da Lingua Portugueza*. 127p., Typographia da – Nação, Lisboa.

[159] - Marques, Joseph (1758) – *Nouveau dictionnaire des langues Françoise, et Portugaise* (…). Tome premier 760p., chez Jean Joseph Bertrand, Lisbonne.

[160] - Marques, Joseph (1764) – *Novo diccionario das linguas Portugueza e Franceza*. Tomo segundo, 763p., Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa

[161] - Mascarenhas, José Freire de Monterroyo (1718) – *Brados do ceo á insensibilidade dos Homens, ou casos formidaveis, e horrorosos succedidos em differentes partes do Mundo no anno de 1717*. 80p., Officina de Pascoal da Sylva, Lisboa Occidental.

[162] - Melo, Francisco Manuel de (1651) – *Carta de Guia de Casados* (...). [6f.] + 195f., Officina Craejbecckiana, Lisboa.

[163] - Melo, Francisco Manuel de (1875) – *Feira de Anexins* ou Obras Poéticas dos melhores engenhos portuguezes (obra posthuma de D. Francisco Manuel de Melo, Agora dada á luz pela primeira vez). 222p., Livraria de A. M. Pereira, Lisboa.

[164] - Melo, Francisco Manuel de (1900 [1657]) – *Hospital das Letras*. Apologo Dialogal Quatro. *In: Apologos Dialogais por D. Francisco Manuel de Mello (com uma noticia da vida e escriptos do author por Alexandre Herculano),* volume III, 130p. , Escriptorio, Lisboa.

[165] - Melo, Francisco Manuel de (1900 [1675]) – *Visita das Fontes*. Apologo Dialogal Terceiro. *In: Apologos Dialogais por D. Francisco Manuel de Mello (com uma noticia da vida e escriptos do author por Alexandre Herculano),* volume II, 130p. , Escriptorio, Lisboa.

[166] - Melo, Francisco Manuel de (1900 [1721]) – Relogios Falantes. Apologo Dialogal. *In: Apologos Dialogais*, Officina de Mathias Pereira da Silva & João Antunes Pedrozo, Lisboa Occidental. *In: Apologos Dialogais por D. Francisco Manuel de Mello (com uma noticia da vida e escriptos do author por Alexandre Herculano),* volume I, pp.41-78, Escriptorio, Lisboa.

[167] - Metcalf, Allan (2011) - *OK: The Improbable Story of America's Greatest Word*. 210p., Oxford University Press.

[168] - Midosi, Paulo (1878) – Julgamentos com jurados. *Gazeta Juridica*, volume XIX, pp.26-30, Antonio Maria Coelho da Rocha, Rio de Janeiro.

[169] - Miranda, Francisco de Sá de (1885) – *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*. Edição por Carolina Michaëlis de Vasconcellos. CXXXVIp. + 949p., Max Niemeyer, Halle.

[170] - Morais Silva, António de (1813) – *Diccionario da Lingua Portugueza* (...). Tomo primeiro. 806p., Typographia Lacerdina, Lisboa.

[171] - Morais Silva, António de (1813) – Diccionario da Lingua Portugueza (...). Tomo segundo. 872p., Typographia Lacerdina, Lisboa.

[172] - Morais Silva, António de (1823) - *Diccionario da Língua Portugueza*. Tomo 2º (G-Z). 3º edição. 870p., Typographia de M. P. de Lacerda, Lisboa.

[173] - Morais Silva, António de; Bluteau, Raphael (1789) – *Diccionario da Língua Portugueza, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, Reformado e Accrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Tomo 1º (A-K). 749p., Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa.

[174] - Morais Silva, Antonio de; Bluteau, Raphael (1789) – *Diccionario da Língua Portugueza composto pelo Padre Rafael Bluteau reformado e accrescentado por António de Moraes Silva*. Tomo 2º (L-Z). 541p., Officina de Simão Thadeo Ferreira, Lisboa.

[175] - Morais Silva, António; Falcão, Agostinho de Mendonça (1858) – Diccionario *da Língua Portugueza*. Tomo I A-E. XLp. + 930p., Typographia de António José da Rocha, Lisboa.

[176] - Morais Silva, António; Falcão, Agostinho de Mendonça (1858) – Diccionario da Língua Portugueza. Tomo II F-Z. 1016p., Typographia de António José da Rocha, Lisboa.

[177] - Moreira, Júlio (1909) - Notas Filológicas - Sintasse Popular. Contribuição para o estudo da sintasse histórica (continuação). *Revista Lusitana*, XII(3-4):204-240

[178] - Nalin, Camillo (1844) – *Versi in dialetto Veneziano*. 332p., Tipografia di Gio. Cecchini e Comp. Venezia.

[179] - Nascentes, Antenor (1955) – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguêsa*. Segunda tiragem da primeira edição. XXXVp. + 534p., oficinas gráficas do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro.

[180] - Nascentes, Antenor (1966) – *Dicionário Etimológico Resumido*. XVIIIp. + 791p., Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro.

[181] - Nava, Pedro (2012 [1976]) – *Chão de Ferro*. 456p., Companhia das Letras, Rio de Janeiro.

[182] - Neves, Gonçalo (2006) – 'Quid pro quo' = quiproquó'. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, 15 de novembro de 2006.

[183] - Neves, Marcos (2018) – *Dicionário de Erros Falsos e Mitos do Português*. 232p., Editora Guerra & Paz, Lisboa.

[184] - Neves, Orlando (1992) – *Dicionário das Origens das Frases Feitas*. 168p., Lello & Irmão, Porto.

[185] - Neves, Orlando (1999) – *Dicionário de Expressões Correntes*. 408p., Editorial Notícias, Lisboa.

[186] - Nuñez, Hernan (1619) – *Refranes o proverbios en romance* (...) *van iuntamente las quatro cartas de Blasco de Garay* (...). [6f.] + 399f., por Iuan de la Cuesta, a costa de Miguel Martine, Madrid.

[187] - Oliveira, Eduardo Freire de (1899) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Tomo XI. [VIp.] + 632p., Typographia Universal, Lisboa.

[188] - Oliveira, Francisco Xavier de (1741) – *Cartas Familiares, Historicas, Politicas, e Criticas. Discursos serios e jocosos* (...). Tomo I. 400p., Chez Adrien Moetjens, La Haye.

[189] - Oliveira, Nicolau de (1620) – *Livro das Grandezas de Lisboa*. [14f.] + 138f., Iorge Rodriguez, Lisboa.

[190] - Oliveira, Philippe Roiz de; Menezes, Guilherme Joaquim Pais de; Costa, Tomás Roiz da (1750) – *Planta topographica, e exacta do Sitio, que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos os Santos desta Cidade* (...). [Peça cartográfica manuscrita].

[191] - Ortigão, Ramalho (1866) – *Litteratura d'Hoje*. 61p., Typographia do Jornal do Porto, Porto.

[192] - Ortigão, Ramalho; Queirós, Eça de (1875) – *As Farpas*. Nova série, tomo I, 93p., Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, Lisboa.

[193] - Ortigão, Ramalho; Queirós, Eça de (1876) – *As Farpas. Chronica mensal da política, das letras e dos costumes*. Nova Série. Tomo II (Janeiro - 1876). 96p., Typographia Universal, Lisboa.

[194] - Pacheco, António Fernando Bento (2018) – O Hospital Real de Todos-os-Santos e o terramoto de 1755. *Mátria*, 21(7): 307-333.

[195] - Paiva, Manoel Joseph de [sob o pseudónimo de Sylvestre Silverio da Silveira e Silva] (1759) – *Infermidades da Lingua e arte que ensina a emmudecer para melhorar*. [10p.] + 212p., Of. de Manoel Antonio Monteiro, Lisboa.

[196] - Pallet, Jean (1604) – *Diccionario muy copioso de la Lengua Española y Francesa* (…). [17p.] + [557p.], Chez Matthieu Guillemot, Paris.

[197] - Pereira, Bento (1655) - *Florilegio dos Modos de Fallar e Adágios da Lingoa Portuguesa* (...). 124p., Paulo Craesbeeck, Lisboa.

[198] - Pereira, Bento (1683 [1634]) – Frases Portuguesas, a que correspondem as mais puras, & elegantes Latinas. 114p., *In: Prosodia in Vocabularum Trilingue Latinum, Lusianicum et Castellanicum* (...), sexta editione locupletatum, Antonij Craesbeeck â Mello, Ulyssipone.

[199] - Pereira, Bento (1683 [1634]) – Principaes adagios portuguezes, com seu latim proverbial correspondente. *In: Prosodia in Vocabularum Trilingue Latinum, Lusianicum et Castellanicum* (...), sexta editione locupletatum, pp.57-80, Antonij Craesbeeck â Mello, Ulyssipone.

[200] - Pereira, Esteves; Rodrigues, Guilherme (1906) – *Portugal. Diccionario Historico, Biographico, Bibliographico Heraldico, Chorographico, Numismatico e Artistico* (...). Vol. II – B-C, 1280p., João Romano Torres, lisboa.

[201] - Pereira, J. M. (editor) (1847) - *A Matraca, Periódico Moral e Político*. Typ. Na travessa do Convento de Jesus, Lisboa.

[202] - Pereira, Susana Maria Lopes Quaresma e (2009) – *O Palácio Real do Alfeite. Da fundação à contemporaneidade (século XVIII-XX). Percursos e funcionalidades*. Volume I. 139p., Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Departamento de História, Universidade de Lisboa.

[203] - Freyre, Gilberto (1951 [1936]) – *Sobrados e mucambos*. 2.ª ed. refundida pelo autor e acrescida de introdução, cinco capítulos e de numerosas notas. Livraria José Olympio, Rio de Janeiro.

[204] - Pessoa, Fernando / Bernardo Soares (1982) – *Livro do Desassossego*. Recolha e transcrição dos textos Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha; prefácio e organização de Jacinto do Prado Coelho. Volume I. XLVIIp. + 321p., Ática, Lisboa.

[205] - Pimenta, Reinaldo (2002) - *A Casa da Mãe Joana*. 250p., Campus, Rio de Janeiro, Brasil

[206] - Pimentel, Manoel (1746 [1712]) – *Arte de Navegar* (...). 603p., Offic. De Francisco da Silva, Lisboa.

[207] - Pinho Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de (1873) – *Portugal Antigo e Moderno* (...). Volume primeiro. 512p., Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa.

[208] - Pinto, Fernão Mendes (1614) – *Peregrinação de Fernam Mendez Pinto. Em que conta de muytas e muyto estranhas cousas que vio e ouvio* (...). [2f.] + 303f. + [4f.], • 303fpor Pedro Crasbeeck, a custa de Belchior de Faria, Lisboa

[209] - Pinto, Heitor (1572) – *Segvnda parte dos diálogos da imagem da vida Christam* (...). [8f.] + 652f., Impressos per Ioã de Barreira, a custa de Ioão Despanha, Lisboa

[210] - Portugal, Francisco de (1652) – *Divinos e Humanos Versos*. [20p.] + 167p. +52p., Officina Craesbeckiana, Lisboa.

[211] - Queirós, Eça de (1878) – *O Primo Bazilio. Episodio domestico*. Segunda edição revista. 608p., Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Porto / Livraria Internacional de Eugenio Chardron, Braga.

[212] - Queirós, Eça de (1980 [1867]) – *Obras de Eça de Queirós. Da colaboração no «Distrito de Évora» - III*. 338p., Livros de Brasil, Lisboa.

[213] - Read, Allen Walker (1963) - The First Stage in the History of "O. K.". *American Speech*, 38(1): 5-27. DOI: 10.2307/453580

[214] - Read, Allen Walker (1964) - The Folklore of "O. K.". *American Speech*, 39(1): 5–25. DOI: 10.2307/453922

[215] - Real Academia Española (1852) – *Diccionario de la Lengua Castellana*. [6p.] + 730p. + [2p.], Décima edicion, en la Imprenta Nacional, Madrid

[216] - Recreio, Francisco (1851) – *Sincera defeza da verdade em desaffronta do clero, ou antidoto analytico contra as intituladas considerações pacificas sobre o opusculo Eu e o Clero,, carta ao redactor do periódico – A Nação, por A. Herculano*. 164p., Typographia de G. M. Martins, Lisboa.

[217] - Rego, Costa (1943) – Para inglês ver ... *In: Correio da Manhã*, n.º 15003, 29 de Setembro de 1943, pp.2, Rio de Janeiro.

[218] - Rego, Costa (1943) – Leitores luminosos. *In: Correio da Manhã*, n.º 15012, 29 de Outubro de 1943, pp.2, Rio de Janeiro.

[219] - Rêgo, José Lins do (2014 [1937]) – *Pedra Bonita*. 373p., Livraria José Olympio, Rio de Janeiro.

[220] - Reis, Manuel dos (1720) – *Sermoens do Padre Manoel dos Reys da Companhia de Jesu* (...). Segunda parte. [14p.] + 579p., + [61p], Officina da Universidade, Évora.

[221] - Ribeiro, Aquilino (1918) – *A Via Sinuosa*. 346p., Livrarias Aillaud e Bertrand, Lisboa.

[222] - Ribeiro, João (1908) - *Frases Feitas. Estudo conjetural de locuções, ditados e provérbios*. 302p., Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro.

[223] - Ribeiro, João (2009[1908]) - *Frases Feitas. Estudo conjetural de locuções, ditados e provérbios*. 3ª edição, 608p., Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

[224] - Ribeiro, Luís (1860) – Diccionario de Gallicismos, Neologismos e Locuções Viciosas introduzidas modernamente na Lingua Portugueza. *O Instituto: Jornal Scientifico e Litterario*, Volume 8, n.º 21 (Fevereiro 1, 1860), pp.301-305, Imprensa da Universidade, Coimbra.

[225] - Ribeiro, Maria Sara Lobato (2011) – *Mar de Metáforas. A aquisição/ aprendizagem de sentidos metafóricos com vocabulário marítimo por alunos de Português Língua Não Materna*. Tese de Mestrado. 180p., Universidade Aberta, Lisboa.

[226] - Romanos, Ramón de Mesonero (1844) – *Manual histórico-topográfico, administrativo y artístico de Madrid*. Nueva edición. 514p., Imprenta de D. Antonio Yenes, Madrid.

[227] - Rueda, José Manuel Fradejas (1992) – *Evangelista's «Libro de cetrería»: A fifteenth-century satire of falconry books*. 144p., Centre for Late Antique and Medieval Studies, King's College, London.

[228] - Rui de Pina (1792 [1490]) – Chronica d'ElRei Dom Joaõ II. *In: Colecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza* (...), Tomo II, pp.1-204, Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

[229] - S. Boaventura, Fortunato de (1831) – A Cobardia dos Mações Portuguezes. *A contra mina. Periódico moral, e politico*, n.º 28, 4 de Agosto de 1831, 10p., Impressão Régia, Lisboa.

[230] - Sá de Miranda, Francisco de (1784 [c.1540]) - *Obras do doctor Francisco de Sá de Miranda*. Tomo II. 293p., Typografia Rollandiana, Lisboa.

[231] - Salernitanus, Nicolaus [Nicolau de Salerno] (1471) – *Antidotarium. Tractatulus quid pro quo. Sinonima*. [63f.], Nicolaum Jenson Gallicum, Venetiis.

[232] - Sampaio, Alberto (1923) – *Estudos Históricos e Económicos*. Volume segundo. 262p., Livraria Chardron, Porto.

[233] - Sampaio, Alice (1961) – *A Cidade Sem Espaço*. 311p., Livraria Bertrand, Lisboa.

[234] - Sand, George (1838) – *La Dernière Aldini*. 265p., Meline, Cans et Compagnie, Bruxelles.

[235] - Santa Catarina, Simão António de (1723) – *Oraçoens Academicas*. 460p., na Officina da Musica, Lisboa Occidental.

[236] - Santa Catarina, Simão António de (1731) – *Rimas Sonoras*. 14p. + 400p., Officina Augustiniana, Lisboa Oriental.

[237] - Santos, João dos (1609) – *Etiópia Oriental e varia historia de cousas notáveis do Oriente*. [16f.]+ 123f., Impressa no Convento de S. Domingos de Evora por Manoel de Lira impressor, Évora.

[238] - São José, Jerónimo (1789) – *Historia chronologica da esclarecida Ordem da SS. Trindade, Redempção de Cativos, da Provincia de Portugal*. Tomo I, ÷12p.] + 615p., Officina de Simão Thadeo Ferreira, Lisboa.

[239] - Saraiva, José António (2007) - *Política à Portuguesa. Ideias, Pessoas e Factos*. 448p., Oficina do Livro, Lisboa.

[240] - Saramago, José (1994[1982]) – *Memorial do Convento*. 22ª ed., 351p., Editorial Caminho, Lisboa.

[241] - Saramago, José (2011[1953]) – *Claraboia*. 398p., Editorial Caminho, Lisboa.

[242] - Sarmento, Augusto (1876) – *Contos ao Soalheiro*. VIIIp. + 295p., Livraria Central de José Diogo Pires, Editor, Coimbra.

[243] - Sequeira, Gustavo de Matos (1952) – Velhos teatros de Lisboa desaparecidos. *Olissipo*, 8: 70-78.

[244] - Serrão, Joaquim Veríssimo (2002[1977]) - *A Instauração do Liberalismo (1807-1832).* Volume VII de "História de Portugal". 3.ª edição. 541p., Editorial Verbo, Lisboa.

[245] - Shakespeare, William (1594) – *Lucrece*. [90p.], Printed by Richard Field, for Iohn Harrison, London.

[246] - Silva, A. Vieira da (1940) – Os limites de Lisboa. Notícia Histórica (1). *Revista Municipal*, 5: 3-15, Lisboa.

[247] - Silva, Inocêncio Francisco da (1860) – *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo quarto (J). 472p., Imprensa Nacional, Lisboa.

[248] - Silva, Matias Pereira da (ed.) (1746) - *Fénix Renascida ou Obras Poéticas dos Melhores Engenhos Portuguezes*. Tomo III. 2ª edição, 438p., Offic. Herd. de Antonio Pedrozo Galram, Lisboa.

[249] - Smith, J. E. (1865) – *Manual of Telegraphy designed for beginners*. XVp. + 142p., L. G. Tillotson & Co., New York.

[250] - Soares, Mattos (1927) - *Bíblia Sagrada. Pentateuco*. 373p., Arte no Tempo e no Lar, Porto.

[251] - Soares, Mattos (1950) - *Bíblia Sagrada. Novo Testamento*. 545p., Grandes Oficinas Gráficas "Minerva", V. N. de Famalicão.

[252] - Sousa, João de (1789) – *Vestigios da Lingua Arabica em Portugal, ou lexicon etymologico das palavras, e nomes portuguezes, que tem origem arabica*. XXp. + 160p., Officina da Academia Real das Sciencias, Lisboa.

[253] - Sousa, João de (1830) – *Vestigios da Lingoa Arabica em Portugal ou Lexicon Etymologico das palavras, e nomes portuguezes, que tem origem arábica*. Augmentado e annotado por Joze de Santo Antonio Moura. XVIp. + 204p., Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

[254] - Torga, Miguel (2011 [1995]) – *Diário - Vols. IX a XII*. 5.ª edição conjunta. 360p., Publicações Dom Quixote, Lisboa.

[255] - Tres literatos nacionaes (1819) – *Diccionario Geral da Lingoa Portugueza, de Algibeira*. Volume II. 1013p., Impressão Régia, Lisboa.

[256] - Vales, José Calles; Meléndez, Belén Bermejo (2000) – *Dichos y Frases Hechas*. 317p., Editorial Libsa, Madrid.

[257] - Vasconcelos, J. Leite de (1882) – *Tradições Populares de Portugal*. 316p., Livraria Portuense de Clavel & C.ª, Porto.

[258] - Vasconcelos, J. Leite de (1928) – *Opúsculos. Volume I – Filologia*, Parte I. [XXIIp.] + 579p. + [XIp.], Imprensa da Universidade, Coimbra.

[259] - Vasconcelos, J. Leite de (1935) – Etimologias. *Revista Lusitana. Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, 33(1-4): 310-313, Livraria Clássica Editora, Lisboa

[260] - Vasconcelos, J. Leite de (1938) – *Opúsculos. Volume VII – Etnologia*, Parte II. pp.621-1444, Imprensa Nacional de Lisboa.

[261] - Vasconcelos, Jorge Ferreira de (1555) – *Comedia Eufrosina*. [80f.], Ioã de Barreyra empressor da vniuersidade, Coimbra.

[262] - Vasconcelos, Jorge Ferreira de (1618 [1561]) – *Comedia Ulysippo*. 2ª impressão, 278f., officina de Pedro Craesbeeck, Lisboa.

[263] - Veríssimo, Érico (2005 [1938]) – *Olhai os lírios do campo*. 325p., eBook Kindle, Companhia das Letras, São Paulo, SP, Brasil.

[264] - Vidal, Angelina (1900) - *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna. Elementos históricos da sua evolução*. 176p., Typographia da Gazeta de Lisboa, Lisboa.

[265] - Vieira, António (1652) - *Arte de Furtar, Espelho de Enganos, Theatro de Verdades, Mostrador de Horas Minguadas, Gazúa Geral dos Reynos de Portugal*. [23p.] + 512p.Officina Elvizeriana, Amsterdam.

[266] - Vieira, António [Anthony Vieyra Transtagano] (1773) – *A Dictionary of the Portuguese and English Languages* ... Vol. II. n/p [590p.], J. Nourse, London.

[267] - Vieira, Domingos (1873 [1854]) – *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. Primeiro volume. CCXLVIIIp. + 836p., Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, Porto.

[268] - Vieira, Domingos (1873 [1854]) – *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. Segundo volume. 1159p., Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, Porto.

[269] - Vieira, Domingos (1873 [1854]) – *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. Terceiro volume. 1360p., Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, Porto.

[270] - Vieira, Domingos (1874 [1854]) – *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. Quinto volume. 1038p., Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, Porto.

[271] - Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de (1799) – *Elucidario das Palavras, Termos, e Frases que em Portugal antiguamente se usárão* (...). Tomo segundo. 416p., Typographia Regia Silviana, Lisboa.

[272] - Voltaire (1748) – *Zadig, ou La Destinée. Histoire Orientale*. 195p., [Laurent-François, Paris].

[273] - World Bank (1994) – *Averting the Old Age Crisis: Policies to Protect the Old and Promote Growth*. 402p., Oxford University Press

VERSO DA CONTRA-CAPA

ORELHA DO LIVRO

Algumas notas sobre o autor

Nasceu em Malpica do Tejo, Castelo Branco

Licenciado em Geologia pela Universidade de Lisboa

Doutorado em Geologia / Geodinâmica Externa pela Universidade de Lisboa

Iniciou a actividade profissional na Universidade de Luanda, Angola

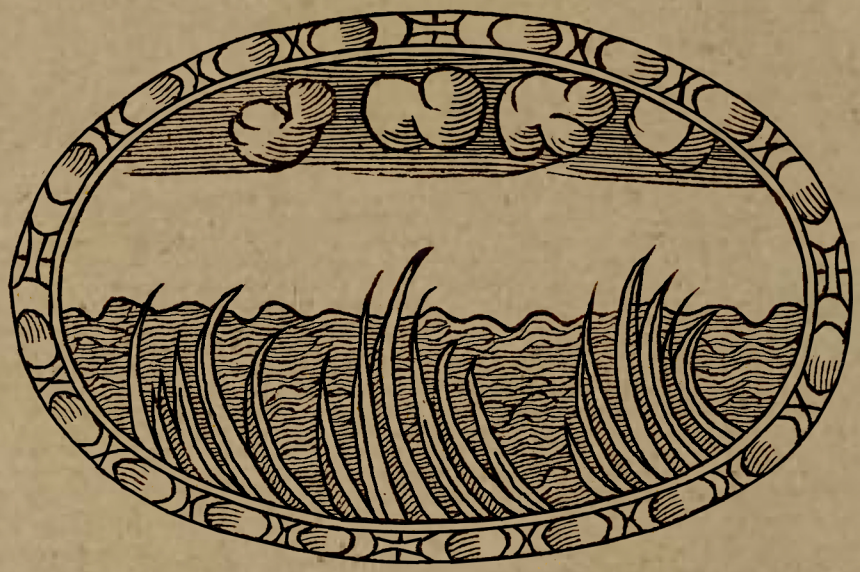
Trabalhou na Direcção-Geral de Minas / Serviços Geológicos de Portugal (Núcleo de Geologia Marinha) e no Instituto Hidrográfico

Em 1994 foi contratado como professor da Universidade do Algarve

Foi professor convidado das universidades de Évora, de Aveiro e de Lisboa

Orientou ou co-orientou mais de três dezenas teses de mestrado e cerca de duas dúzias de teses de doutoramento

Publicou mais de três centenas de artigos científicos em revistas credenciadas

Foi professor convidado / visitante em várias universidades europeias (Cadiz, Bordeaux I, Nantes, Nápoles, Southampton, ...), norte-americanas (NCSU - North Carolina State Univ., Duke Univ., Grand Valley State Univ., SUNY – State Univ. New York), africanas (Univ. Agostinho Neto, Luanda, Univ. Cabo Verde), e sul-americanas (Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Pará e Univ. de la Republica, Montevideo)

Desenvolveu projectos científicos financiados por instituições portuguesas e europeias nas áreas do mar, das zonas costeiras, da paleo-climatologia e das interacções Homem-Meio